



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Fundação Universidade de Brasília

Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Março/2012



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Fundação Universidade de Brasília

Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Consolidada: Fundação Universidade de Brasília

Unidade Agregada: Hospital Universitário de Brasília

Brasília, Março/2012.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Quadro I: Lista de Siglas e Denominações

Sigla	Unidade	Documento de Criação
FUB	Fundação Universidade de Brasília	Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961
	Conselho Diretor	Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961
SCD	Secretaria do Conselho Diretor	Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961
UnB	Universidade de Brasília	Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961
CONSELHOS SUPERIORES		
CONSUNI	Conselho Universitário	Estatuto da UnB arts. 11, 12, 13 e 14
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Estatuto da UnB arts. 11, 15 e 16
CEG	Câmara de Ensino de Graduação	Estatuto da UnB art. 16, inciso VII, § 1º
CEX	Câmara de Extensão	Estatuto da UnB art. 16, inciso VII, § 1º
CPP	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação	Estatuto da UnB art. 16, inciso VII, § 1º
CCD	Câmara da Carreira Docente	Estatuto da UnB art. 16, inciso VII, § 1º
CAD	Conselho de Administração	Estatuto da UnB arts. 11, 17, 18 e 19
CAC	Câmara de Assuntos Comunitários	Estatuto da UnB art. 18, inciso X, § 1º
CAF	Câmara de Administração e Finanças	Estatuto da UnB art. 18, inciso X, § 1º
Conselho Comunitário		Estatuto da UnB arts. 11, 20 e 21
REITORIA		
VRT	Vice-Reitoria	Estatuto da UnB art. 24
GRE	Gabinete do Reitor	Estatuto da UnB art. 26, inciso I
PRC	Prefeitura do Campus	Estatuto da UnB art. 26, inciso II
PJU	Procuradoria Jurídica	Estatuto da UnB art. 25, inciso II
AUD	Auditória	Estatuto da UnB art. 25, inciso III
OUV	Ouvidoria	Resolução do Conselho Universitário n. 7/2011
DECANATOS		
DEG	Decanato de Ensino de Graduação	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DEX	Decanato de Extensão	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DAF	Decanato de Administração	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas	Resolução do Conselho Universitário n. 29/2010
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento	Resolução do Conselho Universitário n. 29/2010
ASSESSORIAS E SECRETARIAS		
SAA	Secretaria de Administração Acadêmica	Ato da Reitoria n. 1436/2005
SECOM	Secretaria de Comunicação	Ato da Reitoria n. 2098/2008
SEI	Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	Ato da Reitoria n. 40/1998
SGP	Secretaria de Gestão Patrimonial	Ato da Reitoria n. 41/1998
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais	Ato da Reitoria n. 71/1997
CERI	Coordenação do Cerimonial	Ato da Reitoria n. 583/1999
ÓRGÃOS COMPLEMENTARES		
BCE	Biblioteca Central	Estatuto da UnB art. 41, inciso I
CPD	Centro de Informática	Estatuto da UnB art. 41, inciso II
EDU	Editora Universidade de Brasília	Estatuto da UnB art. 41, inciso III
FAL	Fazenda Água Limpa	Estatuto da UnB art. 41, inciso IV
HUB	Hospital Universitário	Estatuto da UnB art. 41, inciso V
RAD	Rádio e Televisão Universitárias	Estatuto da UnB art. 41, inciso VI
CENTROS		
CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações	Ato da Reitoria n. 14/2007
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável	Resolução do Conselho Universitário n. 19/1995
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	Ato da Reitoria n. 11/1988
CEAD	Centro de Educação a Distância	Ato da Reitoria n. 138/1989
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	Ato da Reitoria n. 105/1986
CEDOC	Centro de Documentação	Ato da Reitoria n. 596/1988
CEFTRU	Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes	Ato da Reitoria n. 279/1996
CEPLAN	Centro de Planejamento	Ato da Reitoria n. 9279/1999
CET	Centro de Excelência em Turismo	Ato da Reitoria n. 134/1998
CETEC	Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural	Ato da Reitoria n. 861/2006
CER	Centro de Estudos do Cerrado	Ato da Reitoria n. 566/2011

Sigla	Unidade	Documento de Criação
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	Ato da Reitoria n. 1129/1996
CIFMC	Centro Internacional de Física da Matéria Condensada	Ato da Reitoria n. 74/1987
CIORD	Centro Integrado de Ordenamento Territorial	Resolução do Conselho Universitário n. 18/1995
CIRPS	Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social	Resolução do Conselho Universitário n. 33/2007
CME	Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos	Ato da Reitoria n. 550/1987
CPAB	Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais	Resolução do Conselho Universitário n. 7/2007
CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa	Ato da Reitoria n. 464/1986
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas	Resolução do Conselho Universitário n. 32/2007
DATAUnB	Centro de Pesquisa e Opinião Pública	Ato da Reitoria n. 98/1986
UNIDADES ACADÉMICAS		
FACE	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	Estatuto da UnB art. 27, inciso XIX
ADM	Departamento de Administração ⁽¹⁾	
CCA	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais ⁽¹⁾	
ECO	Departamento de Economia ⁽¹⁾	
FAC	Faculdade de Comunicação	Estatuto da UnB art. 27, inciso XVII
DAP	Departamento de Audiovisuais e Publicidade ⁽¹⁾	
JOR	Departamento de Jornalismo ⁽¹⁾	
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Estatuto da UnB art. 27, inciso XIV
PRO	Departamento de Projeto, Expressão e Representação em Arquitetura e Urbanismo ⁽¹⁾	
TEC	Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo ⁽¹⁾	
THAU	Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo ⁽¹⁾	
FAV	Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	Estatuto da UnB art. 27, inciso XIII
FCE	Faculdade de Ceilândia	Estatuto da UnB art. 27, inciso XV
FCI	Faculdade de Ciência da Informação	Ato da Reitoria n. 10/2010
FD	Faculdade de Direito	Estatuto da UnB art. 27, inciso XVIII
FE	Faculdade de Educação	Estatuto da UnB art. 27, inciso XX
MTC	Departamento de Métodos e Técnicas ⁽¹⁾	
PAD	Departamento de Planejamento e Administração ⁽¹⁾	
TEF	Departamento de Teoria e Fundamentos ⁽¹⁾	
FEF	Faculdade de Educação Física	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXI
CO	Centro Olímpico ⁽¹⁾	
FGA	Faculdade do Gama	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXII
FM	Faculdade de Medicina	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXIII
NMT	Núcleo de Medicina Tropical ⁽¹⁾	
FS	Faculdade de Ciências da Saúde	Estatuto da UnB art. 27, inciso XVII
DSC	Departamento de Saúde Coletiva ⁽¹⁾	
ENF	Departamento de Enfermagem ⁽¹⁾	
NUT	Departamento de Nutrição ⁽¹⁾	
ODT	Departamento de Odontologia ⁽¹⁾	
FT	Faculdade de Tecnologia	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXV
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação ⁽¹⁾	
EFL	Departamento de Engenharia Florestal ⁽¹⁾	
ENC	Departamento de Engenharia Civil e Ambiental ⁽¹⁾	
ENE	Departamento de Engenharia Elétrica ⁽¹⁾	
ENM	Departamento de Engenharia Mecânica ⁽¹⁾	
FUP	Faculdade de Planaltina	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXIV
IB	Instituto de Ciências Biológicas	Estatuto da UnB art. 27, inciso III
BOT	Departamento de Botânica ⁽¹⁾	
CEL	Departamento de Biologia Celular ⁽¹⁾	
CFS	Departamento de Ciências Fisiológicas ⁽¹⁾	
ECL	Departamento de Ecologia ⁽¹⁾	
FIT	Departamento de Fitopatologia ⁽¹⁾	
GEM	Departamento de Genética e Morfologia ⁽¹⁾	
ZOO	Departamento de Zoologia ⁽¹⁾	
ICS	Instituto de Ciências Sociais	Estatuto da UnB art. 27, inciso VI
CEPPAC	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas ⁽¹⁾	
DAN	Departamento de Antropologia ⁽¹⁾	
SOL	Departamento de Sociologia ⁽¹⁾	
IdA	Instituto de Artes	Estatuto da UnB art. 27, inciso I
CEN	Departamento de Artes Cênicas ⁽¹⁾	

Sigla	Unidade	Documento de Criação
DIN	Departamento de Desenho Industrial ⁽¹⁾	
MUS	Departamento de Música ⁽¹⁾	
VIS	Departamento de Artes Visuais ⁽¹⁾	
IE	Instituto de Ciências Exatas	Estatuto da UnB art. 27. inciso IV
CIC	Departamento de Ciência da Computação ⁽¹⁾	
EST	Departamento de Estatística ⁽¹⁾	
MAT	Departamento de Matemática ⁽¹⁾	
IF	Instituto de Física	Estatuto da UnB art. 27. inciso VII
IG	Instituto de Geociências	Estatuto da UnB art. 27. inciso VIII
GEO	Departamento de Geologia Geral e Aplicada ⁽¹⁾	
GMP	Departamento de Mineralogia e Petrologia ⁽¹⁾	
GRM	Departamento de Geoquímica e Recursos Minerais ⁽¹⁾	
SIS	Observatório Sismológico ⁽¹⁾	
IH	Instituto de Ciências Humanas	Estatuto da UnB art. 27. inciso V
FIL	Departamento de Filosofia ⁽¹⁾	
GEA	Departamento de Geografia ⁽¹⁾	
HIS	Departamento de História ⁽¹⁾	
SER	Departamento de Serviço Social ⁽¹⁾	
IL	Instituto de Letras	Estatuto da UnB art. 27. inciso IX
LET	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução ⁽¹⁾	
LIP	Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas ⁽¹⁾	
TEL	Departamento de Teoria Literária e Literatura ⁽¹⁾	
IP	Instituto de Psicologia	Estatuto da UnB art. 27. inciso X
CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos ⁽¹⁾	
PCL	Departamento de Psicologia Clínica ⁽¹⁾	
PED	Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento ⁽¹⁾	
PPB	Departamento de Processos Psicológicos Básicos ⁽¹⁾	
PST	Departamento de Psicologia Social e do Trabalho ⁽¹⁾	
IPOL	Instituto de Ciência Política	Estatuto da UnB art. 27. inciso III
IQ	Instituto de Química	Estatuto da UnB art. 27. inciso XI
IREL	Instituto de Relações Internacionais	Estatuto da UnB art. 27. inciso XII

Fonte: Diretoria de Planejamento – DPL (atualização em fevereiro/2012)

LISTA DE ABREVIACÕES

AGU	Advocacia-Geral da União
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ATI	Alunos em Tempo Integral
BACEN	Banco Central
CAF	Câmara de Administração e Finanças
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASAI/DF	Casa de Apoio à Saúde do Índio do Distrito Federal
CGU	Controladoria-Geral da União
CONSEG	Conselho de Segurança
CONSIAFI	Sistema de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPGF	Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CPPTA	Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativos
CVI	Comissão de Valores Imobiliários do Distrito Federal
DIFES	Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior
DOU	Diário Oficial da União

EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC	Emenda Constitucional
EAD	Ensino a Distância
FAI	Fundo de Apoio Institucional
FAPDF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GEPG	Grau de Envolvimento com Pós-Graduação
GPE	Grau de Participação Estudantil
HU	Hospitais Universitários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFEs	Instituições Federais de Ensino Superior
INCA	Instituto Nacional do Câncer
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
IQQCTA	Índice de Qualificação dos Técnico-Administrativos
IQTAG	Índice Quantitativo de Técnico-Administrativos com Graduação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MPU	Ministério Público da União
OCI	Órgão de Controle Interno
OCC	Outras Despesas de Custeio e Capital
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Plano Anual de Atividades
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PCTec	Parque Científico e Tecnológico
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEAC	Projetos de Extensão de Ação Contínua
PIE	Programa Pedagogia para Professores em Exercício no Início da Escolarização
PF	Pessoa Física
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
REHUF	Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SECEX	Secretaria de Controle Externo

SEFIP	Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SEIF	Secretaria de Educação Infantil e Fundamental
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGPROJ	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIGRA	Sistema de Informações Acadêmicas de Graduação
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação
SIPPOS	Sistema de Informação Acadêmica da Pós-Graduação
SNGP	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
URP	Unidade de Referência de Preços
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidades Jurisdicionadas

LISTA DE TABELAS

Tabela A.2.I:	FUB: Evolução dos Atendimentos à Comunidade Universitária, 2008 a 2011	52
Tabela A.2.II:	FUB: Apoio a Estudantes de Baixa Renda de 2008 a 2011	53
Tabela A.2.III:	UnB: Tipo de Envolvimento do Alunado no Desenvolvimento de Atividades	54
Tabela A.2.IV:	FUB/UnB: Evolução dos Atendimentos Sociais à População do Distrito Federal e de sua Região de Influência, 2008 a 2009	55
Tabela A.2.V:	FUB: Programas e Ações com maior Índice de Materialidade – LOA 12.381/2011	78
Tabela A.2.VI:	FUB: Programas e Ações com maior Relevância – LOA 12.381/2011	79
Tabela A.2.VII:	Identificação dos Programas e Ações com maior Eficácia – LOA 12.381/2011	80
Tabela A.2.VIII:	FUB/HUB: Programas e Ações com maior Índice de Materialidade – LOA 12.381/2011	88
Tabela A.2.IX:	FUB/HUB: Programas e Ações com maior Relevância – LOA 12.381/2011	89
Tabela A.2.X:	FUB/HUB: Identificação dos Programas e Ações com maior Eficácia – LOA 12.381/2011	89
Tabela A.2.XI:	FUB/UnB – Custo Corrente por aluno, 2005 a 2011, segundo a Metodologia TCU	105
Tabela A.2.XII:	FUB - Custo do ensino, por unidade acadêmica, nos anos de 2005 a 2011	113
Tabela A.2.XIII:	Demonstrativo do custo por aluno 2005 a 2011	115
Tabela A.11.I:	Demonstrativo de subsídios concedidos às unidades da UnB com imóveis comerciais	171
Tabela A.11.II:	Arrecadação de ocupações comerciais no Campus, administradas pela SGP	171
Tabela C.23.I:	UnB: Evolução do Aluno Equivalente, Definido Segundo Critérios do TCU (2007 a 2011).....	212
Tabela C.23.II:	Evolução dos Indicadores de Gestão Propostos pelo TCU – Anos 2007 a 2011 ¹	215
Tabela C.23.III:	UnB: Cálculo dos Indicadores de Gestão (Metodologia TCU e UnB) – Anos 2010 e 2011	216

LISTA DE QUADROS

Quadro I:	Lista de Siglas e Denominações	2
Quadro A.1.I:	Identificação da Unidade Jurisdicionada/UJ no Relatório de Gestão Consolidado	21
Quadro A.2.I:	Elementos do Planejamento Estratégico e Tático da Universidade de Brasília	26
Quadro A.2.II:	Plano Estratégico e Tático da FUB: ciclo 2011 - 2015	30
Quadro A.2.III:	Planejamento Estratégico: Objetivos, Metas e Indicadores.....	32
Quadro A.2.IV:	Quantidade de Projetos apresentados por Área e Período	50

Quadro A.2.V:	Projetos por Áreas Estratégicas – Valor Total para o ciclo de 2011 a 2015	51
Quadro A.2.VI:	Descrição dos programas e ações consignados na LOA (12.381/2011).....	56
Quadro A.2.VII:	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ: FUB 26271 (LOA12.381/2011)	74
Quadro A.2.VIII:	Descrição dos programas e ações consignados na LOA (12.381/2011).....	82
Quadro A.2.IX:	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ: HUB (UO 26393)	87
Quadro A.2.X:	Identificação das Unidades Orçamentárias.....	90
Quadro A.2.XI:	Programação de Despesas Correntes	91
Quadro A.2.XII:	Programação de Despesas Capital	91
Quadro A.2.XIII:	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	92
Quadro A.2.XIV:	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	92
Quadro A.2.XV:	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	96
Quadro A.2.XVI:	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	97
Quadro A.2.XVII:	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	98
Quadro A.2.XVIII:	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	99
Quadro A.2.XIX:	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	101
Quadro A.2.XX:	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	103
Quadro A.4.I:	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	117
Quadro A.5.I:	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	119
Quadro A.5.II:	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	119
Quadro A.5.III:	Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	120
Quadro A.5.IV:	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	120
Quadro A.5.V:	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	120
Quadro A.5.VI:	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	121
Quadro A.5.VII:	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	121
Quadro A.5.VIII:	Composição do Quadro de Estagiários.....	121
Quadro A.5.IX:	Quantidade de prestadores de serviço registrados no SICAP por ano	122
Quadro A.5.X:	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	126

Quadro A.5.XI:	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	127
Quadro A.5.XII:	Total de servidores por categoria do cargo em 2011	130
Quadro A.5.XIII:	Total de servidores ingressos em 2011	130
Quadro A.5.XIV:	Total de desligamentos de servidores em 2011	131
Quadro A.5.XV:	Cursos Oferecidos pelo PROCAP em 2011	132
Quadro A.5.XVI:	Tipos de aposentadorias em 2011	134
Quadro A.5.XVII:	Aposentadorias por cargo em 2011	134
Quadro A.5.XVIII:	Quantidade de aposentadorias por servidores (técnicos e docentes) em 2011	135
Quadro A.5.XIX:	Ingressos por concurso público em 2011	135
Quadro A.6.I:	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	138
Quadro A.6.II:	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	139
Quadro A.6.III:	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	139
Quadro A.6.IV:	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	140
Quadro A.6.V:	Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	141
Quadro A.6.VI:	Instrumentos contratuais firmados entre a FUB e Fundações de Apoio	142
Quadro A.6.VII:	Demonstrativo de Ingresso de Recursos ao FAI (Período: 01/01/2011 a 31/12/2011) – Em R\$1,00.	144
Quadro A.9.I:	Estrutura de controles internos da FUB.....	162
Quadro A.10.I:	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	164
Quadro A.11.I:	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	166
Quadro A.11.II:	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	166
Quadro A.11.III:	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	167
Quadro A.11.IV:	Demonstrativo de Subsídio Imobiliário Concedido pela Universidade	169
Quadro A.12.I:	Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	172
Quadro A.13.I:	Despesa com cartão de crédito corporativo por ug e por portador	173
Quadro A.13.II:	Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	174
Quadro A.15.I:	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	176
Quadro A.15.II:	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	180
Quadro A.15.III:	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	181

Quadro A.16.I:	Informações Sobre Recomendação Da Unidade De Controle Interno Ou De Auditoria Interna Atendida No Exercício.....	195
Quadro A.I:	Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da UJ –Resoluções CONSUNI e CAD	219
Quadro B.01:	Balanço Patrimonial – Todos os Documentos.....	222
Quadro B.02:	Balanço Financeiro	224
Quadro B.03:	Balanço Orçamentário	226
Quadro B.04:	Demonstração das Variações Patrimoniais.....	227
Quadro B.05:	Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza.....	228
Quadro B.06:	Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função	229
Quadro B.07:	Demonstração das Disponibilidades.....	231

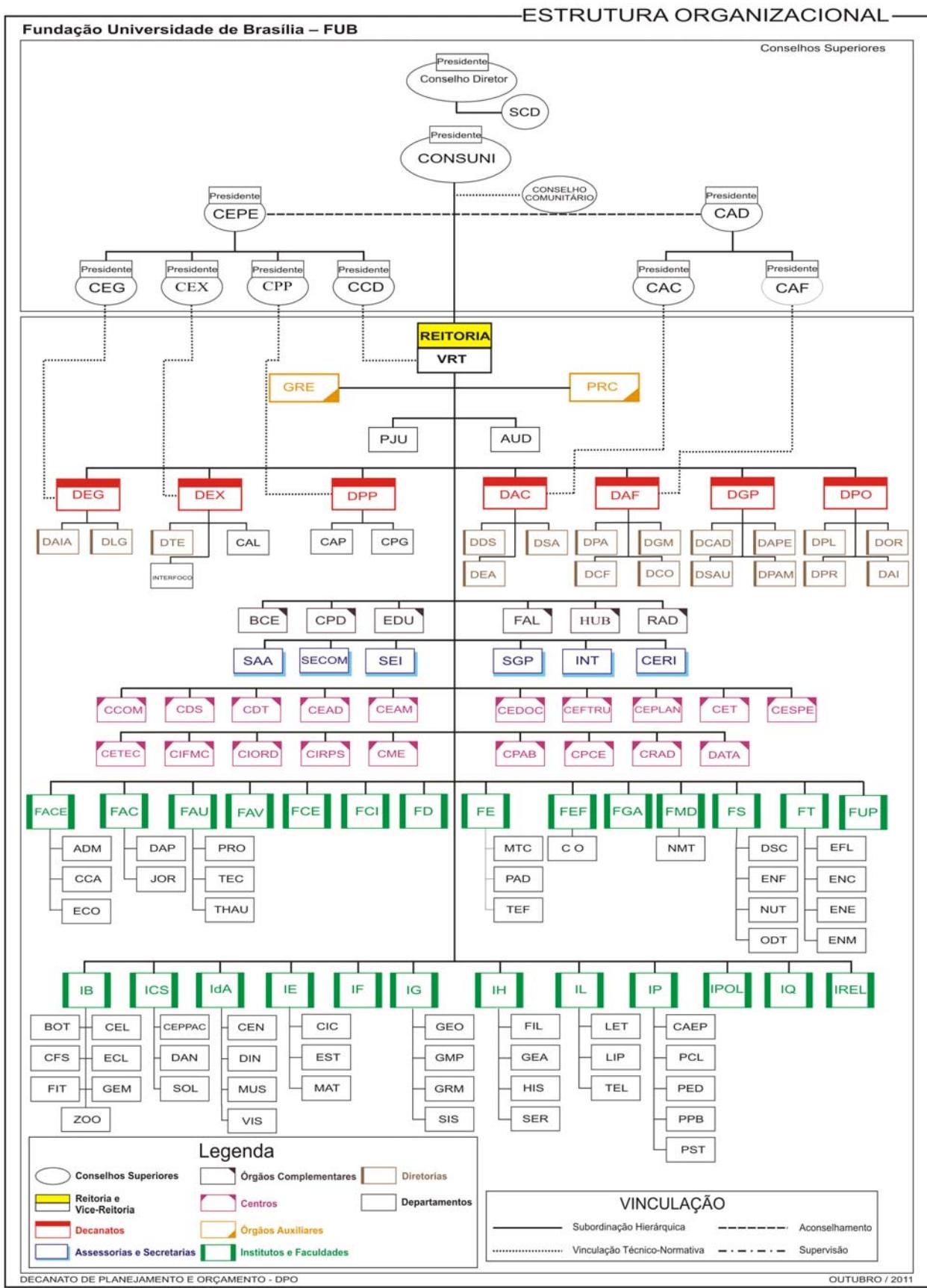
SUMÁRIO

Introdução	19
PARTE A: ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	21
1 Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada	21
1.2 Relatório de Gestão Consolidado	21
2 Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade	22
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	22
2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais	28
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ (FUB – UO 26271).....	56
2.4 Programas e Ações sob a responsabilidade da UJ (HUB-UO 26393).....	81
2.5 Desempenho Orçamentário/Financeiro	90
2.6 Relatório sobre Custo do Ensino e do Aluno da UnB em 2011	104
3 Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	116
4 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	117
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	117
4.2 Análise Crítica do Quadro Pagamento de Restos a Pagar para o Exercício 2011 realizada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF).....	117
5 Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	119
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	119
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	121
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	121
5.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	122
5.5 Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	122
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	129
6 Informações sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres	137
6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício	137
6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse	140
6.3 Análise Crítica	158
7 Declaração da Área Responsável Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres	160
7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.....	160

8	Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	161
9	Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da FUB	162
10	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	164
11	Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	166
12	Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação.....	172
13	Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal	173
13.1	Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo.....	173
14	Informações sobre Renúncia Tributária	175
15	Informações sobre as Providências Adotadas para Atender as Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU	176
16	Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	195
PARTE B:	ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	206
17	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	206
18	Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta...207	207
19	Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais.....208	208
20	Composição Acionária do Capital Social e da UJ como Investidora.....208	208
PARTE C:	ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	209
21	Informações sobre o Fundo Partidário	209
22	Evolução da Situação Financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento.....209	209
23	Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão n. TCU 408/2002 - Plenário e Modificações Posteriores	210
24	Análise da Situação Econômica-Financeira	217
25	Remuneração Paga aos Administradores	217
26	Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”.....217	217
27	Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais.....217	217
28	Imóveis Alienados em 2010 em Consonância com o Plano Nacional de Desimobilização-PND	217
29	Informações sobre os Contatos de Gestão Celebrados.....217	217
30	Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada.....217	217
Referências	218
Anexo A:	Normas Infralegais	219
Anexo B:	Apresentação das Demonstrações Contábeis Previstas nas Leis n. 4.320/1964 e n. 6.404/1976 (elaboradas pela DCF/DAF).....	221
Anexo C:	Declaração do Contador Responsável Atestando os Demonstrativos Contábeis.....	232
Anexo D:	Ofício n.709-A/FUB, de 20 de julho de 2010, encaminhado ao Ministério da Educação ...	233

Anexo E:	Ofício n.0262/FUB-UnB, de 3 de março de 2011, encaminhado à Defensoria Pública da União.....	237
Anexo F:	Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.....	241

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Dilma Vana Rousseff

Presidenta da República

Aloízio Mercadante

Ministro da Educação

Luiz Cláudio Costa

Secretário de Educação Superior

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Vice-Reitor: Prof. João Batista de Sousa

Decano Interino de Ensino de Graduação: Prof. José Américo Soares Garcia

Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Decano de Extensão: Prof. Oviromar Flores

Decana Interina de Assuntos Comunitários: Profa. Carolina Cassia Batista Santos

Decano de Administração: Prof. Eduardo Raupp de Vargas

Decana de Gestão de Pessoas: Gilca Ribeiro Starling Diniz

Decano de Planejamento e Orçamento: Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Auditor Interno: José Avelar dos Santos

Fundação Universidade de Brasília

Decanato de Planejamento e Orçamento

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte

Prédio da Reitoria, bloco B, 1º andar

CEP: 70910-900 Brasília-DF, Brasil

Telefones: (61) 3273-3379 e 3307-2207

Fax: (61) 3274-5915

<http://www.unb.br> – unb@unb.br – dpo@unb.br

Gestor e Editor Responsável:

Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha – Decano de Planejamento e Orçamento

Revisão Técnica:

Léo Kessel – Diretor de Planejamento

Organização:

Jorge Rodrigues Lima – Coordenador de Planejamento

Kátia Maria Silva Boynard – Economista

Equipe Técnica:

Ana Carolina Rezende Costa – Administradora

Eliane dos Santos da Rocha – Administradora

Ereni Gontijo de Lima – Auditora

Filipe Pereira da Silva – Estatístico

Lindalva Lima Costa – Administradora

Thaís Caroline da Silva Dias – Administradora

Responsáveis pelos Demonstrativos da Programação e Execução Orçamentária:

Fernando Soares dos Santos – Diretor de Orçamento

Joardo Antonio de Deus Passos – Técnico em Assuntos Educacionais

Letícia Calderan – Diretora de Apoio a Projetos Acadêmicos

Marta Emilia Teixeira – Assessora do Decano de Administração

Samuel Faria de Abreu – Diretor de Contabilidade e Finanças

Sérgio da Costa Ferreira – Economista

Responsáveis pelos Demonstrativos sobre os Recursos Humanos:

Gilca Ribeiro Starling Diniz – Decana de Gestão de Pessoas

Cláudia Rosana Vasconcelos de Araújo – Assessoria do Decanato

Daniel Lobo de Souza Chagas – Assessoria do Decanato

Sérgio Melo – Assessoria do Decanato

Pesquisa e Compilação da Base de Dados:

Elisabeth de Araújo Ferreira – Coordenadora de Informações Gerenciais

Paulo Sérgio Pires – Analista de Sistemas

Formatação de Tabelas:

Vinícius Marinho Costa

Revisão textual:

Karin Gisele Ventura

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica e Capa:

Mauro Pereira Bento

Gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas integrantes do Sistema de Planejamento Institucional da UnB (Atualizado em 25/3/2011)

Unidades Administrativas

Assessoria de Assuntos Internacionais	INT	Profa. Ana Flávia Granja e Barros
Auditoria	AUD	José Avelar dos Santos
Centro de Planejamento	CEPLAN	Arq. Alberto Alves de Faria
Decanato de Ensino de Graduação	DEG	Prof. José Américo Soares Garcia
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	DPP	Profa. Denise Bomtempo B. de Carvalho
Decanato de Extensão	DEX	Prof. Oviromar Flores
Decanato de Assuntos Comunitários	DAC	Profa. Carolina Cassia Batista Santos
Decanato de Administração	DAF	Prof. Eduardo Raupp de Vargas
Decanato de Gestão de Pessoas	DGP	Dra. Gilca Ribeiro Starling Diniz
Decanato de Planejamento e Orçamento	DPO	Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Prefeitura do Campus	PRC	Prof. Francisco Cassiano Sobrinho
Procuradoria Jurídica	PJU	Paulo Gustavo Medeiros Carvalho
Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	SEI	Prof. José Augusto Abreu Sá Fortes
Secretaria de Gestão Patrimonial	SGP	Prof. José Augusto Abreu Sá Fortes
Secretaria de Assuntos Acadêmicos	SAA	Arnaldo Carlos Alves
Secretaria de Comunicação	SECOM	Ana Beatriz Magno
Ouvidoria	OUV	Alayde Avelar Freire Sant'Anna

Órgãos Complementares

Biblioteca Central	BCE	Profa. Sely Maria de Sousa Costa
Centro de Informática	CPD	Prof. Jacir Luiz Bordim
Editora Universidade de Brasília	EDU	Profa. Lucia Helena Cavazin Zabotto Pulino
Fazenda Água Limpa	FAL	Prof. José Mauro da Silva Diogo
Hospital Universitário de Brasília	HUB	Armando Martinho Bardou Raggio

Centros

Centro de Desenvolvimento Sustentável	CDS	Prof. Saulo Rodrigues Pereira Filho
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	CDT	Prof. Luís Afonso Bermúdez
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	CEAM	Prof. Ricardo Wahrendorff Caldas
Centro de Educação a Distância	CEAD	Prof. Athail Rangel Pulino Filho
Centro de Documentação	CEDOC	Tânia Maria de Moura Pereira
Centro de Estudos do Cerrado	CER	Nina Paula Ferreira Laranjeira
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	CESPE	Prof. Ricardo Carmona
Centro de Excelência em Turismo	CET	Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos
C. Internacional de Física da Matéria Condensada	CIFMC	Prof. Tarcísio Marciano da Rocha Filho
Centro Integrado de Ordenamento Territorial	CIORD	Prof. Jorge Madeira Nogueira
C. de Manutenção de Equipamentos Científicos	CME	Hallen Pereira dos Anjos

Centro de Produção Cultural e Educativa	CPCE	Prof. Armando Bulcão
C. Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas	CEPPAC	Prof. Cristhian Teófilo da Silva
C. de Formação de Recursos Humanos em Transportes	CEFTRU	Prof. Sérgio Ronaldo Granemann
Centro de Pesquisa e Opinião Pública da UnB	DATAUnB	Prof. José Ângelo Belloni
Centro Transdisciplinar de Educação no Campo	CETEC	Profa. Mônica Castagna Molina
Centro Internacional de Pesquisa em Representação e Psicologia Social	CIRPS	Profa. Ângela Maria de Oliveira Almeida
Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais	CPAB	Prof. Jaime Gonçalves de Almeida
Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas	CRAD	Prof. José Roberto Rodrigues Pinto

Unidades Acadêmicas (Institutos/Faculdades)

Faculdade de Comunicação	FAC	Prof. David Renault da Silva
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	FACE	Prof. Tomás de Aquino Guimarães
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	FAU	Prof. José Manoel Morales Sánchez
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	FAV	Prof. Cícero Lopes da Silva
Faculdade de Ciência da Informação	FCI	Profa. Elmira Luiza Melo Soares Simeão
Faculdade de Direito	FD	Profa. Ana Frazão de Azevedo Lopes
Faculdade de Educação	FE	Profa. Carmenísia Jacobina Aires
Faculdade de Educação Física	FEF	Prof. Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende
Faculdade de Medicina	FM	Prof. Paulo César de Jesus
Faculdade de Ciências da Saúde	FS	Profa. Lílian Marly de Paula
Faculdade de Tecnologia	FT	Prof. Antônio César Pinho Brasil Júnior
Instituto de Ciências Biológicas	IB	Profa. Sônia Nair Bão
Instituto de Ciências Sociais	ICS	Prof. Gustavo Sérgio Lins Ribeiro
Instituto de Artes	IdA	Profa. Izabela Costa Brochado
Instituto de Ciências Exatas	IE	Prof. Noraí Romeu Rocco
Instituto de Física	IF	Prof. Geraldo Magela Silva
Instituto de Geociências	IG	Prof. Detlef Hans Gert Walde
Instituto de Ciências Humanas	IH	Prof. Mário Diniz de Araújo Neto
Instituto de Letras	IL	Profa. Maria Luisa Ortiz Alvarez
Instituto de Psicologia	IP	Profa. Gardênia da Silva Abad
Instituto de Ciência Política	IPOL	Profa. Marilde Loiola de Menezes
Instituto de Química	IQ	Prof. Jurandir Rodrigues de Souza
Instituto de Relações Internacionais	IREL	Prof. Eiiti Sato
UnB-Faculdade de Planaltina	FUP	Prof. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril
UnB-Faculdade de Ceilândia	FCE	Profa. Diana Lúcia Moura Pinho
UnB-Faculdade do Gama	FGA	Prof. Alessandro Borges de S. Oliveira

**Pro tempore*

Introdução

As informações apresentadas no Relatório de Gestão 2011 basearam-se na estrutura proposta pelo órgão de controle externo e permite à Administração Superior da Fundação Universidade de Brasília acompanhar e avaliar o nível de alcance dos projetos e atividades das unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2011 - 2015, além de possibilitar aos gestores das unidades apontar e implantar sugestões de aperfeiçoamento da execução do planejamento, corrigir desvios e consolidar projetos identificados como estratégicos.

A Parte A deste relatório contém 17 capítulos, a parte B quatro, e a parte C 10 capítulos, que seguem a estrutura sugerida na Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

Na primeira seção do documento – Parte A -, os seguintes itens não se aplicam à Fundação Universidade de Brasília:

Item	Justificativa
Parte A, item 3, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	De acordo com a Diretoria de Contabilidade e Finanças, não houve movimentação nesse quesito na FUB.
Parte A, item 14, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	A FUB não apresentou em 2011, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria TCU 108, renúncia tributária no período de análise.

A Parte B do Relatório apresenta os seguintes itens que não se aplicam à Fundação:

Item	Justificativa
Parte B, item 19, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	Por se tratar de Fundação Pública, as demandas do item 19 não se aplicam à FUB.
Parte B, item 20, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	Novamente, por se tratar de Fundação Pública, as demandas do item 20 não se aplicam à FUB.

Com respeito à parte C, tem-se a seguinte estrutura:

Item	Justificativa
Parte C, item 21, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	A FUB não apresentou movimentação de recursos do Fundo Partidário, pois o item não se aplica à FUB.
Parte C, item 22, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	Não se aplica à FUB
Parte C, item 24, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	Não se aplica à FUB
Parte C, item 25, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	Não se aplica à FUB
Parte C, item 26, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	A FUB não realizou qualquer contratação em 2011 na modalidade “produto”.
Parte C, item 27, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010	A FUB não realizou qualquer contrato de gestão com organizações sociais em 2011.

Principais Realizações da Gestão no Exercício de 2011

No exercício de 2011, a FUB, no âmbito administrativo, implementou uma reforma administrativa que culminou com a criação de dois novos decanatos: Planejamento e Orçamento e Gestão de Pessoas. O objetivo dessa articulação é fortalecer o modelo de planejamento, procurando, portanto, garantir maior eficiência e eficácia na elaboração e execução do orçamento interno da FUB, bem como integrar o

processo de planejamento institucional aos sistemas de planejamento e execução orçamentários. Com respeito à área de gestão de pessoas, dada a importância crescente à valorização dos colaboradores, consenso nas áreas pública e privada, procura-se promover e adotar as melhores práticas de gestão do conhecimento e do capital intelectual.

Na área acadêmica, merece destaque a 13^a colocação obtida pela UnB, entre 2,1 mil instituições de ensino superior públicas e privadas, resultado divulgado pela avaliação do Índice Geral de Cursos (IGC) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Ademais, cabe ressaltar a 4^a posição na categoria melhor universidade brasileira e 11^a da América Latina, posições obtidas no ranking *QS Top Universities*, elaborado por consultoria internacional que comparou universidades latinoamericanas. Ainda no contexto internacional, o ranking *Webometrics*, de janeiro de 2012, classificou a UnB entre as 200 melhores universidades do mundo, ocupando a 184º no mundo e 6^a, no Brasil. Para efeitos comparativos, a edição de julho de 2011 nos colocou em 328^a. A UnB mereceu ainda o reconhecimento do Guia do Estudante, publicação da Editora Abril, como a melhor instituição brasileira nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

No aspecto social, os indicadores de qualidade vieram acompanhados de inclusão social, melhorias na infraestrutura e crescimento da pesquisa. De 2006 a 2010, os cursos de doutorado cresceram 24% e os de mestrado, 22%. Nos últimos 10 anos, a UnB dobrou o número de vagas de graduação e o número de cursos, graças a ampliação na oferta de vagas do *campus Darcy Ribeiro*, com destaque para os cursos noturnos, além da expansão dos novos *campi* de Planaltina, Gama e Ceilândia.

Apresentamos a seguir algumas das obras e reformas entregues às unidades, contrapartida dos gestores em respeito ao Plano de Obras e aos limites orçamentários estipulados para aquele ano:

- Departamento de Odontologia: entrega da Clínica Odontológica de Ensino e Assistência e Farmácia Universitária;
- Edifício de Maquetes e Protótipos: ampliação do prédio para abrigar os laboratórios de escultura e de cutelaria;
- Unidade de Tratamento de Resíduos Químicos: construção do prédio.
- Rede Elétrica do Prédio ICC: instalação, testes, certificação e ativação de quadro elétrico trifásico parcial de baixa tensão

Planos e Projetos Concretos para o exercício subsequente

A administração central da UnB tem como meta implementar os planos institucionais elaborados pelas unidades acadêmicas, respeitando os critérios gerais para distribuição de recursos e execução orçamentárias para o ano de 2012. O arcabouço do Planejamento Estratégico da instituição é apresentado no capítulo 2 desse relatório.

PARTE A: ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

1 Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.2 Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.I: Identificação da Unidade Jurisdicionada/UJ no Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação	Código SIORG: 244			
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora				
Denominação completa: Fundação Universidade de Brasília				
Denominação abreviada: FUB				
Código SIORG: 470	Código LOA: 26271	Código SIAFI: 154040		
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Fundação Pública				
Principal Atividade: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação		Código CNAE: 8532-5		
Telefones/Fax de contato:	(61) 3307-2207	(61) 3273-3379		
Endereço eletrônico: dpo@unb.br		(61) 3274-5915		
http://www.unb.br e http://www.dpo.unb.br				
Endereço Postal: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte; Prédio da Reitoria, Bloco B, 1º andar, 70910-900, Brasília, DF, Brasil.				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas				
Nome	Situação	Código SIORG		
Hospital Universitário de Brasília	ativa	8610-01/01		
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei de Criação: Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961, com a finalidade regulamentada pelo art. 3º – “Tem por objetivo manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica e cultural”.				
Norma que estabelece a estrutura orgânica: Estatuto da FUB – Decreto n. 500, de 15/1/1962, e Regimento Geral da UnB, conforme aprovação pela Resolução n. 15/2000 do Conselho Diretor da FUB.				
Publicação no DOU do Estatuto da FUB: Data: 16/1/1962, às fls. 559-560. Estatuto FUB: DOU n. 7, de 11/1/1994. Reeditado em 24/9/2001 – DOU n. 183; 2/9/2003 – DOU n. 169; 31/3/2004 – DOU n. 62; 6/7/2007 – DOU n. 129.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
As normas infralegais, que correspondem às resoluções aprovadas pelos Conselhos Universitário (CONSUNI) e de Administração estão relacionadas no ANEXO A.01 deste relatório.				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
154040	Fundação Universidade de Brasília (FUB)			
154019	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT)			
154076	Centro de Informática (CPD)			
154079	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE)			
154078	Editora Universidade de Brasília (EDU)			
154024	Faculdade de Educação Física (FEF)			
154106	Hospital Universitário de Brasília (HUB)			
154020	Prefeitura do Campus (PRC)			

Fonte: Sistema de Planejamento Institucional, 2010.

2 Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

I Competência Institucional

A Universidade de Brasília foi idealizada para combinar o rigor da ciência com a ousadia da arte, inaugurada em 21 de Abril de 1962. A Lei 3.998 de 15 de dezembro de 1961 instituía criação da Fundação Universidade de Brasília.

De acordo com o art. 3º do Estatuto da Fundação Universidade de Brasília, “a Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo, em todos os ramos do saber, e de divulgação científica, técnica e cultural”.

Corroborando o disposto acima, no art. 3º do Estatuto da UnB são consideradas “*finalidades essenciais da Universidade de Brasília o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais*”.

Diante das finalidades essenciais da Universidade foi determinado para o ciclo de planejamento de 2011 a 2015 o **Foco** da UnB como “**“construção e a disseminação do conhecimento**, atuando com competência acadêmica e compromisso social e buscando respostas para questões complexas” de forma que atue e identifique o diferencial competitivo e os concorrentes da Instituição, para orientar a atuação, a capacitação, a terceirização e o posicionamento estratégico.

II Objetivos Estratégicos

As Bases do Planejamento Estratégico da Universidade de Brasília, para construção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente ao ciclo 2011-2015, foram definidas por gestores da Administração Superior e de áreas estratégicas da Instituição, destacando-se os seguintes elementos do planejamento.

Missão

“Ser uma universidade comprometida com o saber e a busca de soluções de problemas do País e da sociedade, educando homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico, dentro de referenciais de excelência acadêmica e de transformação social”.

Visão

Na perspectiva dos gestores, a **Visão** da UnB é “Ser uma das três melhores Universidades Federais do País e referência como:

- Instituição de excelência acadêmica, integrada internacionalmente às diversas áreas do conhecimento;
- inovadora na geração, disseminação, aplicação e gestão do conhecimento;
- padrão na gestão pública moderna, integradora, transparente e democrática;
- instituição humanizadora que ofereça à comunidade universitária qualidade de vida, infraestrutura adequada e boa relação entre as pessoas”.

Valores

Os valores da Universidade foram definidos em conformidade com seus princípios estatutários e direcionam as ações institucionais para um padrão de comportamento individual e institucional voltado para o cumprimento da missão estratégica.

Os principais **Valores** identificados pelos gestores institucionais que orientam a atuação da comunidade e a gestão universitária são os seguintes:

- busca da autonomia institucional com transparência e responsabilidade social;
- ética e respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças;
- busca permanente da excelência em todos os campos de atuação da universidade;
- compromisso público com:
 - - a democratização do acesso ao conhecimento;
 - - o exercício da gestão compartilhada com corresponsabilidade solidária;
 - - o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico local, nacional e global;
 - - o mérito acadêmico vinculado à melhoria da qualidade de vida da sociedade;
 - - a responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável;

Objetivos

A alta Administração da Universidade de Brasília definiu seis grandes **objetivos**, que, alinhados à missão, à visão e aos valores institucionais, orientarão a construção de seu planejamento estratégico, conforme descritos a seguir:

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas

inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multi-campi.

2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade.
3. Aumentar a integração com a sociedade, ampliar o acesso da população à universidade e difundir o conhecimento científico, tecnológico e cultural em âmbito loco - regional nacional e internacional.
4. Implementar ações de apoio, integração, segurança e bem-estar da comunidade universitária.
5. Investir na melhoria da gestão de pessoas com respeito aos princípios de compartilhamento das decisões e das responsabilidades.
6. Ter excelência e visibilidade no planejamento e comunicação institucional, em ações de tecnologia da informação e na gestão estratégica de meios, patrimônio, processos e da informação organizacional.

Ademais, 14 projetos de cunho estratégico para a gestão da universidade foram definidos conforme abaixo para o quinquênio 2011-2015:

1. Gestão compartilhada
2. Projeto: 50 anos da UnB.
3. Fortalecimento, Ampliação e Integração da Excelência Acadêmica
4. Consolidação da reestruturação institucional e da expansão da UnB¹
5. Valorização dos trabalhadores da UnB
6. Renovação da Biblioteca Central (BCE) e das bibliotecas dos campi
7. Projeto Memória da UnB
8. Compromisso Ecológico
9. Adoção de novas tecnologias, atualização e integração de sistemas informatizados e da gestão e automação de processos institucionais para o desenvolvimento das áreas meio e fim
10. Apoio à estruturação do Hospital Universitário e a Unidades de apoio a atividades acadêmicas

¹Reestruturação, no sentido amplo (acadêmica, administrativa, organizacional, expansão/REUNI)

11. Projeto de Atitudes Universitárias
12. Implementação de um Plano Institucional de Segurança
13. Implantação do Parque Científico e Tecnológico – PCTec – UnB
14. Internacionalização da UnB

Uma síntese do Planejamento Institucional da UnB para o ciclo está disposto conforme Quadro A.2.I.

Quadro A.2.I: Elementos do Planejamento Estratégico e Tático da Universidade de Brasília

Missão	Visão	DESAFIOS ESTRATÉGICOS	VALORES
Ser uma universidade comprometida com o saber e a busca de soluções de problemas do País e da sociedade, educando homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico, dentro de referenciais de excelência acadêmica e de transformação social.	Ser uma das três melhores Universidades Federais do País e referência como: a) Instituição de excelência acadêmica, integrada internacionalmente às diversas áreas do conhecimento; b) inovadora na geração, disseminação, aplicação e gestão do conhecimento; c) padrão na gestão pública moderna, integradora, transparente e democrática;	1. Construir consensos necessários em torno da missão da universidade respeitando a diversidade ideológica: internalizar a utopia original, favorecer a coesão, compartilhar compromissos, superar a fragmentação e competitividade internas. 2. Conquistar graus de autonomia que permitam maior liberdade na gestão dos recursos. 3. Promover a internacionalização da UnB com ênfase no intercâmbio científico, cultural e artístico e na mobilidade de estudantes, docentes e técnico-administrativos com vistas ao conhecimento multidisciplinar. 4. Ter programa permanente de tecnologia da informação que aumente e promova a modernização da gestão de processos e o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária.	a) busca da autonomia institucional com transparência e responsabilidade social; b) ética e respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças; c) busca permanente da excelência em todos os campos de atuação da universidade; d) compromisso público com:
er uma universidade comprometida com o saber e a busca de soluções de problemas do País e da sociedade, educando homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a produção de	d) instituição humanizadora que ofereça à comunidade universitária qualidade de vida, infraestrutura adequada e boa relação entre as pessoas	5. Implantar modelo de gestão voltado à superação dos limites burocráticos e da falta de objetividade na solução de problemas e ao reconhecimento dos espaços deliberativos institucionais.	- a democratização do acesso ao conhecimento;

<p>conhecimento científico, cultural e tecnológico, dentro de referenciais de excelência acadêmica e de transformação social.</p>		<p>6. Promover o reordenamento da ocupação espacial dos campi para distribuir adequadamente o crescimento da comunidade universitária.</p>	<p>- o exercício da gestão compartilhada com corresponsabilidade solidária;</p>
		<p>7. Otimizar a gestão de pessoas por meio da recomposição do quadro permanente, ampliação das atividades de formação e capacitação, valorização dos servidores e criação de condições de trabalho atrativas.</p>	<p>- o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico local, nacional e global;</p>
		<p>8. Superar os limites salariais dos servidores.</p>	<p>- o mérito acadêmico vinculado à melhoria da qualidade de vida da sociedade;</p>
			<p>- a responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável;</p>
			<p>e) Universidade como espaço para a valorização de diálogo entre diferentes saberes; f) educação superior como um bem público diretamente vinculado ao projeto de país definido pela Constituição, e comprometido com as necessidades da sociedade.</p>

2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

I Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade ou do Órgão em que a Unidade Esteja Inserida

O Planejamento Estratégico da Universidade de Brasília, elaborado pela Administração Superior e com ampla participação de gestores universitários das áreas acadêmica e administrativa e apreciação de colegiados superiores, constitui relevante instrumento de gestão por direcionar os rumos da Instituição, para o período que compreende o ciclo de 2011 a 2015.

As estratégias da UnB adotadas no processo de elaboração do planejamento estão alicerçadas em três pilares fundamentais para a construção do cenário organizacional: Planejamento Estratégico, Tático e Operacional. O primeiro estabelece a missão e elementos básicos do planejamento estratégico institucional para o próximo ciclo. O segundo associa as metas e indicadores de gestão aos objetivos a serem alcançados pelas áreas. Por último, no planejamento operacional, as unidades acadêmicas e administrativas integrantes do sistema de planejamento alinham suas propostas anuais aos fundamentos institucionais.

A definição do Planejamento Estratégico da UnB, por sua vez, teve início a partir de análise e diagnóstico institucional, mediante instrumento denominado Matriz SWOT, por meio do qual foram identificadas as oportunidades e ameaças e os pontos fortes e pontos fracos no âmbito da instituição, com envolvimento de 66 Unidades Acadêmicas e Administrativas à época.

Posteriormente, foi feito um trabalho sobre a análise da matriz SWOT, elaborada por Unidades Acadêmicas e Administrativas, utilizando técnicas de mineração de textos (*text mining*) aplicadas sobre as respostas da matriz SWOT, além da análise das missões de cada unidade participante, objetivando propiciar uma visão geral e uniformizar elementos semânticos para a conceitualização da missão da UnB, como um todo. Os resultados obtidos subsidiaram os gestores da alta Administração da UnB na construção das Bases Estratégicas e Táticas para o PDI 2011 - 2015, cujos trabalhos deram início em julho de 2010, mediante a realização de Oficina de Planejamento.

Essa etapa do processo de planejamento foi fundamental na definição da missão da Universidade e de outros elementos estratégicos institucionais, de objetivos, metas e indicadores, que nortearão os rumos da Universidade, para os próximos cinco anos.

Para definição dos elementos básicos de planejamento, no nível tático, também aplicou-se, inicialmente, a Matriz SWOT nas áreas gestoras estratégicas, assim como a matriz de impacto, fazendo-se associações entre as variáveis externas e internas, apontando-se resultados favoráveis e desfavoráveis do ambiente institucional, as quais contribuíram com a definição de metas e indicadores, alinhados aos objetivos estratégicos institucionais, para o quinquênio.

Contribuíram com a definição da atual estrutura de planejamento estratégico da UnB, assim como da revisão e adaptação do sistema de planejamento institucional, o relatório final de avaliação da gestão de meios – Gestão do Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças, elaborado por equipe de pesquisa, constituída por professores e técnicos, externos e internos, sob a coordenação da Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, criada pelo Reitor, em 2009, e presidida pelo Vice-Reitor. Esse relatório originou-se de utilização, entre outras técnicas, de metodologia denominada MCDA (metodologia de multicritérios para apoiar a tomada de decisões), implicando, ainda, a aplicação de entrevistas a 66 gestores de unidades acadêmicas e administrativas, além de outras contribuições espontâneas originárias de diversos setores e áreas da Universidade, nos últimos anos.

Outro aspecto a considerar na concepção do novo modelo consiste na melhor definição de metas e indicadores institucionais a alcançar nos próximos cinco anos, mediante, fundamentalmente, a ação efetiva das unidades de ponta, ou seja, os Institutos e Faculdades.

Os elementos básicos do planejamento estratégico institucional, definidos para o quinquênio são: Foco, Missão, Valores, Visão, Desafios, Objetivos Estratégicos, Áreas e Projetos Estratégicos Institucionais que orientam todo o processo de planejamento institucional, nos níveis estratégico, tático e operacional. Adicionalmente, o modelo permite o monitoramento e a avaliação das metas estratégicas estabelecidas para os próximos cinco anos, além de introduzir a figura dos projetos estratégicos institucionais, de iniciativa da alta Administração, para atendimento de interesses coletivos da comunidade interna e externa.

A possibilidade de adequação anual do Plano proporciona um fluxo dinâmico ao processo de planejamento e permite aos gestores atingir as ações propostas.

O documento Bases Estratégicas e Táticas fundamenta a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o período de 2011 a 2015, instrumento legal e obrigatório para as Instituições de Ensino Superior, elaborado com expressiva participação da comunidade universitária, análise e deliberação por Colegiados Superiores da Universidade.

Por fim, a garantia de sucesso de todo o processo de planejamento requer esforços dos diversos atores na busca por um plano que agregue a melhoria da qualidade acadêmica e gestão administrativa, associada à incorporação dos valores institucionais, em benefício da sociedade, em geral.

II Análise do Plano de Ação da Unidade Referente ao Exercício a que se Referir o Relatório de Gestão

A base do Planejamento Institucional da Universidade está alicerçada no conceito de Metas Estratégicas, as quais foram elaboradas pela Alta Administração e estão relacionadas às áreas e objetivos estratégicos.

O esquema abaixo representa o plano estratégico e tático para o quinquênio 2011-2015

Quadro A.2.II: Plano Estratégico e Tático da FUB: ciclo 2011 - 2015

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ÁREA ESTRATÉGICA
1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multi-campi.	1. Ensino de Graduação (DEG) 2. Ensino de Pós-Graduação (DPP) 4. Extensão (DEX) 5. Assistência à Comunidade Universitária (DAC) 11. Gestão Ambiental, de Obras e de Espaço Físico e Segurança (CEPLAN/DPO, SGP/SEI, PRC, DAC, DAF)
2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade	3. Pesquisa (DPP)
3. Aumentar a integração com a sociedade, ampliar o acesso da população à universidade e difundir o conhecimento científico, tecnológico e cultural em âmbito loco - regional, nacional e internacional.	4. Extensão (DEX)
4. Implementar políticas de apoio, integração e bem-estar da comunidade universitária.	5. Assistência à Comunidade Universitária (DAC)
5. Investir na melhoria da gestão de pessoas com respeito aos princípios de compartilhamento das decisões e das responsabilidades.	6. Gestão de Pessoas (DGP)
6. Ter excelência e transparência na comunicação institucional, em ações de Tecnologia da Informação, na gestão de meios, do patrimônio e de processos.	7. Planejamento e Gestão (DPO) 8. Tecnologia da Informação e Comunicação (DPO, CPD) 9. Comunicação Institucional e Informações (SECOM) 10. Captação de Recursos, Prestação de Serviços e Gestão Patrimonial (CESPE, CDT, DAF, SGP/SEI)

As metas mobilizadoras aqui apresentadas foram propostas e acordadas pelos principais gestores das áreas estratégicas. A partir do seu estabelecimento, as unidades acadêmicas e administrativas elaboraram seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e a seguir apresentamos as metas estratégicas, dispostas por área de atuação e objetivo estratégico.

Quadro A.2.III: Planejamento Estratégico: Objetivos, Metas e Indicadores

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multi-campi.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
1. Ensino de Graduação	1.1.4. Alcançar 100% do número de matrículas em cursos presenciais projetadas para 2015 no âmbito do Reuni-UnB	(Alunos matriculados em cursos presenciais no ano /MAT)*100. Obs: MAT=Σvagas de ingresso anuais em cursos presenciais * duração nominal do curso *(1+ fator de retenção)	4 – Aperfeiçoar condições de infraestrutura e de pessoal para a melhoria da qualidade do ensino de graduação; 1 – Estabelecer e implementar políticas para redução da evasão e de retenção nos cursos de graduação;
	1.1.5. Diplomar 5.500 alunos em cursos presenciais em 2015	Número de diplomas expedidos por ano em cursos presenciais	5 – Contribuir para a melhoria da qualificação da demanda pelos cursos de graduação da UnB, por meio de ações com o ensino médio 3 – Ofertar vagas para ingresso primário em cursos de graduação
	1.1.6. Alcançar taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais (TCG) de 0,90 em 2015	Relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais no ano (DIP) e o total de vagas oferecidas para ingresso primário cinco anos antes (ING5). TCG = DIP / ING5	2 – Planejar, implementar e avaliar regularmente os cursos de graduação e seus processos seletivos, com foco na excelência 4 – Aperfeiçoar condições de infraestrutura e de pessoal para a melhoria da qualidade do ensino de graduação
	1.1.7. Institucionalização completa do ensino de graduação a distância	Número de cursos de graduação a distância reconhecidos pelo MEC e com 100% dos procedimentos administrativos e acadêmicos sob responsabilidade dos	3 – Ofertar vagas para ingresso primário em cursos de graduação; 2 – Planejar, implementar e avaliar regularmente os cursos de graduação e seus processos seletivos, com foco na excelência; 4 – Aperfeiçoar condições de infraestrutura e de pessoal para a melhoria da qualidade do ensino de graduação 6 – Institucionalizar procedimentos administrativos e acadêmicos de oferta regular, de gestão e de avaliação dos cursos de graduação a distância

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multi-campi.			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
		colegiados, conforme estabelecido no Regimento Geral da UnB	
	1.1.8. Ofertar regularmente todos os cursos de graduação a distância	Número de cursos de graduação a distância ofertados por ano	4 – Aperfeiçoar condições de infraestrutura e de pessoal para a melhoria da qualidade do ensino de graduação 6 – Institucionalizar procedimentos administrativos e acadêmicos de oferta regular, de gestão e de avaliação dos cursos de graduação a distância
	1.1.9. Implantar sistema de gestão da informação para todos os processos da área de ensino de graduação	(Número de processos informatizados / Número total de processos) * 100	7 – Identificar e implementar gestão automatizada eficiente e eficaz na área de ensino de graduação 4 – Aperfeiçoar condições de infraestrutura e de pessoal para a melhoria da qualidade do ensino de graduação
	1.1.10. Concluir o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) até 2012	PPPI concluído e aprovado nos Conselhos Superiores	8 – Elaborar e aprovar nos órgãos colegiados o Projeto Político-pedagógico Institucional da UnB
	1.2.1. Internacionalizar a pós-graduação e a pesquisa da UnB, por meio de cooperação internacional, acordos institucionais bilaterais e multilaterais nas diversas modalidades, tais como: doutorado pleno no exterior, doutorado sanduíche no exterior, co-tutelas, dupla titulação, colégios doutoriais, Escolas de Altos Estudos, projetos especiais, dentre outras.	(1- (TOTAL de acordos institucionais bilaterais e multilaterais nas diversas modalidades no ano/ TOTAL de acordos institucionais bilaterais e multilaterais nas diversas modalidades no ano anterior))*100	Viabilizar a assinatura de acordos de cooperação internacional, institucionais bilaterais e multilaterais nas diversas modalidades.
	1.2.2. Modernizar a estrutura de pós-graduação, pesquisa e inovação da UnB com uso de novas tecnologias.	(1- (TOTAL de salas de aula com equipamento multimídia e salas de videoconferência no ano/ TOTAL de salas de aula com equipamento multimídia e salas de videoconferência no ano anterior))*100	Mobilizar os pesquisadores para solicitarem apoio via editais de fomento, como por exemplo o CT-INFRA ,para modernização da estrutura de pós-graduação dos programas da UnB.
	1.2.3. Implantar 100% do Observatório da produção de conhecimento, pesquisa e inovação (OBSERVE UnB), até 2015.	Implantação do Projeto OBSERVE UnB completo até 2015.	Continuar o desenvolvimento do projeto Observe UnB.

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multi-campi.			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	1.2.4. Consolidar os Programas de Pós-graduação com o objetivo de ter 50% destes com conceito superior a 4 (quatro) na avaliação da CAPES, até 2015.	TOTAL de cursos de pós-graduação com nota superior a 4 na avaliação da CAPES (2010-2012)* 0.5	Mobilizar os pesquisadores dos diversos programas de pós-graduação para consolidarem suas pesquisas e consequentemente ampliarem sua produção científica qualificada na Capes.
	1.2.5. Expandir os programas de Pós-Graduação da UnB em 10% ao ano, em áreas estratégicas conforme o Plano Nacional de Ciencia e Técnologia e Inovação e o PNPG 2011-2020, até 2015.	(1-(TOTAL de cursos novos de pós-graduação aprovados pela Capes no ano / TOTAL de cursos de pós-graduação do ano anterior)) *100	Mobilizar os pesquisadores para propor programas em áreas estratégicas conforme o PNCTI e PNPG 2011-2020.
	1.2.6. Elevar em 20% ao ano, o volume de produções indexadas no Qualis A Capes nacional e internacional, até 2015.	(1-(TOTAL da produção indexada no Qualis A Capes nacional e internacional no ano / TOTAL da produção indexada no Qualis A Capes nacional e internacional do ano anterior)) *100	Submeter artigos científicos para periódicos nacionais e internacionais Qualis A da Capes.
	1.2.7. Aumentar em 20% ao ano, o valor dos recursos para os editais de fomento do DPP, até 2015.	(1-(TOTAL de recursos para os editais de fomento do DPP no ano / TOTAL de recursos para os editais de fomento do DPP do ano anterior)) *100	Solicitar aumento dos recursos FUB na ordem de 20% ao ano para os editais de fomento do DPP.
	1.2.8. Aumentar em 20% o número de docentes e discentes dos programas de pós-graduação no edital de participação em eventos científicos nacionais e internacionais, até 2015.	(1-(TOTAL de docentes e discentes dos programas de pós-graduação no edital de participação em eventos científicos nacionais e internacionais no ano / TOTAL de docentes e discentes dos programas de pós-graduação no edital de participação em eventos científicos nacionais e internacionais do ano anterior)) *100	Estimular os docentes e discentes dos programas de pós-graduação a participarem dos editais DPP de apoio a participação em eventos científicos nacionais e internacionais.
	1.2.9. Aumentar em 20% o número de estudantes de pós-graduação participantes do edital de apoio à reprodução de teses/dissertações, a cada ano, até 2015.	(1-(TOTAL de discentes dos programas de pós-graduação no edital de apoio à reprodução de teses/dissertações no ano / TOTAL de discentes dos programas de pós-graduação no edital de apoio à reprodução de teses/dissertações do ano	Estimular os discentes dos programas de pós-graduação a participarem do edital DPP de apoio à reprodução de teses/dissertações.

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multi-campi.			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
		anterior)) *100	
	1.2.10. Aumentar em 25% o total de bolsas de pós-graduação na UnB até 2015.	(1-(TOTAL de bolsas de mestrado e doutorado das agências de fomento CNPq e Capes no ano / TOTAL de bolsas de mestrado e doutorado das agências de fomento CNPq e Capes do ano anterior)) *100	Solicitar a CAPES ampliação das bolsas de pós-graduação na ordem de 25% ao ano.
	1.2.11. Elevar em 10% ao ano, os cursos de especialização (<i>lato sensu</i>), até 2015, visando atender demandas da sociedade com cursos de qualidade.	(1-(TOTAL de cursos novos de especialização aprovados no ano / TOTAL de cursos de especialização aprovados no ano anterior)) *100	Os pesquisadores devem propor projetos de curso de especialização.
	1.2.12. Elevar em 100% a participação de estudantes de pós-graduação no programa de doutorado sanduíche, até 2015.	(1-(TOTAL de estudantes de pós-graduação no programa de doutorado sanduíche no ano / TOTAL de estudantes de pós-graduação no programa de doutorado sanduíche do ano anterior)) *100	Os discentes de pós-graduação devem ser estimulados pelos seus orientadores a solicitar bolsas de doutorado sanduiche.
	1.2.13. Elevar em 20% ao ano, a participação de docentes/pesquisadores visitantes sêniores nacionais e internacionais nos programas de pós-graduação, até 2015.	(1-(TOTAL de docentes/pesquisadores visitantes nacionais e internacionais nos programas de pós-graduação no ano / TOTAL de docentes/pesquisadores visitantes nacionais e internacionais nos programas de pós-graduação do ano anterior)) *100	Convidar pesquisadores seniores internacionais para cooperarem com programas de pós-graduação da UnB.
	1.2.14. Elevar em 20% por ano, a participação de docentes e pesquisadores de outras universidades, centros e institutos de pesquisa em pós-doutorados na UnB, até 2015.	(1-(TOTAL de pesquisadores de outras instituições em pós-doutorado na UnB no ano / TOTAL de outras instituições em pós-doutorado na UnB do ano anterior)) *100	Convidar docentes e pesquisadores de outras IFES e/ou institutos de pesquisa para fazerem seus pós-doutorados na UnB.
	1.2.15. Elevar em 20%, ao ano, o numero de docentes participantes no edital DPP de publicação em periódicos nacionais e internacionais Qualis A/Capes, até 2015.	(1-(TOTAL de participações dos docentes no edital de publicação em periódicos nacionais e internacionais Qualis A/Capes	Estimular os pesquisadores a submeterem publicações em periódicos nacionais e internacionais Qualis A Capes via edital DPP.

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multicampi.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
		no ano / TOTAL de participações dos docentes no edital de publicação em periódicos nacionais e internacionais (Qualis A/Capes do ano anterior)) *100	
	1.2.16. Realizar 2 (dois) Seminários de Pesquisa e Inovação ao ano, até 2015, em temas estratégicos transversais e multidisciplinares.	TOTAL de realização de Seminários de Pesquisa e Inovação do DPP no ano.	Realizar dois Seminários de Pesquisa e Inovação ao ano.
	1.2.17. Realizar 1 (um) Seminário de Avaliação da Pós-Graduação ao ano, até 2015.	TOTAL de realização do Seminário de Avaliação da Pós-Graduação do DPP no ano.	Realizar um Seminário de Avaliação da Pós-Graduação ao ano.
	1.2.18. Possibilitar a inserção de 20% ao ano, de docentes mestres em programas de doutorado no Brasil e no Exterior, até 2015.	(1-(TOTAL de docentes mestres matriculados em programas de doutorado no ano / TOTAL de docentes mestres matriculados em programas de doutorado no ano anterior))*100	Incentivar os docentes mestres a se registrar em programas de doutorado no país ou no exterior.
	1.2.19. Atualizar os conteúdos de 100% dos sítios de Internet dos Programas de Pós-Graduação da UnB, disponibilizando-os à sociedade em português, inglês e espanhol, com o objetivo de inserção social e internacionalização da Pós-Graduação na UnB, até 2015.	(1-(TOTAL de sites dos cursos de pós-graduação atualizados no ano / TOTAL de sites dos cursos de pós-graduação atualizados do ano anterior)) *100	Apoiar financeiramente o desenvolvimento de sítios dos programas de pós-graduação da UnB em português, inglês e espanhol.
	1.2.20. Elevar em 10% ao ano, a participação de docentes/pesquisadores da UnB em pós-doutorados no Exterior, até 2015.	(1-(TOTAL de docentes/pesquisadores da UnB em programas de pós-doutorado no ano / TOTAL de docentes/pesquisadores da UnB em programas de pós-doutorado do ano anterior)) *100	Os docentes/pesquisadores devem solicitar bolsas de pós-doutorado junto aos órgãos de fomento.
	1.2.21. Reduzir em 25% o índice médio (14%) de evasão geral da pós-graduação até 2015	(1-(TOTAL de alunos matriculados na pós-graduação da UnB no final no período / TOTAL de alunos matriculados na pós-graduação da UnB no início do período))*100	Os coordenadores de pós-graduação devem analisar os motivos da evasão de seus programas e juntamente com o DPP tomarem medidas para reduzir este índice.
	1.2.22. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de ensino	(Quantidade de projetos/atividades	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multi-campi.			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
11. Gestão Ambiental, de Obras e de Espaço Físico e Segurança	de pós-graduação relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	da área de ensino de Pós-Graduação não aderentes as metas mobilizadoras anteriores
	1.11.1. Contratar as reformas planejadas até 2015.	((Quantidade de reformas concluídas/ Quantidade de reformas previstas) - 1)*100	Sugestão de obra de reforma - NÃO PODE HAVER ACRÉSCIMO A ÁREA CONSTRUÍDA)
	1.11.2. Concluir a infraestrutura dos novos campi da UnB em compatibilidade com o Plano de Diretor até 2015.	((Quantidade de redes, serviços concluídas/ Quantidade de redes, serviços previstos) - 1) *100.	Prover condições para a conclusão da infraestrutura dos novos <i>campi</i> da UnB
	1.11.3. Elaborar programas para a gestão ambiental na infraestrutura física dos campi da UnB	Programa para gestão ambiental elaborado	Prover condições para a elaboração do programa de gestão ambiental
	1.11.4. Implementar programas para a gestão ambiental na infraestrutura física dos campi da UnB	Plano interno implementado	Prover condições para a implementação do programa de gestão ambiental
	1.11.5. Ter 100% das calçadas e estacionamentos iluminados até 2015	((Total de calçadas e estacionamentos iluminados / total de calçadas e estacionamentos a iluminar) - 1 * 100)	Viabilizar a implementação de nova iluminação das calçadas e estacionamentos dos <i>campi</i>
	1.11.6. Elaborar programa para a recuperação, conservação e manutenção do patrimônio da FUB.	Programa elaborado	Viabilizar meios para a elaboração do Programa para recuperação, conservação e manutenção do patrimônio da FUB
	1.11.7. Implementar programa para a recuperação, conservação e manutenção do patrimônio da FUB até 2015.	Programa implementado	Viabilizar meios para a implementação do Programa para recuperação, conservação e manutenção do patrimônio da FUB
	1.11.8. Regularizar 100% dos espaços físicos dos campi até 2013.	((Quantidade de espaços regularizados / quantidade de espaço regularizar)-1)*100	Estabelecer política e ações relacionadas às atividades de regularização dos espaços físicos dos campi
	1.11.9. Contratar as obras aprovadas no Plano de Obras da UnB até 2015.	(Quantidade de obras concluídas e registradas no SPIUNET/ Quantidade de obras aprovadas no Plano de Obras)*100	1- DAF :Planejar, executar, acompanhar, concluir e registrar obras no SIAFI/SPIUNET 2- TODOS: Sugestão de obra de ampliação (deve haver acréscimo à área construída) 3-TODOS: Sugestão de obra nova (construção de um novo prédio - NÃO PODE SER ACRÉSCIMO A CONSTRUÇÃO EXISTENTE)

1. Formar pessoas competentes e éticas, com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças, capazes de promover práticas inovadoras e de se manter atualizadas ao longo do tempo; e consolidar a expansão e a reestruturação acadêmica, em um contexto de Universidade multi-campi.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	1.11.10. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de gestão ambiental, de obras e de espaço físico e segurança relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de Gestão Ambiental, de Obras e de Espaço Físico e Segurança não aderentes as metas mobilizadoras anteriores

2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
3. Pesquisa	2.3.1. Sistematizar o registro da produção científica no repositório institucional da UnB na BCE.	(1-(Total de docentes com registro de produção científica vinculado à progressão funcional no ano / Total de docentes com registro de produção científica vinculado à progressão funcional no ano anterior)* 100	Docentes/Pesquisadores devem registrar sua produção científica no repositório institucional da UnB na BCE.
	2.3.2. Ampliar a competitividade dos pesquisadores da UnB em editais das agências de fomento regionais, nacionais e internacionais, por meio da apresentação de projetos de pesquisa de qualidade em todas as áreas de conhecimento.	(1-(Número de projetos aprovados no ano / Total de projetos aprovados no ano anterior)* 100	Mobilizar os pesquisadores para participação em editais das agências de fomento regionais, nacionais e internacionais.
	2.3.3. Fomentar a vinculação de laboratórios de pesquisa ao MCT, na modalidade “laboratórios associados”.	(1-(Número de laboratórios vinculados ao MCT no ano / Total de laboratórios vinculados ao MCT no ano anterior)* 100	Incentivar a criação de laboratórios associados ao MCT, através da organização transversal de competências das pesquisas da UnB.
	2.3.4. Ampliar as redes de pesquisa regionais, nacionais e internacionais em todas as áreas de conhecimento.	(1-(Número de redes de pesquisa regionais, nacionais e internacionais que a UnB participa no ano / Total de redes de pesquisa regionais, nacionais e internacionais que a UnB participava no ano anterior)* 100	Viabilizar a criação de redes de pesquisa regionais, nacionais e internacionais, conforme demandas da comunidade científica da UnB.
	2.3.5. Criar linha de fomento no DPP que viabilize o financiamento para consolidar revistas nacionais indexadas no Qualis, no total de R\$ 400 mil, até 2015.	R\$ 100.000,00 por ano a partir de 2012.	Financiar revistas institucionais de circulação nacional indexadas no Qualis da Capes.
	2.3.6. Propor ao CAD a destinação de recursos, na	R\$ 500.000,00 por ano a partir de 2012.	Fazer proposta ao CAD de alocação de recursos na

2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	matriz do PDI do DPP, para manter e consolidar a infraestrutura física e de funcionamento dos laboratórios de pesquisa da UnB, no total de R\$ 2 milhões, até 2015.		ordem de R\$ 2milhões para manter e consolidar a infraestrutura física dos laboratórios de pesquisa na UnB.
	2.3.7. Criar linha fomento no DPP que viabilize o financiamento de experimentos que utilizem laboratórios de pesquisa nacionais e internacionais, bem como missões de trabalho técnico científico, no total de R\$ 1,2 milhões, até 2015.	R\$ 300.000,00 por ano a partir de 2012.	Financiar experimentos em laboratórios de pesquisa nacional e internacional, bem como missões de trabalho técnico científico.
	2.3.8. Promover uma capacitação ao ano, aos pesquisadores da UnB, em registro de patentes nacionais e internacionais, até 2015.	Um curso por ano até 2015, com início previsto para 2012.	Promover anualmente uma capacitação de pesquisadores em registro de patentes nacionais e internacionais.
	2.3.9. Elevar em 10% ao ano o número de solicitações de patentes.	(1-(Número de patentes criadas no ano / Total de patentes do ano anterior) * 100	Solicitar patentes.
	2.3.10. Elevar em 10% ao ano o número de grupos de pesquisa certificados pela UnB, até 2015.	(1-(Número de grupos de pesquisa criados no ano / Total de grupos de pesquisa do ano anterior) * 100	Mobilizar os pesquisadores para criação de grupos de pesquisa certificados pela UnB.
	2.3.11. Elevar em 20% ao ano o número de bolsistas de iniciação científica.	(1-(Número de bolsas de iniciação científica criadas no ano / Total de bolsas de iniciação científica do ano anterior) * 100	Incentivar a comunidade a submeter projetos de iniciação científica e solicitar junto ao CNPq aumento nas quotas de bolsas para UnB.
	2.3.12. Elevar em 10% ao ano o número de bolsas de DTI nos programas de pós-graduação, até 2015.	(1-(Número de bolsas PQ de pesquisadores da UnB criadas no ano / Total de bolsas PQ de pesquisadores da UnB do ano anterior)) *100	Mobilizar os pesquisadores para solicitação de bolsas DTI nos projetos de pesquisa.
	2.3.13. Elevar em 5 % ao ano o número de pesquisadores da UnB com bolsas de produtividade (PQ ou PDTI) no CNPq, até 2015.	(1-(Total de recursos captados por meio do Edital CT-INFRA-FINEP no ano / Total de recursos captados por meio do Edital CT-INFRA-FINEP do ano anterior)) *100	Mobilizar os pesquisadores para solicitarem bolsas de produtividade PQ e PDTI junto ao CNPq.
	2.3.14. Elevar em 20% o valor dos recursos para laboratórios e grupos de pesquisa captados por meio do Edital CT-INFRA/FINEP, até 2015.	(1-(Total de recursos captados por meio do Edital CT-INFRA-FINEP no ano / Total de recursos captados por meio do Edital CT-INFRA-FINEP do ano anterior)) *100	Mobilizar os coordenadores de laboratório e grupos de pesquisa para submissão de propostas para edital CP-INFRA/FINEP.
	2.3.15. Elevar em 20% o número de programas de pós-graduação participantes no Edital pró-	(1-(Número de programas de pós-graduação participantes no Edital Pró-equipamentos-Capes	Estimular os programas de pós-graduação a participarem nos editais Pró-equipamentos.

2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	equipamentos da Capes.	no ano / Número de programas de pós-graduação participantes no Edital Pró-equipamentos-Capes do ano anterior)) *100	
	2.3.16. Elevar em 20% o número de pesquisadores dos programas de pós-graduação nos editais de apoio a pesquisa do DPP, até 2015.	(1-(Número de pesquisadores dos programas de pós-graduação no Edital de apoio a pesquisa do DPP no ano / Número de pesquisadores dos programas de pós-graduação no Edital de apoio a pesquisa do DPP do ano anterior)) *100	Estimular os pesquisadores dos programas de pós-graduação a participarem nos editais do DPP.
	2.3.17. Elevar em 20% o número de publicações de livros, coletâneas e revistas financiados pelo edital do DPP.	(1-(Número de publicações de livros, coletâneas e revistas no ano / Número de publicações de livros, coletâneas e revistas do ano anterior)) *100	Estimular os pesquisadores a submeterem publicações de livros, coletâneas e revistas via edital DPP.
	2.3.18. Elevar em 20% o número de estudantes de pós-graduação participantes no Edital de apoio a realização de pesquisa de campo, até 2015.	(1-(Número de pós-graduandos participantes no Edital de apoio a realização de pesquisa de campo no ano / Número de pós-graduandos participantes no Edital de apoio a realização de pesquisa de campo do ano anterior)) *100	Estimular os estudantes de pós-graduação a participarem no edital de pesquisa de campo do DPP.
	2.3.19. Elevar em 20% o número de pesquisadores no Edital de inclusão de novos docentes na pesquisa, até 2015, com o objetivo de inserção nos programas de pós-graduação.	(1-(Número de docentes participantes no Edital de apoio a novos docentes / Número de docentes participantes no Edital de apoio a novos docentes no ano anterior)) *100	Estimular os novos docentes da UnB a participarem do edital DPP de inclusão de novos docentes na pesquisa.
	2.3.20. Ampliar em 10% o número de Institutos Nacionais de Ciencias e Tecnologia (INCTs), conforme Política do MCT/ CNPq, sediados na UnB, até 2015.	(1-(Número de INCT / Número de INCT no ano anterior)) *100	Apoiar a consolidação de grupos de pesquisa, os quais possam se tornar INCTs junto ao MCT.
	2.3.21. Implantar 10% das atividades de pesquisa do Parque Tecnológico da UnB, até 2015.	(1-(Número de atividades de pesquisa do parque tecnológico / Número de atividades de pesquisa do parque tecnológico no ano anterior))*100	Viabilizar a implantação do C-Biotech no Parque Tecnológico da UnB.
	2.3.22. Implantar 10% das atividades de pesquisa do parque tecnológico no Campus Gama, até 2015.	(1-(Número de atividades de pesquisa do parque tecnológico do Gama / Número de atividades de pesquisa do parque tecnológico do Gama no ano anterior))*100	Apoiar as iniciativas de implantação do parque tecnológico no Campus Gama.
	2.3.23. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de pesquisa relacionados às finalidades da unidade e aos	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de Pesquisa não aderentes as metas mobilizadoras

2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	objetivos institucionais.		anteriores

3. Aumentar a integração com a sociedade, ampliar o acesso da população à universidade e difundir o conhecimento científico, tecnológico e cultural em âmbito loco - regional, nacional e internacional.			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
4. Extensão	3.4.1. Elevar em 10% ao ano o número de outras atividade de extensão	(Número de projetos de extensão criados no ano / Total de projetos-atividade de extensão ano anterior) * 100	Elaborar programa de Articulação e Fomento da Extensão;
	3.4.2. Elevar em 20% o número de cursos de extensão à distância.	Número de cursos de extensão à distância criados/ número de cursos de extensão presenciais	Pesquisa, geração de dados, banco de currículos, articulação, comunicação em plataformas colaborativas e certificação
	3.4.3. Elevar em 15% ao ano número de projetos de extensão de ação contínua	(Número de projetos/programas de extensão de ação contínua criados / Total de projetos de ação contínua do ano anterior) * 100	Incluir no calendário acadêmico fóruns de extensão a fim de incentivar o cadastro dos projetos de extensão e fomento para novas propostas
	3.4.4. Elevar em 20% ao ano o número de estudantes extensionistas	[(Número de estudantes extensionistas/total de estudantes do ano anterior) - 1] * 100	Construir multidisciplinarmente metodologias e abordagens: Fomentar a integralização dos Créditos de Extensão
	3.4.5. Elevar em 20% ao ano o número de docentes extensionistas	[(Número de docentes extensionistas/total de docentes do ano anterior) - 1] * 100	Impactar a avaliação do corpo docente, com indicadores acadêmicos de extensão reconhecidos por instituições de pesquisa com CAPES e CNPq
	3.4.6. Elevar em 20% ao ano o número de técnicos extensionistas	[(Número de tecnicos extensionistas/total de tecnicos do ano anterior) - 1] * 100	Impactar a avaliação do corpo técnico, com ações de capacitação e qualificação para atuação acadêmica em programas institucionais
	3.4.7. Elevar em 10% por ano o número de participantes em atividades de extensão	[(Número de participantes em atividades de extensão / nº de participantes em atividades de extensão do ano anterior) - 1] * 100	Potencializar as ações DEX especialmente centradas na comunidade
	3.4.8. Elevar parcerias com organizações governamentais e não governamentais em 30% por ano	(Número de parcerias firmadas/numero de parcerias do ano anterior) * 100	Dinamizar o programa de desenvolvimento de sustentabilidade regional do DEX
	3.4.9. Criar pelo menos um pólo avançado de extensão	Número de pólos avançados de extensão criados	Implantar pólos de extensão no âmbito da comunidade

3. Aumentar a integração com a sociedade, ampliar o acesso da população à universidade e difundir o conhecimento científico, tecnológico e cultural em âmbito loco - regional, nacional e internacional.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	por ano	no ano	acadêmica, RIDE, Distrito Federal e entorno; identificar possibilidades orgânicas e firmar apoios institucionais
	3.4.10. Atingir 100% dos cursos que cumprem o dispositivo legal de destinação de 10% da carga-horária para atividades de extensão	[(Número de Cursos que destinam 10% da carga horária p/ ativ. de extensão / nº total de cursos que devem destinar 10% da carga horária às ativ. de extensão) -1] * 100	Articular as unidades acadêmicas para a aplicação de 10% da carga-horária mínima para as atividades de extensão nos cursos da UnB
	3.4.11. Elevar em 15% ao ano o valor da bolsa PIBEX 2	[(Valor da bolsa PIBEX do ano atual/valor da bolsa PIBEX do ano anterior) - 1] * 100	Identificar as possibilidades orgânicas e firmar apoio institucional
	3.4.12. Elevar em 50% o fomento aos PEACs 3	[(Valor do fomento do ano atual/valor do fomento do ano anterior) - 1] * 100	Implementar as novas políticas para a extensão universitária visando a qualificação dos indicadores de extensão na matriz orçamentária
	3.4.13. Elevar em 30% o número de bolsas de Extensão	Número de bolsas de extensão destinadas à estudantes/ Total de bolsas do ano anterior	Implantar política Institucional de financiamento das ações de extensão
	3.4.14. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de extensão relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de Extensão não aderentes as metas mobilizadoras anteriores

4. Implementar políticas de apoio, integração e bem-estar da comunidade universitária.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
5. Assistência a Comunidade Universitária	4.5.1. Ampliar em 5% por ano a quantidade de estudantes atendidos pelo Política de Assistência Estudantil	[(Qtde de Bolsa e auxílios atendidos no ano corrente / Quantidade de Bolsa e auxílios atendidos pelo PAE no ano anterior)-1] * 100	Ampliar o número de alunos atendidos pelo PAE
	4.5.2. Ampliar em 20% ao ano a quantidade de refeições oferecidas pelo RU	[(Qtde de refeições fornecidas no ano corrente / Quantidade de refeições atendidos no ano anterior)-1] * 100	Ampliar o número de refeições fornecidas
	4.5.3. Ampliar em 10 % a participação em eventos esportivos até 2015	[(Qtde de eventos esportivos no ano corrente / Quantidade de eventos esportivos no ano anterior)-1] * 100	Ampliar a participação em eventos esportivos

4. Implementar políticas de apoio, integração e bem-estar da comunidade universitária.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	4.5.4. Ampliar em 10 % a participação em eventos artísticos/culturais até 2015	[(Qtde de eventos artísticos/cultural no ano corrente / Quantidade de eventos artísticos/cultural no ano anterior)-1] * 100	Ampliar a participação em eventos artístico/cultural
	4.5.5. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de assistência à comunidade universitária relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de ensino de Graduação não aderentes as metas mobilizadoras anteriores

5. Investir na melhoria da gestão de pessoas com respeito aos princípios de compartilhamento das decisões e das responsabilidades.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
6. Gestão de Pessoas	5.6.1. Capacitar 60% dos técnicos até o nível IV de capacitação na classe de classificação A até 2015	Nº de servidores Tec.Adm em nível IV Categoria A / Total de servidores Tec. Adm Categoria A	Implementação do sistema EAD, parcerias com outras instituições, tais como ENAP, etc.
	5.6.2. Capacitar 60% dos técnicos até o nível IV na Categoria B até 2015	Nº de servidores Tec.Adm em nível IV Categoria B / Total de servidores Tec. Adm Categoria B	Implementação do sistema EAD, parcerias com outras instituições, tais como ENAP, etc.
	5.6.3. Capacitar 60% dos técnicos até o nível IV na Categoria C até 2015	Nº de servidores Tec.Adm em nível IV Categoria C / Total de servidores Tec. Adm Categoria C	Implementação do sistema EAD, parcerias com outras instituições, tais como ENAP, etc.
	5.6.4. Capacitar 60% dos técnicos até o nível IV na Categoria D até 2015	Nº de servidores Tec.Adm em nível IV Categoria D / Total de servidores Tec. Adm Categoria D	Implementação do sistema EAD, parcerias com outras instituições, tais como ENAP, etc.
	5.6.5. Capacitar 60% dos técnicos até o nível IV na Categoria E até 2015	Nº de servidores Tec.Adm em nível IV Categoria E / Total de servidores Tec. Adm Categoria E	Implementar cursos de formação para média gerência.
	5.6.6. Atingir a qualificação de 95% do corpo docente com doutorado até 2015	[(Nº de docentes doutores + Nº de Doutorandos) / Total de docentes] * 100	Realizar através do PROCAP cursos de interesse das áreas para apoio ao ingresso no Doutorado.
	5.6.7. Qualificar com ensino médio 70% dos servidores técnico-administrativos até 2015.	[(Nº técnicos-administrativos com ensino médio/ Total de técnicos-administrativos)] * 100	Parcerias com outras instituições de ensino.
	5.6.8. Qualificar com curso de graduação 60% dos servidores técnico-administrativos até 2015.	[(Nº técnicos-administrativos com graduação / Total de técnicos-administrativos)] * 100	Parcerias com outras instituições de ensino e apoio interno com capacitação para aprovação no vestibular (verificar a possibilidade de apoio financeiro)
	5.6.9. Qualificar com curso de pós-graduação (lato e stricto sensu) 40% dos servidores técnico-administrativos	[(Nº técnicos-administrativos com pós-graduação / Total de técnicos-administrativos)] * 100	Parceria com o DPP para disponibilização de percentuais exclusivos para servidores nos

5. Investir na melhoria da gestão de pessoas com respeito aos princípios de compartilhamento das decisões e das responsabilidades.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	até 2015.		cursos lato e stricto sensu e oferta de cursos profissionais exclusivos para servidores
	5.6.10. Estimular que 100% dos servidores (docentes e técnico/administrativo) façam o exame periódico de saúde no prazo legal	Número servidores com exame concluído no prazo legal	Campanhas de conscientização, folders explicativos, programas específicos para atender aos diagnósticos encontrados (nutrição, psicologia, ginecologia, etc)
	5.6.11. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de gestão de pessoas relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de ensino de Graduação não aderentes as metas mobilizadoras anteriores

6. Ter excelência e visibilidade no planejamento e comunicação institucional, em ações de tecnologia da informação e na gestão estratégica de meios, patrimônio, processos e da informação organizacional.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
7. Planejamento e Gestão	6.7.1. Definir e implantar novo modelo de planejamento Institucional (PDI) em todas as Unidades integrantes do sistema de planej. até 2011	Novo modelo de planejamento institucionalizado para o ciclo 2011-2015	Envolver as Unidades no processo de construção do PDI
	6.7.2. Capacitar todas unidades integrantes do sistema de planej. na utilização do novo modelo para elaboração do seu planejamento interno até 2012	(Nº de unidades capacitadas / total de unidades do sistema de planejamento) *100	Promover a capacitação das unidades na utilização do novo modelo de planejamento interno
	6.7.3. Estruturar e manter sistemática de monitoramento e avaliação anual do alcance dos resultados do PDI, integrado ao processo de autoavaliação da instituição até 2012	sistemática de monitoramento e avaliação implementado	Avaliar anualmente o alcance dos objetivos e metas do planejamento institucional
	6.7.4. Desenvolver e implantar novo modelo de Custos Institucional até 2012.	Novo modelo de custos institucional implantado	Envolver as Unidades no processo de implantação do sistema de custos
	6.7.5. Capacitar todas unidades na utilização do sistema de custos institucional para apoio ao processo de tomada de decisão até 2013	(Nº de unidades capacitadas / total de unidades integrantes do sistema de custos) *100	Promover a capacitação das unidades na utilização do novo sistema de custos
	6.7.6. Prover suporte técnico e operacional para o desenv. do processo de avaliação institucional, a partir de projetos definidos pela CPA, até 2012	(nº de projetos implementados/nº de projetos definidos pela CPA)* 100	Criar estrutura profissional para realização da avaliação institucional

6. Ter excelência e visibilidade no planejamento e comunicação institucional, em ações de tecnologia da informação e na gestão estratégica de meios, patrimônio, processos e da informação organizacional.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	6.7.7. Definir e implantar novo modelo integrado de sistema de coleta de dados e disseminação de info. institucionais, em parceria com o CPD, até 2015	Data Warehouse implantado	Criar grupo de trabalho para elaboração do Data Warehouse
	6.7.8. Reestruturar a sistemática de elaboração integrada da proposta orçamentária para o MEC em compatibilidade com o planej. institucional até 2012	Nova sistemática de elaboração de orçamento integrado implantada	Envolver as Unidades no processo de reestruturação da elaboração da proposta orçamentária
	6.7.9. Definir e implantar novo modelo de elaboração integrado do orçamento interno (OPI) envolvendo as áreas de planej., orçamento e execução até 2012	Novo modelo de orçamento interno (OPI) implantado	Envolver as Unidades no processo de reestruturação da elaboração da proposta interna
	6.7.10. Atingir o tempo médio de até 3 dias úteis para a tramitação de pedidos de certificação orçamentária no âmbito do DPO até 2012	Somatório dos dias de permanência (data de saída do pedido do DPO - data de entrada do pedido / nº de pedidos de certificação orçamentária liberados pelo DPO no mês)	Institucionalizar procedimentos para certificação orçamentária
	6.7.11. Executar o orçamento anual em compatibilidade com as metas planejadas no Orçamento Interno / PDI até 2015	valor executado do orçamento / valor aprovado do orçamento planejado no PDI	Monitorar mensalmente a execução orçamentária
	6.7.12. Desenvolver e implementar projeto de Geogestão da UnB até 2015	Projeto implementado	Criar condições para implementação do projeto de Geogestão
	6.7.13. Documentar os processos organizacionais críticos até 2015.	(Nº de processos documentados / Nº de processos identificados) * 100	Envolver as Unidades nas ações de identificação, mapeamento, desenho e documentação dos processos organizacionais
	6.7.14. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de planejamento e gestão relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de ensino de Graduação não aderentes as metas mobilizadoras anteriores
	6.7.15. Apresentar os Projetos financiados com recursos de convênios/portarias e similares (Termos de Parceria, de Cooperação, etc)	(Número de projetos realizados/Número Total de projetos apresentados)*100	Projetos planejados para execução com recursos arrecadados pela unidade em Convênios/Portarias e similares (Termos de Parceria, de Cooperação, etc)
	6.7.16. Apresentar os Projetos financiados com recursos próprios arrecadados pela unidade em contratos (inclusive arrecadações com taxas de cursos e outros)	(Número de projetos realizados/Número Total de projetos apresentados)*100	Projetos planejados para execução com recursos próprios arrecadados pela unidade em Contratos (inclusive arrecadações com taxas de cursos e outros)
	6.7.18. Apresentar os projetos de desenvolvimento do Hospital Universitário (HUB) para o ciclo operacional	(Número de projetos realizados/Número Total de projetos apresentados)*100	Projetos de desenvolvimento do Hosp. Universitário (HUB) para o ciclo operacional 2011 - 2015

6. Ter excelência e visibilidade no planejamento e comunicação institucional, em ações de tecnologia da informação e na gestão estratégica de meios, patrimônio, processos e da informação organizacional.			
Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	2011 - 2015		
8. Tecnologia da Informação e Comunicação	6.7.19. Apresentar os projetos relacionados às atividades da Prefeitura para o ciclo operacional 2011-2015	(Número de projetos realizados/Número Total de projetos apresentados)*100	Projetos de desenvolvimento da Prefeitura (PRC) para o ciclo operacional 2011 - 2015
	6.8.1. Reestruturar organizacionalmente o CPD até 2011/2012	Unidade Reestruturada Fórmula = (Quantidade setores* propostos implantados / Quantidade de setores Propostos) x 100 * Na proposta de reestruturação esta prevista a criação de 4 Gerências e dentro destas coordenações específicas.	Propor reestruturação da unidade de TI, adotando um processo formal de gestão de projetos baseado nas melhores práticas de mercado.
	6.8.2. Revisar e integrar 100% dos atuais sistemas até dez/2012	Sistemas integradas e revisados até dez/2012 = (Número de unidades com processos automatizados / Número de unidades) x 100	Prover e manter o suporte aos sistemas de caráter institucional visando aumentar a confiabilidade e a disponibilidade alinhada à expansão da UnB.
	6.8.3. Promover o aumento do nível de maturidade de governança em TI no âmbito da Instituição	Melhores práticas de TI implantadas (COBIT/ITIL) = Quantidade de melhores práticas de TI implantadas (COBIT/ITIL)	Propor aos colegiados superiores Políticas de TI para promover o aumento do nível de maturidade de governança em TI.
	6.8.4. Renovar 100% do parque tecnológico até 2015 (hardware)	Parque tecnológico renovado até 2015 = (Quantidade de equipamentos substituídos / quantidade de equipamentos em operação) x 100	Elaborar plano para aquisição de bens e contratação de serviços de TI, visando aprimorar o processo de gestão orçamentária de TI dos da UNB (órgão integrante do SISP).
	6.8.5. Integrar 100% dos sistemas utilizando plataforma de software livre	Sistemas legados integrados = (Quantidade de sistemas integrados / Quantidade de sistemas legados) x 100	Promover o mapeamento e a documentação dos processos de gestão administrativa e acadêmica visando automação e transparência.
	6.8.6. Atualizar e Desenvolver 100% de novos sistemas utilizando plataforma de software livre até 2015	Sistemas atualizados e desenvolvidos em plataforma de software livre até 2015 = (Quantidade de sistemas desenvolvidos / Quantidade de sistemas definidos) x 10	Atualização tecnológica e melhoria da integração dos sistemas de informação institucional
9. Comunicação Institucional e Informações	6.8.7. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de tecnologia da informação e comunicação relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de ensino de Graduação não aderentes as metas mobilizadoras anteriores
	6.9.1. Ampliar os canais de comunicação com a sociedade até 2014	Novos produtos de comunicação	Desenvolvimento de novos produtos de comunicação institucional
	6.9.2. Remodelar o Portal da Universidade de Brasília	Novo Produto de Comunicação	Produção e lançamento do novo produto

6. Ter excelência e visibilidade no planejamento e comunicação institucional, em ações de tecnologia da informação e na gestão estratégica de meios, patrimônio, processos e da informação organizacional.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	até 2012		
	6.9.3. Remodelar o Portal da Revista Darcy até 2012	Novo Produto de Comunicação	Produção e lançamento do novo produto
	6.9.4. Produzir o encarte Institucional dos Decanatos até 2012	Novo Produto de Comunicação	Produção e lançamento do novo produto
	6.9.5. Produzir material UnB 50 Anos até 2012	Novo Produto de Comunicação	Produção e lançamento do novo produto
	6.9.6. Produzir material Audiovisual da UnB até 2013	Novo Produto de Comunicação	Produção e lançamento do novo produto
	6.9.7. Elaborar um novo plano orientador da UnB até 2011.	Plano orientador da UnB concluído e aprovado	Criar condições necessárias para a aprovação do Plano Orientador da UnB
	6.9.8. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de comunicação institucional e informações relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/ Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de ensino de Graduação não aderentes as metas mobilizadoras anteriores
10. Captação de Recursos, Prestação de Serviços e Gestão Patrimonial	6.10.1. Aumentar em 10% ao ano os projetos de transferência de tecnologia	Quantidade de projetos transferência de tecnologia do ano atual/ano anterior	Aumentar a participação em projetos de transferência de tecnologia
	6.10.2. Aumentar em 10% ao ano a participação da comunidade acadêmica(Docentes, Discentes e Tecnicos-administrativos) nos projetos transferência de tecnologia do ano atual/quantidade de participantes da comunidade acadêmica(Docentes, Discentes e Tecnicos-administrativos) nos projetos transferência de tecnologia do ano atual ano anterior	Quantidade de participantes da comunidade acadêmica(Docentes, Discentes e Tecnicos-administrativos) nos projetos transferência de tecnologia do ano atual/quantidade de participantes da comunidade acadêmica(Docentes, Discentes e Tecnicos-administrativos) nos projetos transferência de tecnologia do ano atual ano anterior	Aumentar a participação da comunidade acadêmica em projetos de transferência de tecnologia
	6.10.3. Aumentar em 10% ao ano o número de empresas juniores até 2015	Quantidade de empresas juniores criadas no ano atual/(Quantidade de empresas juniores criadas no anos ano anterior-1)*100	Aumentar o número de empresas juniores criadas
	6.10.4. Aumentar em 5% a inserção de empresas de base tecnológica incubadas no mercado	Quantidade de empresas graduadas no ano atual/(Quantidade de empresas graduadas do ano anterior- 1)*100	Aumentar o número de empresas graduadas
	6.10.5 Aumentar em 5% ao ano a incubação de novas empresas de base tecnológica e inovação no CDT	Quantidade de empresas incubadas de base tecnológica no ano atual/(Quantidade de empresas incubadas de base tecnológica no ano anterior- 1)*100	Aumentar o número de empresas incubadas na modalidade base tecnológica
	6.10.6. Aumentar em 5% a adesão de alunos as	Quantidade de alunos matriculados no semestre	Aumentar o número de alunos matriculados nas

6. Ter excelência e visibilidade no planejamento e comunicação institucional, em ações de tecnologia da informação e na gestão estratégica de meios, patrimônio, processos e da informação organizacional.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	disciplinas ofertadas pela escola de empreendedorismo nos níveis de graduação e pós graduação	atual/(Quantidade de alunos matriculados no semestre anterior- 1)*100	disciplinas ofertadas pelo Centro
	6.10.7. Diminuir em 35% o tempo médio do atendimento da solicitação de compra concluída no mês, no âmbito do DAF	Diferença entre a data de conclusão da solicitação (Empenho) e a data de entrada do pedido de compra no DAF	Propor a redução do tempo médio de atendimento dos processos de compra
	6.10.8. Diminuir em 40% o tempo médio de entrega do bem no mês desde a entrada na DGM/Almoxarifado até o recebimento pela unidade solicitante	Diferença entre a data de entrega do bem na unidade solicitante e a data de chegada do bem na DGM/Almoxarifado	Propor a redução do tempo médio entre o recebimento e a entrega do material
	6.10.9. Reduzir em 50% o tempo médio de atendimento dos pedidos de fornecimento do estoque do Almoxarifado	Diferença entre a data de solicitação do pedido e a data de fornecimento do material	Propor a redução do tempo médio de atendimento dos pedidos de fornecimento de material
	6.10.10. Reduzir em 50% o número de processos por dispensa de licitação	Quantidade de processos de aquisições por meio de dispensa de licitação no ano atual / Quantidade de processos de aquisições por meio de dispensa de licitação no ano anterior-1)*100	Propor a redução do número de processos de aquisição por dispensa de licitação
	6.10.11. Atender em 100% os diretores de unidades com relatório gerencial sobre à execução orçamentária	Quantidade de unidades atendidas/Quantidade de unidades existentes	Propor a elaboração de relatórios genciais sobre a execução orçamentária
	6.10.12. Ampliar anualmente em 15% os processos de aquisições por meio de atas de registro de preços	Quantidade de processos de aquisições por meio de atas de registro de preços no ano atual / Quantidade de processos de aquisições por meio de atas de registro de preços no ano anterior-1)*100	Propor a ampliação do número de processos licitatórios na modalidade de Pregão do tipo Registro de Preços
	6.10.13. Introduzir a sistemática de controle e acompanhamento da gestão física e financeira dos projetos acadêmicos.	Quantidade de projetos acompanhados e controlados.	Modificar a forma de tramitação de projetos acadêmicos e os procedimentos para execução financeira dos projetos.
10. Captação de Recursos, Prestação de Serviços e Gestão Patrimonial	6.10.14. Maximizar a captação de recursos em até 10% ao ano até 2015.	[(Receita no ano/Receita no ano de 2010)-1]*100	Elevar a captação de recursos advindos da gestão do patrimônio imobiliário da FUB
	6.10.15. Minimizar a renúncia de receita em 5% ao ano até 2015	((Total da renúncia de receita do ano anterior / total da renúncia de receita do ano atual) - 1) * 100	Reducir a renúncia de receitas advindas da gestão do patrimônio da FUB
	6.10.16. Elaborar política para ocupação dos imóveis da FUB até 2013	Documento da Política de ocupação dos imóveis elaborado e submetido à aprovação	Gerir as ações relacionadas à elaboração da política de ocupação dos imóveis da FUB

6. Ter excelência e visibilidade no planejamento e comunicação institucional, em ações de tecnologia da informação e na gestão estratégica de meios, patrimônio, processos e da informação organizacional.

Área Estratégica	Metas	Indicadores	Ação para o Alcance das Metas
	6.10.17. Elaborar e submeter à aprovação plano de Gestão do Patrimônio da UnB, até dez/2012	Documento do Plano de Gestão Patrimonial submetido à aprovação	Gerir as ações relacionadas ao plano de Gestão do Patrimônio da UnB
	6.10.18. Implementar os Planos internos das áreas responsáveis pela gestão do patrimônio da FUB até 2015.	(Número de planos internos de gestão patrimonial implementados / Número de planos internos de gestão patrimonial a implementar em 2010)*100	Gerir as ações relacionadas aos planos internos das áreas responsáveis pela Gestão do Patrimônio da UnB
	6.10.19. Criar sistema de controle e gestão do patrimônio imobiliário até 2012		
	6.10.20. Elevar o nível de captação de recursos em 30% com a realização de eventos: concursos, exames, avaliações e certificações.	Receita auferida no ano corrente/Receita auferida no ano anterior *100	Realizar eventos para captação de recursos
	6.10.21. Desenvolver outras Ações/Projetos da área de captação de recursos, prestação de serviços e gestão patrimonial relacionados às finalidades da unidade e aos objetivos institucionais.	(Quantidade de projetos/atividades concluídos/Quantidade de projetos/atividades previstos)*100	Desenvolvimento de projetos/atividades do PDI da área de ensino de Graduação não aderentes as metas mobilizadoras anteriores

Fonte: FUB Bases do Planejamento Estratégico e Tático, 2011-2015.

Elaboração do Plano Tático Realizado pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas

Em 2011, as unidades acadêmicas e administrativas realizaram a inserção de seus projetos e atividades na base de dados de planejamento SIPLAN, etapa integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2011 a 2015.

Esse projeto está, ao longo de 2012, sendo analisados e serão selecionados, de acordo com critérios gerais e específicos elaborados, para comporem o PDI 2011-2015. Cabe ressaltar que esse processo ainda não está concluído, pois, a partir de março de 2011, a estrutura administrativa da FUB sofreu uma alteração com a introdução de um novo Decanato – Decanato de Planejamento e Orçamento.

Os resultados preliminares apurados com respeito aos projetos submetidos serão apresentados nas páginas seguintes.

Projetos e Atividades apresentados pelas unidades no SIPLAN

As unidades acadêmicas e Administrativas elaboraram seus planejamentos levando em conta os objetivos e metas estratégicas acordadas pela comunidade universitária e a alta administração. Assim, tem-se:

Quadro A.2.IV: Quantidade de Projetos apresentados por Área e Período

Em milhões de R\$

OBJ_Nº	Área	PERÍODO					Total geral
		2011	2012	2013	2014	2015	
O1	Gestão Ambiental, de Obras e Espaço Físico	55	233	194	184	159	825
	Graduação	1.121	2.104	2.137	2.097	2.110	9.569
	Pós-Graduação	383	2.867	2.664	2.578	2.526	11.018
O1 Total		1.559	5.204	4.995	4.859	4.795	21.412
O2	Pesquisa	257	1.179	1.134	1.083	1.088	4.741
O2 Total		257	1.179	1.134	1.083	1.088	4.741
O3	Extensão	173	1.677	1.699	1.644	1.592	6.785
O3 Total		173	1.677	1.699	1.644	1.592	6.785
O4	Assistência a Comunidade Universitária	17	26	44	44	44	175
O4 Total		17	26	44	44	44	175
O5	Gestão de Pessoas	52	303	291	287	286	1.219
O5 Total		52	303	291	287	286	1.219
O6	Captação de Recursos, Prestação de Serviços e Parcerias	35	348	348	341	351	1.423
	Comunicação Institucional e Informação	4	50	15	11	11	91
	Planejamento e Gestão	138	467	424	425	412	1.866
	Tecnologia da Informação e comunicação	4	200	165	151	151	671
O6 Total		181	1.065	952	928	925	4.051
Total geral		2.239	9.454	9.115	8.845	8.730	38.383

Quadro A.2.V: Projetos por Áreas Estratégicas – Valor Total para o ciclo de 2011 a 2015

Em milhões de R\$

OBJ_Nº	Área	2011	2012	2013	2014	2015	Total geral
O1	Gestão Ambiental, de Obras e Espaço Físico	55	233	194	184	159	825
	Graduação	1.121	2.104	2.137	2.097	2.110	9.569
	Pós-Graduação	383	2.867	2.664	2.578	2.526	11.018
O1 Total		1.559	5.204	4.995	4.859	4.795	21.412
O2	Pesquisa	257	1.179	1.134	1.083	1.088	4.741
O2 Total		257	1.179	1.134	1.083	1.088	4.741
O3	Extensão	173	1.677	1.699	1.644	1.592	6.785
O3 Total		173	1.677	1.699	1.644	1.592	6.785
O4	Assistência a Comunidade Universitária	17	26	44	44	44	175
O4 Total		17	26	44	44	44	175
O5	Gestão de Pessoas	52	303	291	287	286	1.219
O5 Total		52	303	291	287	286	1.219
O6	Captação de Recursos, Prestação de Serviços e Parcerias	35	348	348	341	351	1.423
	Comunicação Institucional e Informação	4	50	15	11	11	91
	Planejamento e Gestão	138	467	424	425	412	1.866
	Tecnologia da Informação e comunicação	4	200	165	151	151	671
O6 Total		181	1.065	952	928	925	4.051
Total geral		2.239	9.454	9.115	8.845	8.730	38.383

O modelo de planejamento adotado pela administração da UnB para o ciclo 2011-2015 preconiza a adesão das unidades acadêmicas e administrativas às metas mobilizadoras acima apresentadas no momento de construção dos seus Planos de Desenvolvimentos Institucionais (PDIs). Em outras palavras, espera-se que os projetos e ações propostos pelas unidades acadêmicas e administrativas venham contribuir no alcance dos objetivos e metas estabelecidas no âmbito estratégico e tático, respectivamente, e, dessa forma, lograr êxito no planejamento estratégico da instituição.

Indicadores Sociais

a) Evolução dos Indicadores de Impacto Social

O exercício da responsabilidade social na instituição abrange o desenvolvimento de ações de apoio ao público interno e de ações que fomentem a melhoria do nível de qualidade de vida. O primeiro diz respeito ao amparo e atendimento da comunidade interna: servidor do quadro, força de trabalho temporária e alunado. O segundo refere-se às atividades que favorecem os segmentos dos economicamente desajudados, a Universidade oferece atividades esportivas, por meio da Faculdade de Educação Física, serviços jurídicos, prestados pela Faculdade de Direito; atendimento no Hospital Universitário; além das atividades de extensão.

- **Atendimento ao Público Interno**

Em relação ao público interno análise dos dados destaca-se os programas de ações positivas destinados a assegurar a permanência dos estudantes carentes, assim como o benefício e apoio aos servidores do quadro. O impulso das atividades voltadas à ampliação dos atendimentos internos à saúde de alunos, servidores e seus dependentes, realizado por meio de Atendimento Facilitado implantado junto ao HUB, Junta Médica Oficial e do Serviço de Emergência é apresentado na próxima tabela.

Nos dados aqui apresentados sintetiza-se os seguintes fatores mais impactantes:

- Em 2011 o número de usuários dos programas odontológicos e de saúde permaneceu na média dos anos anteriores.
- Destaca-se o exorbitante aumento das homologações de Licenças voltando à média dos anos anteriores a 2010, o que remete ao fato da não necessidade de licenças no período da grande greve do ano anterior a este.
- Outros dados que se sofreram redução relevante foram os Serviços de Atendimento facilitado do SAM.

Tabela A.2.I: FUB: Evolução dos Atendimentos à Comunidade Universitária, 2008 a 2011

Indicadores	2008	2009	2010	2011
1. Usuário do Programa Odontológico				
1.1 Usuários do Programa Odontológico	643	652	406	625
2. bUsuários de Planos Institucionais				
2.1 Usuários do Plano de Saúde	8.680	5.671	6.229	6.737
2.2 Usuário do Plano de Seguro Vida	2.319	2.269	2.243	2.221
3. Serviço de Atendimento Médico/SAM				
3.1 Junta Médica Oficial – Atendimentos	3.129	2.645	479	3.165
Aposentadoria	27	8	7	5
Processos de Alunos	1.809	164	147	161
Homologações de Licenças	1.241	2.420	275	2.595
Avaliação de Readaptação Funcional	13	30	22	10
Isenção de IR	39	23	28	32
3.2 Atendimentos Facilitado pelo SAM	14.806	7.063	5.898	2.257
Consulta para Servidor	5.033	1.342	1.244	622
Consulta para Dependente	2.994	150	187	103
Psicologia	2.512	2.563	1.531	989
Psiquiatria	2.013	900	941	266
Clínica Médica	1.212	1.342	1.201	81
Ortopedia	652	206	131	15
Nutrição		488	313	219
Ginecologia	390	72	350	687
3.3 Medicina do Trabalho:	8.018	5.023	2.144	5.264
Exames Admissionais	1.251	1.028	798	831
Exames Demissionais	143	29	0	-
Homologação de Atestado	5.125	3.349	1.215	-
Exames Periódicos	1.499	617	131	1.838
3.4 Enfermagem do Trabalho:	27.156	9.709	1.080	2027
Consulta de Enfermagem	2.714	1.398	260	1.037

Indicadores	2008	2009	2010	2011
Exames Solicitados (periódicos)	24.290	8.220	770	926
Registro de Acidente de Trabalho	64	64	50	57
Visita/Relatório de Inspeção	88	27	0	5
3.5 Serviço de Emergência	3.370	2.271	3261	4581
Saídas de Ambulância	504	1.581	1.325	1.255
Atendimento a Alunos e Servidores	2.172	345	968	166
Consulta de Emergência	694	345	968	-
3.6 Outros atendimentos (pressão arterial, curativos, suturas)³	1.452	3.171	2.731	3.160

Fonte: DAC, 2012

Em relação às ações de Apoio a Estudantes de Baixa Renda em 2011, conforme demonstrado na Tabela abaixo, ocorreu aumento na maioria dos indicadores, devendo-se principalmente ao aumento no número de estudantes do segmento economicamente desfavorecidos e a redução de períodos de greve.

Em relação à questão alimentar, os estudantes comprovadamente de baixa renda, identificados por estudo socioeconômico como integrantes do grupo I e II, pagam, respectivamente, R\$ 0,50 e R\$ 1,00, por refeições, sendo que os demais estudantes da Universidade pagam R\$ 2,50.

Tabela A.2.II: FUB: Apoio a Estudantes de Baixa Renda de 2008 a 2011

Indicadores	2008	2009	2010	2011
Bolsa-Alimentação: N. de refeições subsidiadas p/ estudantes carentes(RU) ¹	178.050	140.958	93.375	112.999
Bolsa-Alimentação ² Beneficiários ³	1.638	2.443	1.515	1.951
Auxílio-Alimentação para estudantes nos novos <i>campi</i>		310	435	650
Bolsa-Permanência ⁴ Média mensal de Bolsistas	300	450	500	664
Bolsa-Permanência Concedidas	3.037	3.088	4816	7.969
Vale-Livros Concedidos ⁵	210	395	275	350
Moradia Estudantil ⁶ – Beneficiados	433	533	327	532
Moradia Estudantil – Alunos de Graduação/Mês (DDS)	354	410	327	415
Moradia Estudantil Alunos de Pós-Graduação/Mês (DDS)	109	123	118	117

Fonte: Decanato de Assuntos Comunitários/Diretoria de Desenvolvimento Social, CESPE/Restaurante Universitário, Editora Universidade de Brasília, 2011.

Notas:

1) Refere-se ao número de refeições consumidas pelos alunos de baixa renda.

2) Refere-se ao fornecimento de refeições a estudantes de baixa renda.

3) Classificados por estudo socioeconômico nos grupos I e II. A partir de 1997, os estudantes classificados no grupo I pagam R\$ 0,50 e no grupo II R\$ 1,00. Os demais estudantes pagam R\$ 2,50.

4) Vale-Livro – Os alunos classificados nos grupos I e II têm direito a retirar 5 vales por semestre. Cada vale dá direito a 10% de desconto na compra de livros editados pela Editora Universidade de Brasília.

5) Moradia Estudantil – residências oferecidas pela UnB a estudantes de graduação na Casa do Estudante Universitário (CEU) e aos de pós-graduação no bloco K da Colina.

A permanência do alunado de graduação e pós-graduação é garantida também pela oferta de bolsas. A concessão desses benefícios é dada após a análise de critérios de excelência acadêmica, desempenho individual ou envolvimento em grupo de pesquisa de desenvolvimento de Projetos Estratégicos das Unidades, aprovados pelo CONSUNI. A Universidade pretende incentivar o interesse pela propagação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, incentivando os

estudantes a participarem de ações que os envolvam na realização de projetos científicos e atividades institucionais.

Nos últimos anos envolvimento do alunado vem aumentando gradativamente, no exercício de 2011, podem ser avaliados na tabela a seguir, que o número de alunos do ensino de graduação, contemplados com editais de apoio à participação em eventos científicos. No item Bolsas Concedidas pela CNPq aos Alunos de Pós-Graduação, ocorreu acréscimo de mais de 100% comparadas às bolsas cedidas em 2010, sendo esse aumento em 2011 devido a continuação do programa REUNI e a política expansionista do próprio DPP.

Tabela A.2.III: UnB: Tipo de Envolvimento do Alunado no Desenvolvimento de Atividades

Tipo de envolvimento do alunado no desenvolvimento de atividades	2008	2009	2010	2011
Alunos do Ensino de Graduação				
1. Com bolsas de monitoria remuneradas	1.131	740	1.405	1.682
2. Voluntários do Programa de Monitoria	2.387	2302	2.193	2.918
3. Com bolsa remunerada do PET/CAPES	139	779	1.529	2.166
4. Alunos contemplados com Editais de Apoio à Participação em Eventos Científicos	60	133		
Subtotal	3.717	3954	5.127	6.766
Alunos do Ensino de Pós-Graduação				
1. Com bolsas de monitoria (remunerados com recursos próprios)	39	28	11	11
2. Voluntários para monitoria (DPP)	87	81	64	84
3. Bolsas concedidas pelo CNPq		478	478	1718
4. Bolsas concedidas pela CAPES ¹	0	6773	12130	1276
5. Alunos na Residência Médica ²	131	137	149	606
6. Envolvidos no PIBIC	831	949	1260	1227
7. Com bolsas do PIBIC (remuneradas com recursos próprios)	250	250	347	447
8. Com bolsas do PIBIC remuneradas pelo CNPq	413	413	453	462
9. Voluntários do PIBIC	281	251	459	567
Subtotal	260	9360	15351	6398
Alunos em Atividades de Extensão				
11. Com bolsas de extensão	317	330	400	501
12. Voluntários	853	1213	1054	1.612
Subtotal	1170	1543	1454	2113

Fonte: DEG, DPP, DEX, HUB, 2011.

Nota:

1) O DPP registrou o número de bolsas ofertadas mensalmente.

2) Informações oriundas do centro de Custos e Planejamento do HUB

Atendimentos à População do Distrito Federal e do Entorno

A contribuição da UnB para o processo de desenvolvimento social do Distrito Federal e de sua Região de Influência é realizada por meio das atividades de Extensão. Os dados referentes a esses indicadores não são considerados fies à sua grande importância, pois o gerenciamento das informações encaminhadas ainda é reduzido.

Na composição do quadro sobre o impacto social das atividades desenvolvidas na UnB, são levados em conta os dados encaminhados e analisados pelo DEX, Hospital Universitário, CESPE, o Instituto de Psicologia e as Faculdades de Educação, Educação Física e Direito, no período de 2008 a

2011, e demonstram a importância atribuída, pelas Unidades Acadêmicas, às atividades de extensão desenvolvidas pelos seus corpos docente e discente.

O CESPE, em 2011, fez 33.885 atendimentos na modalidade Apoio a Portadores de Necessidades Especiais, um número que teve um notável aumento considerando os anos anteriores o que pode ser efeito da inclusão de alunados deste segmento participante dos grandes eventos ocorridos neste ano, como o Edital dos Correios. Os atendimentos feitos pela Faculdade de Educação Física , Instituto de Psicologia e Faculdade de direito continuaram em uma média crescente que evidencia a importância atribuída pelas unidades acadêmicas que desenvolvem atividades de extensão através do seu corpo discente e docente.

A evolução dos atendimentos, acompanhados pela Administração Central, no período de 2008 a 2010, consta na Tabela sintetizada a seguir.

Tabela A.2.IV: FUB/UnB: Evolução dos Atendimentos Sociais à População do Distrito Federal e de sua Região de Influência, 2008 a 2009

Indicadores	2008	2009	2010	2011
1. HUB				
1.1 Pessoas atendidas em consultas (ambulatórios e emergência)	183.119	171.892	158.912	153.517
1.2 Internações realizadas	9.810	9.885	8.263	8.082
1.3 Cirurgias realizadas	6.021	5.343	5.038	5.157
1.4 Partos realizados	1.083	1.188	1.048	1.170
1.5 Exames Patologia Clínica realizados	743.217	597.803	592672	701868
1.6 Residência Médica	131	137	149	181
2. EXTENSÃO				
2.1. Número de projetos de Ação Contínua	150	211	193	266
2.2 Bolsas de Projetos de Ação Contínua	184	330	400	501
2.3 Público nos Projetos de Ação Contínua ¹	85.482	63.926	163.739	269.301
3. CESPE				
3.1 Apoio ao ensino Fundamental:	1.118	2.095	1.888	3.987
● Participantes em Fóruns de Professores	488	911	503	608
● Participantes em Fóruns de Alunos	610	1.184	1.365	2.800
● Participantes em Fóruns de Pais	20	0	20	130
3.2 Isenções no Pagamento das Taxas de exame vestibular e PAS	4.576	3.044	2152	2.536
3.3 Investimento em Educação Corporativa (sem envolvimento da DGP)	6.720	3.306	4.496	7647
3.4 Ações Afirmativas:	33.905	22.934	75.167	
● Ingresso pelo sistema de quotas	718	856	619	876
● Apoio a Portadores de Necessidades Especiais (atendimentos)	33.187	22.078	10.414	33.885
4.1 Projetos de Extensão de Ação Contínua	4.157	3.988		
4.2 Cursos e Eventos de Extensão	598	455	2115	
4.3 Competições Esportivas	1.800	600	4.121	
5. FACULDADE DE EDUCAÇÃO²				
5.1 Atendimentos de apoio ao Ensino Especial – Deficientes	31	67	90	94
5.2 Número de atendimentos - Laboratório de Atendimento aos Deficientes Visuais	155	633	1225	633
5.3 Curso de capacitação de tutores	38	279	1082	640
● Professores	37	49	1022	Nd
● Atendimentos realizados	Nd	230	60	640
6. INSTITUTO DE PSICOLOGIA				
6.1 Atendimentos CAEP	11.104	12.383	14.440	13.356
7. FACULDADE DE DIREITO				
7.1 Número de Estagiários	116	92	143	183

Indicadores	2008	2009	2010	2011
7.2 Pessoas atendidas	1.089	726	564	963
7.3 Ações ajuizadas	223	207	103	198
7.4 Causas em andamento	278	248	180	199
7.5 Audiências realizadas	170	138	122	111
7.6 Sentenças proferidas	172	241	186	182

Fonte: HUB; DEX; CESPE; FEF; FE; IP; FD, 2011

Nota:

1) O DEX informou que, desde o ano de 2009, a contagem do público nos PEACs passou a ser pelo Sistema SIGPROJ.

2) A Faculdade de Educação, até o fechamento deste relatório, não enviou suas informações.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ (FUB – UO 26271)

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

Da análise do Quadro abaixo, é possível identificar que dos oito programas consignados à LOA 12.381/2011, vinculados à FUB, sob a responsabilidade do órgão 26000 (Ministério da Educação), cinco constituem atendimento Finalístico, são eles: **(0089**: Previdência de Inativos e Pensionistas da União, **1061**: Brasil Escolarizado; **1073**: Brasil Universitário, **1375**: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica e **1448**: Qualidade na Escola); os outros três programas correspondem ao Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, Apoio Administrativo que constituem Atividades Padronizadas e Operações Especiais, que são: **(1067**: Gestão da Política da Educação, **0750**: Apoio Administrativo e **0901**: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças), conforme Anexo III da LOA – Órgãos Responsáveis por Programas, como também, consta no registro do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC ².

Quadro A.2.VI: Descrição dos programas e ações consignados na LOA (12.381/2011)

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
1	<p>Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União</p> <p>Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes</p> <p>Órgão responsável: Ministério da Previdência Social</p> <p>Programa de Trabalho n. 09.272.0089.0181.0053</p> <p>Tipo do Programa: Finalístico</p> <p>Horizonte temporal: Contínuo</p> <p>Público-alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.</p> <p>Justificativa: O desequilíbrio dos regimes previdenciários dos servidores públicos nas três esferas de governo representa um obstáculo ao ajuste das contas públicas, reduzindo a viabilidade de um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento. Com as Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003 e com a Lei nº 9.717/98, novas regras foram definidas para organização da Previdência Pública, dando ênfase ao caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial, tornando-a distinta da política de pessoal. A Previdência Pública vinha funcionando como uma extensão da política de pessoal, com base no princípio de que o vínculo empregatício por si só assegura o benefício previdenciário. A partir de agora, a União, como as outras esferas de governo, tem limitado a 12% de sua receita corrente os gastos com inativos e pensionistas e deverá observar a relação de 2/1 entre a sua contribuição como</p>

2 O SIMEC é o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação, que possui o Módulo de Monitoramento e Avaliação dos Programas e Ações do PPA, entre outros, por meio do qual os coordenadores de ação fazem o monitoramento da execução física das ações governamentais.

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	<p>empregador e a dos segurados. A determinação, constante da Lei nº 9.717/98, do registro individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais permitirá ainda, a implementação da correlação efetiva entre contribuições e benefícios.</p> <p>Estratégia de implementação do Programa: Realização de estudos para alteração da legislação da previdência dos servidores públicos federais para implementação das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 20/98.</p>
1.1	Ação 0181: Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Servidores Civis
	<p>Programa de Trabalho n. 09.272.0089.0181.0053</p> <p>Descrição da Ação (1): Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/ pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.</p> <p>Finalidade da Ação (1): Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE, NS, OB)).</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP</p> <p>Indicador da ação: Pessoa beneficiada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: unidade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Esfera do Orçamento: Seguridade Social</p> <p>Tipo de ação: Operações Especiais</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento via sistemas informatizados, dos proventos e pensões aos inativos e pensionistas, respectivamente.</p> <p>Coordenador de ação: Daniel Lobo de Souza Choas</p>
2	Programa 0750: Apoio Administrativo
	<p>Objetivo: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos</p> <p>Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p> <p>Tipo do Programa: Apoio Administrativo</p> <p>Horizonte temporal: Contínuo</p> <p>Público-alvo (beneficiários): Governo</p> <p>Justificativa: Programa de Apoio Administrativo</p>
2.1	Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
	<p>Programa de Trabalho n. 12.301.0750.20CW. 0001</p> <p>Descrição da Ação: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.</p> <p>Finalidade da Ação: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção de saúde física e mental.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE, NS, OB))</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP</p> <p>Indicador da ação: Servidor beneficiado</p> <p>Meta: (Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Esfera do Orçamento: Seguridade Social</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Coordenador de ação: Paulo Torres da Silva</p>
2.2	Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Programa de Trabalho n. 12.301.0750.2004.0053
	<p>Descrição da Ação: Concessão do benefício de assistência médica-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de resarcimento.</p> <p>Finalidade da Ação: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP</p> <p>Indicador da ação: Pessoa beneficiada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Esfera do Orçamento: Seguridade Social</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Coordenador de ação: Paulo Torres da Silva</p>
2.3	Ação 2010: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
	Programa de Trabalho n. 12.365.0750.2010.0053
	<p>Descrição da Ação (1): Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.</p> <p>Finalidade da Ação (1): Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP</p> <p>Indicador da ação: Criança atendida</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Esfera do Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Coordenador de ação: Daniel Lobo de Souza Choas</p>
2.4	Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
	Programa de Trabalho n. 12.331.0750.2011.0053
	<p>Descrição da Ação: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</p> <p>Finalidade da Ação: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de</p>

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP Indicador de ação: Servidor beneficiado Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte ao servidor ativo. Coordenador de ação: Daniel Lobo de Souza Choas
2.5	Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
	Programa de Trabalho n. 12.306.0750.2012.0053 Descrição da Ação: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório. Finalidade da Ação: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)) Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP Indicador da ação: Servidor beneficiado Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, em caráter indenizatório, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos. Coordenador de ação: Daniel Lobo de Souza Choas
3	Programa 0901: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
	Objetivo: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Programa de Trabalho n. 28.846.0901.0005.0053 Tipo do Programa: Operações Especiais Horizonte temporal: Contínuo Público-alvo: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Justificativa:Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
3.1	Ação 0005: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas
	Programa de Trabalho n. 28.846.0901.0005.0053 Descrição da Ação: Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado. Finalidade da Ação: Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAF Unidades Executoras: (Física: PGF e PRF - Orçamentária: MP/SOF - Contábil: Tribunal Regional Federal 1ª e 10ª Regiões) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP - Indicador de ação: -

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Meta: (Cumulativa) Unidade de Medida: - Tipo de ação: Operações Especiais Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Outras transferências - Detalhamento da Implementação da Ação: - Pagamento pelos Tribunais, conforme listagem encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal, à época da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária. Coordenador de ação: Daniel Lobo de Souza Choas
3.2	Ação 00G5: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Programa de Trabalho n. 28.846.0901.00G5. 0001
	Descrição da Ação: Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Finalidade da Ação: Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: PGF e PRF - Orçamentária: MP/SOF - Contábil: Tribunal Regional Federal 1ª e 10ª Regiões) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP - Indicador de ação: - Meta: Unidade de Medida: - Tipo de ação: Operações Especiais Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Coordenador de ação: Daniel Lobo de Souza Choas
4	Programa 1061: Brasil Escolarizado Objetivo: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência Programa de Trabalho n. 12.128.1061.0053 Tipo do Programa: Finalístico Horizonte temporal: Contínuo Órgão responsável: Ministério da Educação Público-alvo: Crianças, adolescentes e jovens. Justificativa: Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a abrangência e o objeto da Educação Básica, está assegurando uma escolarização mínima como direito de todo cidadão brasileiro. Consagrar e conceituar na lei a Educação Básica foi uma conquista árdua dos educadores e da sociedade brasileira. No entanto, ao longo de quase oito anos da sua confirmação, este ciclo educacional continuou mais restrito aos textos acadêmicos dos teóricos da educação e aos apontamentos dos estudantes de cursos de formação de professores, mormente nas disciplinas que tratam da história e da estrutura da educação brasileira. A Educação Infantil, início da Educação Básica, continuava órfã, limitando-se a algumas iniciativas de prefeitos municipais que foram obrigados a ceder à pressão das famílias cujas mães necessitavam integrar-se à força de trabalho e não tinham com quem deixar seus filhos. Em alguns casos, a segunda metade desse nível - 4 a 6 anos -, pela sua proximidade com a escolarização obrigatória, era assumida pelos sistemas de educação. No nível federal, no PPA 2000-2003, havia poucas ações voltadas para a pré-escola, executadas pelo MEC e que integravam um programa tipicamente assistencial - Atenção à Criança -, gerenciado pelo então Ministério da Previdência e Assistência Social - depois Ministério da Assistência e Promoção Social. O primeiro indício de que a Educação Infantil seria, de fato, assumida pelo MEC foi a mudança do nome da Secretaria de Educação Fundamental-SEF, para Secretaria de Educação Infantil e Fundamental-SEIF, ocorrida em 2003. A criação do Programa Educação na Primeira Infância, para crianças de até 3 anos de idade, apesar de separar o nível em duas partes - as ações para 4 a 6 anos estavam no Programa Brasil Escolarizado -, explicitou a preocupação do Ministério com a educação das crianças de 0 a 3 anos. Ainda assim, a oferta da Educação Infantil continua a enfrentar o problema da insuficiência,

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	<p>além da baixa qualidade do processo educacional na fase mais importante da formação do ser humano. É claro que ambos os problemas devem ser enfrentados pela definição de políticas públicas educacionais que conduzam à sua resolução. Mas a universalização da Educação Básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro e principal componente - a Educação Infantil: as estatísticas revelam 11,6 milhões (89,4%) de crianças de 0 a 3 anos e de 3,9 milhões (38,5%) das de 4 a 6 anos sem atendimento escolar. E esta é apenas a primeira parte do desafio. Fenômeno semelhante vem ocorrendo com o terceiro segmento de direito cidadão ao processo educacional, o Ensino Médio. Pressionado pela universalização do Ensino Fundamental e pela correção do fluxo escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o Ensino Médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos estados e do Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente. Estima-se que entre 2004 e 2005, os sistemas de ensino serão pressionados por 1,3 milhão de novos alunos, demandantes do Ensino Médio, oriundos do ensino fundamental regular ou de cursos e exames de Educação de Jovens e Adultos. Felizmente para os demandantes, a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, alterou o inciso II do Art. 208 da Constituição, preconizando a "progressiva universalização do ensino médio gratuito". Além disso, a comprovação cabal da focalização das políticas de governo na Educação Básica fica expressa na transformação da SEIF em Secretaria de Educação Básica-SEB, agregando à sua estrutura o Ensino Médio, que se desvincula, agora de fato, da Educação Tecnológica. Assim, à semelhança do Ensino Fundamental, passa a ser contemplada, na política educacional, a expansão da oferta nos dois extremos da Educação Básica tradicionalmente preteridos, a fim de ensejar a universalização do primeiro grande segmento da educação escolar.</p> <p>Estratégia de implementação do Programa: O Programa será implantado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública. As ações intersetoriais obedece às diretrizes comuns a serem estabelecidas entre as secretarias e órgãos do MEC envolvidos. As ações multisectoriais com entidades públicas, privadas e do terceiro setor serão desencadeadas de forma a agregar objetivos comuns, para otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e projetos similares (economia de meios para fins idênticos). As ações que decorrem do Programa poderão ser implementadas utilizando-se recursos internos e externos. Poderão ser utilizados, também, instrumentos de contratos de financiamento com organismos internacionais e convênios com as Unidades da Federação e com as organizações da sociedade civil, além das transferências legais, voluntárias e diretas. Serão desenvolvidos mecanismos para acompanhamento e avaliação dos efeitos do Programa com a participação dos agentes envolvidos.</p>
4.1	<p>Ação 8429: Formação Inicial e Continuada à Distância</p> <p>Programa de Trabalho n. 12.128.1061.8429.0053</p> <p>Descrição da Ação: Financiamento da Infra-estrutura das Instituições Públicas Ensino Superior - IPES e dos pólos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta- UAB, visando implementação e custeio dos cursos a distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos pólos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de softwares educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.</p> <p>Finalidade da Ação: Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: UAB e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: UAB/DEG - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB))</p> <p>Meta: (Não cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Esfera do Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta Descentralizada</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Serão celebrados convênios, descentralizações, realizadas licitações, além de parcerias com IES, ONGs, OSCIP's, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais para a implementação da ação. Aquisição de softwares para a produção e adequação de conteúdos pedagógicos e softwares educacionais, produção de conteúdos e materiais educacionais multimídias, customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD, e de apoio ao ensino presencial, e de portais de conteúdo.</p>

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Coordenador de ação: Maria Lídia Bueno
5	Programa 1067: Gestão da Política de Educação
	Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
	Programa de Trabalho n. 12.128.1067.0053
	Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
	Horizonte temporal: Contínuo
	Público-alvo: Governo
	Justificativa: A educação está garantida na Constituição Federal como direito social, no seu artigo art. 6º, e regulada como uma política pública, no artigo 205, ao definir que a educação é um "direito de todos e dever do Estado". A Constituição define também no artigo 209 que, o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público. Não obstante a educação brasileira estar pautada por referenciais legais, até certo ponto bem definidos, especialmente a Educação Básica (LDB,PNE, Lei do FUNDEF, EC nº 14, entre outros) e contar com uma base de dados e estatísticas confiáveis, além da participação da sociedade em algumas de suas ações, ainda são inúmeros os desafios a enfrentar para que se tenha uma política educacional pública que abrigue com autenticidade todas as vertentes. As ações da educação têm ramificações e impactos nas mais longínquas localidades do território nacional cuja implementação, tem que contar com o empenho efetivo dos dirigentes máximos dos estados e municípios, o que requer um esforço mútuo para a conscientização da importância do aprimoramento de mecanismos que vão desde a legislação à eficiência na busca de novos recursos para financiamento e a sua aplicação. Envolve, portanto, as etapas de implementação e da efetividade do controle e da avaliação dos resultados. Regulamentando a política define a LDB que, o sistema federal de ensino compreende: I - as instituições de ensino mantidas pela União; II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e III - os órgãos federais de educação. Percebe-se então que, apesar da CF/88 permitir a criação de entidades privadas, submete-as as mesmas exigências das entidades públicas conformando o conjunto destas o Sistema de Educação que executa a política pública de educação no País. Nota-se assim, que o ensino não é uma atividade econômica como outra qualquer, devendo ser tratado como atividade de interesse público. Isto se ratifica, quando a Constituição no seu artigo 206, inciso VII, diz que o ensino, sem distinguir entre o público e o privado será ministrado com a garantia do padrão de qualidade, e no seu artigo 214 estabelece que o plano nacional de educação conduza à promoção humanística, científica e tecnológica do País. Esses elementos indicam que, a política de educação, assim como o sistema de ensino é e será sempre público, visto que é público não porque é gratuito ou não por que é estatal, mas essencialmente, por serem os interesses envolvidos inteiramente públicos e devendo, então, o planejamento e execução da política serem feitos de forma pública e democrática. A educação, além de ser um modo de inclusão social é instrumento de promoção de paz, desenvolvimento e de garantia da soberania nacional. Deste modo é preciso envolver toda a sociedade na sustentabilidade da educação, assim como na gestão democrática desta. Busca-se, portanto, propor diretrizes e regras para democratização de todo o sistema educacional em sua relação com a sociedade. A partir destas diretrizes poderão ser estabelecidos regras e princípios para a gestão, o financiamento e o desempenho administrativo mais eficazes e eficientes. O não atingimento de uma gestão, controle e avaliações sistemáticas implicaria na perpetuação de situações de exclusão de milhões de brasileiros da educação do agravamento da concentração de renda, injustiça social e ineficiências nas políticas públicas.
	Estratégia de implementação do Programa: Formulação de políticas e intensificação da gestão participativa e de controle social, através da inserção de mecanismos de participação /interlocução com as instituições, com as instituições, corporações e sociedade civil na elaboração dos projetos e atos normativos decorrentes das políticas públicas de ensino, no intuito de formar uma cultura de gestão participativa e de controle social, e lhe dar efetividade, Em particular, articulação com os sistemas de ensino das Unidades Federadas e com as Instituições federais de Ensino Visando, também, o cumprimento das atribuições legais e o zelo pela qualidade da educação. Serão fortalecidas e ampliadas as parcerias com as unidades da federação, com ONG's e iniciativa privada, com vistas ao aumento das bases de financiamento dos programas do MEC e o atingimento dos resultados esperados pela sociedade. Haverá destaque para a capacitação, produção e disseminação de informações confiáveis e tempestivas sobre evolução das estatísticas /indicadores da educação no Brasil, voltadas à tomada de decisão pelo nível estratégico do MEC e demais atores públicos e privados do setor educacional.
5.1	Ação 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
	Programa de Trabalho n. 12.128.1067.4572.0053
	Descrição da Ação: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
	Finalidade da Ação: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP/PROCAP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP Indicador de ação: Servidor capacitado Meta: (Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Coordenador de ação: Stela Martins Teles
6	Programa 1073: Brasil Universitário Objetivo: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento. Órgão responsável: Ministério da Educação Tipo do Programa: Finalístico Horizonte temporal: Contínuo Público-alvo (beneficiários): Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas. Justificativa: O sistema de educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Essa organização acadêmica incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação. Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional e a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber. Em suma, estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos, precocidade na escolha dos cursos, altos índices de evasão de alunos, descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os novos desafios da sociedade do conhecimento, são problemas que, para sua superação, requerem transformações no interior das Universidades. A democratização do acesso ao ensino superior a um número cada vez maior de jovens brasileiros é tarefa fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia e de nossa sociedade e um dos objetivos do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001). Neste sentido, foram desenvolvidas diversas iniciativas entre as quais o Plano de Expansão das Universidades Federais e o Programa Universidade Para Todos. Foram criadas, nos últimos três anos, nove universidades federais e novos campi universitários. Como resultado dessas ações calcula-se que, ao final de 2008, terão sido abertas 30 mil novas vagas no sistema federal de ensino superior. Já o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI terá como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação superior, em nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. Dentre as diretrizes do programa, para o alcance das metas propostas, destaca-se a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. A execução das metas propostas, baseadas nas diretrizes instituídas pelo Decreto Presidencial nº 6096/2007, diminui o risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada vez mais globalizado e inter-relacionado, ao mesmo tempo em que possibilita atingir a meta de inserir, no ensino superior, 30 % dos jovens brasileiros com idade entre 18 a 24 anos, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação. Estratégia de implementação do Programa: Desenvolvimento de ações diretas, descentralizadas e por meio de transferências, promovidas pela Secretaria de Educação Superior e Instituições Federais de Ensino, com possibilidades

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	de parcerias com outras instituições governamentais ou não, no País e no exterior, voltadas ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular à melhoria do Ensino Superior, da pesquisa e da extensão.
6.1	Ação 4002: Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação
	Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4002.0053
	Descrição da Ação (1): Fornecimento ou auxílio para o acesso a alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do estudante no ensino superior.
	Finalidade da Ação(1): Apoiar os estudantes do ensino de graduação, mantendo, a critério da instituição, os restaurantes universitários, as casas de estudantes, e a assistência médica-odontológica.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAC e DAF
	Unidades Executoras: (Física: DAC e RU - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC) - Contábil: Restaurante Universitário (ND,NE,NS,OB)
	Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Assuntos Comunitários- DAC
	Indicador de ação: Aluno assistido
	Meta: (Não Cumulativa)
	Unidade de Medida: unidade
	Tipo de ação: Atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Esfera do Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: Direta
	Detalhamento da Implementação da Ação: A ação é implementada diretamente pela instituição responsável pelo fornecimento de assistência ao corpo discente das instituições.
	Coordenador de ação: Mendel de Almeida Queiroz
6.2	Ação 4004: Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária
	Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4004.0053
	Descrição da Ação (1): Realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários, e simpósios científicos e culturais; desenvolvimento de programas de assistência social a comunidades carentes; e, implementação de ações educativas e culturais, além da manutenção da infra-estrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento.
	Finalidade da Ação (1): Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a Instituição e a comunidade.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAF e DEX
	Unidades Executoras: Física: DEX - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Extensão - DEX
	Indicador de ação: Pessoa beneficiada
	Meta: (Não Cumulativa)
	Unidade de Medida: unidade
	Tipo de ação: Atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Esfera do Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: Direta
	Detalhamento da Implementação da Ação: As medidas, procedimentos e os instrumentos utilizados podem ocorrer de forma diferenciada, perpassando, normalmente, pela Pesquisa de Campo, Desenvolvimento de Projetos e Metodologia de Ensino aplicada à atividade.
	Coordenador de ação: Alexandre Oliveira Simões
6.3	Ação 4008: Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino
	Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4008.0053
	Descrição da Ação (1): Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.
	Finalidade da Ação (1): Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	de graduação. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAF e BCE Unidades Executoras: Física: BCE - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS) Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Graduação - DEG Indicador de ação: Volume disponibilizado Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: A instituição é diretamente responsável pela manutenção do acervo, inclusive dos sistemas de ordenação, catalogação e limpeza. Coordenador de ação: Arnaldo Ferreira da Silva Filho
6.4	Ação 4009: Funcionamento de Cursos de Graduação Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4009.0053 Descrição da Ação (1): Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/ reforma /adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente. Finalidade da Ação (1): Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEG, DGP e DAF Unidades Executoras: Física: DEG, DGP e DAF - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC,ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS, OB) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Graduação - DEG, Decanato de Gestão de Pessoas – DGP e Decanato de Planejamento e Orçamento - DPO Indicador de ação: Aluno matriculado Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: direta Detalhamento da Implementação da Ação: As Instituições Federais de Ensino Superior recebem recursos da União e participam com valores inscritos em seus orçamentos próprios, destinados à manutenção, organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que ficam alocadas nesta ação específica. Coordenador de ação: Fernando Soares dos Santos
6.5	Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Programa de Trabalho n. 12.122.1073.09HB. 0053 Descrição da Ação (1): Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de Junho de 2004. Finalidade da Ação (1): Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB))

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas – DGP Indicador de ação: - Meta: (Cumulativa) Unidade de medida: - Tipo de ação: Operações Especiais Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Outras transferências Coordenador de ação: Daniel Lobo de Souza Choas
6.6	Ação 6328: Universidade Aberta e a Distância
	Programa de Trabalho n. 12.364.1073.6328.0053 Descrição da Ação: Definição, elaboração, implantação e desenvolvimento de cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância, com implantação de pólos regionais ou diretamente. Aquisição e instalação de equipamentos e de redes; capacitação de docentes e pessoal envolvidos com os cursos; criação de currículos específicos, respectivos conteúdos, material instrucional e metodologias de ensino a distância. Finalidade da Ação: Ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas na modalidade de educação à distância, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEAD e DAF Unidades Executoras: Física: CEAD - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC) - Contábil: Editora Universidade de Brasília (ND,NE,NS,OB) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Graduação – DEG e Decanato de Pós-Graduação - DPP Indicador de ação: Vaga disponibilizada Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Descentralizada Detalhamento da Implementação da Ação: Diretamente ou por meio de parceria com instituições de ensino superior, com organismos internacionais e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos. Coordenador de ação: Athail Rangel Pulino Filho
6.7	Ação 7L83: Ampliação da Infraestrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior
	Programa de Trabalho n. 12.364.1073.7L83. 26271.0098 Descrição da Ação: Ampliação da Infraestrutura Física Finalidade da Ação (1): Construção e/ou Ampliação Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DOR e DAF. Unidades Executoras: Física: CEPLAN, DAF - Orçamentária: Diretoria de Orçamento Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: CEPLAN e DAF Indicador de ação: Unidade Construída/Ampliada Meta: (Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Projeto Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Coordenador de ação: Cláudio Oliveira Arantes
6.8	Ação 10FM: Expansão do Ensino Superior - Campus de Planaltina
	Programa de Trabalho n. 12.364.1073.10FM.0053 Descrição da Ação (1): Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas. Finalidade da Ação (1): Viabilizar a implantação do Campus de Planaltina, objetivando aumentar a oferta de vagas da

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DEG e DAF Unidades Executoras: Física: DEG e Centro de Planejamento - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Graduação - DEG Indicador de ação: Vaga disponibilizada Meta: (Não Cumulativa) Unidade de medida: unidade Tipo de ação: Projeto Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Análise do plano de trabalho encaminhado pela unidade orçamentária beneficiada, para fins de transferência de recursos, tendo em vista viabilizar a implantação do novo campus universitário. Duração do Projeto: Início (01/2008); Término (12/2011) Coordenador de ação: Sérgio Antônio Andrade de Freitas
6.9	Ação 10FP: Expansão do Ensino Superior - Campus do Gama
	Programa de Trabalho n. 12.364.1073.10FP. 0053 Descrição da Ação (1): Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas. Finalidade da Ação (1): Viabilizar a implantação do Campus do Gama, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DEG e DAF Unidades Executoras: Física: DEG e Centro de Planejamento - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Graduação - DEG Indicador de ação: Vaga disponibilizada Meta: (Não Cumulativa) Unidade de medida: unidade Tipo de ação: Projeto Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Análise do plano de trabalho encaminhado pela unidade orçamentária beneficiada, para fins de transferência de recursos, tendo em vista viabilizar a implantação do novo campus universitário. Duração do Projeto: Início (01/2008); Término (12/2011) Coordenador de ação: Sérgio Antônio Andrade de Freitas
6.10	Ação 10FQ: Expansão do Ensino Superior - Campus de Ceilândia
	Programa de Trabalho n. 12.364.1073.10FQ. 0053 Descrição da Ação (1): Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas. Finalidade da Ação (1): Viabilizar a implantação do Campus Ceilândia, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DEG e DAF Unidades Executoras: Física: DEG e Centro de Planejamento - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Graduação - DEG Indicador de ação: Vaga disponibilizada Meta: (Não Cumulativa) Unidade de medida: unidade Tipo de ação: Projeto

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Análise do plano de trabalho encaminhado pela unidade orçamentária beneficiada, para fins de transferência de recursos, tendo em vista viabilizar a implantação do novo campus universitário. Duração do Projeto: Início (01/2008); Término (12/2011) Coordenador de ação: Sérgio Antônio Andrade de Freitas
6.11	Ação 119W: REUNI - Readequação da Infraestrutura da Universidade de Brasília (UnB)
	Programa de Trabalho: 12.364.1073.119W. 26271.0053 Descrição da Ação (1): Construção de edifícios e execução de obras de infra-estrutura na Universidade de Brasília - UNB, mediante realização de licitações, de acordo com as legislações específicas. Serão construídos novos prédios para unidades acadêmicas, anexos de unidades e salas de aula, com a correspondente infra-estrutura, material permanente e equipamentos para laboratórios, objetivando ampliar a oferta de vagas. Finalidade da Ação (1): Promover a revisão da estrutura acadêmica e viabilizar a expansão da Universidade de Brasília - UNB, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação, a partir do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, visando à otimização da relação aluno/ docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DEG e DAF. Unidades Executoras: Física: DEG e Centro de Planejamento - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Graduação - DEG Indicador de ação: Vaga disponibilizada Meta: (Cumulativa) Unidade de medida: unidade Tipo de ação: Projeto Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: - Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Execução diretamente pela Universidade com contratação de serviços e aquisição de equipamentos e materiais, conforme estabelecido no projeto acadêmico. Coordenador de ação: Sérgio Antônio Andrade de Freitas
6.12	Ação 8282: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI
	Programa de Trabalho: 12.364.1073.8282.26271.0053 Descrição da Ação (1): Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão, elaborados pelas Universidades Federais, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras de pequeno vulto, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços. A expansão referida nesta ação não pode caracterizar início de projetos de grande vulto que, conforme legislação em vigor, só poderão ser executados à conta de crédito orçamentário específico, vedado o empenho de valores a eles destinados em outra dotação. Finalidade da Ação (1): Promover a revisão da estrutura acadêmica das Universidades Federais, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o numero de concluintes dos cursos de graduação. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DEG e DAF. Unidades Executoras: Física: DEG e Centro de Planejamento - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE, NS, OB). Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Graduação - DEG Indicador de ação: Vaga disponibilizada Meta: (Cumulativa) Unidade de medida: unidade Tipo de ação: Atividade

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: - Direta <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Análise de proposta apresentada pela Universidade Federal interessada, firmada pelo seu representante legal, com base em plano de reestruturação aprovados pelo órgãos superiores, no exercício da autonomia Universitária. A referida análise considerá a ampliação projetada pra o número de estudantes; melhoria da taxa de atendimento com base na relação de alunos com docentes; expansão da oferta de vagas, principalmente noturnas; melhoria de fluxos e redução estimada das taxas de evasão. Transferência de recursos para a instituição após a aprovação da proposta.</p>
	Coordenador de ação: Sérgio Antônio Andrade de Freitas
6.13	Ação 2E14: Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior – Sede do Centro de Convivência Programa de Trabalho: 12.364.1073.2E14. 26271.0053 Descrição da Ação (1): Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior. <p>Finalidade da Ação: não disponível no cadastro de ações do Ministério de Planejamento e nos anexos da LOA 12.381/2011.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN e DAF</p> <p>Unidades Executoras: CEPLAN e DAF</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: CEPLAN e DAF</p> <p>Indicador de ação: Unidade Modernizada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Esfera do Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: -</p>
	Coordenador de ação: Marta Emilia Teixeira
6.14	Ação 2E14: Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior – Casa de Niemeyer Programa de Trabalho: 12.364.1073.2E14. 26271.0126 Descrição da Ação(1): Ampliação da Infraestrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior. <p>Finalidade da Ação: não disponível no cadastro de ações do Ministério de Planejamento e nos anexos da LOA 12.381/2011.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN e DAF</p> <p>Unidades Executoras: CEPLAN e DAF</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: CEPLAN e DAF</p> <p>Indicador de ação: Unidade Modernizada</p> <p>Meta: não disponível no cadastro de ações do planejamento.</p> <p>Unidade de medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Esfera do Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: -</p>
	Coordenador de ação: Marta Emilia Teixeira
7	Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica <p>Objetivo: Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.</p> <p>Órgão responsável: Ministério da Educação</p> <p>Tipo do Programa: Finalístico</p> <p>Horizonte temporal: Contínuo</p> <p>Público-alvo: Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.</p>

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	<p>Justificativa: O progresso científico e a inovação tecnológica são fatores do crescimento econômico e social das nações e decorrem, primordialmente, de investimentos em educação, ciência e tecnologia. No Brasil, grande parte da produção do conhecimento científico e tecnológico acontece, predominantemente, nas instituições de ensino superior, que contam com uma infra-estrutura resultante, basicamente, das ações do Ministério da Educação, executadas pela CAPES, por meio do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPQ. Os esforços, do governo federal, voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O SNPQ, no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Diversas estimativas indicam que a pós-graduação atende apenas cerca de 10% da necessidade de pessoal qualificado no país. É necessário, portanto, promover a internacionalização do desempenho dos docentes e pesquisadores das instituições de ensino superior, a mobilidade acadêmica e ampliar a cooperação internacional entre as instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras, bem como possibilitar o acesso à informação científica e tecnológica. Além de inserir as ações da CAPES no projeto de Política Industrial e procurar minimizar as desigualdades regionais capacitando pessoal pós-graduado e promovendo a inclusão social em âmbito nacional. No contexto acadêmico e científico, a CAPES promove a melhoria da qualidade da educação superior por meio da avaliação dos cursos de pós-graduação; do oferecimento de oportunidades de acesso à pós-graduação; do investimento na formação acadêmica dos docentes das universidades; da minimização das disparidades regionais na oferta dos cursos de pós-graduação; permitindo o acesso à informação em ciência e tecnologia por meio do Portal de Periódicos; viabilizando a inserção dos pesquisadores brasileiros no cenário internacional e do desenvolvimento de linhas de políticas estratégicas de formação de pessoal qualificado para fazer face às necessidades do segmento tecnológico - principalmente do setor industrial. Essas são questões fundamentais que serão contempladas por esse programa, de forma a auxiliar o país na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.</p> <p>Estratégia de Implementação do Programa: Uma das estratégias para a implementação do programa é o acompanhamento e a avaliação dos Programas de Pós-Graduação realizada pela CAPES. Cujo resultado traduz-se em diagnósticos que subsidiaram esta Fundação na formulação de políticas de pós-graduação, fomentando o ensino de pós-graduação nos seguintes aspectos: na concessão de bolsas de estudo no país e no exterior; na manutenção dos programas de pós-graduação; no acesso ao acervo bibliográfico nacional e internacional; e, no cumprimento de acordos internacionais. Para tanto, utiliza-se de parcerias com as Instituições de Ensino Superior, e outros agentes públicos e privados voltados ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular, a melhoria do ensino de pós-graduação e da pesquisa no País. A implementação de ações para a formação pós-graduada nas modalidades diretas, descentralizadas e/ou por transferência voluntária que serão realizadas pela CAPES juntamente com as instituições federais de ensino superior, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais no país e no exterior. Para a execução dessas ações o repasse dos recursos e a distribuição das responsabilidades dar-se-ão por meio de convênios e de termo de concessão de auxílio a pesquisador entre a CAPES e as diversas instituições envolvidas com a pós-graduação.</p>
7.1	<p>Ação 4006: Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação</p> <p>Programa de Trabalho n. 12.364.1375.4006.0053</p> <p>Descrição da Ação (1): Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/ reforma /adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.</p> <p>Finalidade da Ação (1): Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DPP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: Decanato de Pós-Graduação - Orçamentária: Diretoria de Orçamento(ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa - DPP</p> <p>Indicador de ação: Aluno matriculado</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p>

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	Tipo de Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Descentralizada Detalhamento da Implementação da Ação: Aluno matriculado em cursos de pós-graduação nas instituições federais de ensino superior Coordenador de ação: Kênia Maria Martins de Alvarenga
7.2	Ação 8667: Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados
	Programa de Trabalho n. 12.571.1375.8667.0053 Descrição da Ação (1): Estudos, análises, diagnósticos e pesquisas e publicações científicas. Finalidade da Ação (1): Assegurar a manutenção dos meios que concorram para o fomento da pesquisa científica e tecnológica e a publicação de seus resultados. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DPP e DAF Unidades Executoras: (Física: Decanato de Pós-Graduação - Orçamentária: Diretoria de Orçamento(ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa - DPP Indicador de ação: Pesquisa publicada Meta: (Cumulativa) Unidade de medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Implementada diretamente pelas unidades responsáveis por manter a produção e publicação das pesquisas. Coordenador de ação: Kênia Maria Martins de Alvarenga
8	Programa 1448: Qualidade na Escola
	Objetivo: Expandir e melhorar a qualidade da educação básica
	Órgão responsável: Ministério da Educação
	Tipo do Programa: Finalístico
	Horizonte Temporal: Contínuo
	Público-alvo: Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).
	Justificativa: O Brasil vem, gradativamente, obtendo avanços efetivos na expansão da oferta pública em todas as etapas da Educação Básica. Contudo, permanece o desafio de oferecer uma educação de qualidade e de estabelecer políticas e ações que reduzam a evasão e o abandono escolar, de forma a contribuir com a elevação das taxas de conclusão na Educação Básica. É reconhecido o esforço nacional para universalizar o acesso de todas as crianças ao ensino fundamental; entretanto, os resultados das avaliações do INEP apontam problemas graves de fluxo escolar, com implicações na conclusão dos ciclos escolares e na aprendizagem dos alunos (que, apesar dos esforços empreendidos, vem melhorando em ritmo muito lento, sendo insuficiente). Este cenário indica a necessidade de adoção de ações espacialmente focalizadas e específicas para a superação desses problemas. Conforme os dados do Censo Escolar, o atendimento da primeira infância atingiu, em 2005, taxas de cobertura de 72,7% para a faixa etária de 4 a 6 anos, e algum retardo quanto à faixa de 0 a 3 anos, cuja cobertura atingiu apenas 13% no mesmo ano. O acesso de todas as crianças ao ensino fundamental atingiu índices próximos da universalização. No entanto, cerca de 800 mil crianças de 7 a 14 anos permanecem fora da escola, a maioria delas no semi-árido e Amazônia, sendo parcela significativa de negros e indígenas. Certamente, o maior desafio a ser enfrentado pelos gestores educacionais e pelos setores da sociedade comprometidos com a educação é o da qualidade. Os sistemas de avaliação de aprendizagem e os indicadores de fluxo escolar apontam enormes deficiências, também marcadas pela iniquidade. Embora quase 90% dos alunos tenham concluído as quatro primeiras séries, apenas 54,5% concluíram a 8ª série, em 2004. Além disso, o prazo médio de conclusão do ensino fundamental foi de 10 anos. O compromisso de equidade com relação ao gênero feminino parece ter sido solucionado, já que as matrículas femininas se igualam, ou superam, as masculinas em quase todos os níveis de ensino nos últimos anos. As taxas de analfabetismo ainda são elevadas (11,0% da população com 15 anos ou mais de idade, em 2005) e mostram lenta tendência de queda (aproximadamente meio ponto percentual a cada ano nas últimas décadas). Isto é resultado de significativa proporção de adultos analfabetos que não têm sido alcançados pelos programas de alfabetização, e por jovens evadidos do sistema regular que não são atraídos pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos. Como consequência, o Brasil tem levado aproximadamente 10 anos para aumentar em 1 ano a média de anos de estudo, que ainda se encontrava em 6,6 anos em 2004. A cobertura do ensino médio vem se ampliando desde a década passada, embora as taxas de escolarização líquida ainda sejam baixas, como consequência da retenção dos

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	<p>alunos no ensino fundamental. Isto pode ser explicitado pela idade elevada de conclusão do ensino fundamental. Em 2003, 46% dos concluintes do ensino médio tinham mais de 17 anos, idade regular/apropriada para a conclusão. A relação entre a matrícula de alunos novos no ensino médio e o número de concluintes do ensino fundamental, de aproximadamente 75%, tem se mantido constante na última década. Este dado indica uma aparente evasão anual de aproximadamente 25% de alunos concluintes do ensino fundamental, que podem ter se evadido definitivamente do sistema educacional regular, ou ingressado na Educação de Jovens e Adultos. Um dos problemas ainda enfrentados pelo ensino médio é a prevalência da matrícula pública no turno noturno, que representava, em 2003, 54,5%. Ainda mais grave é a constatação de que 70% dos alunos evadidos do ensino médio eram provenientes deste turno. Esta situação vem se mantendo desde há alguns anos, provavelmente por causa da idade avançada de conclusão do ensino fundamental, da ocupação desordenada das escolas, das dificuldades de recrutamento de professores para o turno diurno e também pela entrada dos jovens no mercado de trabalho. Muitos dos indicadores acima citados mostram-se mais dramáticos quando consideradas situações específicas: há disparidades entre as áreas urbanas e rurais; entre as regiões brasileiras; entre setores populacionais com diferentes etnias e níveis de rendimentos. Em 2005, 7% dos brancos com 15 anos ou mais de idade eram analfabetos, enquanto que 15,3% dos negros ou pardos, da mesma faixa etária, encontravam-se na mesma situação. Entre os habitantes das zonas urbanas, era de 8,4% e, entre os das rurais, 25%. Regionalmente, era de 6,6% na região sudeste e 21,9% na região nordeste. Do ponto de vista da renda familiar, as disparidades educacionais podem ser mostradas, por exemplo, pela proporção de alunos com idade correta frequentando o ensino médio. Enquanto 74,3% dos alunos provenientes de famílias que faziam parte do 5º quintil encontravam-se cursando a série adequada para sua idade, o mesmo acontecia com somente 18,9% dos alunos provenientes das famílias do 1º quintil. Essas disparidades se mostram mais agudas quando a análise é feita comparando as regiões do país. Por exemplo, enquanto na região norte 18,9% dos alunos provenientes de famílias pertencentes ao 1º quintil estavam cursando a série adequada para sua idade, na região sudeste o percentual era de 31,9% dos alunos. Em novembro de 2005, foi realizada a Prova Brasil, quando foram aplicadas provas aos alunos de 4ª e 8ª série com o objetivo de avaliar o desempenho em língua portuguesa (leitura) e matemática, por escola. Participaram da prova 3.306.378 alunos de 40.290 escolas localizadas em 5.398 municípios de todas as regiões brasileiras. Os resultados mostram a situação de cada escola participante e evidenciam a necessidade de implementação de políticas, programas e projetos voltados para a garantia do direito de aprender, como foco das ações a serem desenvolvidas nas escolas e redes públicas de ensino. O Compromisso Todos pela Educação representa uma resposta do MEC a essa situação geral detectada e tem como princípio norteador atuar de forma coordenada e focalizada, como parte de um compromisso coletivo, envolvendo União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Escolas, para contribuir na melhoria de indicadores educacionais diagnosticados em algumas redes de ensino. Cabe destacar que o MEC, a partir dos resultados da Prova Brasil, realizou dois tipos de pesquisa: a primeira delas, em parceria com a UNICEF, examinou escolas que apresentavam bom desempenho, ainda com todas as adversidades. Em parceria com o Banco Mundial, o MEC examinou sistemas municipais que apresentavam resultados de qualidade em comparação ao baixo desempenho obtido por municípios com as mesmas características socioeconômicas. Nas duas pesquisas, foram identificadas diretrizes que, no todo ou em parte, são adotadas pelas escolas e pelos sistemas municipais que obtiveram bons resultados de aprendizagem de seus alunos. Esse conjunto de diretrizes foi sistematizado e integra o Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, como orientações a que devem aderir os sistemas estaduais e municipais que queiram assumir o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.</p>
	<p>Estratégia de Implementação do Programa: Aos Municípios, Distrito Federal e Estados que assinarem o Termo de Adesão ao Compromisso, prioritariamente àqueles com baixa classificação no IDEB, o MEC disponibilizará equipe técnica para, em conjunto com seus dirigentes, elaborar um diagnóstico da situação educacional local e propor o Plano de Ações Articuladas - PAR para a educação básica. Com base no PAR, serão firmados termos de convênio ou de cooperação, entre o Ministério da Educação e o ente apoiado, para implementação de ações de assistência técnica ou financeira, observados os limites orçamentários e operacionais, e de acordo com as normas constantes de Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. São requisitos para a celebração de convênio ou termo de cooperação: - a formalização de Termo de Adesão ao Compromisso; - o comprometimento de realização da Prova Brasil, pelas escolas de sua rede, que atendam aos critérios estabelecidos pelo INEP; - o preenchimento e envio dos dados financeiros, por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE; - o envio regular de informações sobre a freqüência escolar dos alunos beneficiários do Bolsa Família.</p>
8.1	<p>Ação 6333: Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica</p> <p>Programa de Trabalho n. 12.128.1448.6333.0053</p> <p>Descrição da Ação(1): Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, e desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas de Educação Básica.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de</p>

N.	Atributos dos programas e ações da FUB - LOA 2011
	professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas de educação públicos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.
	Indicador de ação: Profissional Beneficiado
	Meta: (Cumulativa)
	Unidade de medida: Unidade
	Tipo de ação: Atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Esfera do Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: Direta Descentralizada
	Detalhamento da Implementação da Ação: Oferta de programas de formação para a rede pública da Educação Básica e para Entidades privadas sem fins lucrativos de Educação Infantil, via convênios, parcerias, adesão, descentralização, entre outros, podendo incluir a participação de Instituições de Ensino Superior, Secretarias e/ou Autarquias do MEC, e outras entidades governamentais e/ou não-governamentais nacionais e/ou internacionais, bem como assistência financeira processada mediante a solicitação dos Estados, Municípios, DF e de Entidades privadas sem fins lucrativos de Educação Infantil, por meio da apresentação de projetos educacionais elaborados sob a forma de plano de trabalho. Os projetos analisados pela Secretaria de Educação Básica, do MEC, após aprovados, serão encaminhados ao FNDE para firmatura dos instrumentos de transferência.
	Coordenador de ação: -

Fontes: SIMEC/2011; Lei Orçamentária Anual - LOA n. 12.381/2011.

Notas:

1) A descrição e a finalidade dos programas e ações foram extraídas da Lei Orçamentária Anual (Lei n. 12.381/2011) e o atributo dos Programas e Ações foi extraído do SIMEC 2011.

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ (FUB)

Nesta seção, estão dispostos os dados (atributos) dos oito programas e a execução física das vinte sete ações governamentais consignadas na LOA à FUB, no exercício de 2011, em observância às seguintes particularidades: função, subfunção, programa, ação, tipo de ação, prioridade, unidade de medida, meta prevista, meta realizada, percentual da execução física, meta a ser realizada em 2012, conforme Quadro abaixo. As informações que compõem o quadro foram extraídas da LOA (Lei n. 12.381/2011) e do SIMEC 2011.

Quadro A.2.VII: Execução Física das Ações Realizadas pela UJ: FUB 26271 (LOA12.381/2011)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	3				
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total de pensões: 462, Valor total pago de pensões: R\$ 1.821.208,25; Total de servidores aposentados: 1713, Valor total pago para aposentados: R\$ 4.755.191,00.									
12	301	0750	20CW	A	3	1.876	1.838	98	1.876
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total de Pessoas Beneficiadas durante o ano 2011: 1.838 Pessoas Beneficiadas.									
12	301	0750	2004	A	3	6.077	7.410	122	3.842
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total de pessoas beneficiadas:7.410; quantitativo de servidores assistidos pelos planos de saúde (GEAP, AMIL E ASSEFAZ) recebendo o subsídio saúde – pessoas beneficiadas:6.785; assistência odontológica (serviço prestado diretamente pelo órgão) - pessoas beneficiadas: 625.									
12	365	0750	2010	A	3	380	598	157	474
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total de Crianças Atendidas: 598 Crianças.									
12	331	0750	2011	A	3	1.453	3.331	229	1.526
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total de Servidores Beneficiados: 3.331 Servidores.									
12	306	0750	2012	A	3	4.050	4.901	121	4.112
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: UPAG 172 - Total gasto com o auxílio: R\$ 1.274.122,79; Servidores atendidos - 4.196; UPAG 257 - Total gasto com o auxílio: R\$ 214.076,79; Servidores atendidos - 705; Total: R\$ 1.488.199,58. Servidores atendidos - 4.901 servidores.									
28	846	0901	00G5	OP	3				
Ação sem execução física.									
28	846	0901	0005	OP	3				
Ação sem execução física.									
12	128	1061	8429	A	3	1.325	3.352	253	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total de Alunos Matriculados: 3.352 alunos.									
12	128	1067	4572	A	3	3.050	2.973	97	3.050
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Quantidade de servidores qualificados no mês de: janeiro: 37; fevereiro: 181; março: 204; abril: 386; maio: 95; junho: 216; julho: 255; agosto: 317; setembro: 753; outubro: 325; novembro: 154; dezembro: 16; Total de Servidores Capacitados: 2.973 servidores.									
12	364	1073	2E14	P	3	1	0		
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Crédito bloqueado por se tratar de emenda parlamentar referente ao projeto de construção da sede do Centro de Convivência.									
12	364	1073	2E14	P	3	1	0		
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Crédito bloqueado por se tratar de emenda parlamentar referente ao projeto da Casa de Niemeyer.									
12	364	1073	4002	A	3	3.500	3.956	113	3.500
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação:O Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade Brasília, através da sua Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), oferta									

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2012
aos estudantes programas, cuja finalidade é fornecer incentivos para que os estudantes permaneçam na universidade e concluam o seu curso. Programas como moradia estudantil que atendeu a 368 graduandos, e 370 estudantes de graduação foram contemplados com auxílio moradia. A bolsa de permanência com 1441 atendidos, auxilio alimentação a estudantes dos campi de Ceilândia, Gama e Planaltina com 650 estudantes, auxilio livro com 25 graduandos contemplados e estudantes com vulnerabilidade social que recebem Bolsa Alimentação com 1001 estudantes que fazem refeições no Restaurante Universitário do Campus Darcy Ribeiro. Foram atendidos 12 estudantes com Bolsa Emergencial e 09 estudantes com Auxílio Viagem.									
12	364	1073	4004	A	3	651	93.356	14.340	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total de Pessoas Beneficiadas: 93.356 Pessoas. Ações Realizadas: Cursos= 292, Pessoas Beneficiadas= 27.367; Eventos= 52, Pessoas Beneficiadas= 7.254; Projetos= 266, Pessoas Beneficiadas= 58.735.									
12	364	1073	4008	A	3	10.000	1.546.794	15.468	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Acervo integrado ao patrimônio da BCE em 12/2011: 1.646 volumes; composição da conta: 1.545.148 + 1.646 = 1.546.794. Justificativa: Houve um "erro material", em que a previsão legal físico/financeira não considerou o acervo existente. No entanto, a execução considerando o atributo desta ação em sua finalidade, descrição e especificação do produto, contemplou o acervo já existente para efeito de manutenção, preservação, recuperação e disponibilização.									
12	364	1073	4009	A	3	29.436	28.546	97	29.436
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Em 2011 a Ação 4009 além de possibilitar a fucionamento dos cursos de graduação da UnB (finalidade para qual existe), garantiu também a execução das principais despesas de funcionamento da FUB, tais como: o pagamento de pessoal ativo (permanente), energia elétrica, serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, serviços terceirizados dentre outros. Para tanto, tornou-se necessária a suplementação da Dotação Inicial (LOA), expediente tornado possível por meio do remanejamento entre fontes de recursos (0250 e 0282 para 0112). Mais uma vez a Fonte de Recurso 0250 (Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecados) viabilizou em grande parte a a execução plena das Despesas De Funcionamento da FUB durante o exercício. No exercício a Ação teve execução orçamentária muito próxima aos 100% da Dotação Autorizada sendo, apenas, limitada (a execução orçamentária) pela Cota de Limite Orçamentária disponibilizada pela SPO/MEC, principalmente no tocante à fonte de recursos não-financeiro diretamente arrecados (fonte 0250).									
12	364	1073	6328	A	3	12.900	3.500	27	9.300
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: 1400 - Vagas disponibilizadas para o curso de extensão em relação do trabalho em parceria com Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e CESPE. 1600 - Vagas disponibilizadas para o curso de extensão em Gestão Estratégica em parceria com Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e CESPE. 500 - Vagas disponibilizadas para o curso de extensão para Gestores do SUS em promoção da saúde - FNS.									
12	364	1073	7L83	P	3	1	0	0	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Ação governamental aberta por meio de emenda parlamentar que até o momento se encontra bloqueada.									
12	364	1073	8282	A	3	8.074	8.074	100	8.494
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Ano 2011: Campus Darcy Ribeiro; Curso/Vaga: (Diurno) Administração 120, Agronomia 160, Arquitetura e Urbanismo 80, Artes Cênicas (Bacharelado/Licenciatura) 52, Artes Plásticas (Bacharelado/Licenciatura) 60, Biblioteconomia 80, Biotecnologia 80, Ciência da Computação (Bacharelado) 80, Ciência Política 100, Ciências Biológicas (Bacharelado/Licenciatura) 80, Ciências Contábeis 92, Ciências Econômicas 100, Ciências Farmacêuticas 80, Ciências Sociais 180, Comunicação Social 132, Desenho Industrial (Bacharelado) 40, Direito 120, Educação Artística – Música (Licenciatura) 32, Educação Física (Licenciatura) 100, Enfermagem 80, Engenharia Ambiental 80, Engenharia Civil 80, Engenharia da Computação 80, Engenharia de Redes de Comunicação 80, Engenharia Elétrica 80, Engenharia Florestal 100, Engenharia Mecânica 80, Engenharia Mecatrônica 80, Estatística 80, Filosofia 80, Física (Bacharelado/Licenciatura/Física Computacional) 72, Geofísica 60, Geografia 72, Geologia 64, História 80, Letras - Língua Estrangeira Aplicada (Bacharelado) 60, Letras – Francês (Bacharelado/Licenciatura) 52, Letras – Inglês (Bacharelado/Licenciatura) 44, Letras – Português (Bacharelado/Licenciatura) 60, Letras –									

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2012
Português do Brasil como Segunda Língua (L) 60, Letras – Tradução – Francês 36, Letras – Tradução – Inglês 44, Matemática (Bacharelado/Licenciatura) 72, Medicina 72, Medicina Veterinária 80, Museologia 64, Música (Bacharelado) 52, Nutrição 64, Odontologia 60, Pedagogia 152, Psicologia 100, Química Tecnológica 64, Química (Bacharelado) 64, Relações Internacionais 100, Serviço Social 80, Turismo 80, TOTAL DIURNO: 4.476; Curso: (Noturno) Administração 120, Arquitetura e Urbanismo 60, Arquivologia 84, Artes Plásticas (Licenciatura) 68; Ciências Ambientais 80, Ciências Biológicas (Licenciatura) 80, Ciências Contábeis 184, Ciências Farmacêuticas 60, Computação (Licenciatura) 92, Comunicação Organizacional 80, Direito 120, Engenharia de Produção 100, Filosofia (Licenciatura) 80, Física (Licenciatura) 64, Gestão de Políticas Públicas 100, Gestão do Agronegócio 80, História (Licenciatura) 80, Letras – Espanhol (Licenciatura) 60, Letras – Japonês (Licenciatura) 56, Letras – Português (Licenciatura) 80, Letras – Tradução – Espanhol 60, Matemática (Licenciatura) 64, Música (Licenciatura) 52, Pedagogia 84, Química (Licenciatura) 64, Gestão em Saúde Coletiva 80, Serviço Social 80, TOTAL NOTURNO: 2.212; TOTAL (D) + (N): 6.688; Campus Ceilândia: Curso: Enfermagem 96, Fisioterapia 96, Gestão de Saúde 122, Farmácia 96, Terapia Ocupacional 96; TOTAL - FCE: 506; Campus Gama: Engenharia 480; TOTAL - FGA : 480; Campus Planaltina: Curso (Diurno): Gestão do Agronegócio 100, Ciências Naturais (L) 80, Licenciatura em Educação do Campo 60; TOTAL FUP - Diurno: 240; Campus Planaltina: Curso (Noturno): Gestão Ambiental 80, Ciências Naturais (L) 80; TOTAL FUP- Noturno: 160; TOTAL FUP (D+N): 400; TOTAL GERAL dos Campi: 8.074.									
12	122	1073	09HB	OP	3				
Ação sem execução física.									
12	364	1073	10FM	P	3	400	400	100	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Campus Planaltina - FUP: Curso (Diurno): Gestão do Agronegócio 100, Ciências Naturais (L) 80, Licenciatura em Educação do Campo 60, TOTAL - FUP (Diurno): 240; Campus Planaltina - FUP (Noturno): Gestão Ambiental 80, Ciências Naturais (L) 80, TOTAL - FUP (Noturno) 160; TOTAL FUP (D+N): 400.									
12	364	1073	10FP	P	3	480	480	100	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Campus Gama: Curso: Engenharia 240 + 240 = 480; TOTAL - FGA: 480 vagas disponibilizadas.									
12	364	1073	10FQ	P	3	488	506	104	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Campus Ceilândia- FCE: Curso/ 1º sem./ 2º sem/ TOTAL: Enfermagem 46 50 96; Fisioterapia 46 50 96; Gestão de Saúde 60 62 122; Farmácia 46 50 96; Terapia Ocupacional 46 50 96; Total 1º Semestre: 244; Total 2º Semestre: 262; TOTAL GERAL - FCE: 506 vagas disponibilizadas.									
12	364	1073	119W	P	3	8.074	8.074	100	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Campus Darcy Ribeiro; Curso/ 1º 2011/ 2º 2011/vagas; (Diurno): Administração 60 60 120, Agronomia 80 80 160, Arquitetura e Urbanismo 40 40 80, Artes Cênicas (Bacharelado/Licenciatura) 26 26 52, Artes Plásticas (Bacharelado/Licenciatura) 30 30 60, Biblioteconomia 40 40 80, Biotecnologia 40 40 80, Ciência da Computação (Bacharelado) 40 40 80, Ciência Política 50 50 100, Ciências Biológicas (Bacharelado/Licenciatura) 40 40 80, Ciências Contábeis 46 46 92, Ciências Econômicas 50 50 100, Ciências Farmacêuticas 40 40 80, Ciências Sociais 90 90 180, Comunicação Social 66 66 132, Desenho Industrial (Bacharelado) 20 20 40, Direito 60 60 120, Educação Artística – Música (Licenciatura) 16 16 32, Educação Física (Licenciatura) 50 50 100, Enfermagem 40 40 80, Engenharia Ambiental 40 40 80, Engenharia Civil 40 40 80, Engenharia da Computação 40 40 80, Engenharia de Redes de Comunicação 40 40 80, Engenharia Elétrica 40 40 80, Engenharia Florestal 50 50 100, Engenharia Mecânica 40 40 80, Engenharia Mecatrônica 40 40 80, Estatística 40 40 80, Filosofia 40 40 80, Física (Bacharelado/Licenciatura/Física Computacional) 36 36 72, Geofísica 30 30 60, Geografia 36 36 72, Geologia 32 32 64, História 40 40 80, Letras - Língua Estrangeira Aplicada (Bacharelado) 30 30 60, Letras – Francês (Bacharelado/Licenciatura) 26 26 52, Letras – Inglês (Bacharelado/Licenciatura) 22 22 44, Letras – Português (Bacharelado/Licenciatura) 30 30 60, Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (L) 30 30 60, Letras – Tradução – Francês 18 18 36, Letras – Tradução – Inglês 22 22 44, Matemática (Bacharelado/Licenciatura) 36 36 72, Medicina 36 36 72, Medicina Veterinária 40 40 80, Museologia 32 32 64, Música (Bacharelado) 26 26 52, Nutrição 32 32 64, Odontologia 30 30 60, Pedagogia 76 76 152, Psicologia 50 50 100, Química Tecnológica 32 32 64, Química (Bacharelado) 32 32 64, Relações Internacionais 50 50 100, Serviço Social 40 40 80, Turismo 40 40 80; Total (Diurno) 1º									

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2012
sem.:2.238 + 2º sem.: 2.238 = Total Geral (Diurno): 4.476 vagas; Curso/ 1º/2011/ 2º/2011/vagas; (Noturno): Administração 60 60 120, Arquitetura e Urbanismo 30 30 60, Arquivologia 42 42 84, Artes Plásticas (Licenciatura) 34 34 68, Ciências Ambientais 40 40 80, Ciências Biológicas (Licenciatura) 40 40 80, Ciências Contábeis 92 92 184, Ciências Farmacêuticas 30 30 60, Computação (Licenciatura) 46 46 92, Comunicação Organizacional 40 40 80, Direito 60 60 120, Engenharia de Produção 50 50 100, Filosofia (Licenciatura) 40 40 80, Física (Licenciatura) 32 32 64, Gestão de Políticas Públicas 50 50 100, Gestão do Agronegócio 40 40 80, História (Licenciatura) 40 40 80, Letras – Espanhol (Licenciatura) 30 30 60, Letras – Japonês (Licenciatura) 28 28 56, Letras – Português (Licenciatura) 40 40 80, Letras – Tradução – Espanhol 30 30 60, Matemática (Licenciatura) 32 32 64, Música (Licenciatura) 26 26 52, Pedagogia 42 42 84, Química (Licenciatura) 32 32 64, Gestão em Saúde Coletiva 40 40 80, Serviço Social 40 40 80, Total (NOTURNO) 1106 1106 2212, Total (D) + (N) 3344+3344= 6.688; Campus Ceilândia: Enfermagem 46 50 96, Fisioterapia 46 50 96, Gestão de Saúde 60 62 122, Farmácia 46 50 96, Terapia Ocupacional 46 50 96, Total FCE: 244+262= 506; Campus Gama: Engenharia 240 240 480, Total FGA: 240+ 240= 480; Campus Planaltina (Diurno) Gestão do Agronegócio 50 50 100, Ciências Naturais (L) 40 40 80, Licenciatura em Educação do Campo 0 60 60, Total (Diurno) 1º sem.: 90 + 2º sem.: 150; Total FUP (Diurno): 240 vagas; Campus Planaltina (Noturno): Gestão Ambiental 40 40 80, Ciências Naturais (L) 40 40 80, Total FUP (Noturno): 1º sem.: 80 + 2º sem.: 80; Total FUP (Noturno): 160 vagas; Total FUP(D+N)= 240 + 160= 400 vagas disponibilizadas. Total: 1º sem.: 3.998 + 2º sem.: 4.076; Total Geral: 8.074 vagas disponibilizadas.									
12	364	1375	4006	A	3	10.000	9.938	99	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: O número apresentado refere-se ao total de alunos matriculados em março/2011, distribuídos nos seguintes níveis: a) doutorado: 2.474; b) mestrado: 4.022; c) residência médica: 319; d) especialização: 3.123. Ressalta-se que o número é flutuante, considerando que a entrada e saída de alunos é constante. Obs.: O mês de março obteve o maior número de alunos matriculados em relação ao total previsto para o ano.									
12	571	1375	8667	A	3	7.600	7.552	99	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: O número apresentado foi calculado com base na média da pesquisa publicada na UnB, de acordo com as informações do Relatório Coleta/CAPES, ano base 2010. Considerou-se pesquisa publicada: Artigos completos publicados em periódicos internacionais; Artigos completos publicados em periódicos nacionais; Artigos completos publicados em periódicos locais; Trabalhos completos publicados em anais de eventos internacionais; Trabalhos completos publicados em anais de eventos nacionais; Trabalhos completos publicados em anais de eventos locais; Livros e capítulos de livros; Traduções; Artigos em Jornais ou Revistas; Partituras. Obs.: Foram 7.552 pesquisas publicadas no decorrer do ano.									
12	128	1448	6333	A	3	200			
Ação sem execução física e financeira.									

Fonte: FUB, LOA (Lei 12.381/2011) e SIMEC/2011.

Resultados alcançados com a execução das ações governamentais

A seguir, são apresentados os resultados obtidos com a execução físico-financeira das ações governamentais da FUB quanto à materialidade, eficácia e relevância.

Materialidade³ refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos/ geridos.

No exercício de 2011, merecem destaque algumas ações governamentais que obtiveram acima de 85% do índice de materialidade em sua execução financeira, ou seja, em que o total dos recursos geridos pela Instituição, atingiu acima de 85% (inclusive) do valor previsto para o período. Conforme Tabela A.2.V, apresentada abaixo.

Tabela A.2.V: FUB: Programas e Ações com maior Índice de Materialidade – LOA 12.381/2011

1. Materialidade			
Programa	Ação	Recursos Geridos (R\$)	% Recursos geridos ¹
Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1. Ação 0181: Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis	201.235.917	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	2. Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	105.551.953	100,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	3. Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	14.786.976	100,0
Programa 0901: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	4. Ação 0005: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	4.587.972	99,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	5. Ação 2010: Assistência Pré- escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	539.020	99,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	6. Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	4.740.709	96,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	7. Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	2.659.282	94,0
Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	8. Ação 4006: Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação	3.161.639	90,0
Programa 1073: Brasil Universitário	9. Ação 4009: Funcionamento dos Cursos de Graduação	783.837.921	85,0
Total		1.121.101.389	-

Fonte: LOA (Lei 12.381/2011) e SIMEC/2011.

Nota:1) Quanto ao dado referente à percentagem de recursos geridos, foram consideradas somente as ações que atingiram acima de 85% (inclusive) da execução dos recursos orçamentários previstos para o ano.

³ Materialidade: refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos/ geridos. (Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/MF) n. 01 de 6.4.2001).

Relevância⁴ significa importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade existentes em um dado contexto. De acordo com a importância social da ação governamental na prestação de serviços públicos à sociedade em geral e, levando em considerando, o eixo central da Universidade que é o ensino, a pesquisa e a extensão, pode-se evidenciar que oito ações obtiveram resultados favoráveis acima de 95% em relação à meta física planejada. Observa-se, ainda, que das ações evidenciadas na tabela abaixo, somente três Ações não atingiram 100% de sua execução física, alcançando, respectivamente, 97% (Ação 4009), 99% (Ação 4006) e, 99% (Ação 8667) da execução prevista para o exercício. Cabe ressaltar que na Ação 4008 – Acervo Bibliográfico consta um erro material em que a meta física prevista para o exercício (10.000 Volumes Disponibilizados), não abrangeu o volume disponibilizado pré-existente. No entanto, considerando o atributo dessa ação em sua finalidade, descrição e especificação do produto, o aporte de recurso alocado, contemplou o acervo já existente para efeito de manutenção, preservação, recuperação e disponibilização dos (1.500.000) exemplares pré-existentes, isso justifica o percentual exorbitante da Ação 4008.

Tabela A.2.VI: FUB: Programas e Ações com maior Relevância – LOA 12.381/2011

2. Relevância		
Programas	Ações	% Alcance das metas físicas
Programa 1073: Brasil Universitário	1. Ação 4009: Funcionamento dos Cursos de Graduação	97,0
Programa 1061: Brasil Escolarizado	5. Ação 8429: Formação Inicial e Continuada à Distância	253,0
Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	2. Ação 4006: Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação	99,0
Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	3. Ação 8667: Pesquisa Universitária e Difusão dos seus Resultados	99,0
Programa 1073: Brasil Universitário	8. Ação 4004: Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária	14.340,0
Programa 1073: Brasil Universitário	4. Ação 8282: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	8. Ação 119W: REUNI – Readequação da Infraestrutura da Universidade de Brasília (UnB)	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	7. Ação 4008: Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitalares de Ensino	15.468,0

Fonte: FUB, LOA (Lei 12.381/2011) e SIMEC/2011.

Pela aferição do desempenho da execução das ações referente à **Eficácia⁵**, observa-se que das vinte e sete ações vinculadas aos oito programas governamentais da FUB, pode-se enumerar treze ações que apresentaram o maior nível de execução da meta física em comparação à prevista para o exercício de 2011, ou seja, 48% das ações atingiram ou ultrapassaram acima de 100% (inclusive) da meta física prevista para o exercício de 2011, conforme Tabela 02.03 abaixo. Entretanto, se considerarmos as ações

⁴ Relevância significa importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto. (Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/MF) n. 01 de 6.4.2001).

⁵ De acordo com Sergio Jund no livro “Administração Financeira e Orçamentária”, pág. 438, o conceito de eficácia é o grau de atingimento das metas fixadas para um determinado objeto de uma ação em relação ao previsto, em um determinado período.

que atingiram acima de 95% do previsto, sobe para 67% o total de ações que atingiram de forma satisfatória a meta física anual, ou seja, dezoito das vinte e Três ações que possuem produto (indicador) alcançaram acima de 95% da meta física prevista para o período.

Tabela A.2.VII: Identificação dos Programas e Ações com maior Eficácia – LOA 12.381/2011

3. Eficácia		
Programas	Ações	% Alcance das metas Físicas
Programa 1073: Brasil Universitário	1. Ação 4008: Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	19.148,0
Programa 1073: Brasil Universitário	2. Ação 4004: Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária	14.340,0
Programa 1061: Brasil Escolarizado	3. Ação 8429: Formação Inicial e Continuada à Distância	253,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	4. Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	229,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	5. Ação 2010: Assistência Pré- escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	157,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	6. Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	122,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	7. Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	121,0
Programa 1073: Brasil Universitário	8. Ação 4002: Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	113,0
Programa 1073: Brasil Universitário	9. Ação 10FQ: Expansão do Ensino Superior – Campus de Ceilândia	104,0
Programa 1073: Brasil Universitário	10. Ação 10FP: Expansão do Ensino Superior – Campus do Gama	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	11. Ação 10FM: Expansão do Ensino Superior – Campus de Planaltina	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	12. Ação 8282: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	13. Ação 119W: REUNI – Readequação da Infraestrutura da Universidade de Brasília (UnB)	100,0

Fonte: FUB, LOA 12.381/2011 e SIMEC/2011.

Análise Crítica

Com relação ao que foi apresentado nas tabelas acima, pode-se concluir que das vinte e três Ações Governamentais que possuem indicador e meta física, dezoito atingiram acima de 95% do indicador da meta física proposta para o ano. Merecem destaque, duas Ações que apresentaram o maior percentual de execução da meta física, quais sejam: Ação 4008: Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino que atingiu 19.148% do indicador da meta física, devido a um erro material, em que, a previsão da meta física da ação não contemplou o volume disponibilizado pré-existente, que conta, para efeito de manutenção, ou seja, conservação, catalogação e recuperação do acervo. A outra Ação é a 4004: Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária que atingiu 14.340% da meta física prevista para o ano, em função da redução exorbitante no indicador da meta

prevista para o período, comparado aos anos anteriores (ano 2010: 202 mil pessoas beneficiadas; ano 2009: 176 mil pessoas beneficiadas), excedendo muito, o ínfimo valor da meta prevista.

Em contrapartida, a única ação, de forma isolada, que apresentou baixo índice de execução física foi a Ação 6328: Universidade Aberta e a Distância que obteve 27% do alcance da meta prevista para o ano, em virtude do número reduzido de cursos e eventos promovidos no período. Cabe ressaltar que as demais ações obtiveram índices acima de 97% (inclusive), o que, evidencia, um índice satisfatório de execução física das 22 ações que dispõem de indicador.

No aspecto financeiro, das vinte e sete Ações vinculadas a FUB, dez delas atingiram acima de 70% da execução financeira, o que corresponde a 37% do total de Ações. Merecem destaque três Ações que alcançaram 100% da execução financeira, quais sejam: Ação 0181: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis; Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados; Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Outras três Ações alcançaram acima de 95% da execução financeira: Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes; Ação 2010: Assistência Pré- escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; Ação 0005: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas; Em contrapartida, as quatro que obtiveram o menor índice de execução financeira, foram: Ação 10FQ: Expansão do Ensino Superior – Campus de Ceilândia ; Ação 119W: REUNI – Readequação da Infraestrutura da Universidade de Brasília (UnB); Ação 10FM: Expansão do Ensino Superior – Campus de Planaltina; Ação 8429: Formação Inicial e Continuada à Distância, respectivamente, com 2%, 26%, 33% e 37% de alcance da meta financeira.

Ressalta-se que três ações foram abertas por meio de emenda parlamentar, entretanto, nem uma delas foi liberada no decorrer do ano, permanecendo bloqueadas durante todo exercício. Outra ação que não teve execução físico-financeira foi a 6333, não houve movimentação nesta ação em virtude de não adequação a projetos e atividades desenvolvidos, até o momento, na Universidade.

Cumpre informar, que tomou-se como base para a realização desta análise crítica, os dados físicos e financeiros provenientes do SIMEC. Além disso, consta no Quadro A.2.VII: Execução Física das Ações Realizadas pela UJ: FUB 26271 (LOA12.381/2011), a justificativa, na íntegra, de cada Coordenador de Ação.

2.4 Programas e Ações sob a responsabilidade da UJ (HUB-UO 26393)

2.4.1 Relação dos Programas

Da análise do Quadro abaixo, é possível identificar que, dos três programas consignados na LOA 12.381/2011, sob a responsabilidade do HUB, dois constituem atendimento Finalístico e está sob a responsabilidade do órgão 26000 (Ministério da Educação), que são: (**1073**: Brasil Universitário), (**0089**: Previdência de Inativos e Pensionistas da União); e um programa: (**0750**: Apoio Administrativo) que

corresponde ao Apoio Administrativo e, é constituído, de Atividades Padronizadas, conforme Anexo III da LOA – Órgãos Responsáveis por Programas e registro no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC⁶.

Quadro A.2.VIII: Descrição dos programas e ações consignados na LOA (12.381/2011)

N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
1	Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União
	Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
	Órgão responsável: Ministério da Previdência Social
	Programa de Trabalho n. 09.272.0089.0181.0053
	Tipo do Programa: Finalístico
	Horizonte temporal: Contínuo
	Público-alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.
	Justificativa: O desequilíbrio dos regimes previdenciários dos servidores públicos nas três esferas de governo representa um obstáculo ao ajuste das contas públicas, reduzindo a viabilidade de um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento. Com as Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003 e com a Lei nº 9.717/98, novas regras foram definidas para organização da Previdência Pública, dando ênfase ao caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial, tornando-a distinta da política de pessoal.
	A Previdência Pública vinha funcionando como uma extensão da política de pessoal, com base no princípio de que o vínculo empregatício por si só assegura o benefício previdenciário. A partir de agora, a União, como as outras esferas de governo, tem limitado a 12% de sua receita corrente os gastos com inativos e pensionistas e deverá observar a relação de 2/1 entre a sua contribuição como empregador e a dos segurados. A determinação, constante da Lei nº 9.717/98, do registro individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais permitirá ainda, a implementação da correlação efetiva entre contribuições e benefícios.
	Estratégia de implementação do Programa: Realização de estudos para alteração da legislação da previdência dos servidores públicos federais para implementação das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 20/98
1.1	Ação 0181: Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Servidores Civis
	Programa de Trabalho n. 09.272.0089.0181.0053
	Descrição da Ação (1): Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/ pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
	Finalidade da Ação (1): Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP
	Indicador da ação: Pessoa beneficiada
	Meta: (Não Cumulativa)
	Unidade de Medida: unidade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Seguridade Social
	Tipo de ação: Operações Especiais
	Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento via sistemas informatizados, dos proventos e pensões aos inativos e pensionistas, respectivamente.
	Esfera do Orçamento: Seguridade Social
	Coordenador de ação: Silvio Carlos de Souza Carneiro
2	Programa 0750: Apoio Administrativo

⁶ O SIMEC é o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação, que possui o Módulo de Monitoramento e Avaliação dos Programas e Ações do PPA, entre outros, por meio do qual os coordenadores de ação fazem o monitoramento da execução física das ações governamentais.



N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
	<p>Objetivo: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos</p> <p>Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p> <p>Tipo do Programa: Apoio Administrativo</p> <p>Horizonte temporal: Contínuo</p> <p>Público-alvo (beneficiários): Governo</p> <p>Justificativa: Programa de Apoio Administrativo</p>
2.1	<p>Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.</p> <p>Programa de Trabalho n. 12.301.0750.2004.0053</p> <p>Descrição da Ação: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de resarcimento.</p> <p>Finalidade da Ação: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB))</p> <p>Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP</p> <p>Indicador da ação: Pessoa beneficiada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Esfera do Orçamento: Seguridade Social</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Coordenador de ação: Silvio Carlos de Souza Carneiro</p>
2.2	<p>Ação 2010: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</p> <p>Programa de Trabalho n. 12.365.0750.2010.0053</p> <p>Descrição da Ação (1): Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.</p> <p>Finalidade da Ação (1): Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE, NS, OB))</p> <p>Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP</p> <p>Indicador da ação: Criança atendida</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Esfera do Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Coordenador de ação: Silvio Carlos de Souza Carneiro</p>
2.3	<p>Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</p> <p>Programa de Trabalho n. 12.331.0750.2011.0053</p> <p>Descrição da Ação: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</p> <p>Finalidade da Ação: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal,</p>



N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
	intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Indicador de ação: Servidor beneficiado Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte ao servidor ativo. Coordenador de ação: Silvio Carlos de Souza Carneiro
2.4	Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Programa de Trabalho n. 12.306.0750.2012.0053 Descrição da Ação: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório. Finalidade da Ação: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP Indicador da ação: Servidor beneficiado Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, em caráter indenizatório, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos. Coordenador de ação: Silvio Carlos de Souza Carneiro
2.5	Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos Programa de Trabalho n. 12.301.0750.20CW. 0001 Descrição da Ação: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. Finalidade da Ação: Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção de saúde física e mental. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE, NS, OB)). Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas - DGP Indicador da ação: Servidor beneficiado Meta: (Cumulativa) Unidade de Medida: unidade



N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
	Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Esfera do Orçamento: Seguridade Social Forma de Implementação: Direta Coordenador de ação: Silvio Carlos de Souza Carneiro
3	Programa 1073: Brasil Universitário Objetivo: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento. Órgão responsável: Ministério da Educação Tipo do Programa: Finalístico Horizonte temporal: Contínuo Público-alvo (beneficiários): Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas. Justificativa: O sistema de educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Essa organização acadêmica incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação. Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional e a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber. Em suma, estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos, precocidade na escolha dos cursos, altos índices de evasão de alunos, descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os novos desafios da sociedade do conhecimento, são problemas que, para sua superação, requerem transformações no interior das Universidades. A democratização do acesso ao ensino superior a um número cada vez maior de jovens brasileiros é tarefa fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia e de nossa sociedade e um dos objetivos do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001). Neste sentido, foram desenvolvidas diversas iniciativas entre as quais o Plano de Expansão das Universidades Federais e o Programa Universidade Para Todos. Foram criadas, nos últimos três anos, nove universidades federais e novos campi universitários. Como resultado dessas ações calcula-se que, ao final de 2008, terão sido abertas 30 mil novas vagas no sistema federal de ensino superior. Já o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI terá como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação superior, em nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. Dentre as diretrizes do programa, para o alcance das metas propostas, destaca-se a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. A execução das metas propostas, baseadas nas diretrizes instituídas pelo Decreto Presidencial nº 6096/2007, diminui o risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada vez mais globalizado e inter-relacionado, ao mesmo tempo em que possibilita atingir a meta de inserir, no ensino superior, 30 % dos jovens brasileiros com idade entre 18 a 24 anos, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação. Estratégia de implementação do Programa: Desenvolvimento de ações diretas, descentralizadas e por meio de transferências, promovidas pela Secretaria de Educação Superior e Instituições Federais de Ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais ou não, no País e no exterior, voltadas ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular à melhoria do Ensino Superior, da pesquisa e da extensão.
3.1	Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Programa de Trabalho n. 12.122.1073.09HB. 0053 Descrição da Ação (1): Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de Junho de

N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
	2004.
	Finalidade da Ação (1): Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF
	Unidades Executoras: (Física: DGP - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) - Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)
	Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Decanato de Gestão de Pessoas – DGP
	Indicador de ação: -
	Meta: (Cumulativa)
	Unidade de medida: -
	Tipo de ação: Operações Especiais
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Esfera do Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: Outras transferências
	Coordenador de ação: Silvio Carlos de Souza Carneiro
3.2	Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino
	Programa de Trabalho n. 12.302.1073.4086.0053
	Descrição da Ação (1): Manutenção das atividades para o funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração/ modernização das edificações/ instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação /reforma/ adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
	Finalidade da Ação(1): Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: HUB e DAF
	Unidades Executoras: Física: HUB - Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC) - Contábil: Divisão de Orçamento e Finanças (ND,NE,NS,OB)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Ensino de Graduação
	Indicador de ação: Unidade mantida
	Meta: (Não Cumulativa)
	Unidade de Medida: unidade
	Tipo de ação: Atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Esfera do Orçamento: Seguridade Social
	Forma de Implementação: Direta
	Coordenador de ação: Silvio Carlos de Souza Carneiro

Fontes: SIMEC/ 2011; Lei Orçamentária Anual n. 12.381/2011.

Notas:

1) A descrição e a finalidade dos programas e ações foi extraída da Lei Orçamentária Anual (Lei n. 12.381/2011) e o atributo dos Programas e Ações foi extraído do SIMEC.

2.4.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ – HUB (UO 26393)

Nesta seção, estão dispostos os dados (atributos) dos três programas e a execução física das oito ações governamentais consignadas na LOA ao HUB, no exercício de 2011, em observância às seguintes particularidades: função, subfunção, programa, ação, tipo de ação, prioridade, unidade de medida, meta prevista, meta realizada, percentual da execução física, meta a ser realizada em 2012, conforme quadro abaixo. As informações que compõem o quadro foram extraídas da LOA (Lei n. 12.381/2011) e do sistema SIMEC.

Quadro A.2.IX: Execução Física das Ações Realizadas pela UJ: HUB (UO 26393)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	3					
Ação sem execução física.										
12	301	0750	20CW	A	3	Unidade	417	0	0	417
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Não houve inserção dos dados no SIMEC, pelo Coordenador de Ação.										
12	301	0750	2004	A	3	Unidade	208	0	0	421
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Não houve inserção dos dados no SIMEC, pelo Coordenador de Ação.										
12	365	0750	2010	A	3	Unidade	162	0	0	168
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Não houve inserção dos dados no SIMEC, pelo Coordenador de Ação.										
12	331	0750	2011	A	3	Unidade	425	0	0	442
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Não houve inserção dos dados no SIMEC, pelo Coordenador de Ação.										
12	306	0750	2012	A	3	Unidade	698	0	0	707
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Não houve inserção dos dados no SIMEC, pelo Coordenador de Ação.										
12	302	1073	4086	A	3	Unidade	1	1	100	3
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Para manutenção da Unidade, as despesas ficaram distribuídas nas seguintes rubricas: Material de Consumo, Locação de Mão-de-Obra, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica. Para investimento, as despesas se concentraram na rubrica: Equipamentos e Material Permanente.										
12	122	1073	09HB	OP	3					
Ação sem execução física.										

Fonte: FUB/HUB, LOA (Lei 12.381/2011) e SIMEC/2011.

Resultados alcançados com a execução das ações governamentais

A seguir, são apresentados os resultados obtidos com a execução físico-financeira das ações governamentais do HUB quanto à materialidade, eficácia e relevância.

Materialidade⁷ refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos/ geridos.

No exercício de 2011, merecem destaque algumas ações governamentais que obtiveram maior índice de materialidade em sua execução, ou seja, em que o total dos recursos geridos pela Instituição, em cada uma dessas ações, ultrapassou 95% (inclusive) do valor previsto para o período. Conforme Tabela A.2.VIII, apresentada abaixo.

Tabela A.2.VIII: FUB/HUB: Programas e Ações com maior Índice de Materialidade – LOA 12.381/2011

1. Materialidade			
Programa	Ação	Recursos Geridos (R\$)	% Recursos geridos ¹
Programa 0750: Apoio Administrativo	1. Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.	2.543.121	99,0
Programa 1073: Brasil Universitário	4. Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	10.215.424	98,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	3. Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	468.620	98,0
Programa 1073: Brasil Universitário	2. Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino.	51.063.023	97,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	3. Ação 2010: Assistência Pré- escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	183.950	97,0
Total		64.474.138	-

Fonte: FUB/HUB, LOA (Lei 12.381/2011) e SIMEC/2011.

Nota:

1) Quanto ao dado referente à percentagem de recursos geridos, foram consideradas somente as ações que atingiram acima de 95% (inclusive) da execução dos recursos orçamentários previstos para o ano.

Relevância⁸, nesse contexto, destaca-se a Ação 4086 pela importância social que essa ação governamental exerce na prestação de serviços públicos à sociedade em geral. Observa-se, ainda, que a Ação 4086 alcançou um resultado favorável, tendo atingido 100% de execução da meta física em

⁷ Materialidade: refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos/ geridos. (Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/MF) n. 01 de 6.4.2001).

⁸ Relevância significa importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto. (Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/MF) n. 01 de 6.4.2001).

comparação à meta física planejada para o exercício de 2011, conforme evidencia a Tabela A.2.IX abaixo.

Tabela A.2.IX: FUB/HUB: Programas e Ações com maior Relevância – LOA 12.381/2011

2. Relevância		
Programas	Ações	% Alcance das metas físicas
Programa 1073: Brasil Universitário	1. Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino	100,0

Fonte: FUB/HUB, LOA (Lei 12.381/2011) e SIMEC/2011.

Pela aferição do desempenho da execução das ações referente à **Eficácia**⁹, observa-se que a única ação que teve seus dados atualizados no SIMEC, no que se refere à execução da meta física foi a Ação 4086, que atingiu 100% de execução da meta física, conforme Tabela A.2.X abaixo. As demais ações só constam os dados físicos previstos para o ano de 2011, não consta no sistema a atualização dos dados físicos executados durante o ano, ou seja, não houve inserção dos dados no SIMEC, pelo Coordenador de Ação, no que se refere à execução da meta física.

Tabela A.2.X: FUB/HUB: Identificação dos Programas e Ações com maior Eficácia – LOA 12.381/2011

3. Eficácia		
Programas	Ações	% Alcance das metas Físicas
Programa 1073: Brasil Universitário	1. Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino	100,0

Fonte: FUB/HUB, LOA (Lei 12.381/2011) e SIMEC/2011.

Análise Crítica

Com relação ao que foi apresentado nas tabelas acima, pode-se concluir que das seis Ações Governamentais que possuem indicador e meta física, a única ação que apresentou execução da meta física para o exercício de 2011 foi a Ação 4086, alcançando, de forma satisfatória, 100% de execução da meta física prevista para o ano 2011.

No aspecto financeiro, das oito Ações vinculadas ao HUB, cinco delas atingiram acima de 95% (inclusive) da execução financeira, o que corresponde a 62,5% do total de Ações, quais sejam: Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados (99%); Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (98%); Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (98%); Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino (97%), Ação 2010: Assistência Pré- escolar

⁹ De acordo com Sergio Jund no livro “Administração Financeira e Orçamentária”, pág. 438, o conceito de eficácia é o grau de atingimento das metas fixadas para um determinado objeto de uma ação em relação ao previsto, em um determinado período.

aos Dependentes dos Servidores e Empregados; e, Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino (95%).

Em contrapartida, a Ação que apresentou o menor índice de execução financeiro foi a Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, que atingiu 64% da execução financeira em relação ao total do aporte de recurso alocado nesta ação.

Cumpre informar, que tomou-se como base para a realização desta análise crítica, os dados físicos e financeiros provenientes do SIMEC. Além disso, consta no Quadro A.2.IX: Execução Física das Ações Realizadas pela UJ: HUB (UO 26393), a justificativa, na íntegra, do Coordenador de Ação.

2.5 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Nessa seção estão dispostas as informações sobre a programação e execução orçamentária, Custo do Ensino e do Aluno da UnB propostos pela metodologia do TCU e indicadores de impacto social da FUB.

2.5.1 Programação Orçamentária das Despesas 10

A Diretoria de Orçamento (DOR), unidade vinculada ao Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), tem, como uma de suas atribuições, elaborar a programação orçamentária. Os demonstrativos abaixo consideram as informações consolidadas pelas unidades da FUB, inclusive do Hospital Universitário (HUB) nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro A.2.X: Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Universidade de Brasília	26271	154040
Hospital Universitário de Brasília	26393	154106

Fonte: DPO/DOR, 2012

¹⁰ Demonstrativos desta seção elaborados pela Diretoria de Orçamento (DOR)

2.5.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.XI: Programação de Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	635.196.821	537.546.484	-	-	462.503.277	362.841.871
	PLOA	783.893.862	547.377.646	-	-	483.869.551	362.842.142
	LOA	640.557.086	547.377.646	-	-	465.632.596	363.442.330
CRÉDITOS	Suplementares	171.412.089	186.560.000	-	-	20.933.544	84.710.193
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		221.692	157.330	-	-	-	10.601.507
Outras Operações		-	-	-	-	857.026	-
Total		811.747.483	733.780.316	-	-	487.423.166	437.551.016

Fonte: SIAFI Gerencial e SIMEC, 2012.

2.5.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.XII: Programação de Despesas Capital

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	120.515.695	88.518.033	-	200.000	-	-
	PLOA	79.435.031	88.518.033	-	200.000	-	-
	LOA	123.915.695	111.763.033	-	200.000	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	2.610.300	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		20.000.000	10.000.000	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		103.915.695	104.373.333	-	200.000	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e SIMEC, 2012

Quadro A.2.XIII: Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	1.097.700.098	900.388.355	120.515.695	88.718.033	-	-
	PLOA	1.267.763.413	910.219.788	79.435.031	88.718.033	-	-
	LOA	1.106.189.682	910.819.976	123.915.695	111.963.033	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	192.345.633	271.270.193	-	2.610.300	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	221.692	10.758.837	20.000.000	10.000.000	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-
Total		1.298.313.623	1.171.331.332	103.915.695	104.573.333	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e SIMEC, 2012

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
Quadro A.2.XIV: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
Movimentação	Concedidos			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	150002	12128106745720001	-	-	-
		150011	12364107340050001	-	-	278.073,68
		150011	12302107363790001	-	-	6.360.681,27
		150011	123641073009E0001	-	-	3.454.293,66
		150016	12363106263800001	-	-	285.085,00
		150016	12363106263580001	-	-	73.400,00
		150028	12366106085260001	-	-	526.540,00
		153031	12128106745720035	-	-	218.818,95
		153037	12364107340090027	-	-	540,00
		153114	12364107340090000	-	-	415,36
		153163	12364107340090042	-	-	2.322,15
		153173	12128106182640001	-	-	2.512,31
		153173	12362137787410001	-	-	3.290.654,64
		154003	12128106184290001	-	-	572.084,70
		154003	123641448009U0001	-	-	400.155,66
		154073	12364137504870001	-	-	777.846,46
	Concedidos	080016	28846090100050053	787.966,00	-	-
		090032	28846090100050053	-	-	122.293,00
		090032	28846090100G50001	3.725.558,00	-	-
		090032	28846090100G50001	625.049,00	-	-
Movimentação		110060	12364107340090053	-	-	172.811,88



Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Externa	Recebidos	201002	04122075009HB0001	1.400.000,00	-
		201002	04122075020000001	2.400.000,00	-
		110244	14128015287930001	-	2.192.580,00
		110244	14243007387870001	-	450.000,00
		110323	26128147045720001	-	179.200,00
		110323	04422066582360001	-	113.122,80
		114702	04122080122720001	-	15.498,00
		115406	04722103220B50001	-	178.180,00
		180002	27128028443770001	-	82.250,00
		200016	14243007387870001	-	379.680,00
		200016	1457110782A380001	-	174.480,00
		200246	14128066549020001	-	491.652,00
		200246	14422066582360001	-	1.234.049,64
		201002	04125105440640001	-	806.000,00
		201002	22128041927100001	-	227.040,00
		201002	23128101627040001	-	345.887,75
		201002	04126080288630001	-	1.585.786,84
		201002	04126105410M80001	-	1.647.600,00
		201002	04331105420D30001	-	51.180,00
		203001	19128046420CB0001	-	100.000,00
		209246	06422145388530001	-	500.042,58
		240101	19573047167020001	-	142.999,73
		240101	19572047189760001	-	677.400,00
		240101	19572047189760001	-	180.492,00
		240101	19573047189610001	-	50.000,00
		240101	19571142120GB0001	-	2.500.000,00
		240101	1957213887N340056	-	86.084,64
		240901	19572046120950001	-	52.005,00
		240901	19572138821890001	-	213.488,80
		240901	19572138840530001	-	130.850,13
		243001	04126110949140001	-	60.000,00
		257001	10302122085850032	-	31.000,00
		257001	10302122085850053	-	37.285.791,48
		257001	10126001643880001	-	557.880,00
		257001	10301131261780001	-	63.962,80
		257001	10301131261880001	-	435.323,20
		257001	10301121485730001	-	146.927,00
		257001	10124001687530001	-	145.993,55
		257001	10302122020B00001	-	852.648,50
		257001	10302122089340001	-	114.400,00
		257001	10302131261750001	-	549.340,00
		257001	10303120186360001	-	535.678,27
		257001	10305144461700001	-	10.000,00
		257001	10305144668420001	-	327.663,39
		257001	10305144686960001	-	68.400,00
		257001	10364143686280001	-	3.582.842,26
		257001	10422001687050001	-	16.320,00
		257001	10303129165160001	-	1.054.051,41
		257001	10302122020G80001	-	17.648.255,50
		257001	10302122020G80101	-	4.472.878,59
		323002	22125039123750001	-	180.510,90
		340029	13392135566530001	-	20.000,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	340029	133921141009L0001	-	-	3.576.834,72
	373001	21366135044740001	-	-	1.760,00
	373004	21363135083700001	-	-	169.000,00
	380001	11334113348500001	-	-	508.324,40
	380014	1133201062C450001	-	-	55.369,86
	380908	11122009922720001	-	-	1.000.656,08
	393001	26121022562640001	-	-	2.161.909,50
	393002	26130146320880001	-	-	553.190,90
	410002	24128100868670001	-	-	336.100,00
	420028	13392017348210001	-	-	210.000,00
	420029	1339213552C690001	-	-	268.000,00
	440078	185431305101P0001	-	-	110.208,00
	490002	21122035122720001	-	-	1.000.100,00
	510002	09128008745720001	-	-	15.270,80
	540001	23121100140920001	-	-	389.448,00
	540001	23126100111Y10001	-	-	661.589,19
	540001	23131007346410001	-	-	90.184,59
	550008	08306104927840001	-	-	531.330,48
	550008	08244104989290001	-	-	48.600,00
	560006	17122012222720001	-	-	915.700,00
	560006	15122031087850001	-	-	1.000.000,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos		-	-	-
	Recebidos	150011	12364107385510001	3.919.251,86	-
		154003	12571137540190001	2.924.219,49	-
		154003	12128106184290001	158.185,89	-
Movimentação Externa	Concedidos		-	-	-
	Recebidos	200246	14422066582360001	29.379,60	-
		201002	04331105420D30001	13.305,40	-
		240101	19572047189760001	181.269,92	-
		240101	19572138868460001	125.900,00	-
		240101	19572138868460001	320.000,00	-
		240901	19572138821890001	361.080,20	-
		240901	19572138840530001	88.690,61	-
		257001	12302107363790001	3.183.731,44	-
		257001	10303120186360001	933.541,00	-
		257001	10364143686280001	724.974,40	-
		257001	10302122020G80001	1.873.870,00	-
		340020	24122075020000001	63.900,00	-
		440078	185431305101P0001	3.511,10	-
		550008	08306104988940001	21.591,55	-

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional, 2012

Análise Crítica da Gestão da Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa no Exercício 2011 Realizada pela Diretoria de Orçamento

“As concessões e recebimentos de créditos orçamentários por movimentação interna e externa decorrem das transferências efetuadas por Unidades Orçamentárias do MEC e demais Órgãos Federais, respectivamente, após a celebração de instrumentos específicos (convênio, contrato, acordo, termo de cooperação e outros). As concessões efetuadas pela FUB, na qualidade de Unidade Orçamentária, são aquelas pertinentes aos pagamentos de despesa na rubrica de Pessoal, onde créditos foram descentralizados em favor de Tribunais, destinadas ao pagamento de precatórios, consideradas movimentações automáticas. Observa-se que além desse grupo de Pessoal, as movimentações ocorreram intensamente no grupo Outras Despesas Correntes, e ainda foi observada a movimentação no grupo de Investimentos. Os créditos foram de alguma forma, identificados pela Diretoria de Apoio a Projetos – DPA, que mantém e controla os registros dessa natureza, e a mesma está subordinada ao Decanato de Administração – DAF desta Instituição. A DPA analisa e disponibiliza os créditos recebidos aos respectivos executores (professores da UnB responsáveis pela elaboração, aprovação e execução do projeto/pesquisa, devidamente credenciados como gestores), exceto para aqueles créditos do grupo de Pessoal. A execução orçamentária e financeira dos créditos de Outras Despesas Correntes e de Investimento foi viabilizada pelos serviços desta Universidade (Gestão SIAFI nº 15257), impactando diretamente no planejamento estratégico, volume de processos e de atividades desenvolvidas, especialmente naqueles serviços que promovem as compras nacionais e internacionais, e ainda nos respectivos lançamentos contábeis desta Instituição, que também são responsáveis por toda a execução dos créditos contidos na LOA desta Universidade”.

2.5.4 Execução Orçamentária da Despesa¹¹

A Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), vinculada ao Decanato de Administração (DAF), é a unidade da FUB responsável pelas informações da execução orçamentária. Os demonstrativos abaixo consideram as informações consolidadas das unidades da FUB e de seu Hospital Universitário nos exercícios de 2010 e 2011.

2.5.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

A despesa liquidada e paga por modalidade de contratação dos créditos originários é demonstrada nesta seção. A despesa com a modalidade de contratação licitação obteve uma redução em 2011, sendo expressiva a redução de 55% na modalidade “convite”.

¹¹ Demonstrativos desta seção elaborados pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DAF)

Quadro A.2.XV: Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	159.473.314,68	172.837.751,93	97.318.101,66	114.499.484,58
Convite	829.136,22	1.429.053,83	388.330,65	870.507,08
Tomada de Preços	1.763.961,12	2.482.526,85	747.582,81	442.115,31
Concorrência	27.349.629,40	36.843.301,13	6.046.237,22	8.849.752,93
Pregão	129.530.587,94	132.082.870,12	90.135.950,98	104.337.109,26
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	51.001.046,92	47.312.435,35	35.579.927,92	37.362.848,26
Dispensa	42.437.041,98	44.176.788,71	32.205.213,32	35.574.044,70
Inexigibilidade	8.564.004,94	3.135.646,64	3.374.714,60	1.788.803,56
Regime de Execução Especial	239.086,40	154.358,54	236.429,94	150.663,66
Suprimento de Fundos	239.086,40	154.358,54	236.429,94	150.663,66
Pagamento de Pessoal	855.187.981,66	748.289.158,52	855.155.596,90	748.246.132,43
Pagamento em Folha	850.753.416,75	742.120.995,61	850.753.416,75	742.120.995,61
Diárias	4.434.564,91	6.168.162,91	4.402.180,15	6.125.136,82
Outros	232.122.618,52	231.520.452,81	223.050.001,15	204.985.518,37
Totais	1.298.024.048,18	1.200.114.157,15	1.211.340.057,57	1.105.244.647,30

Fonte: FUB, DAF/DCF – 2012

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

As despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários contempla: 1)Despesas de Pessoal, sendo os principais elementos, Vencimentos e Vantagens fixas com pessoal civil, Aposentadoria, reservas remuneradas e reformas e Sentenças Judiciais. 2) Juros e Encargos da Dívida e 3) Outras Despesas Correntes. As Despesas de Pessoal representam 68% das Despesas Correntes Pagas.

Quadro A.2.XVI: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Exercícios								
1 – Despesas de Pessoal	804.530.477,94	707.932.167,58	804.530.477,94	707.932.167,58	-	-	804.528.472,28	701.651.277,74
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	390.053.644,73	334.516.092,31	390.053.644,73	334.516.092,31			390.053.644,73	334.185.792,72
Aposent.Rpps, Reser. Remuner. e Refor.Militar	143.892.135,69	129.335.110,25	143.892.135,69	129.335.110,25			143.890.357,83	123.693.467,42
Sentenças Judiciais	120.999.956,27	107.160.462,39	120.999.956,27	107.160.462,39			120.999.956,27	107.160.462,39
Demais elementos do grupo	149.584.741,25	136.920.502,63	149.584.741,25	136.920.502,63			149.584.513,45	136.611.555,21
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa								
Nome 2º elemento de despesa								
Nome 3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	425.315.121,92	420.828.771,67	378.351.693,99	368.976.535,08	46.963.427,93	51.852.236,59	380.271.048,60	371.294.067,03
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	169.506.420,89	160.143.709,58	163.084.336,69	145.871.022,12	6.422.084,20	14.272.687,46	155.554.521,13	145.274.864,06
Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	48.605.650,80	57.688.769,38	34.113.759,33	41.630.424,36	14.491.891,47	16.058.345,02	33.075.454,86	40.834.819,08
Locação de mão-de-obra	70.302.832,22	57.172.372,00	60.665.820,42	50.923.034,56	9.637.011,80	6.249.337,44	60.665.820,42	50.921.888,03
Demais elementos do grupo	136.900.218,01	145.823.920,71	120.487.777,55	130.552.054,04	16.412.440,46	15.271.866,67	130.975.252,19	134.262.495,86
Totais	1.229.845.599,86	1.128.760.939,25	1.182.882.171,93	1.076.908.702,66	46.963.427,93	51.852.236,59	1.184.799.520,88	1.072.945.344,77

Fonte: FUB, DAF/DCF - 2012

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

As despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários contempla os grupos: 4) Investimento. 5) Inversões Financeiras e 6) Amortização da Dívida. As despesas com Investimentos reduziram 24% em 2011.

Quadro A.2.XVII: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	68.178.448,32	78.111.973,55	23.536.105,16	33.084.517,69	44.642.343,16	45.027.455,86	22.897.047,69	30.090.357,08
Obras e Instalações	35.546.758,70	45.434.004,35	11.304.785,60	14.434.617,50	24.241.973,10	30.999.386,85	11.234.903,48	14.428.556,20
Equipamentos e Material Permanente	30.171.306,73	31.883.028,82	10.561.632,01	17.991.473,07	19.609.674,72	13.891.555,75	9.992.456,66	15.003.373,76
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.381.778,03	720.447,38	975.167,39	588.029,12	406.610,64	132.418,26	975.167,39	588.029,12
Demais elementos do grupo	1.078.604,86	74.493,00	694.520,16	70.398,00	384.084,70	4.095,00	694.520,16	70.398,00
5 – Inversões Financeiras	-	200.000,00	-	49.582,93	-	150.417,07	-	49.582,93
Aquisição de Bens para Revenda	-	200.000,00	-	49.582,93	-	150.417,07	-	49.582,93
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	-							
Totais	68.178.448,32	78.311.973,55	23.536.105,16	33.134.100,62	44.642.343,16	45.177.872,93	22.897.047,69	30.139.940,01

Fonte: FUB, DAF/DCF – 2012.

Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários no Exercício 2011 realizada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF)

Ao analisar a Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários, uma alteração significativa ocorrida no exercício face ao processo expansão física da Universidade de Brasília, fortemente ligado aos projetos desenvolvidos e patrocinados pelo REUNI, foi a necessidade de suplementar os créditos de Outras Despesas Correntes (ODC), para atender as demandas crescentes com gastos de manutenção da Instituição, tais como as contas de água, luz, telefone e ainda com os contratos de terceirização. Para tanto, foi cancelado crédito da rubrica de investimento para tender esses compromissos. O remanejamento foi efetuado na Ação Orçamentária nº 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação, Programa de Trabalho Resumido: 003188 – Fonte do Tesouro: 0112. Em 2011 não houve contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras. Os eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária foram: a) Demora na liberação de quotas pela Setorial, quando nos remanejamentos de créditos para ajustes. b) Demora na liberação de crédito de emendas parlamentares, causando dificuldades no planejamento das ações vinculadas a esses créditos. c) Falta pessoal qualificado devido à rotatividade, causada pelo baixo salário da IFEs. Os eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária foram: a) Possibilidade de adequar o orçamento a realidade da execução no decorrer do exercício. b) Agilidade na movimentação dos créditos orçamentários com o uso dos sistemas disponíveis.

2.5.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.5.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Nas despesas realizadas com contratação dos créditos recebidos a modalidade de licitação mais utilizada é o pregão eletrônico, representando 99,3% da despesa paga, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro A.2.XVIII: Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquida		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	63.953.429,91	65.889.608,56	33.493.663,21	32.039.388,36
Convite	51.917,47	555.916,20	51.917,47	254.043,80
Tomada de Preços	1.014.141,06	1.335.537,05	183.921,56	204.436,25
Concorrência	3.822.032,36	19.865.228,91	-	1.880.842,36
Pregão	59.065.339,02	44.132.926,40	33.257.824,18	29.700.065,95
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	11.566.310,01	16.103.234,66	4.873.790,92	5.618.888,40
Dispensa	10.780.623,14	12.548.433,97	4.431.700,80	4.631.832,53
Inexigibilidade	785.686,87	3.554.800,69	442.090,12	987.055,87
Regime de Execução Especial	6.881,96	5.107,43	6.881,96	5.107,43
Suprimento de Fundos	6.881,96	5.107,43	6.881,96	5.107,43
Pagamento de Pessoal	237.919,62	411.479,71	236.195,92	385.550,88
Pagamento em Folha				



Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Diárias	237.919,62	411.479,71	236.195,92	385.550,88
Outras	56.160.022,09	59.658.132,43	21.553.605,17	34.178.405,91
Totais	131.924.563,59	142.067.562,79	60.164.137,18	72.227.340,98

Fonte: FUB, DAF/DCF – 2012.

2.5.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Verifica-se que os valores pagos referentes às Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa com Créditos Recebidos sofreu uma redução em 2011, mesmo ocorrendo despesas de pessoal. As principais despesas estão concentradas no grupo Outras Despesas Correntes.

Quadro A.2.XIX: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	3.643.489,00	-	3.643.489,00	-	-	-	3.643.489,00	-
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.128.076,60	-	2.128.076,60	-	-	-	2.128.076,60	-
Obrigacoes Patronais	1.515.412,40	-	1.515.412,40	-	-	-	1.515.412,40	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	113.802.313,11	108.510.284,05	65.219.217,26	70.363.024,72	48.583.095,85	38.147.259,33	57.839.087,31	65.073.537,28
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	26.580.550,63	33.978.269,21	14.313.670,31	23.107.142,53	12.266.880,32	10.871.126,68	14.185.661,62	22.863.233,36
Outros Servicos de Terceiros-Pessoa Jurídica	23.085.044,94	19.204.369,54	7.812.887,21	10.522.966,45	15.272.157,73	8.681.403,09	7.285.941,92	10.216.314,76
Locacao de Mao-de-Obra	14.087.885,59	12.798.726,46	12.848.361,27	11.749.359,67	1.239.524,32	1.049.366,79	12.436.140,49	11.749.359,67
Demais elementos do grupo	50.048.831,95	42.528.918,84	30.244.298,47	24.983.556,07	19.804.533,48	17.545.362,77	23.931.343,28	20.244.629,49
Totais	117.445.802,11	108.510.284,05	68.862.706,26	70.363.024,72	48.583.095,85	38.147.259,33	61.482.576,31	65.073.537,28

Fonte: FUB, DAF/DCF - 2012

2.5.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

A análise das despesas de capital dos créditos recebidos mostra que a única despesa paga foi com Equipamentos e Material Permanente, o valor inscrito em Restos a Pagar Não Processados reduziu em 50% no exercício.

Quadro A.2.XX: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos		14.478.761,48	26.598.523,09	2.911.249,47	3.405.899,00	11.567.512,01	23.192.624,09	2.315.049,47
Obras e Instalações		4.652.251,86	13.624.723,70	-	118.505,00	4.652.251,86	13.506.218,70	-
Equipamentos e Material Permanente		9.826.509,62	12.847.721,19	2.911.249,47	3.184.195,88	6.915.260,15	9.663.525,31	2.315.049,47
Auxílio Financeiro a Pesquisadores			60.000,00	-	60.000,00	-	-	55.000,00
Demais elementos do grupo			66.078,20	-	43.198,12	-	22.880,08	-
5 - Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais		14.478.761,48	26.598.523,09	2.911.249,47	3.405.899,00	11.567.512,01	23.192.624,09	2.315.049,47
								3.001.238,83

Fonte: FUB/DAF/DCF



Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos no Exercício 2011 realizada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF)

“Ao analisar a Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos, não houve fatos relevantes no exercício, assim como, contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras. O evento negativo que prejudicou a execução orçamentária foi a liberação de créditos por descentralização em final de exercício, causando dificuldades na execução das atividades previstas nos planos de trabalhos, e ainda, gerando compromisso com inscrição de restos a pagar. Uma questão relevante é a parceria com Órgãos da Administração trazendo benefícios para ambas as partes, sendo que nesta Instituição, contribui com as atividades de estudo e pesquisa, bem como amplia a capacidade instalada nos laboratórios com recursos de investimentos”.

2.6 Relatório sobre Custo do Ensino e do Aluno da UnB em 2011¹²

2.6.1 Custo com base na metodologia do Tribunal de Contas da União

Esta seção trata do Relatório sobre o cálculo do custo do ensino na UnB, no exercício de 2011, de acordo com a metodologia do TCU. A partir das definições do órgão de fiscalização foram apurados os custos discriminados na Tabela A.2.XI: na primeira parte é demonstrado o custo corrente por aluno, excluindo todas as despesas realizadas pelo HUB, em 2011; na segunda parte é evidenciado o custo apurado, considerando-se, como parte da estrutura de custos da Fundação, 35% das despesas realizadas no Hospital Universitário de Brasília.

A fórmula de cálculo apresentada pelo TCU nivelava igualmente as instituições sem considerar as diferenças entre elas em termos de diversidade de atuação e de porte, bem como não separa os custos educacionais dos gastos com propósitos não educacionais.

Diferente da UnB, a metodologia do TCU utiliza todas as despesas correntes executadas pela FUB/UnB no exercício, inclusive aquelas não relacionadas com o aluno, como as despesas executadas pelo CESPE na realização de concursos, dispêndios efetuados com atividades de pesquisa, de extensão e administrativas, aumentando consideravelmente o custo com o aluno.

¹² Seção elaborada por Ereni Gontijo de Lima

Tabela A.2.XI: FUB/UnB – Custo Corrente por aluno, 2005 a 2011, segundo a Metodologia TCU

Valores Nominais em R\$ 1,00

Especificações	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Custo Corrente sem HUB -							
Despesa Corrente da Universidade	579.532.625,00	694.408.156,00	840.274.818,15	862.276.079,33	1.024.534.988,00	1.237.271.223,30	1.347.291.401,97
(-) Despesa Corrente HUB	-25.029.752,00	-29.070.110,00	-25.774.329,70	-31.778.951,70	-100.331.351,00	-107.825.057,10	-148.042.777,86
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-71.047.948,00	-78.940.615,00	-77.948.108,39	-96.288.778,33	107.637.484,00	-129.335.110,25	-143.892.135,69
(-) Pensões (conta n. 319003)	-9.231.658,00	-11.319.013,00	-16.953.161,24	-15.036.590,08	17.782.808,00	-19.851.030,40	-22.353.278,24
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-43.218.285,00	-47.950.323,00	-50.520.569,39	-54.373.611,57	87.777.196,00	-107.160.462,39	-120.999.956,27
(-) Despesas com pessoal cedido - docente	-1.209.866,58	-1.397.159,90	-1.353.352,44	-4.079.702,56	-2.345.126,18	-3.388.602,04	-2.212.194,17
(-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-2.738.744,40	-2.923.562,53	-3.039.930,59	-5.307.255,90	-5.227.158,16	-6.544.207,85	-6.744.130,71
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-21.063,00	-48.160,83	-520.911,91	-6.403.174,89	-0,00	-184.007,61	-0,00
(-) Despesas com pessoal afastado País – técnico-adm.	-18.934,92	-19.165,22	-288.061,89	-325.302,84	-0,00	-0,00	-0,00
Total de despesa	427.016.373,10	522.740.046,52	663.876.392,60	648.682.711,46	703.433.864,66	862.982.745,66	903.046.929,03
Total n. alunos	34.990,00	35.328,79	36.109,13	38.107,24	40.758,09	42.533,16	43.804,26
Custo aluno	12.203,95	14.796,43	18.385,28	17.022,56	17.258,75	20.289,65	20.615,50
Custo Corrente com HUB							
Despesas Correntes	579.532.625,00	694.408.156,00	840.274.818,15	862.276.079,33	1.024.534.988,00	1.237.271.223,30	1.347.291.401,97
(-) 65% das despesas correntes do HUB	-16.269.338,80	-18.895.571,50	-16.753.313,70	-20.656.318,61	-65.215.378,15	-70.086.287,12	-96.227.805,61
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-71.047.948,00	-78.940.615,00	-77.948.108,39	-96.288.778,33	107.637.484,00	-129.335.110,25	-143.892.135,69
(-) Pensões (conta n. 319003)	-9.231.658,00	-11.319.013,00	-16.953.161,24	-15.036.590,08	17.782.808,00	-19.851.030,40	-22.353.278,24
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-43.218.285,00	-47.950.323,00	-50.520.569,39	-54.373.611,57	87.777.196,00	-107.160.462,39	-120.999.956,27
(-) Despesas com pessoal cedido - docente	-1.209.866,58	-1.397.159,90	-1.353.352,44	-4.079.702,56	-2.345.126,18	-3.388.602,04	-2.212.194,17
(-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-2.738.744,40	-2.923.562,53	-3.039.930,59	-5.307.255,90	-5.227.158,16	-6.544.207,85	-6.744.130,71
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-21.063,00	-48.160,83	-520.911,91	-6.403.174,89	-0,00	-184.007,61	-0,00
(-) Despesas com pessoal afastado País – téc.-adm.	-18.934,92	-19.165,22	-288.061,89	-325.302,84	-0,00	-0,00	-0,00
Total de despesa	435.776.786,30	532.914.585,02	672.897.408,00	659.805.344,55	738.549.837,51	900.721.515,65	954.861.901,28
Total n. alunos	34.990,00	35.328,79	36.109,13	38.107,24	40.758,09	42.533,16	43.804,26
Custo aluno	12.454,32	15.084,43	18.635,10	17.314,44	18.120,33	21.176,92	21.798,38

Fonte: FUB/Decanato de Planejamento e Orçamento, Núcleo de Custos, 2011.



2.6.2 Apuração do Custo do Ensino e do Custo Aluno, segundo a Metodologia de Apuração desenvolvida pela UnB

A FUB, ao definir o seu PDI para o período 2002/2006, estabeleceu como Projeto Estratégico a definição de metodologia específica para a apuração do custo do ensino, e consequentemente, o custo por aluno. Naquela ocasião, iniciou-se a análise da metodologia recomendada pelo TCU, por meio da Decisão Plenária n. 408/2002. Apesar da iniciativa do referido órgão em buscar forma de mensurar os custos relativos à atividade de ensino nas IFES, observou-se que a metodologia proposta apresentava algumas limitações para ser utilizada como instrumento gerencial na administração da expansão da oferta de ensino e no aperfeiçoamento da administração acadêmica.

A FACE e o DPO (SPL) desenvolveram metodologia alternativa que, desde então vem sendo aperfeiçoada, conforme descrito a seguir:

- Em 2003 foi apresentada a primeira versão do custo por aluno da UnB, sendo a metodologia utilizada para apurar o custo do ensino para 2001 e 2002. A primeira versão da metodologia teve as seguintes características:
 - retiradas de despesas realizadas por unidades que não possuíam vínculo com o produto-ensino;
 - analisadas, para as demais unidades, as despesas executadas, sendo excluídas aquelas não relacionadas com o ensino em unidades acadêmicas;
 - incluído o custo proporcional à realização do PAS e vestibular, dado que a unidade responsável pela realização das seleções desenvolve atividades de prestação de serviços à comunidade externa;
 - segregado o esforço despendido pela mão-de-obra ocupada das atividades de ensino das demais atividades da Instituição;
 - não inclusão do custo da depreciação.
- Em 2003, a partir da análise dos resultados obtidos anteriormente, foi feita a segunda versão da apuração do custo por aluno da UnB. Naquele momento, foi incluído o custo da depreciação e foram realizadas entrevistas e análise de relatórios sobre o grau de utilização, pelos alunos, dos serviços prestados pelas seguintes unidades: BCE, PRC, RU e CPD. Além disso, foi detalhada a apuração do custo por instituto/faculdade, bem como feita a inclusão do custo do ensino do HUB.
- Em 2004, foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos na metodologia:
 - cálculo do esforço despendido, em relação à mão-de-obra, para manter o ensino oferecido por institutos e faculdades;
 - alocação recíproca dos custos entre as principais unidades prestadoras de serviço;
 - identificação do direcionador de custos por unidade de apoio e suporte;



- segregação, na SRH, dos custos relacionados ao setor responsável pelo atendimento de aposentados e pensionistas;
- identificação dos institutos e faculdades que utilizam a Fazenda Água Limpa regularmente;
- apuração do custo do ensino do CDT;
- apuração do custo do espaço físico das salas de aula de uso comum com base na capacidade prática.
- Em 2005, a apuração do custo aluno foi baseada na terceira versão da metodologia, com a inclusão das despesas de energia elétrica, água e esgoto uma vez que até março daquele ano a Instituição era isenta do pagamento destas despesas (Lei Distrital n. 227/1992). É importante ressaltar que os resultados de 2005, anteriormente divulgados, foram recalculados em virtude da existência de novos dados internos, que à época do relatório anual daquele ano não estavam disponíveis. Tais ajustes foram necessários para garantir a consistência da análise. Assim sendo, o custo total do ensino apurado e divulgado para 2005 foi de R\$ 177.374.015, este valor substitui o dimensionado anteriormente (R\$ 148.145.670).
- Em 2006, em virtude da greve no ano anterior, o segundo semestre de 2005 foi cursado no ano letivo de 2006, sendo assim, alguns custos desse semestre foram incorporados na apuração do custo aluno deste ano. Foi incorporado o custo da Faculdade de Planaltina e do CIORD. Cabe ressaltar que a partir de novembro foram instalados medidores de água e esgoto por edifício do Campus, melhorando a alocação do custo das unidades. O custo do Hospital Universitário de Brasília foi calculado por estimativa, tendo como base os anos anteriores, uma vez que parte das informações solicitadas não foi encaminhada.

A partir dessa metodologia, o resultado obtido foi de R\$ 160.253.924 para o custo do ensino e de R\$ 6.467 para o custo aluno na Universidade de Brasília. Os resultados apurados mostram que comparados os anos de 2005 com 2006, 35% dos institutos e faculdades apresentaram aumento em seus custos, enquanto 57% apresentaram redução. As mudanças na estrutura de custos devem-se a fatores, tais como: o aumento na oferta de créditos e a redução no consumo de energia elétrica.

Cabe ressaltar que o custo aluno apurado para a FUP, no valor de R\$ 13.660, deve-se ao fato de a Faculdade ter iniciado suas atividades no ano de 2006.

- Em 2007 foram constatadas inconsistências de dados no cálculo da apuração do custo aluno de 2006, os resultados anteriormente divulgados foram recalculados. Tais ajustes foram necessários para garantir a fidedignidade dos dados. Assim sendo, o custo total do ensino apurado e divulgado para 2006 foi de R\$ 183.952.170, este valor substitui o dimensionado anteriormente de R\$ 160.253.924 e o custo aluno passou de R\$ 6.467 para R\$ 6.629.



- Para apurar o custo do Hospital Universitário de 2007, utilizou-se o custo com o ensino de 13% encontrado em estimativas de anos anteriores. Este percentual foi aplicado sobre os valores atualizados do orçamento do HUB, folhas de pagamento do pessoal cedido pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do GDF e folha de pessoal do HUB.

Em razão da ausência da informação relativa ao quantitativo de acessos, por usuários da UnB, ao portal de Periódicos CAPES, decidiu-se usar o mesmo número informado em 2006.

Constatou-se acréscimo relevante em 2007 do valor referente às compras diretas, para manutenção e reformas pela PRC, que passou de R\$ 747.857 em 2006 para R\$ 3.162.672.

Em relação à FUP, o aumento substancial do custo aluno em 2007 deveu-se ao fato da unidade ainda estar em fase de implantação com aumentos significativos em despesas de pessoal, de R\$ 391.148 para R\$ 1.011.022, e compras diretas, de R\$ 82.970 para R\$ 957.943.

Em 2007, o resultado obtido foi de R\$ 195.199.485 para o custo do ensino e de R\$ 7.552 para o custo aluno na Universidade de Brasília (Tabela 12.03).

- Em 2008 foi utilizada a mesma metodologia de apuração de custo ano anterior, com a inclusão dos campi de Ceilândia (FCE) e do Gama (FGA) inaugurados no segundo semestre.

O custo apurado das unidades FCE e FGA refere-se somente ao segundo semestre. Os gastos com energia elétrica, água e esgoto não foram computados para essas unidades, pois as referidas despesas somente correrão por conta da FUB a partir de 2009, conforme informado pela Prefeitura do Campus.

Para apurar o custo do Hospital Universitário de 2008, utilizou-se o custo com o ensino de 13% encontrado em estimativas de anos anteriores. Este percentual foi aplicado sobre os valores atualizados do orçamento do HUB, folhas de pagamento do pessoal cedido pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do GDF e folha de pessoal do HUB.

Em razão da ausência da informação relativa ao quantitativo de acessos, por usuários da UnB, ao portal de Periódicos CAPES, decidiu-se usar o mesmo número informado em 2006.

No primeiro semestre foram repetidos os valores constantes do segundo, em dois elementos de despesa, devido à ausência de informações por parte da unidade responsável.

Após análise foram constatados acréscimos substanciais no custo aluno de alguns institutos/faculdades devido ao:

- Aumento das despesas correntes;
- Aumento do valor das bolsas (Permanência, monitoria graduação e CAPES);
- Acréscimo de bens incorporados;



- Aumento da área física de algumas unidades

Os resultados apurados mostram que, comparados os anos de 2007 com 2008, todos os institutos e faculdades apresentaram aumento em seus custos por aluno, exceto a FUP na qual houve uma redução, em virtude do aumento do número de alunos. Nas unidades FCE e FGA não foram comparados os seus custos devido a não apuração no ano anterior.

Em 2008, o resultado obtido foi de R\$ 268.432.626 para o custo do ensino e de R\$ 10.897 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- No exercício de 2009 foram criados novos cursos de graduação com início a partir do segundo semestre: Engenharia da Produção (FT), Licenciatura em Música/noturno (IDA), Geofísica (IG), Letras-Tradução/Espanhol (IL), Licenciatura em História/noturno (IH) e os cursos executados por consórcios entre Institutos/Faculdades: Ciências Ambientais (IB, IG, IQ, ECO, CDS), Gestão de Políticas Públicas (IPOL, ADM, ECO), Museologia (IDA, HIS, CID) e Engenharia da Computação (CIC, IE, ENE).

O Modelo de Apuração de Custo da UnB prevê em sua metodologia a apuração do custo do ensino e do aluno somente por Instituto/Faculdade, não descendo ao nível de curso, em razão dos mesmos não terem suas despesas detalhadas por curso.

A falta do detalhamento inviabiliza também a apuração individual dos cursos administrados por consórcios, onde as despesas de um determinado curso estão pulverizadas entre faculdades e/ou institutos diferentes. Por esta razão, o custo do aluno destes cursos está diluído entre as unidades responsáveis por administrá-los.

O custo do Hospital Universitário de 2009 foi calculado conforme exercícios anteriores.

Devido à ausência de informações referentes à despesa telefônica por parte de uma unidade interna, de despesas com Pessoal contratado para a FUB e pessoal cedido ao Hospital Universitário por parte de três órgãos externos, repetiu-se em 2009 os mesmos valores informados em 2008.

Os resultados apurados mostram que comparados os anos de 2009 com 2008, dos 25 institutos/faculdades 17 apresentaram redução em seus custos por aluno. A redução do custo deu-se em razão da ampliação do número de vagas motivada pela expansão da educação superior pública e da redução das despesas com Pessoal contratado por Fundação e das Despesas Correntes.

O custo por aluno da Faculdade de Saúde aumentou em 24% ocasionado por acréscimos no quantitativo de bolsa de monitoria de graduação, no consumo de água e esgoto (laboratório), bens incorporados e na obra de reforma pela PRC.

A partir de fevereiro de 2009 o pagamento de bolsas a estudantes e tutores do Programa Educação Tutorial – PET foi realizado diretamente pelo MEC, ficando excluídas da apuração do custo.



Em compensação, no mesmo ano, uma nova modalidade de bolsa, Reuni, foi incluída na apuração aumentando o valor do custo do aluno para a maioria dos Institutos/Faculdades.

Em 2009, o resultado obtido foi de R\$ 277.489.920 para o custo do ensino e de R\$ 10.758 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- A UnB criou em 2010 o curso de Turismo, cuja administração é feita por meio do consórcio entre as unidades: CET, FACE, IB, IH e FE. Não foi possível apurar o custo do curso por não haver previsão na metodologia para esta forma de gerenciamento.

Em 2010 o Departamento de Ciência da Informação e Documentação-CID foi desmembrado da FACE e transformado na Faculdade da Ciência e Informação O desmembramento fez com que os custos da FACE fossem reduzidos nesse ano.

Em razão da greve em 2010, parte das despesas referentes ao segundo semestre serão incluídos no primeiro semestre do próximo exercício e acarretará o acréscimo do custo do ensino e do aluno.

Apesar do custo com o pagamento de bolsas a estudantes e tutores do Programa Educação Tutorial – PET ter sido custeado pelo MEC procedeu-se a inclusão na apuração do custo de 2010, visto tratar-se de despesas com o ensino da UnB.

As despesas com as rescisões pagas em 2010 dos prestadores contratados pela FUBRA até 2009 não puderam ser incluídas nos custos, em razão da não obtenção dos dados.

A Unidade responsável pela bolsa de permanência e seguro encaminhou os valores discriminados por unidade somente para o período de janeiro a março (abril não foi informado). Como os valores de maio a dezembro foram informados somente pelo total do mês, utilizou-se para distribuição os percentuais encontrados em março. A unidade alegou que a greve prejudicou os controles efetuados pelo setor.

A unidade responsável pela manutenção dos equipamentos não encaminhou as informações referentes aos serviços prestados às unidades em 2010 alegando problemas com o sistema desenvolvido pelo CPD. Para não prejudicar a apuração, foram utilizados os mesmos valores informados no relatório de 2009.

O GDF não encaminhou os valores referentes à folha de pessoal cedido ao HUB, conforme solicitado, por problemas de mudança de sistema de cálculo de pessoal. Por isso foram usados para 2010 os valores de 2009 atualizados pelo INPC.

Tendo em vista que a CAPES não informou o valor referente ao acesso ao portal de periódicos por usuários da UnB, usou-se o mesmo informado em 2009.

Verificou-se em 2010 o crescimento do custo de 23 das 25 unidades acadêmicas. A FCI não foi analisada pela falta de comparativo de valores em 2009. O aumento deu-se em razão do acréscimo de



recursos provenientes do REUNI para as atividades acadêmicas da FUB/UnB impulsionando o crescimento dos valores em diversos elementos do custo apurado, com aumentos significativos com: Pessoal Efetivo/Substituto/Visitante, Estagiário e Terceirizado; Bolsas de Permanência, Pós-Graduação, CAPES e PET ,Água e Esgoto e Despesas Correntes.

O aumento também significativo das despesas das unidades administrativas que dão suporte às atividades acadêmicas (PRC, DRM, CPD e Almoxarifado Central); das unidades que dão apoio às atividades acadêmicas (INT, DPP, DAC, BCE, RU, FAL e DEG) e dos centros (CEAM, CME, CESPE e CDT-Ensino) também contribuíram para o crescimento do custo do ensino da UnB.

Verifica-se o aumento no número de alunos em 22 unidades e redução de 1% para a FE, 2% para o IREL e 18% para a FACE decorrente da saída do CID.

Das 25 unidades analisadas 23 tiveram aumento no custo por aluno e duas tiveram reduções FCE (7%) e FGA (40%), ocasionados pelo aumento do número de aluno de 50% e 73% respectivamente.

A FE teve um aumento significativo no custo por aluno de 82%, em razão do aumento das despesas correntes de 644%, decorrido da aquisição de software e treinamento no valor de R\$ 5.577.500.

Em 2010, o resultado obtido foi de R\$ 355.340.596,35 para o custo do ensino e de R\$ 12.195,09 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

2.6.3 Apuração do Custo por Aluno 2011

Em virtude do prolongamento do segundo semestre de 2010 as despesas executadas em janeiro e fevereiro daquele semestre foram incluídas em 2011 causando um acréscimo no custo do ensino e do aluno.

Os valores referentes à Bolsa de Permanência e Seguro foram informados pela unidade responsável pelo valor mensal global, sem especificar as unidades onde os recursos foram aplicados. Por essa razão, foram utilizados os percentuais encontrados em 2010 para distribuição dos valores para as mesmas unidades. Não foram informados os valores referentes ao seguro para o período de agosto a dezembro com a justificativa de que a seguradora não havia encaminhado as faturas para pagamento.

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal e o Ministério da Saúde não informaram os valores referentes às folhas de pessoal cedido ao HUB. O GDF alegou problemas no sistema de cálculo de pessoal. Utilizou-se nos dois casos os valores informados de 2010 atualizados pelo INPC.

Para apurar o custo do Hospital Universitário e distribuição para a Faculdade de Medicina e Faculdade de Saúde, utilizou-se o custo com o ensino de 13% encontrado em estimativas de anos anteriores. Este percentual foi aplicado sobre os valores atualizados do orçamento do HUB, folhas de



pagamento do pessoal cedido pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do GDF e folha de pessoal do HUB.

A unidade responsável pela telefonia não identificou as unidades cujo gasto do total das contas correspondeu a R\$ 216.647,00, por essa razão o valor não foi distribuído.

Em razão do não encaminhamento, pela unidade responsável, das informações referentes às despesas do segundo semestre com estagiários, prestadores de serviço e quantitativo de servidores da unidade, foram replicados os valores informados do mês de junho para os demais meses e foi usado o mesmo quantitativo de servidores da unidade informado em 2011.

Tendo em vista que a unidade responsável pelo controle de gastos com pessoal terceirizado pela empresa Planalto não encaminhou em tempo hábil as informações solicitadas, referentes ao período de outubro a dezembro, replicou-se o mês de setembro para o período.

Os resultados apurados mostram que comparado o ano de 2011 com 2010, dos 26 institutos/faculdades 21 apresentaram acréscimos em seus custos por aluno e 5 (FACE, FE, IdA, IF e FCI) apresentaram reduções (Tabela A.2.XII).

Após análise foram constatados acréscimos substanciais no custo aluno de alguns institutos/faculdades devido ao acréscimo das despesas com:

- Pessoal efetivo, Prestadores de Serviço, Pessoal Estagiário e Terceirizado;
- Bolsa de Permanência, Bolsa de Pós-Graduação e Bolsa CAPES;
- Despesas Correntes;
- Novos bens incorporados;
- Aumento da área física de algumas unidades e construção de novas áreas;
- Periódicos eletrônicos da CAPES;
- HUB (para a Faculdade de Medicina e Faculdade de Saúde);
- Unidades e Centros que dão suporte e apoiam as unidades acadêmicas.

Comparados os resultados apurados de 2011 com 2005, 16 institutos/ faculdades apresentaram aumentos em seus custos e 6 (FAU, FEF, IB, IdA, IF e IG) tiveram os custos reduzidos. As unidades FCE, FGA, FUP e FCI não foram comparados devido a não apuração no ano de 2005 (Tabela A.2.XII).

Em 2011, o resultado obtido foi de R\$ 471.298.277,00 para o custo do ensino e de R\$ 14.858,00 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília (Tabela A.2.XIII).



Tabela A.2.XII: FUB - Custo do ensino, por unidade acadêmica, nos anos de 2005 a 2011

Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
FACE	9.852	8.261	9.380	10.953	9.480	10.848	10.537
Administração; Administração Noturno; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis Noturno; Ciências Econômicas; Administração (mestrado/doutorado); Ciência da Informação (mestrado/doutorado); Ciências Contábeis (mestrado/doutorado); Economia (mestrado/doutorado)							
FAC	15.114	13.688	15.728	16.218	14.170	13.903	15.639
Comunicação Social; Comunicação (mestrado/doutorado); Comunicação Organizacional Noturno							
FAU	17.279	16.208	12.488	15.197	14.395	15.971	17.070
Arquitetura e Urbanismo; Arquitetura e Urbanismo (mestrado/doutorado); Arquitetura e Urbanismo Noturno							
FAV	23.672	23.390	17.823	22.946	19.434	21.196	25.027
Agronomia; Medicina Veterinária; Saúde animal (mestrado); Agronegócios (mestrado); Ciências Agrárias (mestrado); Agronomia (mestrado/doutorado); Ciências Animais (mestrado/doutorado)							
FD	8.070	8.830	9.406	9.333	7.950	9.230	10.825
Direito; Direito Noturno; Direito (mestrado/doutorado)							
FE	8.838	7.545	7.554	13.364	10.045	16.094	9.677
Pedagogia; Pedagogia Noturno; Educação (mestrado/doutorado)							
FEF	23.063	21.248	21.022	23.562	17.667	18.786	21.090
Educação Física; Educação Física (mestrado)							
FM	29.309	34.785	34.563	36.926	35.141	33.693	47.084
Medicina; Ciências Médicas (mestrado/doutorado); Medicina Tropical (mestrado/doutorado); Patologia Molecular (mestrado/doutorado)							
FS	22.373	22.895	20.761	23.432	25.782	25.684	32.950
Enfermagem e Obstetrícia; Ciências Farmacêuticas; Ciências Farmacêuticas Noturno; Nutrição; Odontologia; Ciências da Saúde (mestrado/doutorado); Nutrição Humana (mestrado/doutorado); Bioética (mestrado/doutorado)							
FT	1.477	16.589	16.046	18.851	16.862	16.778	18.040
Engenharia Civil; Engenharia de Redes e Comunicação; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica; Engenharia Florestal; Engenharia Mecânica; Engenharia Mecatrônica; Ciências Florestais (mestrado/doutorado); Ciências Mecânicas (mestrado/doutorado); Geotecnologia (mestrado/doutorado); Engenharia Elétrica (mestrado/doutorado); Estruturas e Construção Civil (mestrado/doutorado); Sistemas Mecatrônicos (mestrado); Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (mestrado/doutorado); Transportes (mestrado/doutorado)							
IB	15.043	12.659	14.429	14.645	13.008	14.459	14.889
Ciências Biológicas; Ciências Biológicas Noturno; Biologia Animal (mestrado/doutorado); Botânica (mestrado/doutorado); Ciências Biológicas (mestrado/doutorado); Ecologia (mestrado/doutorado); Fitopatologia (mestrado/doutorado)							
ICS	7.194	7.903	7.595	9.380	8.167	8.335	8.600
Ciências Sociais; Estudos Comparados sobre as Américas (mestrado/doutorado); Antropologia (mestrado/doutorado); Sociologia (mestrado/doutorado)							
IdA	17.802	13.040	11.582	12.840	12.204	14.265	13.331
Artes Cênicas; Artes Cênicas Noturno; Artes Plásticas; Artes Plásticas Noturno; Desenho Industrial; Educação Artística; Educação Artística Noturno; Música; Música Noturno; Música (mestrado); Artes (mestrado/doutorado)							



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IE	7.837	7.575	7.285	8.422	7.242	6.542	8.830
Ciência da Computação; Estatística; Computação; Matemática; Matemática Noturno; Estatística (mestrado); Ciência da Computação (mestrado); Informática (mestrado); Matemática (mestrado/doutorado)							
IF	10.274	8.930	7.985	9.358	7.991	7.681	7.481
Física; Física Noturno; Física (mestrado/doutorado)							
IG	22.243	19.160	17.117	17.370	14.619	14.376	17.228
Geofísica; Geologia; Geociências Aplicadas (mestrado/doutorado); Geologia (mestrado/doutorado)							
IH	6.975	8.557	8.320	9.308	9.207	9.334	10.406
Filosofia; Filosofia Noturno; Geografia; História; História Noturno; Serviço Social; Serviço Social Noturno; Filosofia (mestrado); Geografia (mestrado); História (mestrado/doutorado); Política Social (mestrado/doutorado)							
IL	7.544	6.947	6.471	8.541	8.538	8.473	9.748
Letras; Letras Noturno; Letras Espanhol Noturno; Letras Japonês Noturno; Letras – Tradução; Letras – Tradução/Espanhol; Lingüística (mestrado/doutorado); Lingüística Aplicada (mestrado); Literatura (mestrado/doutorado)							
IP	8.052	8.219	9.201	14.460	12.232	11.885	14.641
Psicologia; Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (mestrado/doutorado); Ciências do Comportamento (mestrado/doutorado); Psicologia Clínica e Cultura (mestrado/doutorado); Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (mestrado/doutorado)							
IPOPOL	9.478	9.069	8.826	9.603	9.415	8.632	9.709
Ciência Política; Ciência Política (mestrado/doutorado)							
IQ	11.905	10.617	10.468	15.061	14.149	13.997	14.855
Química; Química Noturno; Química (mestrado/doutorado); Química Tecnológica							
IREL	12.480	14.824	15.498	15.535	13.502	13.899	16.967
Relações Internacionais; Relações Internacionais (mestrado/doutorado)							
FCE	-	-	-	19.975	11.326	9.283	11.104
Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Gestão em Saúde Coletiva; Gestão de Saúde; Terapia Ocupacional							
FGA	-	-	-	33.620	15.481	8.253	9.817
Engenharia; Engenharia de Energia; Engenharia de Software; Engenharia Automotiva; Engenharia Eletrônica							
FUP	-	23.240	27.951	14.892	8.365	7.890	10.348
Ciências Naturais; Ciências Naturais Noturno; Educação do Campo; Gestão Ambiental; Gestão do Agronegócio; Gestão do Agronegócio Noturno							
FCI	-	-	-	-	-	19.978	12.075
Biblioteconomia; Arquivologia; Museologia; Ciência da Informação (mestrado/doutorado)							

Fonte: FUB/Decanato de Planejamento e Orçamento, Núcleo de Custos, 2011

Nota1: Os valores das colunas foram atualizados para 31/12/2011, com base no índice INPC/IBGE

Tabela A.2.XIII: Demonstrativo do custo por aluno 2005 a 2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011/2005 (%)
FACE	9.852	8.261	9.380	10.953	9.480	10.848	10.537	7
FAC	15.114	13.688	15.728	16.218	14.170	13.903	15.639	3
FAU	17.279	16.208	12.488	15.197	14.395	15.971	17.070	-1
FAV	23.672	23.390	17.823	22.946	19.434	21.196	25.027	6
FD	8.070	8.830	9.406	9.333	7.950	9.230	10.825	34
FE	8.838	7.545	7.554	13.364	10.045	16.094	9.677	9
FEF	23.063	21.248	21.022	23.562	17.667	18.786	21.090	-9
FM	29.309	34.785	34.563	36.926	35.141	33.693	47.084	61
FS	22.373	22.895	20.761	23.432	25.782	25.684	32.950	47
FT	16.477	16.589	16.046	18.851	16.862	16.778	18.040	9
IB	15.043	12.659	14.429	14.645	13.008	14.459	14.889	-1
ICS	7.194	7.903	7.595	9.380	8.167	8.335	8.600	20
IDA	17.802	13.040	11.582	12.840	12.204	14.265	13.331	-25
IE	7.837	7.575	7.285	8.422	7.242	6.542	8.830	13
IF	10.274	8.930	7.985	9.358	7.991	7.681	7.481	-27
IG	22.243	19.160	17.117	17.370	14.619	14.376	17.228	-23
IH	6.975	8.557	8.320	9.308	9.207	9.334	10.406	49
IL	7.544	6.947	6.471	8.541	8.538	8.473	9.748	29
IP	8.052	8.219	9.201	14.460	12.232	11.885	14.641	82
IPOL	9.478	9.069	8.826	9.603	9.415	8.632	9.709	2
IQ	11.905	10.617	10.468	15.061	14.149	13.997	14.855	25
IREL	12.480	14.824	15.498	15.535	13.502	13.899	16.967	36
FCE				19.975	11.326	9.283	11.104	
FGA				33.620	15.481	8.253	9.817	
FUP		23.240	27.951	14.892	8.365	7.890	10.348	
FCI						19.978	12.075	
N. de alunos	24.377	24.782	24.275	24.634	25.795	29.138	31.720	30
Custo	306.385.422	300.596.175	288.463.902	365.099.412	333.653.474	376.944.928	471.298.277	54
Custo/aluno	12.569	10.833	11.160	14.821	12.935	12.936	14.858	18

Fonte: FUB/Decanato de Planejamento e Orçamento, Núcleo de Custos, 2011.

Nota: Os valores das colunas foram atualizados para 31/12/2011, com base no índice INPC/IBGE.

3 Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

De acordo com a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) este item não se aplica à Fundação Universidade de Brasília.

4 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Os valores acumulados no exercício de 2011 referentes ao pagamento de Restos a Pagar são apresentados abaixo, distinguindo os processados/RPP dos não processados/RPNP sob a forma de inscritos, cancelados, pagamentos acumulados e a pagar.

Quadro A.4.I: Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	6.340.169,67	26.073,37	4.983.139,71	1.330.956,59
2009	7.285.937,81	2.297.277,64	4.184.359,97	804.300,20
2008	2.914.939,53	1.425.560,37	117.718,85	1.371.660,31
2007	4.649.521,73	126.669,48	4.413.246,66	109.605,59
2006	6.693.256,74	1.330.865,31	5.360.357,26	2.034,17
Restos a Pagar não Processados				
2010	158.369.992,94	4.812.522,06	112.095.511,31	41.461.959,57
2009	177.305.080,61	15.223.400,61	150.349.665,96	11.732.014,04
2008	27.239.895,08	11.587.919,23	15.290.272,93	361.702,92

Fonte: FUB/DAF/DCF, 2012

4.2 Análise Crítica do Quadro Pagamento de Restos a Pagar para o Exercício 2011 realizada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF)

A gestão dos Restos a Pagar de exercícios anteriores é analisada nos tópicos abaixo:

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada: Os valores são pagos pela entrega dos produtos ou serviços, após a liquidação da despesa, que posteriormente são liberados os recursos financeiros pelo Ministério da Educação ou Órgãos financiadores de projetos por descentralizações.
- Os impactos porventura existentes na gestão financeira no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores:- Não há impacto na gestão financeira, considerando que quando o RP de recursos próprios o orçamento executado corresponde à quota orçamentária liberada em função de arrecadação. E quando de recursos do tesouro/descentralizações, os recursos financeiros estão previstos na inscrição em recursos a receber por transferência.
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados por mais de um exercício financeiro: 1) Em relação aos restos a pagar 2006, o saldo de R\$ 2.034,17, foi cancelado o saldo neste exercício na UG 154106/15257 HUB/FUB. 2) Em 2007, o saldo de R\$ 109.605,59, foi cancelado o saldo neste exercício, correspondente as Unidades: UG - 154040 valor 17.265,68, UG – 154078 valor de 10.246,44, UG – 154079 valor de 251,17, UG – 154106 valor de

81.842,30. 3) Em 2008, o saldo de R\$ 1.371.660,31, foi cancelado o saldo neste exercício, correspondente as Unidades: UG – 154019 valor de 5.464,73, UG - 154040 valor 57.040,67, UG – 154079 valor de 35.844,40, UG – 154106 valor de 1.273.310,51. 4) Em 2009, o saldo de R\$ 804.300,20, foi cancelado o saldo neste exercício, correspondente as Unidades: UG – 154019 valor 26.089,05, UG - 154040 valor 283.476,82, UG – 154078 valor de 500,00, UG – 154079 valor de 66.329,49, UG – 154106 valor de 427.904,84. 5) Em 2010, o saldo de R\$ 1.330.956,59, está em processo de análise pela área técnica da Diretoria de Contabilidade, para sua manutenção ou procedimentos de baixa, quando o caso requer e correspondente as Unidades: UG – 154019 valor 842,47, UG – 154024 valor 850,75, UG - 154040 valor 535.648,06, UG – 154079 valor de 497.319,22, UG – 154106 valor de 296.296,09.

- d) As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Não Processados por mais de um exercício financeiro: 1) Em 2008, o saldo de R\$ 361.702,92, o valor de R\$ 360.000,00, refere-se ao convênio firmado com prefeitura de Alto Paraíso de Goiás e ainda está em vigência até 30/06/2012 e o saldo restante está em processo de análise para o devido cancelamento. 2) - Em 2009, o saldo de R\$ 11.732.014,04, correspondente as Unidades Gestoras 154019 - 273.191,09, 154020 - 2.774.622,31, 154024 – 1.491,00, 154040 – 7.314.090,39, 154078 – 159.852,70, 154079 – 639.182,00, 154106 – 569.584,55, estão em processo de análise para fins de verificação dos saldos passíveis de cancelamento em observância ao Decreto 7.654 de 23/12/2011. 3) Em 2010, o saldo de R\$ 41.461.959,57, correspondente as Unidades Gestoras 154019 – 3.536.288,01, 154024 – 6.615,11, 154040 – 35.742.391,03, 154076 – 7.594,78, 154078 – 527.693,05, 154079 – 1.401.839,91, 154106 – 239.537,68, estão em processo de análise para fins de verificação dos saldos passíveis de cancelamento em observância ao Decreto 7.654 de 23/12/2011.
- e) A existência de registro no SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto: As inscrições de restos a pagar anterior ao exercício de 2011, ou seja, 2008 e 2009, na condição estabelecida na letra “c” do inciso I do § 3º do artigo 68, alterado pelo Decreto 7.654 de 23/12/2011, estão em processo de análise para fins de verificação dos saldos passíveis de cancelamento.
- f) Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP: 1) - Falta de pessoal na Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, para a execução das atividades de análise contábeis e acompanhamento dos processos junto às áreas de compras e materiais e obras, inclusive das Unidades descentralizadas. 2) falta de implementação de ações para qualificar pessoal, com conteúdo específico, para dar qualidade às atividades pertinentes a essa área técnica”.

5 Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.I: Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	4.938	492	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	4.938	492	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		4.511	446	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		342	25	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		40	10	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		45	11	
2. Servidores com Contratos Temporários		165	139	
3. Total de Servidores (1+2)	-	5.103	631	-

Fonte: SIPES

Quadro A.5.II: Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	84
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	56
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	13
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	10
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	33
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	163
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	163
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	155
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	155
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	21
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	7
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	13
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	479

Fonte: SIPES

Quadro A.5.III: Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
(Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	111	106	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	111	106		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-		
1.2.4. Sem vínculo	-	-		
1.2.5. Aposentados	-	-		
2. Funções gratificadas	634	559	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	634	559		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-		
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-		
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	745	665	-	-

Fonte: Sipes

Quadro A.5.IV: Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	608	1.286	1.468	1.310	343
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	558	1.225	1.442	1.293	338
1.3. Servidores com Contratos Temporários	50	61	26	17	5
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	608	1.286	1.468	1.310	343

Fonte: Sipes

Quadro A.5.V: Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	14	-	303	1.613	3.443	1.013	1.764	3.390
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira	-	14	-	300	1.613	1.917	898	784	2.677
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	3	-	1.526	115	980	713
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	14		303	1.613	3.443	1.013	1.764	3.390

LEGENDA:

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.VI: Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	2.112	97
1.1 Voluntária	1.797	92
1.2 Compulsória	115	3
1.3 Invalidez Permanente	200	2
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	42	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	2.154	97

Fonte: SIPES

Quadro A.5.VII: Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	727	41
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	727	41

Fonte: SIPES

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.VIII: Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	730	711	755	616	202.904,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	175	165	173	150	29.319,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	905	876	928	766	232.223

Fonte: DGP, 2011.

5.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Até o fechamento do relatório, não recebemos informações do Decanato de Gestão de Pessoas a respeito do quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

5.5 Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Nesta seção, são apresentadas as informações sobre a terceirização de mão de obra: a quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos; relação dos empregados terceirizados substituídos; os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais; os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade e a locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

O quadro abaixo contém informações sobre a terceirização de cargos e atividades do plano de cargos da FUB, é informada quantidade de prestadores de serviço registrados no SICAP por ano, percebe-se a redução desse número após a celebração do Termo de Conciliação Judicial entre o MPT e a UnB em 2008.

Quadro A.5.IX: Quantidade de prestadores de serviço registrados no SICAP por ano

Quantidade no final do exercício		
2009	2010	2011
1930	1343	1172

Fonte: DGP, 2011.

Análise crítica da situação da terceirização na FUB:

- a) **Dispositivo legal, se houver, que ampara a contratação de pessoas de forma indireta para o exercício de cargos ou atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão.**

Há mais de 20 anos a Universidade de Brasília passou a contratar prestadores de serviços em regime de precarização, isto é, sem que estes fizessem jus aos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho -CLT. Tal fato decorreu do vasto período sem autorização de concursos públicos para provimentos de cargos efetivos, aliado ao envelhecimento dos servidores com consequente aposentadoria e ainda, ao aumento da demanda dos serviços decorrente do crescimento da Universidade.

Considerando que tal situação já perdura por um longo período sem que as vagas para concursos públicos necessárias ao atendimento das demandas por servidores da universidade sejam liberadas, ainda no ano de 2008 houve um questionamento por parte do Ministério Público do Trabalho - MPT da 10ª Região sobre tal situação. Como consequência, neste mesmo ano, o MPT e a UnB celebraram o Termo de Conciliação Judicial - TCJ, (Fl. 63/68) referente ao Processo ACP n. 00927-2001-014-10-41-4,

considerando nula e impossível a contratação sem concurso público dos prestadores de serviços como servidores estatutários e determinando a regularização quanto ao preenchimento dos cargos correspondentes na forma da Lei 8.112/90 e da Constituição de 1988.

Este TCJ foi firmado entre o Reitor *pro tempore* da Universidade, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Chefe da 10ª Região e dois Procuradores do Trabalho da 10ª Região. Entretanto, o acordo não pode ser cumprido na sua totalidade tendo em vista que até o momento o Ministério da Educação - MEC e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, órgãos responsáveis pela liberação de vagas públicas, não autorizaram as necessárias vagas que substituiriam esses prestadores, evitando assim prejuízos às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB.

A esse respeito, a Controladoria-Geral da União, ao realizar o Relatório de Demandas Especiais nº. 00190.014992/2008-28, assim se pronunciou sobre a questão:

“(...) Ainda no tocante aos pagamentos realizados no exercício de 2008 pela Fundação Universidade de Brasília, cumpre registrar que no período sob responsabilidade da Reitoria *pro tempore*, muito embora haja continuidade de pagamentos idênticos aos constatados por esta Controladoria em gestões anteriores, não foi identificada a existência de alternativas gerenciais capazes de promover a sua imediata sustação sem risco de colapso às atividades desenvolvidas pela Universidade, em especial no atendimento à comunidade, a exemplo do atendimento prestado pelo Hospital Universitário de Brasília – HUB. No sentido do gradual saneamento das ocorrências foi firmado Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a Fundação Universidade de Brasília e a Procuradoria Regional do Trabalho do Distrito Federal (PRT-DF) para regularização da contratação de terceirizados, por intermédio do qual a Reitoria *pro tempore* da FUB se comprometeu em iniciar o processo de regularização na relação de trabalho de parcela dos prestadores de serviços extraquadros que recebem pagamentos através do sistema SRHPS, “*com fundamento em estudos que demonstrem as reais necessidades da força de trabalho realizada pelos terceirizados*”.

b) Medidas adotadas para a completa substituição das pessoas terceirizadas por servidores contratados por meio de concurso público, caso a terceirização não esteja amparada por ato legal ou normativo específico.

A Universidade não tem governabilidade para realização de concursos públicos, como acima expresso, depende dos Ministérios supracitados. Sendo assim, requereu as vagas, tendo sido indeferido seu pedido, conforme documentos relacionados no Anexo D.

Além disso, a Universidade, em razão da defasagem de servidores, a UnB requereu que todos os servidores cedidos a outros órgãos retornassem, tendo inclusive pedido reconsideração dos pedidos de cessão de órgãos em que há impossibilidade de negativa de cessão, como é o caso da Defensoria Pública -

DPU, explicando a situação da UnB para o cumprimento do TCJ, conforme pode-se verificar no Anexo E deste relatório.

Até a presente data não houve liberação de vaga pública para cumprir o TCJ.

- a) Em relação à letra “b” acima, caso a UJ tenha recorrido a instâncias internas ou externas para a adoção das medidas necessárias à substituição, a UJ deve informar os dados dos documentos expedidos: tipo, número, destinatário, síntese da solicitação, resposta obtida, etc.**

Além dos documentos scanneados e informados no item “b”, esperamos que com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, através da Lei 12.550 de 15/12/2011, possamos regularizar a situação dos profissionais que trabalham no Hospital Universitário da UnB - HUB.

Medida semelhante está sendo tomada pelo MEC no sentido de criar a Empresa Brasileira de Concursos. Essa Lei resolveria os problemas de pessoal relativos ao Centro de Seleções da UnB - CESPE e atenderia ao Acórdão 3005/ 2009 com o TCU.

- b) No caso das unidades integrantes da Administração Direta, Fundacional e Autárquica do Poder Executivo Federal, a UJ deve informar a data de publicação no D.O.U., da relação de empregados terceirizados dispensados no exercício de referência do relatório de gestão e no anterior, de acordo com os dispositivos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 494/2009.**

O Art. 1º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 494/2009 cita: “*Os atos de nomeação de candidatos aprovados em concurso público cuja autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tenha como fundamento o cumprimento das disposições do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho no âmbito da Ação Civil Pública nº 00810-2006-017-10-00-7, serão precedidos de publicação, no Diário Oficial da União, da relação dos empregados terceirizados que serão dispensados em função dos provimentos dos cargos autorizados*”.

A UnB não recebeu autorização do MPOG e do MEC para nomeações que possam vir a substituir esses trabalhadores na Universidade, desta forma não há publicações em Diário Oficial da União.

O DGP não informou os dados solicitados no quadro A.5.10, justificando que com relação às substituições, as nomeações do QRSTA são para a reposição de nomeação, exoneração, aposentadoria, etc. Não há crescimento/expansão do quadro, portanto não há desligamento de terceirizados (os terceirizados são de responsabilidade das empresas, cargos dos concursos se assemelham aos de Infraestrutura). As nomeações para o REUNI não estão vinculados à dispensa de pessoal terceirizados ou SICAP. Não há determinação do DGP-Direção para desligar SICAP quando há nomeações.

Com respeito ao Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados, o DGP informou:

1. As autorizações para realizar concurso público de Técnicos Administrativos estão vinculadas:

- a. QRSTA – que corresponde à manutenção do quadro efetivo de servidores sem qualquer crescimento quantitativo;
 - b. REUNI – para atendimento específico das unidades acadêmicas que aderiram ao programa de reestruturação do REUNI;
2. Não há autorização do MPOG, via portaria, para realizar concurso público para substituir terceirizados ou precarizados.

5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

O quadro referente a este item deve ser preenchido pelo Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União.

5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Os dois quadros seguintes identificam os contratos com informações a respeito dos prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva, assim como, os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Quadro A.5.X: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante												
Nome: Fundação Universidade de Brasília - FUB												
UG/Gestão: 54040					CNPJ: 00.038.174/0001-43							
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados					
					Início	Fim	P	C	P	S		
					14/2/2010	13/02/2012		395	114		2	P
2010	L	O	605/2010	04.825.525/0001-17	1/10/2009	30/9/2012		9	129		2	P
2009	V	O	621/2009	04.559.666/0001-35								

Fonte: DGP, 2012

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.XI: Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante											
Nome: Fundação Universidade de Brasília - FUB					Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados					
						Início	Fim	P	C	P	C
2010	1	O	605/2010	04.825.525/0001-17	14/2/2010 a 13/02/2012			395		114	
2009	3	O	621/2009	04.559.666/0001-35	1/10/2009 a 30/9/2012			9		129	
2010	4	O	610/2010	72.620.735/0001-29	14/2/2010 a 13/2/2012			44		89	
2010	10	O	610/2010	72.620.735/0001-29	14/2/2010 a 13/2/2012			8		5	
2010	10	O	604/2010	72.620.735/0001-29	14/2/2010 a 13/2/2012			131		44	
2010	14	O	603/2010	06.090.065/000151	1/2/2010 a 31/1/2013			133		357	
2010	14	O	606/2010	05.496.394/0001-34	12/2/2010 a 11/2/2012			167		43	
2010	7	O	606/2010	05.496.394/0001-34	12/2/2010 a 11/2/2012						
2010	9	O	606/2010	05.496.394/0001-34	12/2/2010 a 11/2/2012						
2011	14	E	6884/2011	05.496.394/0001-34	22/11/2011 a 1/5/2012			3		30	
2011	14	E	8250/2011	06.948.355/0001-93	1/11/2011 a 30/4/2012					118	
2010	14	O	611/2010	06.948.355/0001-93	14/2/2010 a 13/8/2011					131	
2010	14	O	609/2010	06.948.355/0001-93	14/2/2010 a 13/8/2010			3		29	
2010	13	O	607/2010	01.843.359/0001-56	14/2/2010 a 13/2/2012						
2010	11	O	608/2010	01.843.359/0001-56	14/2/2010 a 13/2/2012						

Fonte: DGP, 2012

Observações: 04.825.525/0001-17 - Serviço de limpeza e conservação (contrato 605/2010) 04.559.666/0001-35 - Serviço de Vigilância (contrato 621/2009) 72.620.735/0001-29 - Serviço de motorista e manutenção de autos (610/2010), jardinagem (604/2010) 06.090.065/0001-51 - Serviço de portaria (603/2010) 05.496.394/0001-34 - Serviços Gerais e apoio (606/2010), almoxarifado e registro - Emergencial (6884/2011) 06.948.355/0001-93 - Serviço de restaurante (611/2010 e 8250/2011), almoxarifado e registro (609/2010) 01.843.359/0001-56 - Serviço de apoio técnico (607/2010), manutenção de estrutura (608/2010) a partir de maio de 2011 passaram para a gestão do DAF. * Nos editais de licitação não é mencionado o nível de escolaridade exigido para cada cargo. ** No contrato 606/2010 - está listado o total geral. Não tem o registro da escolaridade por função.

LEGENDA

Área:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Nesta seção são apresentados os indicadores gerenciais sobre os recursos humanos. O Decanato de Gestão de Pessoas discorreu sobre absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade (turnover), educação continuada, disciplina e aposentadoria versus reposição do quadro.

a) ABSENTEÍSMO

Ainda não adotamos padrão para o cálculo do absenteísmo na UnB, entretanto a Universidade comprou 120 registradores eletrônicos de freqüência que, através de software integrado aos sistemas do Decanato de Gestão de Pessoas, poderão fornecer, a partir de sua instalação, prevista para meados de 2012, dados concretos sobre faltas, atrasos e demais dados que venham a ser considerados para fins do referido cálculo.

b) ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

Na FUB, no ano de 2011, ocorreram 62 acidentes (típicos e de trajeto), envolvendo desde servidores, trabalhadores terceirizados e alunos, estes últimos, desenvolvendo suas atividades acadêmicas no âmbito do Hospital Universitário de Brasília - HUB e na Clínica Odontológica.

Esses acidentes foram registrados no instrumento Comunicação Interna de Acidente de Trabalho - CIAT, hoje transformado em Comunicação de Acidente de Trabalho do Servidor Público - CAT-SP, seguindo as instruções do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O link: <http://repat.eerp.usp.br/> contém o projeto REPAT (Rede Eletrônica de Prevenção de Acidentes de Trabalho), coordenado pela Professora Dra. Maria Helena da Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto), no qual o HUB está inserido, sendo representado desde a sua criação em 2003, pelo enfermeiro do trabalho do setor de Medicina do Trabalho da UnB, o servidor Everaldo José da Silva.

O projeto envolve acidentes ocorridos com materiais biológicos/perfurocortantes ocorridos em hospitais universitários, onde a UnB alimenta um banco de dados, registrando os acidentes e, em contrapartida, recebe como estratégias de ação informações sobre medidas que devem ser adotadas no sentido de minimizar os acidentes de trabalho, como por exemplo: reuniões com chefias, orientações, educação continuada (treinamento em serviço).

Em publicações, no link: <http://repat.eerp.usp.br/>, tarja laranja, à direita, pode ser encontrado um artigo do Enfermeiro do Trabalho da UnB com outras profissionais da USP que tem como título: “Acidentes com material biológico em hospital da Rede de Prevenção de Acidentes do Trabalho - REPAT”.

Os acidentes de trabalho ocorridos com materiais biológicos/perfurocortantes são acompanhados por um Enfermeiro do Trabalho e uma médica infectologista, no tocante aos resultados dos exames laboratoriais e orientações quanto à adesão ao uso de antiretrovirais.

Dados mais detalhados podem ser pesquisados na tarja laranja do link: <http://repat.eerp.usp.br/>, no item resultados e clicar no período. O código do HUB é o número 20.

Medidas preventivas para redução dos casos de doenças ocupacionais físicas e mentais têm sido promovidas através da Diretoria de Saúde como o Projeto Viva Bem UnB que oferece aos docentes e técnicos, aulas de musculação, ginástica localizada, alongamento, step, jiu-jitsu e Kung Fu. A equipe conta com um fisioterapeuta, um instrutor de jiu-jitsu, quatro professores de educação física e treze instrutores de ginástica laboral (estagiários) que cuidam para que todos possam se exercitar de forma segura e saudável.

É realizado também o Acolhimento Psicossocial e o Programa de Promoção da Saúde Integral na Universidade – PSIU que apoiam os membros da comunidade com ações de promoção da saúde mental.

c) ROTATIVIDADE (TURNOVER)

Para o cálculo na rotatividade na Universidade de Brasília temos estudado a adoção de algumas fórmulas, como a abaixo apresentada, mas ainda está em fase de considerações qualitativas e de testes:

$$\frac{(Entradas + Saídas)}{N. \text{ de } Servidores} \times 100$$

Assim, para que possamos obter o resultado proposto necessitaremos dos dados abaixo:

Quadro A.5.XII: Total de servidores por categoria do cargo em 2011

CATEGORIA DO CARGO	QTD.
Técnicos-Administrativos - TAE	2682
Docentes - DO	2296
Total Geral	4978

Fonte: DGP, 2011.

Quadro A.5.XIII: Total de servidores ingressos em 2011

INGRESSOS (Entradas)	TÉCNICO	DOCENTE	QTD. TOTAL
CONCURSO PÚBLICO	226	219	445
REDISTRIBUÍDO	21	4	25
TOTAL	247	223	470

Fonte: DGP, 2011.

Quadro A.5.XIV: Total de desligamentos de servidores em 2011

DESLIGAMENTOS DE ATIVOS (Saídas)	TÉCNICO	DOCENTE	TOTAL	%
APOSENTADORIA	60	37	97	54
EXONERAÇÃO À PEDIDO	13	9	22	12
MORTE	6	5	11	6
POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL	24	13	37	21
REDISTRIBUIÇÃO	8	4	12	7
TOTAL	111	68	179	100

Fonte: DGP, 2011.

1 – CÁLCULO DA ROTATIVIDADE ANUAL DOS TÉCNICOS

$$\frac{(247 + 111)}{2} \times 100 = 6,7\%$$

2 – CÁLCULO DA ROTATIVIDADE ANUAL DOS DOCENTES

$$\frac{(223 + 68)}{2} \times 100 = 6,3\%$$

d) EDUCAÇÃO CONTINUADA

A Universidade de Brasília por meio da Coordenadoria de Capacitação da Diretoria de Capacitação (PROCAP), Desenvolvimento e Educação do Decanato de Gestão de pessoas comprehende, de acordo com o Decreto nº 5.825/2006, que a “capacitação é um processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais” (Brasil, 2006).

Assim, a PROCAP conduz suas ações de capacitação visando desenvolver as competências fundamentais e gerenciais necessárias para o exercício de suas atividades, adequando as competências dos servidores aos objetivos institucionais.

As ações da PROCAP são apresentadas no formato de programas, nos quais diferentes ações são desenvolvidas objetivando, dentre a capacitação, a possibilidade de carga horária necessária à progressão por capacitação.

Em 2011, foram ofertados seis programas, sendo eles:

- Programa de Iniciação ao Serviço público;
- Programa de Desenvolvimento de competências de gestão;
- Programa de Educação;
- Desenvolvimento de Competências Fundamentais;
- Programa de Desenvolvimento e Inter-relação de Ambientes; e
- Programa de Preparação para a Aposentadoria.

Dentre esses programas, o Programa de Educação se constitui como de Educação Formal, pois são ofertados os mestrados e o curso de Especialização em Gestão Universitária. Outras ações também foram ofertadas pela PROCAP, mas não foram agregadas a nenhum programa, se constituindo como ações isoladas de capacitação.

Também, em 2011, a PROCAP iniciou o processo de avaliação das ações com vistas a melhorar sua qualidade, através do mapeamento do impacto das ações para o exercício das atividades institucionais do servidor, bem como do suporte dado pelas chefias imediatas para a realização das ações e da possibilidade de aplicação do conhecimento desenvolvido. Esses dados somente serão apresentados em 2012, quando finalizaremos a coleta e as análises dos dados apresentados por meio de instrumentos específicos aplicados nas diferentes ações.

A seguir, as ações específicas de cada programa, com o número de inscritos, número de aprovados e número de reprovados.

Quadro A.5.XV: Cursos Oferecidos pelo PROCAP em 2011

Programa	Ações	Inscritos	Aprovados	Reprovados/evasão
Iniciação ao Serviço Público	Curso Iniciação ao Serviço Público – parte Presencial	84	65	19
	Ética e Serviço Público - ENAP	135	97	38
	Atendimento ao Cidadão - ENAP	58	42	16
Desenvolvimento de Competências de Gestão	Curso Formação Gerencial	164	80	84
	Orçamento e Finanças – CEAD	200	91	109
	Gestão Estratégica de Pessoas e Plano de Carreira - ENAP	166	91	75
	Fundamentos em Gerência de Projetos - ENAP	Não houve Oferta em 2011		
	Análise e Melhoria de Processos - ENAP	Não houve oferta em 2011		
Desenvolvimento de Competências Fundamentais	Ambientação em Educação a Distância - CEAD	248	138	107
	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - ENAP	160	119	41
	Redação Oficial	171	73	98
	Informática Básica – Word e Excel	35	21	14

Programa	Ações	Inscritos	Aprovados	Reprovados/evasão
Educação	Curso Preparatório para o Mestrado de Economia	127	98	29
	Especialização em Gestão Universitária 2011/2012	16	-	-
	Especialização em Gestão Universitária 2010/2011	39	34	5
Desenvolvimento e Inter-relação de Ambiente	Inglês Iniciante I	43	26	17
	Inglês Iniciante II	25	15	10
	Inglês Básico I	48	31	17
	Inglês Básico II	25	14	11
	Inglês Instrumental I	20	13	7
	Inglês Instrumental II	19	9	10
	Espanhol Básico I	17	13	4
	Espanhol Básico II	19	8	11
	Francês I	25	8	18
	Inglês Intermediário	18	5	13
	Inglês Conversação com Fins Acadêmicos	38	13	25
	Libras Básico	6	6	-
Preparação para a Aposentadoria	Curso Viva Mais	24	24	-
Outras Ações	Curso SPSS	23	19	4
	Formação Docente	141	62	79
	Oficina de Atendimento ao público - IP	20	9	11
	Palestra Educação de Adultos	9	9	-
	Extrator de Dados	18	9	9
	Noções de Pesquisa Quantitativa e Qualitativa	26	14	12
	Palestra Iniciação à Elaboração de Projetos de Pesquisa	7	7	-
	Projeto Gestão com Pessoas	969	121-certificadas	
	Palestra Quem Pensa a Longo Prazo, Investe em Pessoas	33	33	-
	Formação DRM – módulo I	21	21	-
TOTAL		3206	1447	1741
Total de recursos gastos com os Programas e Outras Ações				282.903,89
Total de Recursos gastos com eventos externo				132.740,11
Total de renúncia de receita devido a concessões de bolsas				353.764,00

Fonte: DGP, 2011.

A diferença de 18 alunos no total de inscritos deve-se ao curso de Especialização em Gestão Universitária que terminará em 2012. A Universidade de Brasília dispôs em 2011 de R\$ 658.072,38 entre recursos do Tesouro e Recursos próprios para serem efetivadas as ações de capacitação. Esses recursos foram destinados ao pagamento dos Programas e outras Ações assim como os eventos externos.

Para 2011, a PROCAP tinha como meta a capacitação de 3.050 servidores, tendo superado pela inscrição de 3.206 servidores em suas ações, porém, os dados também nos mostram um universo de

54,3% de evasão nas ações de capacitação ofertadas pela PROCAP e/ou em parceria com a ENAP e o CEAD. Os fatores serão identificados com a avaliação de evasão que será aplicada em 2012. Assim, poderemos mapear os motivos pelos quais os servidores evadem dos cursos, redefinindo estratégias que possam reduzir esse percentual.

e) APOSENTADORIA VERSUS REPOSIÇÃO DO QUADRO EM 2011

Os quadros a seguir demonstram as aposentadorias por tipo, por cargo, quantidade de técnicos e docentes aposentados e a reposição do quadro de servidores realizada no ano de 2011.

Quadro A.5.XVI: Tipos de aposentadorias em 2011

APOSENTADORIAS POR TIPO	QTD.
COMPULSÓRIA	3
INVALIDEZ	2
VOLUNTÁRIA	92
TOTAL	97

Fonte: DGP, 2011.

Quadro A.5.XVII: Aposentadorias por cargo em 2011

APOSENTADORIAS POR CARGO	QTD.
Açougueiro	1
Administrador	1
Analista de Tecnologia da Informação	1
Assistente de Tecnologia da Informação	1
Assistente em Administração	11
Auxiliar de Cozinha	4
Auxiliar de Enfermagem	2
Auxiliar em Administração	4
Auxiliar Operacional	2
Bibliotecário/Documentalista	1
Contador	1
Contínuo	1
Contramestre/Ofício	2
Copeiro	1
Cozinheiro	2
Eletricista	3
Mecânico	1
Medico	1
Motorista	1
Produtor Cultural	1
Químico	1
Técnico de Laboratório/Área	5
Técnico em Artes Gráficas	1
Técnico em Assuntos Educacionais	4
Técnico em Eletrônica	1
Técnico em Ótica	1
Técnico em Radiologia	1
Técnico em Reabilitação ou Fisioterapia	1
Técnico em Refrigeração	1
Técnico em Restauração	1

APOSENTADORIAS POR CARGO		QTD.
Vigilante		1
Total de Técnicos		60
Total de Professores de Magistério Superior		37
Total Técnico + Professor		97

Fonte: DGP, 2011.

Quadro A.5.XVIII: Quantidade de aposentadorias por servidores (técnicos e docentes) em 2011

APOSENTADORIAS DE TÉCNICOS POR MÊS	QTD.	APOSENTADORIAS DE DOCENTES POR MÊS	QTD.
Janeiro	0	Janeiro	3
Fevereiro	18	Fevereiro	3
Março	4	Março	2
Abril	9	Abril	6
Maio	6	Maio	8
Junho	3	Junho	3
Julho	2	Julho	1
Agosto	7	Agosto	5
Setembro	3	Setembro	0
Outubro	7	Outubro	4
Novembro	1	Novembro	2
Dezembro	0	Dezembro	0
Total - Técnicos	60	Total - Docentes	37
Total de Técnicos e Docentes			97

Fonte: DGP, 2011.

Quadro A.5.XIX: Ingressos por concurso público em 2011

INGRESSO POR CONCURSO PÚBLICO	QTD.
Administrador	32
Administrador de Edifícios	7
Analista de Tecnologia da Informação	3
Arquiteto e Urbanista	1
Arquivista	3
Assistente em Administração	51
Assistente Social	5
Auditor	2
Bibliotecário/Documentalista	4
Biólogo	2
Contador	4
Economista	1
Editor de Publicações	1
Enfermeiro/Área	1
Engenheiro Agrônomo	1
Engenheiro de Segurança do Trabalho	1
Engenheiro/Área	6
Estatístico	2
Farmacêutico/Habilitação	5
Físico	3
Jornalista	2
Médico/Área	3
Nutricionista/Habilitação	3
Operador de Câmera de Cinema e Tv	2

INGRESSO POR CONCURSO PÚBLICO		QTD.
Programador Visual		1
Psicólogo/Área		3
Químico		2
Revisor de Textos		1
Secretário Executivo		12
Técnico de Laboratório/Área		17
Técnico de Tecnologia da Informação		5
Técnico em Agropecuária		2
Técnico em Assuntos Educacionais		31
Técnico em Eletrônica		4
Técnico Requisitado		1
Terapeuta Ocupacional		1
Tradutor e Intérprete		1
Total de Técnicos		226
Total - Professor Magistério Superior		219
Total Geral		445
INGRESSO POR REDISTRIBUIÇÃO		QTD.
Administrador		3
Analista de Tecnologia da Informação		1
Assistente em Administração		6
Auxiliar em Administração		1
Bibliotecário/Documentalista		1
Enfermeiro/Área		1
Médico/Área		2
Pedagogo/Área		1
Porteiro		1
Secretário Executivo		1
Técnico de Laboratório/Área		2
Técnico em Assuntos Educacionais		1
Total de Técnicos		21
Total - Professor Magistério Superior		4
Total de Ingressos		470

Fonte: DGP, 2011.

6 Informações sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

A Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA), unidade vinculada ao Decanato de Administração (DAF), elaborou o demonstrativo de detalhamento das transferências realizadas vigentes no exercício de 2011.

O Quadro abaixo contempla as transferências realizadas pela FUB de acordo com a estrutura definida pelo TCU. Em 2011, estava vigente apenas uma transferência concedida, sendo esse montante repassado à Prefeitura de Alto Paraíso - GO para a construção do Centro de Estudos UnB – Cerrado.

Quadro A.6.I: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA								
CNPJ: 00.038.174/0001-43 UG/GESTÃO: 154040/15257								
Informações sobre as transferências								
Modalida de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.
			Global	Contrapartid a	No exercício	Acumulado até exercício		
1	7.142	01.740.455/0001-06	1.792.376,69	-	-	1.140.000,00	31/12/2008	30/06/2012

<u>LEGENDA</u>	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos – DPA, 2011.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

O resumo da quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados pela FUB nos três últimos exercícios são demonstrados no quadro abaixo.

Quadro A.6.II: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA					
CNPJ:	00.038.174/0001-43					
UG/GESTÃO:	154040/15257					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício				Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)	
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	1.140.000,00	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	1.140.000,00	-

Fonte: Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos – DPA, 2011.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

O Quadro a seguir traz informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e nos anos seguintes.

Quadro A.6.III: Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA				UG/GESTÃO: 154040/15257		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011	
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012		
Convênio	1	1.792.376,69	1.140.000,00	652.376,69	64%	
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	
Totais	1	1.792.376,69	1.140.000,00	652.376,69	64%	

Fonte: Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos – DPA, 2011.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

As informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse concedido pela FUB são demonstradas no Quadro abaixo e refere-se ao convênio firmado no exercício de 2009 com a prefeitura de Alto Paraíso - GO.

Quadro A.6.IV: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA					
CNPJ: 00.038.174/0001-43		UG/GESTÃO: 154040/15257			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios		Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	1.140.000,00	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, 2011.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

A análise destas prestações de contas de convênios e contratos de repasse é demonstrada no quadro seguinte.

Quadro A.6.V: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA					
CNPJ: 00.038.174/0001-43		UG/GESTÃO: 154040/15257			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas		-	-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	
			Contas Não analisadas	-	
	Montante repassado (R\$)		-	-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
	2010	Quantidade de contas prestadas		-	-
Contas analisadas		Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
Contas NÃO analisadas		Quantidade	-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas		-	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	01	-	
		Montante repassado	1.140.000,00	-	
	Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-	

Fonte: Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, 2011.

6.2.2 Instrumentos contratuais firmados entre a FUB e Fundações de Apoio

No Quadro abaixo é demonstrada a relação de instrumentos celebrados pelas Fundações de Apoio vigentes em 2011.

Quadro A.6.VI: Instrumentos contratuais firmados entre a FUB e Fundações de Apoio

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA				UG/GESTÃO: 154040/15257			
Informações sobre as transferências							
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Objeto	Valores Pactuados		Vigência	
				Global	Contrapartida	Início	Fim
Contrato	8.289	37.116.704/0001-34	Execução do Projeto “Música na Escola: Uma proposta de inclusão musical lúdico-computacional na educação integral” relativo ao Termo de Cooperação nº 13428, firmado entre a FUB e o FNDE.	353.831,00	-	22/12/2011	21/12/2012
Contrato	8.291	37.116.704/0001-34	Execução do Projeto “Exposição Biomas do Brasil para a Reunião Rio+20”, relativo ao termo de cooperação para descentralização de crédito celebrado entre a FUB e o MCTI (processo MCTI nº 01200.004440/2011-11).	2.500.000,00	-	28/12/2011	27/11/2012

Fonte: Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos – DPA, 2011.

6.2.3 Movimentação Financeira das Fundações de Apoio

A Resolução do Conselho Diretor nº 15/2005 regula as relações entre a FUB e as Fundações de Apoio no que tange às movimentações financeiras da taxa FAI. Em 2006, os instrumentos de controle da arrecadação e execução foram implementados pelo DAF para melhor acompanhamento da utilização dos recursos públicos transferidos a essas organizações. No mencionado regulamento foram definidos os seguintes tipos de movimentações contábil/financeiro dos recursos das Fundações de Apoio:

- a) recursos decorrentes de instrumentos contratuais celebrados entre a Fundação de Apoio e terceiros, com participação da FUB (art. 3º, I, da RCD nº 15/2005);
- b) recursos decorrentes de instrumentos contratuais celebrados diretamente entre a Fundação de Apoio e terceiros, sem a participação da FUB (art. 3º, II, da RCD nº 15/2005). Merece esclarecer que esse tipo de movimentação esteve suspenso até 05/03/2006, a fim de que as instituições procedessem às necessárias adaptações para o cumprimento do dispositivo (RCD 24/2005). A partir desta data, passou a vigorar o dispositivo da norma que determina a incidência de 6% de FAI.
- c) recursos decorrentes de contratos de prestação de serviços, celebrados entre a FUB e terceiros, tendo como interveniente, executora, a Fundação de Apoio (art. 3º, III, da RCD nº 15/2005);
- d) recursos oriundos de convênios, contratos ou atos similares, quando as partes envolvidas forem exclusivamente FUB e Fundação de Apoio (art. 4º da RCD nº 15/2005);
- e) recursos oriundos de taxas de inscrição em cursos, palestras, congressos ou atividades afins, sobre os quais há incidência de FAI; e,
- f) recursos oriundos de convênios institucionais (advindos de órgãos de fomento, entre outros) que sejam repassados para a FUB, sem contraprestação de serviços, sobre os quais não há incidência de FAI.

O quadro abaixo apresenta o relatório de acompanhamento dos recursos movimentados pela Fundação de Apoio FINATEC, no período de 01/01/2011 a 31/12/2011, elaborado pela própria Fundação. De acordo com as orientações do TCU, estão dispostos os projetos desenvolvidos pela Fundação, ainda vigentes, com discriminação do número do instrumento contratual, objeto, prazo de vigência e os recursos financeiros.

No seu relatório, a FINATEC evidencia que estão em vigor 43 instrumentos contratuais plurianuais entre contratos, convênios, acordos e termos de cooperação, inclusive em moeda estrangeira, sendo R\$ 43 milhões, US\$ 508 mil, € 65 mil.

O valor total de FAI aplicado até o final do 4º trimestre foi de R\$ 25.885,51. O valor aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o 4º trimestre foi de R\$ 12.312,05

Quadro A.6.VII: Demonstrativo de Ingresso de Recursos ao FAI (Período: 01/01/2011 a 31/12/2011) – Em R\$1,00.

Projeto	Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec		
	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
00016/2000	GRE	FUB	Acordo	3065	08/01/1997 à 08/01/2027	Permissão de uso de área especificada para construção da sede da FINATEC.	D	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Qdo a FUB contrata a FINATEC não existem valores devidos de FAI	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00172/2000	GEO	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	15/01/1999 à Indeterminado	Laboratório de Geocronologia - GEO da UnB	A	R\$ 0,00	R\$ 902.912,42	R\$ 246.241,07	R\$ 24.624,11	R\$ 69.751,24	R\$ 24.624,11	R\$ 12.312,05
01296/2004	GEO	PETROBRÁS	Convênio	5465	26/04/2004 à 26/04/2014	Rede de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais - Instalação dos laboratórios nacionais de LAM - MC - ICPMS	F	R\$ 11.140.000,00	R\$ 11.140.000,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01650/2004	BOT	NSF	Acordo Internacionai	S/N	01/09/2003 à Indeterminado	Biocomplexity of Hydrologically Controlled Vegetation Dyanmics: Quantitative	F	\$200.000,00	\$200.000,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						Comparative Analysis between the Everglades and Cerrado Ecosystems Under Soil Moisture and Nutrient Spatiotemporal Dynamics.								
02693/2006	GEO	PETROBRÁS	Termo de Cooperação	5891	14/06/2006 à 12/06/2012	Implantação de uma rede temática em rede de estudos geotectônicos.	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02694/2006	GEO	PETROBRÁS	Termo de Cooperação	5899	10/05/2006 à 08/05/2012	Implantação de uma rede temática em rede de estudos em sedimentologia e estratigrafia.	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02695/2006	GRE	PETROBRÁS	Termo de Cooperação	5898	31/05/2006 à 29/05/2012	Implantação de uma rede temática em rede de pesquisa em bioprodutos.	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
02697/2006	GRE	PETROBRÁS	Termo de Cooperação	5897	10/05/2006 à 07/05/2012	Implantação de uma rede temática em conservação e recuperação de ecossistemas e remediação de áreas impactadas.	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02843/2006	GRM	FINEP	Convênio	5978	26/09/2006 à 26/03/2011	Levantamentos hidrográficos e cartografia eletrônica para segurança da navegação em hidrovias	F	R\$ 722.935,50	R\$ 722.935,50	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02866/2006	FEF	FINEP	Convênio	5987	05/10/2006 à 05/07/2011	Esporte e Lazer - A Cidadania em Construção: Análise do Programa.	F	R\$ 331.130,00	R\$ 331.130,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02912/2006	DPP	FINEP	Convênio	6004	30/10/2006 à 30/10/2011	Aperfeiçoamento da Infra-Estrutura de Laboratórios de Pesquisa da UnB.	F	R\$ 4.100.562,00	R\$ 4.100.562,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02923/2006	GEO	FINEP	Convênio	6008	13/11/2006 à 13/11/2011	Capacitação Laboratorial da Rede Geocronos -	F	R\$ 214.500,00	R\$ 164.900,00	R\$ 49.600,00	Não existe FAI em convênios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
					1	Laboratório de Geocronologia da UnB.					de pesquisa			
02958/2006	GEO	PETROBRÁS	Convênio	6041	24/11/2006 à 12/11/2011	Geocronologia Ar-Ar e a Tectônica de Bacias Sedimentares Brasileiras.	F	R\$ 2.037.770,00	R\$ 1.993.770,00	R\$ 44.000,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02986/2007	GRM	FINEP	Convênio	6072	26/12/2006 à 26/10/2011	Geofísica para estudos geotectônicos e de recursos hídricos.	F	R\$ 1.952.880,00	R\$ 1.952.880,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03190/2007	ENC	COMUNIDADE EUROPEIA	Contrato	MIF2-CT-2007-040375	19/07/2007 a 12/07/2011	Modelling Anisotropy and Destructuration in Unsaturated Soils - MADUS.	F	€ 65.200,00	€ 52.160,00	€ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03203/2007	ENM	FINEP	Convênio	6280	14/05/2007 à 14/08/2011	Projeto de Educação Continuada em Ciências da Engenharia.	F	R\$ 491.956,50	R\$ 491.956,50	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03411/2007	BOT	NCSU	Contrato	2006-0227-01	01/01/2007 a 31/12/2010	The Role of Species Traits in Governing Positive	F	\$83.183,00	\$83.183,00	\$0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						Feedbacks At Savanna-Forest Boundaries.								
03424/2007	ENC	PETROBRÁS	Carta / Contrato	0802.003982.07.3	06/07/2007 a 14/06/2011	Execução dos serviços de consultoria para construção de túneis pelas metodologias construtivas em NATM, TBM e EPB.	A	R\$ 408.000,00	R\$ 16.875,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03433/2007	GEO	PETROBRÁS	Convênio	4600244093	29/08/2007 a 12/08/2011	Ampliação da Infra-estrutura dos Laboratórios de Difração de Raio-X, Micropaleontologia, Geoq e Mineralogia Aplicada, do Instituto de Geociências da UnB.	F	R\$ 2.879.058,21	R\$ 2.879.058,21	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03567/2007	ECL	PETROBRAS	Convênio	6472	07/01/2008 a 21/12/2011	Controle da Espécie Invasora Melinis Minutiflora	F	R\$ 415.101,22	R\$ 318.651,45	R\$ 49.073,77	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						Beauv. (capim-gordura) para Aplicação em Faixas de Servidão de Estruturas Lineares de Transporte em Áreas de Cerrado.								
03578/2007	DPP	FINEP	Convênio	6481	30/11/2007 a 30/11/2011	Modernização da Infraestrutura de Pesquisa da UnB.	F	R\$ 3.931.916,00	R\$ 3.931.916,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03676/2007	GEO	PETROBRAS	Termo de Cooperação	6482	07/01/2008 a 05/01/2012	Andares Alagoas, Jiquié e Buracica: Estudo Taxonômico dos Ostracodes das Bacias de Campos e de Santos.	F	R\$ 2.227.862,40	R\$ 1.606.523,37	R\$ 621.339,03	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03701/2008	DPP	FINEP	Convênio	6767	27/12/2007 a 27/06/2011	Infraestrutura de Pesquisa do Campus UnB Planaltina.	F	R\$ 717.328,00	R\$ 717.328,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03742/2008	FAR	FINEP	Convênio	2106/07	18/07/2008 a 18/07/2011	Rede de Detecção de Resíduos e Contaminantes	F	R\$ 1.367.444,24	R\$ 1.367.444,24	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicad o relativo às Unidad es Acadêmicas até o trimestre 14
					2	em Alimentos - Capacitação de Laboratórios de Ensaio.					de pesquisa			
03753/2008	IF	ELETRO NORTE	Contrato	4500063745	03/04/2008 a 02/5/2011	Pesquisa e Desenvolvimento de Óleos Isolantes Magnéticos para Transformadores.	A	R\$ 1.026.109,05	R\$ 923.488,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.333,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03790/2008	ECL	UNIVERSITY HAMPSHIRE	Acordo	08-085	01/03/2008 a 14/02/2012	A Historical Reconstruction of Vegetation Change and a Carbon Budget for the Brazilian Cerrado Using multiple Satellite Sensors and Historical Aerial Photography.	F	\$225.000,00	\$120.977,80	\$0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04004/2008	IG	PETROBRAS	Termo de Cooperação	6805	28/07/2008 a 22/07/2011	Implantação de Laboratório de Isótopos de enxofre no Instituto de Geociências da Universidade de	F	R\$ 1.261.950,00	R\$ 1.261.950,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						Brasília.								
04009/2008	NMT	FINEP	Convênio	6894	27/10/2008 a 27/10/2012	Estudo Multi-centro da eficácia e segurança dos fármacos recomendados para o tratamento da Leishmaniose Visceral do Brasil.	F	R\$ 966.000,00	R\$ 657.300,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04017/2008	CIC	FINEP	Convênio	6877	23/10/2008 a 23/10/2011	Sistema de Controle e Monitoramento de Veículos.	F	R\$ 438.960,00	R\$ 291.300,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04074/2008	DPP	FINEP	Convênio	6891	26/11/2008 a 26/11/2011	Modernização e Ampliação da Infra-Estrutura de Pesquisa da UnB.	F	R\$ 4.507.653,00	R\$ 2.262.653,00	R\$ 2.245.000,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04124/2008	GEO	PETROBRÁS	Termo de Cooperação	6897	05/12/2008 a 28/05/2011	Detalhamento Estratigráfico do Neoproterozóico da Bacia de São Francisco.	F	R\$ 375.051,69	R\$ 375.051,69	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04144/2009	SIS	GOIÁS SUL	Contrato de Prestação de Serviços	S/N	01/02/2009 a 01/06/2011	Prestação de serviços de consultoria na área de sismologia	A	R\$ 188.944,00	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						envolvendo a realização de monitoramento sismológico na região da área de influência das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) de Nova Aurora e Goiandira, localizadas no Rio Veríssimo no Estado de Goiás.								
04156/2009	UnB Gama	FINEP	Convênio	7109	04/05/2009 a 4/5/2012	Promoção da engenharia para a Faculdade de Engenharia da UNB Gama.	F	R\$ 244.650,00	R\$ 244.650,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04176/2009	SIS	DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	Contrato de Prestação de Serviços	DM-273-UHSF-017-09-PSV-PJ	08/05/2009 a 31/03/2011	Execução de serviços técnicos especializados de consultoria na área de Sismologia, envolvendo a realização do	A	R\$ 18.020,00	R\$ 5.406,00	R\$ 12.614,00	R\$ 1.261,40	R\$ 540,60	R\$ 1.261,40	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						monitoramento sismológico na região da PCH São Francisco.								
04182/2009	CIC	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA	Convênio de Cooperação Técnica	S/N	25/05/2009 a 25/05/2011	Sistema em Chip para o Terminal de Acesso do Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SoC-SBTv do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - CTIC.	F	R\$ 1.118.467,94	R\$ 831.000,00	R\$ 287.467,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04201/2009	IQ	RENEWABLE FUEL PRODUCTS	Acordo	S/N	09/07/2009 a 09/07/2011	Desenvolver e implementar um catalisador para uso no craqueamento / coluna de destilação.	F	R\$ 100.000,00	R\$ 46.184,04	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04282/2009	NMT	FIOCRUZ	Convênio	180/2008	29/09/2009 a	Ensaio Clínico para o Programa	F	R\$ 295.335,00	R\$ 211.335,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
					28/09/2011	de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública/PDTSP, Projeto: "Estudo aberto randomizado para avaliação de segurança e eficácia da Azitromicina em comprimidos para tratamento de Leishmaniose cutânea, comparado ao tratamento convencional com antimoniato de N-Metil-Glucamina.				convênios de pesquisa				
04580/2010	FAV	WCS Associação, Conservação da Vida Silvestre	Contrato de Patrocínio	S/N	07/01/2010 a 07/01/2011	Patrocínio pela WCS para desenvolvimento do projeto "Avaliação do papel do porco-monteiro (forma	F	R\$ 29.700,00	R\$ 17.820,00	R\$ 11.880,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						feral de Sus scrofa domesticus) na cadeia epidemiológica da brucelose e leptospirose na região do Pantanal sul-mato-grossense".								
04688/2010	IQ	RHODIA	Termo de Compromisso	S/N	18/05/2010 a 18/11/2012	Desenvolvimento de Solvente a partir de Fonte Renovável	F	R\$ 105.882,35	R\$ 25.000,00	R\$ 27.941,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
04822/2010	ECL	CIW	Outros	S/N	1/10/2010 a 30/9/2012	Distribuição de Palmeiras e Estrutura da Vegetação em Áreas de Floresta de Terra Firme na Região da Flona do Tapajós, Subprojeto do "Regional Effects of Selective Logging on Canopy Damage and Nutrient	F	R\$ 12.553,90	R\$ 12.553,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos				FAI / UnB / Finec			
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						Dynamics in Amazonia: Linking Landsat ETM+ and Field Biogeochemical Studies".								
04942/2011	CIC	RNP	Outros	S/N	01/04/2011 a 31/07/2011	Estudos sobre 3DTV para o SBTVD (ISDB-TB), Subprojeto do "H.264-SETUP: Desenvolvimento de linhas mestras para operação e configuração de sistemas de compressão de vídeo".	F	R\$ 48.678,19	R\$ 48.678,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04947/2011	ENE	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	03/10/2011 a 08/10/2011	10ª Semana de Engenharia Elétrica.	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.481,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04971/2011	ENE	RNP	Outros	S/N	23/08/2011 a 23/08/2012	Execução do projeto de pesquisa "SocPC-SBTC - Sistema em Chip Reconfigurável	F	R\$ 321.529,89	R\$ 0,00	R\$ 42.981,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Identificação do Instrumento Contratual							Recursos			FAI / UnB / Finec				
Projeto	Unid. UnB envolvida 1	Origem 2	Tipo do instr. Contratual 3	N. do instrumento 4	Prazo de Vigência 5	Objeto 6	Tipo de Mov. Fin. 7	Valor total contratado (Vigência Plurianual) 8	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores 9	Valor efetivamente captado até o trimestre 10	Total incidente até o trimestre 11	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores 12	Total aplicado até o trimestre 13	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas até o trimestre 14
						para o SBTVD", com o objetivo de dar continuidade ao projeto SoC-SBTVD financiado pela RNP, que propunha a especificação, desenvolvimento e integração de um protótipo de um sistema em silício (SoC) para terminais de acesso do padrão brasileiro de televisão digital.								
15) SUB-TOTAL DOS PROJETOS EM REAIS:							R\$ 43.997.929,08	R\$ 39.859.212,65	R\$ 3.688.620,08	R\$ 25.885,51	R\$ 129.156,48	R\$ 25.885,51	R\$ 12.312,05	
16) SUB-TOTAL DOS PROJETOS EM DÓLARES:							\$508.183,00	\$404.160,80	-	-	-	-	-	
17) SUB-TOTAL DOS PROJETOS EM EUROS:							€ 65.200,00	€ 52.160,00	-	-	-	-	-	
18) RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES (No Trimestre):							R\$ 1.542,08	-	-	-	-	-	-	

* Conforme informado anteriormente, no caso dos laboratórios não existe um contrato, por isto a coluna (8) encontra-se zerada.

** No caso dos convênios, como não existem valores devidos do FAI, não foi informado o valor repassado (9).

Fonte: FINATEC, 2011.

6.3 Análise Crítica

A presente análise crítica se restringiu às transferências e contratações vigentes no exercício de 2011, cujos instrumentos encontram-se registrados na Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA) e que possuem a Fundação Universidade de Brasília (FUB) como concedente/contratante.

Quanto às unidades descentralizadas da FUB, até o fechamento deste relatório, foram recebidas as informações listadas abaixo.

Durante o exercício de 2011, o Restaurante Universitário (RU), a Prefeitura do Campus (PRC), o Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos (CME), o Centro de Informática (CPD), o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) e a Editora (EDU) não realizaram convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e termos de compromissos.

Até o fechamento deste relatório não foram recebidas informações das demais Unidades Descentralizadas da FUB: HUB (Hospital Universitário), FEF (Faculdade de Educação Física), CESPE (Centro de Seleção e de Promoção de Eventos).

Foram identificados, no período em questão, dois contratos formalizados com Fundação de Apoio e apenas uma transferência, por meio de convênio, vigente desde dezembro de 2008. Este convênio, conforme destacado em relatórios enviados anteriormente, não foi registrado no SICONV devido à ausência de cadastro do Município de Alto Paraíso de Goiás no sistema, no momento da formalização do instrumento. Para solucionar tal pendência, foi realizada consulta ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre a possibilidade de registro do instrumento no SICONV, sendo informado que não seria possível, tendo em vista que o mesmo também não fora cadastrado no SIAFI e no SIASG.

Entretanto, todos os instrumentos formalizados são registrados em sistema interno de controle – Sistema de Convênios da FUB e arquivados fisicamente nesta Diretoria, até um ano após o encerramento da vigência, sendo, posteriormente, encaminhados para arquivo permanente.

De acordo com informações da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), em relação ao convênio nº 7.142, com valor global de R\$ 1.792.376,69, firmado com a Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, o valor repassado em 2009 por meio de Ordens Bancárias foi de R\$ 840.000,00 (2009ob830198) e R\$ 300.000,00 (2009ob830199). Não foi efetuado repasse em 2011 no valor de R\$ 652.376,69, visto a não apresentação de prestação de contas parcial pela conveniada. O convênio tem vigência de 31/12/2008 a 30/06/2012.

Com relação à evolução das transferências, a título de entidades representativas de classe, efetuadas nos três últimos exercícios, em 2009 correspondem às taxas de contribuições anuais da FUB aos Conselhos: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB no valor de R\$ 12.000,00 (2009ne002165); e para a ANDIFES no valor de R\$ 51.192,60 (2009ne007854). Em 2010 correspondem às taxas de contribuições anuais aos Conselhos: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras -

CRUB no valor de R\$ 12.000,00 (2010ne002270) e R\$ 11.000,00 (2010ne009558); Associação de Assessorias de Ensino Superior no valor de R\$ 500,00 (2010ne003706); Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP no valor de R\$ 1.800,00 (2010ne003707); Federação do Esporte Universitário do DF no valor de R\$ 23.760,00 (2010ne003986) e R\$ 200,00 (2010ne004506); Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais no valor de R\$ 2.500,00 (2010ne004800); Associação Brasileira de Educação em Engenharia no valor de R\$ 603,00 (2010ne005408), ANDIFES no valor de R\$ 65.675,72 (2010ne005988); Associação Latino Americana de Pesquisa e Ação - ALPAC no valor de R\$ 1.743,30 (2010ne006244); e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço no valor de R\$ 2.550,00 (2010ne007525). Em 2011 não há registro efetuado nessa modalidade.

Com relação às medidas adotadas para gerir as transferências em 2011, a DCF informou que os valores liberados na forma de transferências foram destinados a pagamentos de taxas de anuidades, não implicando em prestação de contas.

Considerando que na FUB as transferências são, em sua maioria, de recebimentos de recursos por descentralização “termo de cooperação”, os créditos são alocados nas Unidades de execução, ou seja, nos centros de custo que realizam as pesquisas e serviços. A DCF mantém em sua estrutura uma Coordenação de Exame e Prestação de Contas para o acompanhamento e controle.

No que se refere à situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011, a DCF informou que não se aplica.

Por fim, conforme a DCF apontou, há deficiência de pessoal no quadro da FUB para execução dessas atividades, sendo necessário em sua maioria o trabalho de pessoal terceirizado para cumprir com as atividades pertinentes.

7 Declaração da Área Responsável Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

A Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios e outros instrumentos congêneres consta no Anexo F desse Relatório, conforme item 7, Parte A, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

8 Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

De acordo com as informações prestadas pelo DGP, “em 2011 foi informado aos servidores sobre a necessidade de entrega da DBR por meio do e-mail institucional enviado a todos os servidores que compõem o quadro da FUB. Alguns servidores enviaram as declarações para o DGP – Cadastro, que posteriormente foram enviados ao DGP – Arquivo para compor a pasta funcional de cada um. Desde então, o DGP não realizou maior controle dos servidores que enviaram e dos que não enviaram, uma vez que o DGP não possui sistema que permite esse acompanhamento”.

Ao tomar posse, os servidores apresentam ou a última Declaração de Imposto de Renda, nos termos do Decreto n. 5.483/2005, ou uma Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida por meio do *site* da Receita Federal ou preenchem a Declaração de Bens e Valores que está no *site* www.srh.unb.br ou a autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, desobrigando-se de apresentar a declaração de Imposto de Renda a cada ano.

9 Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da FUB

A informação está estruturada conforme o Quadro A.9.1 abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Quadro A.9.I: Estrutura de controles internos da FUB

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle				X	
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Considerações gerais: Documento consolidado a partir da ponderação dos gestores de áreas estratégicas: VRT, DPO, DAC, DEX, DGP e DAF que responderam este questionário.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Este capítulo trata da avaliação da gestão ambiental de acordo com a visão dos gestores das áreas de atuação relacionadas às Licitações e Obras no *Campus*.

Quadro A.10.I: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X - ISO	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X - MENOR CONSUMO DE ENERGIA, ÁGUA E MAIOR DURABILIDADE DOS PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELA FUB.
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X - VEÍCULOS TOTAL FLEX, ALCOOL E GASOLINA (VEÍCULOS NOVOS QUE EMITEM UM MENOR VOLUME DE POLUENTES NA ATMOSFERA.
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			

Considerações Gerais: Questionário respondido pelo DAF/ Diretoria de Compras/Coordenação de Licitações.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Em 2011, a Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP) gerenciou o patrimônio imobiliário da FUB, planejando e supervisionando as atividades de incorporação, alienação e permuta, bem como a administração das ações relacionadas referentes à ocupação de imóveis residenciais a docentes, técnicos-administrativos e alunos da pós-graduação; imóveis comerciais localizados fora do *campus*; obras de recuperação, conservação e manutenção de todo o patrimônio imobiliário edificado.

Os Quadros a seguir apresentam as realizações da área gestora do patrimônio imobiliário da FUB no período de 2010 e 2011.

Quadro A.11.I: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	1.747
	município 1	Distrito Federal
	município 2	
	município “n”	
	UF “n”	-
	município 1	
	município 2	
	município “n”	
Subtotal Brasil		1.747
EXTERIOR	PAÍS 1	-
	cidade 1	
	cidade 2	
	cidade “n”	
	PAÍS “n”	-
	cidade 1	
	cidade 2	
	cidade “n”	
Subtotal Exterior		-
Total (Brasil + Exterior)		1.747

Fonte: SPIUnet

Quadro A.11.II: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	1
	município 1	Brasília
	município 2	
	município “n”	
	UF “n”	-
	município 1	
	município 2	
	município “n”	
Subtotal Brasil		1

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
EXTERIOR	PAÍS 1	-
	cidade 1	
	cidade 2	
	cidade "n"	
	PAÍS "n"	-
	cidade 1	
	cidade 2	
	cidade "n"	
	Subtotal Exterior	-
Total (Brasil + Exterior)		1
Fonte: SGP, 2012		

Quadro A.11.III: Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
154040	São 1747 imóveis e todos estão cadastrados no SPIUnet	4,15,20,21,23	3,4,5,6		19/9/2011	4.712.500.428,29		
Total							-	-

Fonte: SGP e SPIUnet

Justificativa: Do montante de 1747 imóveis de propriedade da FUB, 1688 são de responsabilidade da SGP e estão relacionados nos sistemas SIAFI e SPIUnet, dificultando assim, o preenchimento do quadro individual.

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A GESTÃO PATRIMONIAL DOS IMÓVEIS DA FUB ATUAÇÃO EM 2011 E PERSPECTIVAS PARA 2012

A Secretaria de Gestão Patrimonial – SGP – administrou, no ano de 2011, uma carteira imobiliária de 1688 imóveis, todos cadastrados no SpiuNet. Desse total, 1512 são residenciais e 176, comerciais e constituem um patrimônio avaliado em quatro bilhões, setecentos e doze milhões e quinhentos mil, quatrocentos e vinte e oito reais. Dentre os residenciais, 677 são destinados à moradia de servidores e os demais são locados para terceiros e para servidores da Instituição, com 20% de desconto. Dentre os comerciais, 108 são cedidos, sem ônus, para órgãos da FUB, de acordo com a Resolução n. 17/Conselho Diretor da FUB/2005.

Os valores dos aluguéis dos imóveis comerciais e residenciais são determinados com base em avaliações elaboradas pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal (CVI/DF). No caso dos imóveis residenciais destinados à moradia de servidores da Instituição, formulou-se uma política de

atração e fixação de quadros diferenciados de docentes e técnico-administrativos para a UnB – Resolução nº 30/Conselho Diretor da FUB/2004. Esses servidores pagam, a título de aluguel, uma taxa de ocupação, cujo valor, subsidiado, é fixado pelo Conselho Diretor da FUB, bem como uma taxa de manutenção, destinada a cobrir as despesas com administração, conservação, zeladoria, consumo de água e de energia elétrica das áreas comuns e outras despesas de uso comum. Seu valor é determinado por meio de rateio das despesas efetivamente realizadas pelo número de apartamentos do edifício.

Os demais imóveis residenciais são destinados a terceiros, a preço de mercado, e à locação para servidores, com 20% de desconto com relação ao valor de mercado, conforme Resolução da Reitoria nº 25/2007. Essa medida está relacionada à elevada demanda por imóveis residenciais por parte dos servidores da FUB e pelo fato de que os valores dos aluguéis do mercado de Brasília estarem acima do poder aquisitivo de muitos servidores da Instituição, o que dificulta a contratação de pessoal e, consequentemente, o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2011, deu-se prosseguimento ao processo de reestruturação da política de manutenção dos imóveis, por meio de uma nova organização das equipes e forma de trabalho, bem como o planejamento para a sua recuperação. Assim, todas as solicitações de moradores ou inquilinos geraram Ordens de Serviços que são analisadas, priorizadas e atendidas. Em 2011, também houve a continuidade da modernização dos elevadores. Implantou-se, também, um sistema de controle de estoque, registrando todas as entradas e todas as saídas de material do almoxarifado. Foi dada continuidade dos trabalhos de recuperação dos prédios da Colina Velha, blocos A, B, C e D, com a separação das caixas de gordura e água dos prédios.

Sobre os valores dos aluguéis, já está implantado o site www.sgp.unb.br destinado ao leilão de imóveis para locação.

No ano de 2011, não ocorreu alienação de imóveis, optando-se por priorizar uma política de conservação e manutenção do patrimônio existente.

A próxima Tabela revela a evolução dos recursos subsidiados da FUB considerando a quantidade e o perfil dos beneficiários, de acordo com as informações prestadas pela Unidade Gestora.

Quadro A.11.IV: Demonstrativo de Subsídio Imobiliário Concedido pela Universidade

Detalhamento	Subsídio Acumulado						
	2005	2006	2007	2008	Somente 3º e 4º Trim 2009	2010	2011
1 – Isenção de pagamentos de Taxas de Ocupação/ Aluguéis de imóveis comerciais							
Permissão de Uso ⁽¹⁾	585.156	612.173	651.388	709.352	469.525,54	862.138	1.106.352
Taxa de Manutenção	262.681	310.882	369.810	113.930	83.364,00	322.152	332.882
Total ítem 1	847.837	923.056	1.021.197	823.282	552.889,54	1.184.290	1.439.234
2 – Pagamento de despesas de condomínios ⁽²⁾							
Imóveis vagos	228.041	453.980	688.437	713.259	103.390,98	71.147	119.074
Órgãos FUB	112.863	75.809	98.066	184.551	101.457,76	115.001	78.032
Total ítem 2	340.904	529.788	786.502	897.810	204.848,74	186.148	197.106
3 – Subsídios concedidos a servidores ocupantes de imóvel residencial							
3.1) Docentes:							
Lista de Moradia	2.728.678	3.252.426	4.587.128		2.875.803,47	6.541.408	7.869.227
Contratos de Aluguel	58.346	101.023	174.562		93.830,34	212.184	429.995
<i>Total subitem 3.1</i>	<i>2.787.024</i>	<i>3.353.449</i>	<i>4.761.690</i>	<i>5.225.413</i>	<i>2.969.633,81</i>	<i>6.753.592</i>	<i>8.299.222</i>
3.2) Técnico-Administrativos:							
Lista de Moradia	1.038.981	1.283.239	1.808.514		1.226.938,68	2.791.644	3.368.288
Contratos de Aluguel	33.039	54.590	93.847		51.505,76	116.982	137.349
<i>Total subitem 3.2</i>	<i>1.072.020</i>	<i>1.337.829</i>	<i>1.902.361</i>	<i>2.189.327</i>	<i>1.278.444,44</i>	<i>2.908.626</i>	<i>3.505.637</i>
3.3) Aposentados: ⁽³⁾							
Lista de Moradia	52.948	59.395	84.690		47.572,00	103.848	257.952
Contratos de Aluguel	82.067	125.203	193.500		131.841,51	318.564	399.702
<i>Total subitem 3.3</i>	<i>135.015</i>	<i>184.598</i>	<i>278.190</i>	<i>264.916</i>	<i>179.413,51</i>	<i>422.412</i>	<i>657.654</i>
Total ítem 3	3.994.059	4.875.876	6.942.242	7.679.656	4.427.491,76	10.084.630	12.462.513
4 – Subsídio concedido à moradia estudantil de pós-graduação ⁽⁴⁾							
Receita até o trimestre	32.545	32.382	32.928	34.026	17.412,84	34.230	36.340
Despesa até o trimestre	90.316	99.844	106.111	113.000	60.118,04	70.921	162.444
Diferença Receita e Despesa - ítem 4	57.771	67.462	73.183	78.974	42.705,20	35.691	126.104
1 – Isenção de pagamentos de Taxas de Ocupação/ Aluguéis de imóveis comerciais							
5 – Outros							
5.1) Concessões do GRE: ⁽⁵⁾							
Aluguéis	34.060	103.548	160.012	37.382	7.993.20	24.960	30.779
Taxa de Ocupação ⁽⁶⁾	29.495	40.721	115.863	63.147	14.217,38	55.872	35.932
<i>Total subitem 5.1</i>	<i>63.555</i>	<i>144.268</i>	<i>275.875</i>	<i>100.529</i>	<i>22.210,58</i>	<i>80.832</i>	<i>66.711</i>
5.2) Apartamento de Trânsito ⁽⁷⁾	90.600	96.000	120.840	139.783	65.532,00	121.248	177.996

Total subitem 5.2	90.600	96.000	120.840	139.783	65.532,00	121.248	177.996
5.3) Imóveis Vagos: ⁽⁸⁾							
Taxa de Ocupação		12.517	38.449	46.077	45.659,36	45.606	34.596
Aluguéis	540.531	393.410	500.937	219.684	226.004,00	469.986	472.697
Total subitem 5.3	540.531	405.927	539.386		271.663,36	515.592	507.293
Total ítem 5	694.686	646.195	936.100		359.405,94	596.545	752.000
Total Geral	5.935.257	7.042.377	9.759.225		5.587.341,18	12.087.304	14.976.957

Fonte: FUB – Secretaria de Gestão Patrimonial, Sistema de Gerenciamento de Imóveis – SGI, 2006 e 2008, 2010.

Notas: 1) Concessão especial da Universidade para seus órgãos, regida por norma interna e destinado a ocupações comerciais;

2) Demonstra despesas com condomínio pago por unidade desocupada e/ou inadimplente, visto que se trata de obrigações do locador;

3) Docentes e/ou técnicos apresentados cuja lotação está regida pela Lei do Inquilinato ou aposentados que mantêm atividade acadêmica como professor substituto, pesquisador associado ou técnico administrativo com cargo de confiança, regidos por normas internas;

4) Destinado aos alunos do curso de pós-graduação;

5) Inquilinos e/ou ocupantes encaminhados pelo Gabinete, incluindo valor de aluguel e/ou taxa de ocupação;

6) Contrato regido por normas internas da Universidade, destinado à moradia do servidor;

7) Oito apartamentos de trânsito são administrados pelo DAC, sendo utilizados por servidores de outras universidades ou convidados;

8) Imóveis residenciais destinados à ocupação de servidores da FUB.

9) Foi efetuado uma correção no valor da linha 29/F, no 3º e 4º bimestre de 2009, pois existia uma soma e o correto seria uma subtração.

10) Foi efetuado uma correção no valor nas linhas 23 e 37/G, no ano de 2010, tinha um número a menor dando uma diferença no total geral.

A Tabela A.11.I mostra os valores subsidiados pela FUB com os imóveis comerciais.

Tabela A.11.I: Demonstrativo de subsídios concedidos às unidades da UnB com imóveis comerciais

Unidades que recebem subsídios imobiliários	Nº. de unidades	2006	2007	2008	2009	2010	2011
		(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)
1. CESPE	24	159.008	88.870	62.491	15.696	71.691	126.600
2. Editora – UnB	18	421.524	538.039	499.489	152.637	528.426	398.052
3. CEAM	37	107.587	99.812	97.344	24.339	96.510	147.180
4. Casa da cultura	17	78.808	96.628	121.604	37.626	138.054	95.736
5. Outros							
6. Dep. De antropologia	-	10.130	1.776	-	-	-	-
7. Ida	1	5.065	5.338	7.212	2.532	10.032	9.240
8. SGP (imóveis ocupados)	5	44.818	25.370	20.423	3.624	13.968	27.396
9. SGP (imóveis vagos)(1)	4	33.882	43.499	67.018	7.632	43.380	65.040
10. CEAD	2	20.295	16.452	13.901	1.812	6.984	17.364
11. DATA/ UnB	9	15.441	38.337	53.683	14.757	53.902	46.620
12. Prodequi	8	23.352	58.854	61.581	15.954	55.968	44.112
13. IQ/ UnB	1	-	3.644	-	-	-	-
14. NED/ UnB	1	-	3.486	7.972	2.145	8.358	6.168
15. Lassos/ UnB	2	-	1.093	15.296	4.290	5.394	10.788
16. GRE	-	3.666	-	-	-	-	11.268
17. Cecane	4				1.281	4.632	14.880
18. CPAB	4				8.004	34.080	27.840
19. FACE	2				7.224	-	29.940
20. Projeto ITTO	1				2.001	7.752	6.960
21. Polo prevenção de DSTE	1				1.899	4.032	5.100
22. CRAD	3					10.732	11.520
23. Núcleo de est. Em direitos humanos e cidadania	1					7.650	6.168
Centro de Est. Avançado de Governo e ADM Pública	1						12.000
Total	145	923.576	1.021.197	1.028.014	303.453	1.088.501	1.119.972

Fonte: SGP, 2011

Notas: 1) SGP (imóveis vagos) são salas/lojas comerciais vagas

A Tabela A.11.II reflete a arrecadação de ocupações comerciais no Campus gerenciadas pela SGP nos anos de 2007 a 2011.

Tabela A.11.II: Arrecadação de ocupações comerciais no Campus, administradas pela SGP

Especificação	2007	2008	2009	janeiro a junho 2010	2011
	SGP	SGP	SGP	SGP	SGP
Qde. Permissionários	69	65	62	63	60
Valor Arrecadado ¹	682.913	870.173	951.861,13	444.193	1.036.371

Fonte: SGI 2011

Nota:

1) Os aluguéis administrados pela SGP referem-se aos permissionários fixos, enquanto que os da PRC referem-se aos permissionários temporários , como carrinhos de cachorro quente, stands de livros, etc. A partir do ano de 2007, as receitas provenientes de movimentações com permissionários concentraram-se na SGP e a PRC gerencia apenas os aluguéis temporários.

Observações:

2) O valor arrecadado pela SGP, nos anos analisados, contempla a receita proveniente de Acordo de Parcelamento de Dívidas.

3) Dados referentes ao 1º e 2º trimestres de 2009 não foram informados pela SGP.

12 Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União, as informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da Fundação Universidade de Brasília contempla os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

A informação é estruturada em forma de questionário de modo a se obter o nível de concordância com cada item de afirmação, sendo que a resposta é indicada pela assinalação de um “X” em uma escala de 1 a 5.

Quadro A.12.I: Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					77
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estratégicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					10%
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X

Considerações Gerais: Existem três cargos Assistente de TI, Analista de TI e Técnico de TI. O quantitativo informado refere-se apenas ao pessoal (servidor e terceirizado) que está lotado nestes cargos. Quanto a Política de Segurança da Informação: Foi criada uma Comissão pela Resolução da Reitoria nº 99/2011 com a finalidade de elaborar proposta de Política de Segurança e de Gestão dos Recursos de Tecnologia da Informação para a UJ a proposta foi elaborada pela Comissão e encaminhada em 26 de setembro pelo CPD para análise da Administração Superior.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Esclareço que as informações foram inseridas em conjunto com o Diretor Substituto Sr. José Pena.

13 Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

A Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), unidade vinculada ao DAF, informou a despesa com Cartão de Crédito Corporativo por intermédio de dois (2) demonstrativos: o primeiro compreende a despesa com cartão de crédito por portador, bem assim os valores limites estipulados para a UG e para os respectivos portadores; o segundo demonstra a despesa com o Cartão de Crédito Corporativo consolidada da UJ, comparativa com os dois exercícios anteriores.

Quadro A.13.I: Despesa com cartão de crédito corporativo por ug e por portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	154019	Limite de Utilização da UG	-		
Portador	CPF	* Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
BANCO DO BRASIL SA	00000000000191		-	474,65	474,65
Total Utilizado Pela UG			-	474,65	474,65
Código da UG 2	154024	Limite de Utilização da UG	-		
Portador	CPF	* Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
BANCO DO BRASIL SA	00000000000191			8.768,80	8.768,80
Total Utilizado Pela UG				8.768,80	8.768,80
Código da UG 3	154040	Limite de Utilização da UG	-		
Portador	CPF	* Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
BANCO DO BRASIL SA	00000000000191		0,00	83.233,89	83.233,89
Reinhardt Adolfo Fuck	00153940182		0,00	3.367,70	3.367,70
Sergio Leme Da Silva	01512058840		0,00	10.451,77	10.451,77
Lucas Vieira Filho	06313175115		0,00	6.845,17	6.845,17
Artur Alves Rocha	11968419187		400,00	0,00	400,00
Edma De Deus E Silva Carneiro	12051543100		235,09	0,00	235,09
Anfrisio Rodrigues De Araujo	14484250187		340,40	0,00	340,40
Elizabete Maria De Jesus	21409218104		200,00	0,00	200,00
Sandra Maria De Freitas Da Silva	22343270163		0,00	240,00	240,00
Rui Seimetz	23246324034		2.283,00	0,00	2.283,00
Pericles De Brito Macedo	27927849115		360,00	0,00	360,00
Fernando De Azevedo Dantas	28997417134		0,00	3.442,32	3.442,32
Aliemar Caetano De Souza	29725844149		0,00	790,00	790,00
Antonio Vieira Da Costa Neto	30846072149		0,00	1.627,65	1.627,65
José Mauro Da Silva Diogo	33193169668		3.300,00	0,00	3.300,00
Emival Jose Alves	33395080110		0,00	3.856,39	3.856,39

Gilberto Correa De Oliveira	33960607172		1.500,00	9.838,83	11.338,83
Jose Augusto Abreu Sa Fortes	38240165753		1.000,00	9.168,08	10.168,08
Joaquim Augusto Souza D e Oliveira	39288234187		705,95	0,00	705,95
Wilsa Maria Ramos	42106052634		200,00	192,00	392,00
Jose Roberto Rodrigues Pinto	48080586187		500,00	2.950,63	3.450,63
George Sand Lead Araujo De Franca	70216983487		0,00	5.310,44	5.310,44
Nina Paula Ferreira Laranjeira	73280046734		0,00	8.059,37	8.059,37
Luis Alves Rosa	76188175887		0,00	689,71	689,71
Raquel Braz Assunção Botelho	81574304100		0,00	2.692,94	2.692,94
Cleriane Dos Santos Matias Borges	99131102115		0,00	724,00	724,00
Catarina Laboure Bemfica Toledo	99274949715		50,00	0,00	50,00
Total Utilizado Pela UG			11.074,44	153.480,89	164.555,33
Código da UG 4	154106	Limite de Utilização da UG	-		
Portador	CPF	* Valor do Limite Individual	Valor		Total
		Saque	Fatura		
BANCO DO BRASIL SA	000000000000191	0,00	11.715,43	11.715,43	
Silvio Carlos De Souza Carneiro	01780748701	730,00	0,00	730,00	
Edson Carlos Fukuta	33978131153	1.950,00	6.808,94	8.758,94	
Joao Batista Rodrigues	39914496172	1.800,00	7.658,44	9.458,44	
Luiz Claudio Gregorio	60208163115	507,50	3.166,36	3.673,86	
Total Utilizado Pela UG		4.987,50	29.349,17	34.336,67	
Total Utilizado Pela UG		16.061,94	192.073,51	208.135,45	

Nota: *Valor do Limite Individual , R\$ 8.000,00 para custeio por concessão, e R\$ 15.000,00 para despesa com obras.

Quadro A.13.II: Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	16	16.061,94	24	192.073,51	208.135,45
2010	23	18.991,69	16	140.660,09	159.651,78
2009	62	123.741,78	103	449.430,74	573.172,52

14 Informações sobre Renúncia Tributária

De acordo com a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) da Universidade, o referido capítulo não se aplica à realidade da Fundação.

15 Informações sobre as Providências Adotadas para Atender as Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

Este capítulo contém informações sobre as providências adotadas pela universidade para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. Primeiramente serão apresentadas as Deliberações do TCU que foram atendidas no exercício de 2011. Em seguida, serão apresentadas as Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no mesmo exercício. E, por fim, será apresentado um relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

O quadro A.15.I abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: Deliberações expedidas pelo TCU, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

Quadro A.15.I: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 004.619/2011-0	902/2011- Plenário	1.5	Denúncia	Deliberação
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC					250
Descrição da Deliberação:					
Considerada improcedente, sem prejuízo de se fazer o alerta abaixo transscrito, arquivar o processo e retirar a chancela de sigilo que recai sobre os autos, dando-se ciência desta deliberação ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: 1.5. Alertar a Fundação Universidade de Brasília quanto a seguinte improbidade constatada: no edital para recrutamento e seleção de bolsistas para atuarem como tutores e/ou professores no curso de Administração à distância da Universidade Aberta do Brasil, datada de 07/12/2010, não foram estabelecidos critérios de seleção objetivos, limitados aos requisitos necessários para aferir aptidão dos candidatos à função, de maneira a atender a isonomia , a impessoalidade e a transparência necessárias nesse tipo de procedimento, bem como não foram estabelecidos pré-requisitos de experiência compatíveis com o Art. 9º da Resolução FNDE 26/2009.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Decanato de Ensino de Graduação/Universidade Aberta do Brasil - UAB					????
Síntese da providência adotada:					
A Auditoria Interna encaminhou à área competente responsável pela execução do Curso de Administração à Distância, o Acórdão acima indicado, para conhecimento e providências no sentido do cumprimento pleno da recomendação para os próximos processos.					
Síntese dos resultados obtidos					
A área competente informou, por meio de Despacho datado de 19/07/2011, que as alterações no Acórdão TCU 902/2011 – Plenário foram incorporadas ao novo processo seletivo simplificado para a função de tutoria nos cursos PNAP, do Departamento de Administração e anexou Edital.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 007.904/2011-8	5.161/2011 – 2ª Câmara	9.3	Representação	Comunicado de Deliberação
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação:					
9.1. julgar procedente a Representação; 9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação; 9.3. com base no Art.71, Inciso IX, da Constituição Federal, Art.45 da Lei 8.443/92 e o Art. 250, Inciso II do regime interno do TCU determinar à FUB que, caso opte por dar seguimento a Concorrência nº 224/2010, com vista a construção do prédio destinado ao Centro de Atendimento e Apoio Psicológico – CAEP, adote, no prazo de 5 dias a contar da ciência, as providências necessárias a anulação de todos os atos praticados desde o momento que foi concedida à empresa Amza Construtora Ltda; nos termos do Art. 45, Inciso I, da Lei Complementar 123/2006, a oportunidade de ofertar novo preço, encaminhando ao TCU, no mesmo prazo, documentação que comprove o cumprimento desta determinação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília – FUB					470
Síntese da providência adotada:					
O CEPLAN suspendeu o trâmite da Concorrência 224/2010 por determinação liminar da Justiça Federal.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Concorrência 224/2010 encontra-se paralisada por Liminar da Justiça Federal.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 028.806/2010-7	783/2011 – 2ª Câmara	1.6	Representação	Comunicado de Deliberação
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação:					
Promover a anulação do Pregão Eletrônico 44/2010 e dos atos dele decorrentes, em razão de terem sido violados os ditames da Lei 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília – FUB/Diretoria de Recursos Materiais					470
Síntese da providência adotada:					
A FUB promoveu Embargos de Declaração no sentido de manter a execução dos itens dos itens 58 a 60 do citado Pregão, tendo em vista referidos itens não integrar a fase de diligência do TCU, onde foram questionados os lotes 1 a 9 e não os itens 58 a 60 cotados individualmente. Suspensão do fornecimento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Anulação do Pregão Eletrônico 44/2010.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

04	TC 009.542/2007-6	2610/2011		Embargo de Declaração	Comunicado de Deliberação				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG					
Fundação Universidade de Brasília - FUB				470					
Descrição da Deliberação:									
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração interpostos por Lauro Morhy, por preencherem os requisitos de admissibilidade exigidos, nos termos do art. 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento, ante a inexistência de obscuridade, omissão ou contradição a ser sanada pela via recursal utilizada;									
9.2. dar ciência ao recorrente do inteiro teor desta deliberação, mediante o encaminhamento de cópia deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam.									
9.3. arquivar o presente processo.									
Providências Adotadas									
Setor responsável pela implementação					Código SIORG				
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470				
Síntese da providência adotada:									
Arquivamento após conhecimento do Acórdão e do Relatório									
Síntese dos resultados obtidos									
Não houve.									
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor									
Não informado pela área responsável.									
Unidade Jurisdicionada									
Denominação completa:					Código SIORG				
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470				
Deliberações do TCU									
Deliberações expedidas pelo TCU									
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida				
05	TC 021.007/2011-0	3155/2011-Plenário	9.2, 9.3 e 9.4	Representação	Comunicações Processuais				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG					
Fundação Universidade de Brasília - FUB				470					
Descrição da Deliberação:									
9.1 considerar procedente a representação;									
9.2 Adotar providências necessárias à anulação do Pregão Eletrônico 19/2011 e encaminhar ao TCU documentação comprobatória da determinação;									
9.3 Caso a FUB promova novo procedimento licitatório, adotar providências no sentido de realizar prévias avaliações técnica e econômica quanto ao parcelamento do objeto do certame, antes de autorizá-lo ou descartá-lo, fazendo constar do respectivo processo os documentos comprobatórios dessa condição, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93;									
9.4 após restituir os autos à 6ª Secex, a FUB deverá encaminhar:									
9.4.1 solicitação de autorização MPOG para contratar serviço de locação de veículos;									
9.4.2 fundamentação da despesa de licitação referente a CT 156/2011, com caracterização da situação emergencial, razão da escolha da contratada e justificativa de preço.									
Providências Adotadas									
Setor responsável pela implementação					Código SIORG				
Fundação Universidade de Brasilia / Diretoria de Compras/DAF					24270				
Síntese da providência adotada:									
Anulação do Pregão Eletrônico 19/2011; envio do CT emergencial 156/2011; Parecer Jurídico aprovando a contratação emergencial; justificativa da FUB para celebração do contrato emergencial, abertura de novo processo licitatório adotando providências quanto às prévias avaliações técnicas e econômicas, nos turnos do art. 23, § 1º da Lei de Licitações. O relatório, itens 38/a e 43/a, solicita ao MPOG autorização para contratação de locação de veículo, conf. Disposto no art. 5º, inciso V e § 3º do Decreto 7.446/2011.									
Síntese dos resultados obtidos									
Após justificativas apresentadas pelo Decanato de Administração, por meio do Diretor de Compras há entendimento jurídico de viabilidade de Contratação Emergencial para prestação de serviços de emissão de passagens, hospedagem e locação de veículo à FUB, conforme Contrato nº 156/2011. O processo licitatório para contratação dos serviços em questão encontra-se em curso, sendo observada a recomendação de que trata o item 9.3 do referido Acórdão.									
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor									
Não informado pela área responsável.									
Unidade Jurisdicionada									

Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC 002.671/2010-7	3655/2011-2 ^a Câmara	9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.4 e 9.5	Aposentadoria	Deliberação
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação:					
9.3.1- Acompanhar andamento das decisões judiciais que atualmente asseguram o pagamento da URP aos seus servidores; em caso de desfavorecimento aos interessados adotar providências pertinentes em consonância ao Artigo 46 da Lei 8.112/90; 9.3.2 – Dar ciência no prazo de 15 dias contados da notificação dessa deliberação aos interessados dos efeitos suspensivos e de eventuais recursos dos valores da devolução; 9.3.3 - Enviar ao TCU em 30 dias cópias de documentos que comprovem a data em que os interessados tivessem ciência da deliberação; 9.4 - Informa a FUB que em caso de descumprimento de suas deliberações o TCU poderá sustar diretamente a execução dos atos sobre o exame; 9.5 – Esclarece a FUB que o ato considerado ilegal poderá prosperar, mediante a emissão e o encaminhamento a esse TCU de um novo ato concessório.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília – FUB/Decanato de Gestão de Pessoas					470
Síntese da providência adotada:					
Encaminhada para a Corregedoria Nota Técnica 04 PGF/FUB/PMC ao Decanato de Gestão de Pessoas - DGP, para o imediato cumprimento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os servidores foram comunicados da recomendação do TCU, conforme informação encaminhada à Auditoria Interna.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 011.643/2010-2	1793/2011-Plenário	9.13 e 9.14	Relatório de Auditoria	Comunicação
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação:					
9.13 – determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), à Superintendência Regional da Paraíba do Instituto de Colonização e Reforma Agrária e à Fundação Universidade de Brasília (FUB) que observem estritamente os limites de valores previstos para as modalidades de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 23, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993;					
9.14. determinar aos seguintes órgãos e entidades que observem o cumprimento do art. 2º da IN - SLTI/MP 1/2002 e lancem seus empenhos por meio do Siasg, ao contrário do ocorrido no exercício de 2010 quando foram encontrados empenhos efetuados diretamente no Siafi: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cinemateca Brasileira, Datasus/MS, Departamento de Polícia Federal, Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Universidade de Brasília, Fundação Universidade do Amazonas, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fundo Nacional de Saúde, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Nacional do Seguro Social, Instituto Nacional de Meteorologia, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia da Bahia, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia de Brasília, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia do Espírito Santo, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia de Minas Gerais, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Hospital da Lagoa, Hospital Geral de Jacarepaguá, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério dos Transportes, Ministério do Turismo, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal da Paraíba;					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília – FUB/Diretorias de Compras das Unidades	470
Síntese da providência adotada:	
A Auditoria Interna encaminhou cópia do Acórdão às diversas Unidades da FUB para observância da recomendação quando da abertura de processos licitatórios.	
Síntese dos resultados obtidos	
As Unidades declararam observar as recomendações contidas no referido Acórdão.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não informado pela área responsável .	

Quadro A.15.II: Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					
Fundação Universidade de Brasília					
					Código SIORG
					470
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 020.159/2006-0 TC 020.494/2006-5 TC 024.964/2010-7	4797/2010-2 ^a Câmara	1.5.1, 1.5.1.1 e 1.5.1.2	Representação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Fundação Universidade de Brasília					
					Código SIORG
					470
Descrição da Deliberação:					
1.5. Determinações: 1.5.1. à Fundação Universidade de Brasília - FUB que adote as medidas abaixo indicadas, informando a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o resultado de tais medidas: 1.5.1.1. verifique se docentes da UnB em Regime de Dedicação Exclusiva prestaram serviços ao Cespe com o recebimento de valores mensais fixos em determinados períodos, entre os exercícios de 2001 e 2005, o que violava a eventualidade exigida como condição para a manutenção do Regime de Dedicação Exclusiva, a exemplo do ocorrido com o Prof. Mauro Luiz Rabelo, e adote providências para resarcimento ao erário em todos os casos que restar violada a condição desse regime; 1.5.1.2. adote os procedimentos administrativos pertinentes para reaver as quantias devidas ao erário pelos servidores com débitos pendentes junto à FUB (relativos a pagamentos indevidos - conta contábil 112290100, falta ou irregularidade de comprovação - conta contábil 112290800), se for o caso, instaurando as devidas TCE para valores que, atualizados, superem R\$ 23.000,00, nos termos do art. 5º c/c art. 11 da IN/TCU nº 56/2007;					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					
Decanato de Gestão de Pessoas – DGP/FUB					
					Código SIORG
					470
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em que pese a determinação do Magnífico Reitor para a instauração de Processo Administrativo visando o cumprimento pleno da determinação, devido ao acúmulo de determinações nesse sentido o processo aguarda instauração de PAD.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável					

Quadro A.15.III: Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código SIORG 470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108921	1.1.1.1	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código SIORG 470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.1 - Não atendimento do alerta exarado pelo Tribunal de Contas da União mediante Acórdão TCU/2ª Câmara nº 4279/2010, relativo à obrigatoriedade de no mínimo três propostas válidas nas licitações na modalidade convite.			
RECOMENDAÇÃO Nº1: 001 - Adotar controles internos para homologação de licitações na modalidade convite somente após verificação da existência do mínimo de três propostas válidas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação Diretoria de Compras - DCO			Código SIORG 24270
Síntese da providência adotada: A DCO adotou mecanismo para instrução de processo quando das aquisições de bens e serviços no âmbito da FUB.			
Síntese dos resultados obtidos Registre-se melhorias na gestão dos processos de aquisição no âmbito do MEC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Não informado pela área responsável.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código SIORG 470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201108921	1.1.1.2	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código SIORG 470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.2 - Não atendimento do alerta exarado pelo Tribunal de Contas da União mediante Acórdão TCU nº 4279/2010 – 2ª Câmara relativo à instauração de processo administrativo disciplinar.			
RECOMENDAÇÃO Nº2: 002 - Adoção de procedimentos internos, por parte do Decanato de Gestão de Pessoas, para identificação das situações de abandono de cargos de forma tempestiva e instauração de processo administrativo ,de forma que não ocorra prescrição.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação Decanato de Gestão de Pessoas – DGP/FUB			Código SIORG 470
Síntese da providência adotada: A Decana de Gestão de Pessoas determinou ao Coordenador de Cadastro Funcional que, em conjunto com o Coordenador de Orientação Normativa e Legislação, elabore Comunicado-Circular com a finalidade de orientar os servidores quanto às implicações legais no caso de faltas injustificadas ao trabalho, bem como as Chefias Imediatas de como procederem quando da constatação de casos de abandono de cargo, com destaque para a responsabilidade do servidor e da própria Chefia Imediata quando da inobservância dos procedimentos para garantir o efetivo registro de freqüência diário dos servidores no âmbito da FUB. Referido Documento tem prazo de até 30 dias para entrar em vigor, a contar desta data, para sua divulgação nas Unidades da FUB, o que resultou na emissão da Circular 34/2011-DGP, de 9/11/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não informado pela área responsável.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
03	201108921	1.1.1.4	Plano de Providência Permanente		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Descrição da Recomendação:					
Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.1.4 - Falta de implementação de recomendações do Relatório de Auditoria 189770 quanto à redução ou eliminação de condições insalubres e de risco e ao resarcimento de valores indevidamente pagos no exercício de 2006.					
RECOMENDAÇÃO Nº1: 001 - Atentar para a Orientação Normativa SRH/MP nº 02, de 19.2.2010, que estabelece a promoção das medidas necessárias à redução ou eliminação da insalubridade e dos riscos, bem como promoção da proteção contra os respectivos efeitos. Sendo cessado o risco ou a insalubridade, a Administração deverá suspender o pagamento.					
RECOMENDAÇÃO Nº1: 002 - Efetuar o pagamento de benefícios referentes à insalubridade com base na Orientação Normativa SRH/MP nº 02, de 19.2.2010, considerando os aspectos referentes a habitualidade e permanência..					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Decanato de Gestão de Pessoas – CEST/DAS/DGP/FUB		470			
Síntese da providência adotada:					
Recomendação 001 – A Coordenadoria de Engenharia e Segurança do Trabalho, vinculada ao Decanato de Gestão de Pessoas – CEST/DGP, faz constar em seus Laudos de Avaliação Ambiental, nos termos do Memorando nº 103/2011/CEST/DAS/DGP, sugestões de medidas necessárias à redução ou eliminação das condições insalubres, além das medidas a serem adotadas para a proteção contra os respectivos efeitos. A CEST contará com o apoio da Auditoria Interna, que incluiu em seu Plano Anual de Atividades para o exercício de 2011 visitas periódicas às Unidades a que se referem os Laudos emitidos para verificação do cumprimento da recomendação da CEST.					
Recomendação 002 – De acordo com as informações do Coordenador de Engenharia e Segurança do Trabalho, nos termos do Memorando nº 103/2011/CEST/DAS/DGP, as autorizações de implantação de pagamento de adicionais ocupacionais, contam com a identificação do regime de trabalho do servidor <i>in loco</i> , além do registro da carga horária de exposição aos riscos ambientais em formulário de solicitação de adicional ocupacional, com a anuência da Chefia Imediata e do Diretor da Unidade de lotação do servidor. As recomendações acima já integram a rotina de trabalho daquele Setor					
Síntese dos resultados obtidos					
De acordo com a Coordenação de Engenharia e Segurança do Trabalho, nos termos do Memorando nº 103/2011/CEST/DAS/DGP as autorizações de implantação de pagamento de adicionais ocupacionais contam com a identificação de regime de trabalho do servidor <i>in loco</i> , além do registro da carga horária e exposição aos riscos ambientais.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
04	201108921	1.1.2.3	Plano de Providência Permanente		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Descrição da Recomendação:					
Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.2.3 - Descumprimento do Acórdão TCU 3005/2009-Plenário, que trata de irregularidade na contratação e pagamento de serviços de pessoa física e de gratificação por encargo de curso ou concurso.					

"9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.3.1. registre contabilmente a despesa com contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores públicos, a exemplo das situações já configuradas no Termo de Conciliação Judicial assinado nos autos da Ação Civil Pública nº 00927-2001-014-10-00-7, na conta ""331.90.34.01-Substit. de mão-de-obra (art. 18 par. 1 LC 101)""", em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (item 3.2);

9.3.2. nos serviços prestados por servidores da universidade em atividades relacionadas a cursos e concursos:

9.3.2.1. efetue o pagamento por serviços prestados a esse título, em especial os decorrentes de eventos promovidos pelo Cespe, com base na GECC prevista nos arts. 61, inciso IX, e 76-A da Lei nº 8.112/1990, atentando para os procedimentos e limitações contidas nessa norma (item 4.3.1);

9.3.2.2. realize os pagamentos da GECC por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape, como determina o art. 9º do Decreto nº 6.114/2007 c/c o art. 2º do Decreto nº 347/1991, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas, que impossibilitem a inclusão do pagamento em folha (item 4.3.1, I);

9.3.2.3. enquanto não concluído o estudo a que se refere o subitem 9.6 deste acórdão, utilize a conta 333903628 ("Serviço de Seleção e Treinamento") para o registro da despesa com a GECC, ressalvadas orientações supervenientes da Secretaria do Tesouro Nacional - STN na disciplina da matéria, sem prejuízo de seu regular processamento pelo Siape (item 4.3.1, II);

9.3.3. na prestação de serviços não relacionados às atividades de curso ou concurso:

9.3.3.1. promova a devida motivação dos processos referentes às prestações de serviços a outras instituições públicas ou privadas, de que decorram pagamentos adicionais aos servidores envolvidos na prestação dos serviços, demonstrando o devido enquadramento no escopo da Lei nº 10.973/2004 (Lei da Inovação) ou indicando outro permissivo legal que respalde a retribuição adicional concedida, sob pena de violação do disposto no art. 21 da Lei nº 12.017/2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010) (item 4.4.1);

9.3.3.2. quando realizados pagamentos diretamente pela universidade a servidores públicos, por contraprestação de serviços que se incluem no âmbito da Lei nº 10.973/2004, inclusive os relacionados às atividades de pesquisa científica e tecnológica, utilize a forma de ""adicional variável"", isento de contribuição previdenciária, mas sujeito à incidência de imposto de renda, suprimindo a concessão de ""bolsa"" em tal hipótese, em atenção ao art. 8º e seus §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.973/2004 e art. 28 da Lei nº 8.212/1991 (item 4.4.2);

9.3.4. abstenha-se de autorizar pagamentos adicionais a servidores, a título de serviços prestados em contratos ou projetos de interesse da universidade, quando pela localidade ou horário de prestação do serviço for necessário o afastamento das atribuições normais do seu cargo ou configurar-se mera substituição das atividades inerentes ao cargo pelas incumbências assumidas no projeto, e não efetiva cumulação de atribuições desempenhadas (item 4.4.1);

9.3.5. quando viável o pagamento, ante as exigências de autorização legal (consoante exposto no subitem 9.3.3.1 deste acórdão) e de efetiva prestação adicional de serviços (nos termos do consignado no subitem 9.3.4 deste acórdão), observe as seguintes condições, entre outras decorrentes da natureza excepcional da retribuição:

9.3.5.1. o valor de homem-hora previsto nos contratos de prestação de serviço celebrados pela FUB deve respeitar as normas internas que disciplinam tetos de retribuição horária, a exemplo do art. 2º da Resolução da Reitoria nº 43/2008 (item 4.4.3);

9.3.5.2. o total de horas mensais remuneradas não pode comprometer o desempenho das atribuições do cargo ocupado pelo servidor, devendo-se observar o limite de carga horária mensal estipulado nas normas internas da universidade, a exemplo do art. 2º da Resolução da Reitoria nº 43/2008 (item 4.4.4);

9.3.6. assegure que os prestadores de serviço que desenvolvam atividades de caráter continuado no âmbito da FUB e que também sejam remunerados adicionalmente por participações em projetos da universidade ("participações externas") estejam sujeitos a limites de participação, além de se submeterem a controles que preservem suas atividades contratualas com a FUB (item 4.4.4);

9.3.7. adote as providências necessárias para garantir a fiel observância dos termos pactuados nos contratos de prestação de serviço celebrados pela universidade e nas propostas comerciais que os integram, fazendo sustar, de imediato, a ocorrência de pagamentos com valor-hora superior ao ajustado, tal como se observa no Contrato nº 49/2008, celebrado com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, em execução pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT (item 4.4.3);"

RECOMENDAÇÃO N°1: 001 - Adotar providências para o cumprimento integral das determinações contidas no Acórdão nº 3005/2009-Plenário.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas – DGP/FUB	470
Síntese da providência adotada:	
O DGP, em ação conjunta com o Decanato de Administração, elaborou minutas de norma interna que visam aperfeiçoamento dos procedimentos previstos a serem adotados pelas unidades para disciplinar o pagamento a pessoa física no âmbito da FUB,	

com prazo até 30/06/2012.
Síntese dos resultados obtidos
Minutas de normas internas encaminhadas ao Conselho de Administração e Finanças - CAF.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201108921	1.1.2.4	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.2.4 - Utilização do SIAFI por pessoas sem vínculo com a Administração Pública			
RECOMENDAÇÃO Nº¹: 001 - Proceder ao levantamento das tarefas do setor financeiro que justifiquem a utilização de senhas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.			
RECOMENDAÇÃO Nº¹: 002 - Avaliar a realocação/retorno de servidores de outras áreas ou cedidos para compor o quadro do CESPE e atribuir-lhes a competência para o manuseio do sistema.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP/FUB			470
Síntese da providência adotada:			
A Auditoria Interna encaminhou Orientação ao Decanato de Gestão de Pessoas com a finalidade de dar atendimento pleno às recomendações.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não houve resposta do Decanato.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não informado pela área responsável.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201108921	1.1.2.5	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.2.5 - Manutenção de aposentadoria concedida a servidor em descumprimento ao Acórdão TCU Nº 623/2006 - 1ª Câmara.			
RECOMENDAÇÃO Nº¹: 001 - Fazer cessar o pagamento de proventos de aposentadoria em cumprimento às determinações do Acórdão TCU n.º 623/2006 - 1ª Câmara.			
RECOMENDAÇÃO Nº¹: 002 - Instaurar procedimento administrativo para apuração e devolução dos valores pagos indevidamente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP/FUB			470
Síntese da providência adotada:			
Recomendação 001 – Por suspensão judicial a providência adotada pela FUB de descontar os valores indevidos em folha de pagamento do servidor matrícula SIAPE 144579 foi suspensa.			

Recomendação 002 – Não houve cumprimento à recomendação, uma vez que os pagamentos foram suspensos e retomados por meio de decisão judicial.

Síntese dos resultados obtidos

Os descontos que estavam sendo efetuados foram suspensos por decisão judicial.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não informado pela área responsável.

Unidade Jurisdicionária

Denominação completa:	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB	470

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201108921	2.1.1.1	Plano de Providência Permanente

Órgão/entidade objeto da recomendação

Código SIORG

Fundação Universidade de Brasília - FUB

470

Descrição da Recomendação:

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.1.1 - Adesão à Ata de Registro de Preços sem realização de prévia pesquisa de mercado.

RECOMENDAÇÃO Nº¹: 001 - Atentar para a realização de pesquisa prévia de preços antes da realização da adesão a Atas de Registros de Preços, de modo a obter a contratação mais vantajosa para a Administração Pública..

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Compras - DCO	24270

Síntese da providência adotada:

A Diretoria de Compras está analisando todos os processos de adesão a Ata de Registro de Preços e providenciando cotação de preço para os processos cujos valores não estão de acordo com os praticados no mercado com vistas ao atendimento desta recomendação.

Síntese dos resultados obtidos

Otimização dos recursos disponíveis.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não informado pela área responsável.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB	470

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201108921	2.1.1.2	Plano de Providência Permanente

Órgão/entidade objeto da recomendação

Código SIORG

Fundação Universidade de Brasília - FUB

470

Descrição da Recomendação:

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.1.2 - Restrição à competitividade na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em cursos de capacitação para profissionais atuantes nos órgãos e entidades de trânsito.

RECOMENDAÇÃO Nº¹: 001 - Realizar os novos processos licitatórios fixando-se um período de tempo razoável para a apresentação da amostra de material.

RECOMENDAÇÃO Nº¹: 002 - Restringir a imposição de itens restritivos, como a apresentação desnecessária de atestados de capacidade técnica e da existência prévia de Núcleos de Atendimento que podem ser constituídos posteriormente.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Compras - DCO	24270

Síntese da providência adotada:

Os atos convocatórios de abertura dos novos processos licitatórios estão sendo analisados de forma a não permitir que situações como a descrita na constatação se repitam, prazo concedido ao atendimento 31/03/2012.

Síntese dos resultados obtidos

Aprimoramento dos procedimentos de execução dos processos licitatórios.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não informado pela área responsável.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470		
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
07	201108921	2.1.1.3	Plano de Providência Permanente		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Descrição da Recomendação:					
Nº da CONSTATAÇÃO: 2.1.1.3 - Contratação de fornecimento e instalação de condicionadores de ar utilizando-se, como pesquisa de mercado, propostas antigas. RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Expedir comunicado aos setores envolvidos com procedimentos básicos de licitação para que atualizem as pesquisas de verificação dos valores de mercado de bens e serviços.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Diretoria de Compras - DCO		24270			
Síntese da providência adotada:					
A Diretoria de Compras adotou providências quanto à realização de pesquisas de preços diretamente pela Diretoria, mantendo-as atualizadas em relação aos preços dos bens e serviços a serem adquiridos no âmbito da FUB.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aprimoramento dos procedimentos técnicos na execução de processos licitatórios.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470		
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
08	201108921	2.2.1.1	Plano de Providência Permanente		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Descrição da Recomendação:					
Nº da CONSTATAÇÃO: 2.2.1.1 - Realização de duas dispensas de licitação em valor superior ao previsto. RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Implantar controle de estoques mínimos, centralizado, para conhecer o tempo de consumo dos itens e para planejar as respectivas aquisições.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Diretoria de Compras - DCO		24270			
Síntese da providência adotada:					
A Diretoria de Compras com a implantação do sistema de material adotado no Almoxarifado Central (SIMAR) nas demais Unidades da FUB terá mais controle do consumo de material no âmbito da FUB o que proporcionará mais controle com vistas a estabelecer estoques mínimos centralizados para melhor planejar as aquisições de bens, prazo para atendimento até 31/12/2012.					
Síntese dos resultados obtidos					
Melhor controle da movimentação de materiais no âmbito da FUB.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
09	201108921	2.3.1.1	Plano de Providência Permanente		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Descrição da Recomendação:					
Nº da CONSTATAÇÃO: 2.3.1.1 - Ausência de registro de convênio vigente em 2010, no valor total de R\$1.500.000,00, no Sistema SICONV. RECOMENDAÇÃO Nº¹: 001 - Que seja implantada rotina de inserção e de revisão por meio dos setores de controle ou do gabinete quanto à execução desses procedimentos no sistema SICONV, referentes aos convênios firmados pela FUB.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Diretoria de Projetos Acadêmicos – DPA/DAF		24278			
Síntese da providência adotada:					
Não houve sucesso na obtenção de informações de registros no SICONV, relativo a convênios no âmbito da FUB. A Diretoria de Projetos Acadêmicos aprimora a análise dos processos de formalização dos convênios celebrados pela FUB, prazo para providências 31/03/2012					
Síntese dos resultados obtidos					
Observância à legislação pertinente quanto aos registros de Convênios no SICONV.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
10	201108921	2.3.1.2	Plano de Providência Permanente		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470			
Descrição da Recomendação:					
Nº da CONSTATAÇÃO: 2.3.1.2 - Falta de atualização no SIASG, de valores referentes a 21 contratos registrados no referido Sistema. RECOMENDAÇÃO Nº¹: 001 - Seja emitida ordem aos setores competentes para que providenciem o registro e a atualização de todos os contratos da FUB no SIASG. RECOMENDAÇÃO Nº¹: 002 - Que seja delegada atribuição a servidor competente, pelo Decano de Administração, para acompanhamento das diversas operações no sistema SIASG.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Decanato de Administração - DAF					
Síntese da providência adotada:					
Não houve manifestação da área em atendimento pleno à recomendação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não informado pela área responsável.					

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:		Código SIORG	

Fundação Universidade de Brasília - FUB		470	
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201108921	3.1.1.2	Plano de Providência Permanente Código SIORG
Órgão/entidade objeto da recomendação		470	
Fundação Universidade de Brasília - FUB			

Descrição da Recomendação:

Nº da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.2 - Ausência de publicação da homologação do PETI / PDTI (2010-2011), falta de previsão de um cronograma para as ações previstas no Plano de Ações e ausência de sessão específica referente à política de aquisição e substituição de equipamentos de TI.

RECOMENDAÇÃO Nº1: 001 - Estabeleça um cronograma bem definido de iniciativas, projetos e contratações para todas as ações previstas no Plano de Metas e Ações constante do item 9 do PETI / PDTI (2010-2011) e altere o plano de maneira a incluir o cronograma em seu bojo, viabilizando o estabelecimento de um compromisso formal entre a área de TI e as demais áreas do órgão.

RECOMENDAÇÃO Nº1: 002 - Promova a devida publicação da homologação do PETI / PDTI (2010-2011) no Diário Oficial da União, com vistas ao estabelecimento de um compromisso formal perante o cumprimento do cronograma de ações, projetos e iniciativas dispostos nesse plano, de maneira a tornar o PETI / PDTI (2010-2011) efetivo dentro do órgão.

RECOMENDAÇÃO Nº1: 003 - Altere o PETI / PDTI (2010-2011) de forma a incluir sessão específica referente à política de aquisição e substituição de equipamentos, nos moldes do parágrafo 2º do art. 7º da IN/SLTI MPOG nº 01/2010, de 19 de janeiro de 2010.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Centro de Informática – CPD /Fundação Universidade de Brasília - FUB	16202
Síntese da providência adotada:	
O próximo PDTI será aprimorado, com vistas a atender os itens não contemplados e buscar melhorias para a área de TI que possam contribuir no desenvolvimento da instituição;	
A publicação do próximo PDTI no DOU será providenciada em forma de extrato, uma vez que a Imprensa Nacional não aceitou a publicação na íntegra, o mesmo está publicado na íntegra no site da unb/transparência;	
A necessidade de criação do órgão em questão foi relatada a Administração superior da FUB e até a presente data aguardamos a constituição do Comitê Gestor de TI.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não informado pela área responsável.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201108921	3.1.1.3	Plano de Providência Permanente Código SIORG
Órgão/entidade objeto da recomendação		470	
Fundação Universidade de Brasília - FUB			
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.3 - Ausência de formalização e de publicação de uma Política de Segurança da Informação – PSI e ausência de uma área na FUB-UnB que trate especificamente do estabelecimento de diretrizes para a segurança da informação do órgão.			
RECOMENDAÇÃO Nº1: 001 - Solicite, junto ao Sr. Reitor da UnB, a alteração da Resolução nº 114/87, de 22.12.1987, de maneira a incluir, dentre as atribuições do Conselho de Informática, a atribuição de propor, aprovar e homologar a Política de Segurança da Informação-PSI da FUB-UnB.			
RECOMENDAÇÃO Nº1: 002 - Crie grupo de trabalho composto por representantes da alta administração do órgão, da área de TI e das demais áreas finalísticas, com o objetivo de elaborar a Política de Segurança da Informação e Comunicação - PSIC da FUB-UnB, com fulcro nas Metas da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI/2011-2012.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Centro de Informática – CPD/ FUB	16202
Síntese da providência adotada:	
A política de Segurança da Informação – PSI da FUB já foi elaborada por um Grupo de Trabalho e submetida à apreciação do Magnífico Reitor; A proposta de políticas de Segurança e de Gestão de Recursos de Tecnologia de Informação para a FUB encontra-se em análise pela Reitoria.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não informado pela área responsável.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201108921	3.1.1.5	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470

Descrição da Recomendação:

Nº da CONSTATAÇÃO: 3.1.1.5 - Fragilidades verificadas na Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas utilizada pela área de TI da FUB.

RECOMENDAÇÃO Nº¹: 001 - Elabore ou altere o Catálogo de Serviços do CPD/UnB de maneira a incrementá-lo com informações atinentes aos níveis de serviço para cada serviço prestado pela área de TI aos seus usuários internos e externos, de maneira a estabelecer um padrão de qualidade na prestação do serviço, considerando, por outro lado, a realidade dos recursos disponíveis e da capacidade técnica e operacional do CPD/UnB.

RECOMENDAÇÃO Nº¹: 002 - Objetivando a produção de software de qualidade de maneira garantida, sistematizada e monitorada, e em consonância com as boas práticas da Engenharia de Software, atualize os fluxos e procedimentos referentes à Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS, incluindo rotinas específicas que abordem os seguintes tópicos:

- a) fluxo específico que trate especificamente da prestação do serviço da área de desenvolvimento de sistemas de informação, que preveja desde a solicitação do serviço ao CPD/UnB até a homologação e aceite pelo usuário final do sistema;
- b) manutenção específica para os sistemas legados, e que contenha, principalmente, a descrição dos artefatos mínimos a serem elaborados para os sistemas que foram desenvolvidos sob a metodologia anterior, ou sistemas com documentação e artefatos incipientes;
- c) utilização de um processo de avaliação e melhoria do processo de desenvolvimento de sistemas, seguindo as boas práticas de desenvolvimento de sistemas, dentre elas o COBIT 4.1 - Item PO 8.3 - Padrões de Desenvolvimento e Aquisição, padrão MPS-Br e o modelo CMMI; e
- d) defina, dentro da metodologia, um roteiro e/ou fluxo que tenha em seu bojo a "Gerência de Configuração" para os artefatos dos sistemas mantidos e desenvolvidos, de forma a sistematizar esse processo dentro do CPD/UnB, detalhando de que forma essa gerência é feita internamente e por meio da fábrica de software.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Centro de Informática – CPD/ FUB	16202
Síntese da providência adotada:	
Previsão de contratação de consultoria externa para elaborar catálogo de serviços com previsão e definição de acordo com nível de serviço (ANS ou SLA) para cada serviço prestado (disponibilidade, prazo, incidência de erros, performance, prioridade, etc.), além disso, estimar os esforços (recurso X tempo) para atender essa recomendação.	
Providências estão sendo implantadas com a finalidade de atendimento pleno à recomendação	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não informado pela área responsável.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código SIORG 470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201108921	4.1.2.1	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código SIORG 470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.2.1 - Inscrição de despesa em Restos a Pagar em nome da própria Unidade no valor de R\$ 2.227.747,00.			
RECOMENDAÇÃO Nº ¹ : 001 - Realizar planejamento adequado das ações governamentais, visando cumprir as normas de administração orçamentária e financeira da administração federal nas avenças oriundas de convênios e/ou contratos.			
RECOMENDAÇÃO Nº ¹ : 002 - Abster-se de emitir empenho de despesa a favor da própria Unidade e de inscrevê-lo, no final do exercício, em restos a pagar não-processados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF / FUB			Código SIORG 16202
Síntese da providência adotada:			
Aprimoramento dos procedimentos administrativos no sentido do pleno cumprimento da recomendação, considerando que não há registro de empenho em favor da própria FUB no exercício de 2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Não informado pela área responsável.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código SIORG 470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108921	4.1.3.1	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código SIORG 470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.3.1 - Ausência de atualização dos valores de bens patrimoniais no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.			
RECOMENDAÇÃO Nº ¹ : 001 - Proceder a avaliação dos valores dos bens imóveis.			
RECOMENDAÇÃO Nº ¹ : 002 - Atualizar o cadastro de bens imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação Fundação Universidade de Brasília			Código SIORG 470
Síntese da providência adotada:			
As providências estão sendo adotadas pela Comissão constituída para apresentar, a reavaliação dos bens imóveis da FUB, bem como atualização dos dados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atualização dos bens móveis da FUB.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Não informada pela área responsável.			

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG							
Fundação Universidade de Brasília - FUB	470							
Recomendações do OCI								
Recomendações expedidas pelo OCI								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida					
16	201108921	4.1.4.1	Plano de Providência Permanente					
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG						
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470						
Descrição da Recomendação:								
Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.4.1 - Falta de comprovação de ressarcimento de valores gastos com servidores cedidos com ônus. RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Providenciar a cobrança do reembolso das remunerações dos servidores cedidos sem ônus para a FUB. RECOMENDAÇÃO Nº: 002 - Promover o retorno imediato dos servidores cedidos sem ônus para a FUB cujos órgãos cessionários não providenciaram o reembolso das despesas com a remuneração.								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação	Código SIORG							
Fundação Universidade de Brasília	470							
Síntese da providência adotada:								
Recomendação 001 – O Decanato de Gestão de Pessoas, por meio de sua Coordenadoria de Administração de Pagamento permanece promovendo gestões nos órgãos cessionários, com a finalidade de obtenção do ressarcimento das remunerações pagas relativas aos servidores cedidos. Nesta data aguarda manifestação desses órgãos a respeito da cobrança efetuada. Recomendação 002 – As providências adotadas pelo Decanato de Gestão de Pessoas, resultaram no retorno de maioria dos servidores cedidos, conforme. O Decanato permanece com gestões nos órgãos cessionários para retorno dos servidores que ainda continuam cedidos.								
Síntese dos resultados obtidos								
Recomendação parcialmente cumprida.								
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor								
Não informada pela área responsável.								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação completa:	Código SIORG							
Fundação Universidade de Brasília - FUB	470							
Recomendações do OCI								
Recomendações expedidas pelo OCI								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida					
16	201108921	4.1.4.2	Plano de Providência Permanente					
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG						
Fundação Universidade de Brasília - FUB		470						
Descrição da Recomendação:								
Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.4.2 - Acumulação indevida de cargos por servidores ativos e aposentados. RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Apresentar, aos respectivos servidores ativos, termo de opção por um dos vínculos indicados. RECOMENDAÇÃO Nº: 002 - Suspender o pagamento da aposentadoria/pensão concedida, caso os servidores não façam opção e continuem a exercer os cargos não acumuláveis. RECOMENDAÇÃO Nº: 003 - Implementar mecanismos de controles internos para que sejam confirmadas as informações prestadas pelos servidores quanto à não-acumulação de cargos públicos e de aposentadorias.								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação	Código SIORG							
Fundação Universidade de Brasília	470							
Síntese da providência adotada:								
Recomendação 001 – O Decanato de Gestão de Pessoas adotou as providências no sentido de convocar os servidores citados para a devida opção por um dos vínculos indicados. Recomendação 002 – O Decanato de Gestão de Pessoas, em relação aos servidores Diane Maria Nunes da Silva; Everaldo José da Silva, Glaudistônia Costa Soares da Silva, Janaina Teixeira da Silva, Astrid Cabral Felix da Costa, Carlos Reiniger de Azevedo Moura, Clélia de Freitas Capanema, Célio da Cunha e Fábio da Silva Nascimento, deixou de adotar a recomendação,								

tendo em vista referidos servidores estarem sob decisão judicial para manutenção dos pagamentos.
Recomendação 003 – O Decanato de Gestão de Pessoas está elaborando, em ação conjunta com o Centro de Informática – CPD/UNB, o SIGEP- Sistema de Gestão de Pessoas, em módulos, com a finalidade de proporcionar mais controle no que se refere à gestão de pessoas.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação cumprida parcialmente.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não informado pela área responsável.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108921	4.1.4.3	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.4.3 - Pagamento indevido de auxílio-transporte. RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Promover o recolhimento dos valores pagos a maior à servidora matrícula SIAPE nº 1436452, a título de auxílio-transporte, no valor de R\$ R\$ 4.537,39. RECOMENDAÇÃO Nº: 002 - Implementar mecanismos de controles internos com vistas a evitar o pagamento de auxílio-transporte dos servidores da FUB/HUB sem o respaldo de documentação comprobatória.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Síntese da providência adotada:			
Recomendação 001 – O Decanato de Gestão de Pessoas, por meio de sua Coordenadoria de Administração de Pagamento efetuou a notificação da servidora a respeito dos valores a serem resarcidos à FUB. Recomendação 002 – O Decanato de Gestão de Pessoas, por meio de sua Coordenadoria de Cadastro Funcional, está implantando mecanismos de controle, com a finalidade de melhor gerenciar a concessão de auxílios em folha de pagamento.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ressarcimento ao Erário no âmbito da FUB.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não informado pela área responsável.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108921	4.1.4.4	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.4.4 - Ausência de controles acerca da entrega de cópias das declarações de bens e rendas ou das autorizações para acesso eletrônico das declarações exigidas pela Lei nº 8.730/93. RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Institucionalizar procedimento de cobrança para entrega das declarações de bens e rendas ou obtenção de autorizações para acesso eletrônico das declarações exigidas pela Lei nº 8.730/93, dos servidores constantes do Rol de Responsáveis.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília	470
Síntese da providência adotada:	
O Decanato de Gestão de Pessoas divulgou no Infodep da UnB a solicitação de que as declarações de rendimento dos ocupantes de cargos comissionados fossem entregues ao DGP para arquivo em pasta funcional, conforme documentação em anexo. Aliado a esta medida consta da divulgação listagem onde estão elencados os ocupantes de cargos em comissão utilizada no Atendimento DGP para o recebimento da referida declaração.	
Síntese dos resultados obtidos	
D	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108921	4.1.5.1	Plano de Providência Permanente
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Descrição da Recomendação:			
Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.5.1 - Não adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens.			
RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Adotar os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de Janeiro de 2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Síntese da providência adotada:			
No exercício de 2010 a Diretoria de Compras divulgou Editais e Convites contendo exigências voltadas para aquisições sustentáveis, a exemplo do Edital 416/2010 referente a aquisição de veículos, dando preferência aos fornecedores que comercializam com veículos biocombustíveis, bem como Termo de Referência para compra de materiais de consumo que inclui no processo licitatório a aquisição de papéis recicláveis. Além das aquisições de bens e materiais de consumo a FUB se preocupa com a coleta, transporte, tratamento e distribuição final de resíduos químicos, conforme Edital 02/2011 visando à contratação de empresa especializada para prestar serviço de coleta de resíduos químicos.			
Cabe ressaltar que em 2010 foi realizado Pregão Eletrônico (nº 44/2010) para aquisição de equipamentos de informática, inclusive com modelos de impressoras que imprimem frente e verso. Porém, o Pregão nº 44/2010 foi cancelado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme Acórdão nº 783/2011-TCU-2ª Câmara, o que inviabilizou a aquisição dos equipamentos. Porém, já existe novo processo licitatório para aquisição de equipamentos de informática realizado pelo MPOG, sendo a FUB partícipe desse processo.			
Em 2011, a proposta é de fazer constar, como rotina, tais exigências nos procedimentos de aquisições de bens e serviços no âmbito da FUB.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não informada pela área responsável.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			470
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108921	4.1.6.1	Plano de Providência Permanente

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB	470
Descrição da Recomendação:	
Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.6.1 - Estoque de convênios “a aprovar” com vigência expirada.	
RECOMENDAÇÃO Nº¹: 001 - Efetuar levantamento das razões da manutenção de cada convênio na situação “a aprovar”, cuja vigência já expirou.	
RECOMENDAÇÃO Nº¹: 002 - Providenciar a abertura de Tomada de Contas Especial para os convênios em que for identificada omissão no dever de prestar contas, não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário por parte do convenente (hipóteses do art. 8º da Lei nº 8.443/92).	
RECOMENDAÇÃO Nº¹: 003 - Executar os procedimentos inerentes a rotina contábil de analisar, conciliar os devidos saldos, cotejando com os respectivos documentos de modo a atestar e validar as despesas realizadas.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília	470
Síntese da providência adotada:	
Recomendação 001 – A Diretoria de Contabilidade e Finanças procedeu a levantamento dos processos contemplados na situação descrita, concluindo que houve demora em proceder a sua baixa devido à ausência de pessoal técnico para análise dessa natureza. A análise de tais situações foi retomada no exercício de 2011 em função da reposição parcial do Quadro de Pessoal da Diretoria, procedendo-se a baixa dos seguintes processos:	
Recomendação 002 – Não se aplica a recomendação, tendo em vista não se constatar a ausência de prestação de contas de convênios, conforme levantamento realizado pela Diretoria de Contabilidade e Finanças.	
Recomendação 003 – Em função de reposição do Quadro Técnico da Diretoria de Contabilidade e Finanças a análise dos saldos das contas contábeis correspondente aos respectivos Convênios foi retomada no exercício de 2011, procedendo-se tal análise tempestivamente à prestação de contas apresentada e, no caso de aprovação procedida a competente baixa.	
Síntese dos resultados obtidos	
A DCF regularizou a situação dos Convênios apontados na Constatação, cumprindo a recomendação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não informada pela área responsável.	

16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

O Quadro A.16.I a seguir pretende colher informações sobre as recomendações expedidas pela unidade de controle interno ou de auditoria interna que tenham sido atendidas no exercício de referência do relatório de gestão, independentemente da data de origem de tais recomendações.

Quadro A.16.I: Informações Sobre Recomendação Da Unidade De Controle Interno Ou De Auditoria Interna Atendida No Exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Compartilhada – Auditoria Interna – FUB e Controladoria Geral da União – CGU – Relatório nº 201001256/2011. Estoques Internos de Almoxarifado.
Data do Relatório de Auditoria	27/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.1.1
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Hospital Universitário de Brasília - HUB
Descrição da Recomendação	<p>a) Promover gestões no Centro de Informática da FUB, inclusive em ação conjunta com a Auditoria Interna/FUB, no sentido de proceder à atualização dos sistemas informatizados utilizados pelos Almoxarifados, em função especialmente de manter o estoque mínimo de materiais para garantir a regularidade das atividades das Clínicas, bem como a emissão de relatórios com o consumo médio mensal, tempo de aquisição, estoques mínimos e máximos, de modo a viabilizar o cálculo do ponto de pedido de quantidade a ressuprir. O sistema deve ainda ter a funcionalidade de emissão de relatórios de entradas e saídas que deverão ser confrontados com as notas fiscais de entrada e requisição de materiais, para gestão do estoque e encaminhamento à Divisão de Orçamento e Finanças para os devidos registros contábeis;</p> <p>b) Elaborar os Relatórios Mensais de Almoxarifados, encaminhando-os à Divisão de Orçamento e Finanças/HUB, para a competente compatibilização dos registros físicos de movimentação de materiais com os registros contábeis de movimentação de materiais;</p> <p>c) Promover gestões no Departamento de Engenharia Clínica/HUB, no sentido de restaurar as instalações físicas dos prédios sedes dos almoxarifados;</p> <p>d) Aprimorar o planejamento das compras de medicamentos com política de compras adequada visando manter o almoxarifado com estoque compatível com as demandas do HUB, evitando perdas de estoques por meio da inobservância da validade dos materiais;</p> <p>e) Efetuar levantamento das movimentações de estoques no período de ao menos seis meses, para avaliação da efetiva movimentação e seu registro pelo setor de contabilidade;</p> <p>f) Realizar procedimento de análise das contas pelo setor de contabilidade para realização dos ajustes decorrentes da movimentação dos estoques;</p> <p>g) Orientar os médicos no sentido de que os medicamentos mantidos nos consultórios médicos, inclusive na condição de amostra grátis, deverão ser encaminhados, de imediato, mediante documento próprio, ao Almoxarifado para os devidos registros na modalidade própria, de incorporação ao estoque e de sua utilização de modo a evitar a expiração dos prazos de validade;</p> <p>h) Aprimorar o controle da movimentação de medicamentos emprestados a outros hospitais públicos, de modo a viabilizar a definição de prazos de devolução e a eventual cobrança do retorno destes medicamentos ao almoxarifado do HUB.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação
Hospital Universitário de Brasília - HUB
Síntese das providências adotadas
O HUB informou ter implementado a recomendação contida nos itens “a” e “c”, com a implantação do novo sistema de controle de estoques de almoxarifado e a assinatura de Contratos de Serviços de Engenharia onde foram incluídos os Almoxarifados.
Síntese dos resultados obtidos
Melhorias na movimentação dos estoques de almoxarifado
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não informado pela área responsável.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 01 – Fundação Universidade de Brasília – Despesas com Utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal no âmbito da FUB
Data do Relatório de Auditoria	02/03/2011
Item do Relatório de Auditoria	A partir do item 3
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF
Descrição da Recomendação	Não houve recomendação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF
Síntese das providências adotadas	Disciplina e aprimoramento nos gastos com utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal.
Síntese dos resultados obtidos	Com as medidas adotadas pela Administração Superior, por meio do Decanato de Administração as aquisições por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal estão devidamente disciplinadas e regulares no âmbito da FUB.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Fatores positivos: Conscientização dos Gestores de que tais gastos podem se subordinarem ao processo regular de aquisições.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 02 – Coordenação de Transportes – CTR, que complementa o Relatório AUD 10/2010. Funcionamento da Unidade.
Data do Relatório de Auditoria	06/05/2011. Relatório AUD 10/2010, de 14/01/2011.
Item do Relatório de Auditoria	3.2 do Relatório AUD 02/2011 e itens 31 e 3.2 do Relatório AUD 10/2010.
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação de Transportes
Descrição da Recomendação	<p>Relatório AUD 02/2011:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Abster-se de autorizar pagamento de diárias por deslocamentos de empregado terceirizado a serviço da FUB a título de “Diárias no País” e “Diárias – Colaborador Eventual”, em função da ausência de amparo legal; b) Após levantamento pela CTR/PRC das reais incidências de afastamento de empregados terceirizados investidos nas atividades de Motorista, promover discussões com as Unidades interessadas da FUB com a finalidade de viabilizar a elaboração de Termo Aditivo ao Contrato 610/2010 com a empresa ágil Serviços Especiais Ltda, no sentido de inserir ao seu objeto os deslocamentos desses Empregados a serviço, cujas indenizações pelas despesas extras realizadas com alimentação, pousada e deslocamento urbano deverão ser faturadas contra a Contratante, visando garantir a regularidade das atividades da FUB e suas respectivas Unidades, nos termos do Inciso XIII do art. 15 da IN/SLTI/MPOG/02/2008 <p>Relatório AUD 10/2010:</p> <p style="text-align: center;">Pela Coordenação de Transportes/PRC</p>

	<p>a) Encaminhar Ato Circular às Unidades que detém o uso e guarda de veículos pertencentes à frota da FUB determinando que as solicitações de serviços de abastecimento e manutenção deverão ser realizadas por terceiros na impossibilidade de serem atendidos pela CTR. Em caso de atendimento por terceiros a Unidade deverá encaminhar mensalmente Relatórios discriminando tais despesas para a regular apuração de custos da frota pela Coordenação de Transportes;</p> <p>b) Promover gestões na Prefeitura do Campus no sentido de implementar providências urgentes visando a substituição dos tanques de combustíveis instalados no pátio da Garagem, cujo estado de conservação não oferece condições de segurança, considerando, além das solicitações da CTR o Laudo Técnico da PETROBRÁS que alerta sobre as más condições dos tanques;</p> <p>c) Atentar para o efetivo cumprimento da carga horária oficial adotada na FUB pelos colaboradores em exercício na CTR, notadamente pelos empregados terceirizados. Eventuais flexibilizações de carga horária, em caráter permanente ou não, sem prejuízo daquela contratada, deverão ser devidamente formalizadas ao órgão competente na FUB para viabilizar a sua implementação ou não. O comparecimento do Colaborador ao trabalho deve ser registrado diariamente nos horários de chegada e saída, abstendo-se de registrar freqüência de forma antecipada ou deixar de registrá-la;</p> <p>d) Atentar, quando da contratação de serviços terceirizados, para o disposto na Resolução CAD nº 10/2008, que veda a ingerência de servidor da FUB na política de pessoal da Empresa prestadora de serviços terceirizados a ser contratada devendo, na existência de casos dessa natureza, comunicar ao Decanato de Gestão de Pessoas – Coordenação de Terceirização para as providências julgadas cabíveis visando regularizar a situação encontrada;</p> <p style="text-align: center;">Pelo DAF/DCF e DGP/CT</p> <p>e) Abster-se de autorizar pagamento de diárias por deslocamentos de empregado terceirizado a serviço da FUB a título de “Colaborador Eventual” sem o devido amparo legal, adotando tais pagamentos na forma de indenização por despesas extraordinárias com alimentação, pousada e locomoção urbana, devidamente comprovadas por meio da apresentação de Notas Fiscais, Recibos ou similares, nos limites estabelecidos para diárias a servidores da FUB, sendo que os valores não comprovados até este limite serão resarcidos à FUB;</p> <p>f) Após levantamento pela CTR/PRC das reais incidências de afastamento de Empregado Terceirizado investido nas atividades de Motorista, promover discussões com as Unidades interessadas da FUB com a finalidade de viabilizar, aditivo ao Contrato com a empresa Ágil Serviços Especiais Ltda no sentido de inserir ao seu objeto os deslocamentos desses Empregados a serviço, visando garantir a regularidade das atividades das respectivas Unidades;</p> <p>g) Proceder a imediata verificação da conformidade de pagamentos efetuados a empregados terceirizados por meio de Folha de Pagamento SICAP, informando a esta Auditoria Interna a providência adotada, especialmente em caso de eventuais pagamentos indevidos, atentando para o caso de pagamento sob o título Auxílio Financeiro a Estudante, conforme Ordem Bancária nº 2010OB827779</p>
--	--

Providências adotadas pela unidade interna responsável

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Decanato de Gestão de Pessoas / Prefeitura do Campus / Coordenação de Transportes

Síntese das providências adotadas

Em relação ao Relatório AUD 10/2010 a Coordenação de Transportes, em Despacho datado de 11/02/2011 prestou os seguintes esclarecimentos, em síntese: a) Emitiu Circular às Unidades solicitando as informações; b) A substituição do Tanque de Combustíveis será realizada quando da execução da obra de reforma da Garagem; c) Procedeu à orientação à DSG e CTR para que sejam feitos os registros fiéis de cumprimento de carga horária tanto de Colaboradores Terceirizados como dos servidores do Quadro da FUB; d) Está envidando esforços no sentido de apresentar alternativas à forma atual de contratação de serviços terceirizados, incluindo serviços de transportes de modo que a FUB passe a contratar efetivamente os serviços e não a força de trabalho. No que se refere ao Relatório AUD 02/2011, o Decanato de Gestão de Pessoas, em ação conjunta está providenciando Termo Aditivo ao Contrato de Serviços Terceirizados de Motorista para regularização dos afastamentos desses Colaboradores a serviço da FUB (item 3.2 Relatório AUD 02/2011).

Síntese dos resultados obtidos
A Equipe da Coordenação de Transportes permanece esforçando-se no sentido de cumprimento da sugestão apresentada pela AUD.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 03 – Centro de Planejamento Oscar Niemeyer – CEPLAN. Regularidade na execução de Contratos de Obras Civis.
Data do Relatório de Auditoria	13/06/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1 ao 1.21 e 2.1 a 2.25
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Centro de Planejamento - CEPLAN
Descrição da Recomendação	<p>Ao CEPLAN.</p> <p>3.1) Face à constatação de que as licenças ambientais para construção dos prédios objetos dos Contratos 1001/2009 e 1013/2009 ensejaram atrasos no início das obras, e que o Acórdão 516/2003 TCU – Plenário considera irregularidade grave a realização de licitação sem a devida licença prévia, solicita-se justificativas quanto a essa inobservância.</p> <p>3.2) Considerando que as alegações das empresas, tais como os períodos chuvosos, indisponibilidade de mão de obra e fornecimento de materiais, foram reiteradamente acatadas nos pedidos de prorrogação de prazos, e que tais fatores já haviam sido considerados quando da aceitação de pleitos anteriores, solicita-se justificativas quanto a essa constatação.</p> <p>3.3) Verificada a inexistência de sanções à Contratada em períodos em que ocorreram atrasos, observados nos itens 1.5, 1.13, 1.15, 2.20 e 2.25 do presente relatório, solicitam-se justificativas.</p> <p>3.4) Tendo em vista que a Administração da FUB tem recorrido ao argumento de “interesse e a conveniência técnica e administrativa” para a aceitação dos pedidos de prorrogação dos prazos dos contratos, hipótese não arrolada nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei 8.666/93, solicitam-se justificativas.</p> <p>3.5) Com relação aos Termos Aditivos prorrogando prazos de execução já expirados, como demonstrados nos itens 1.10, 1.18, 2.6, 2.13, 2.17 e 2.23, em desconformidade com o Acórdão TCU 132/2005 Plenário, solicitam-se justificativas.</p> <p>Ao Decanato de Administração</p> <p>4.1 Haja vista a constatação descrita no item 3.4, na qual o Decanato de Administração teve participação na medida em que autorizou os pedidos de prorrogação, relatados nos itens 1.18, 2.6, 2.13, 2.17 e 2.23, com base no interesse e na conveniência técnica administrativa, hipótese não arrolada nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei 8.666/93, solicitam-se justificativas.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Centro de Planejamento - CEPLAN
Síntese das providências adotadas	<p>3.1 A unidade apresentou um histórico descritivo referenciado em documentos demonstrando a sucessivas providências adotadas para obter o cumprimento das exigências relativas ao processo de licenciamento ambiental conforme prevê o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM. Argumenta ainda que “é importante ressaltar que a Universidade de Brasília não iniciou a construção dos prédios, objeto dos contratos mencionados, sem a emissão de autorização ambiental do órgão competente”.</p> <p>3.2 Segundo a Unidade “as alegações das empresas são analisadas caso a caso pela fiscalização, e quando as justificativas apresentadas amparam a concessão de prorrogação são acatadas” e que “a mera ocorrência de chuva não embasa nenhum pedido de prorrogação, e sim a interferência causada pela chuva na execução de serviços. Todas as situações, nas suas especificidades, foram analisadas conforme constatado pela equipe técnica de auditoria”. Acrescenta que “embora os eventos chuvosos sejam previsíveis, por índices pluviométricos registrados em anos anteriores, os prazos estabelecidos para execução de obras a serem contratadas não contemplam possíveis dias de chuvas, a fim de não onerar antecipadamente os contratos a serem firmados, pelo acréscimo do prazo e consequentemente custo do item administração”.</p>

3.3 O acatamento das justificativas dos atrasos pela administração descaracteriza o descumprimento contratual e consequentemente a aplicação de penalidades. A fiscalização alerta e notifica as empresas para a observância de cláusulas contratuais e o cumprimento dos prazos”.

3.4 A aceitação dos pedidos é feita com base nos incisos I e II do parágrafo 1º da clausula IV do artigo 57 da lei 8.666/93, considerando as alterações de projeto registradas em documentos específicos, emitidos pelo CEPLAN para definir as alterações e situações de superveniência de fato excepcional ou imprevisível devidamente comprovadas no processo”. “O interesse da administração deve ser considerado nos casos em que a não concessão da prorrogação possa levar à inexecução do contrato e a paralisação da obra. Há exemplos de outras obras paralisadas no campus da UnB que levaram até dois anos para serem retomadas, com enormes prejuízos face à impossibilidade de utilização e ao maior custo para a conclusão.

3.5 O Acórdão 132/2005 – Plenário/TCU menciona a “...Falta de assinatura de termo aditivo para prorrogação de prazo contratual”. Nos casos indicados no relatório estavam expirados os prazos contratuais e não os prazos de vigência do contrato, portanto o contrato estava em pleno vigor. O trâmite processual pode acarretar o término do prazo de execução, embora já conste do processo autorização do DAF para a prorrogação, durante o período de análise do processo na PJU. Portanto com o contrato em plena vigência existe cobertura contratual para a execução das obras”.

4.1 O DAF esclareceu que o “interesse e a conveniência técnica e administrativa foi pautado em fatores de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, o que alterou as condições de execução do contrato, conforme o inciso II do §1º do art. 57 da lei 8666/93, justificado no parecer da PJU às fls. 6.842 a 6.844, 7452 a 7453 do processo da concorrência 222/2008 (23106.01655/2007-71), Parecer PJU 420/2011 do processo da concorrência 219/2009 (23106.016713/2009-02) e resposta do CEPLAN ao item 3.4 do referido relatório. Tais aditamentos ainda evitaram as inexecuções dos contratos, bem como o aumento de prejuízos que poderiam existir, conforme ocorrido anteriormente, exemplificado na planilha”

Síntese dos resultados obtidos

Aprimoramento técnico para execução de novos processos.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não informado pela área responsável.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 04 – Faculdade de Educação. Execução de Projetos de Cursos pelo Centro de Formação Continuada de Professores na UnB-CFORM.
Data do Relatório de Auditoria	14/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	9.1 a 9.11
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Faculdade de Educação – Centro de Formação Continuada de Professores da UnB
Descrição da Recomendação	<p>a) Retomar as iniciativas institucionais para a criação e implantação do Centro de Formação Continuada de Professores, uma vez que o exercício da atividade administrativa por Centro não regularizado pelas instâncias competentes o torna um ente fictício, sem qualquer legitimidade para a assunção de responsabilidades inerentes à administração pública;</p> <p>b) Definir critérios objetivos de seleção de pessoal, contendo, no mínimo, forma de ingresso, análise curricular e termos de referência e custo padrão para cada serviço técnico profissional a ser prestado;</p> <p>c) Abster-se de contratar servidor sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, tendo em vista ausência de amparo legal, observados os casos permitidos para participação esporádica, previstos no Decreto nº 94.664/87 (Acórdãos TCU nº 418/2005-Primeira Câmara, 3067/2005-Primeira Câmara e 1651/2005-Segunda Câmara), até que se regulamente a participação desses servidores nessas atividades. E, em caso de servidor lotado e em exercício na Unidade responsável pela execução do Projeto abster-se remunerá-lo pelas atividades desenvolvidas, uma vez que o mesmo já está sendo remunerado com base no contrato com a FUB;</p> <p>d) Fazer constar, caso não haja no processo de formalização do Curso, a autorização do Chefe de Departamento para a participação do servidor nas atividades do curso, nos exatos termos da Resolução 29/2007 do CEPE;</p> <p>e) No que concerne à constatação apontada no item 4.1.7 em que ficou caracterizado o fracionamento de despesas, abster-se de adotar tal procedimento em situações vindouras;</p> <p>f) Atentar para o fato de realização de despesas com coffee break ter a obrigatoriedade</p>

	<p>de guardar consonância da despesa com as atividades fim da Unidade e sua previsão expressa no Plano de Trabalho;</p> <p>g) Proceder ao correto preenchimento dos Termos de Compromissos – participação interna e externa – provendo as informações pertinentes a todos os seus campos, em especial os relativos a atividades desenvolvidas; horas trabalhadas; período de execução dos serviços, informando dia, mês e ano;</p> <p>h) Manter rigorosa observância aos parâmetros remuneratórios definidos na Resolução da Reitora nº 103/2008, atentando para os limites e descrição de atividades previstos no Decreto nº 6.114/2007;</p> <p>i) Abster-se de permitir a execução de atividades vinculadas a projetos antes de ser firmado o instrumento Termo de Compromisso, compreendendo as responsabilidades assumidas pelos signatários;</p> <p>j) Abster-se da formalização do Termo de Compromisso com a assinatura de um mesmo agente nos campos destinados ao executor dos serviços e da aprovação do cumprimento do objeto;</p> <p>Resultaram ainda dos trabalhos os seguintes pedidos de justificativas, até então não atendidos:</p> <p>a) Informalidade do CFORM para o exercício de atividades institucionais, inclusive de representar a FUB nos órgãos concedentes;</p> <p>b) Realização de despesas por dispensa de licitação envolvendo valores acima do limite legal, caracterizando fracionamento de despesa;</p> <p>c) Exercício de função típica de Unidade Gestora por Centro sem a devida formalização institucional;</p> <p>d) Realização de despesa em desacordo com a finalidade do Projeto;</p> <p>e) Realização de despesas não previstas no Plano de Trabalho (Encargos Sociais);</p> <p>f) Ausência de Documento que aprovou o Projeto de Curso;</p> <p>g) Ausência, no processo, de bilhetes de passagens, relatório de viagem e pagamento em duplicidade de diárias e passagens nas concessões indicadas;</p> <p>h) Ausência de deferimento da Solicitação de prorrogação de prazo para a execução do Projeto;</p> <p>i) Preenchimento das Propostas de Serviços de forma inadequada, impedindo a verificação da regularidade dos valores pagos;</p> <p>j) Pagamento de gratificação por encargos de curso ou concurso em desacordo com os parâmetros legais;</p> <p>k) Pagamento a Pessoa Física em exercício na própria Unidade onde as atividades dos Projetos se desenvolveram, o que indica duplicidade de remuneração;</p> <p>l) Pagamento de despesas com <i>coffee break</i>, não previstas no Plano de Trabalho e sem a devida demonstração de vínculo com as atividades do curso.</p> <p>O interesse e a conveniência técnica e administrativa foi pautado em fatores de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, o que alterou as condições de execução do contrato, conforme o inciso II do §1º do art. 57 da lei 8666/93, justificado no parecer da PJU às fls. 6.842 a 6.844, 7452 a 7453 do processo da concorrência 222/2008 (23106.01655/2007-71), Parecer PJU 420/2011 do processo da concorrência 219/2009 (23106.016713/2009-02) e resposta do CEPLAN ao item 3.4 do referido relatório. Tais aditamentos ainda evitaram as inexecuções dos contratos, bem como o aumento de prejuízos que poderiam existir, conforme ocorrido anteriormente, exemplificado na planilha</p>
--	--

Providências adotadas pela unidade interna responsável

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Centro de Formação Continuada de Professores da UnB - CFORM

Síntese das providências adotadas

A Unidade ainda não se manifestou a respeito das observações contidas no referido Relatório. O prazo para tal manifestação ainda não se expirou.

Síntese dos resultados obtidos

Esta Auditoria Interna aguarda manifestação da Área auditada que indicarão os resultados.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Esta Auditoria Interna aguarda manifestação da área para análise dos fatores que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências com vistas ao cumprimento das sugestões apresentadas.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 05 – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE – Processos Licitatórios – Dispensa de Licitação.
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE
Descrição da Recomendação	<p>a) A área competente no âmbito do CESPE deverá atentar para as peças imprescindíveis à regular instrução dos processos de aquisição nas diversas modalidades de licitação, especialmente no que se refere ao ato autorizativo da despesa. Nos processos examinados esse documento não se apresenta de forma clara, tanto para a autorização quanto para a própria indicação da existência dos créditos que suportarão a despesa.</p> <p>b) Os processos de aquisição de bens/serviços devem estar instruídos com a declaração expressa da existência de créditos para a sua realização, bem como a autorização expressa do Ordenador de Despesa para a sua realização.</p> <p>c) Promover discussões nas áreas técnicas da FUB no sentido de buscar melhor adequação de Programa de Trabalho que suporte as despesas realizadas pelo CESPE, as quais dizem respeito, essencialmente à prestação de serviços.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE.	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Aprimoramento técnico para a execução de novos processos licitatórios.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 06 – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE – Processos Licitatórios – Pregão Eletrônico.
Data do Relatório de Auditoria	22/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	3.1 a 3.6
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE
Descrição da Recomendação	<p>3.1 Instruir os processos de licitação mediante pregão eletrônico com os respectivos avisos de edital, conforme preceitua o art. 17 do Decreto 5.450/2005;</p> <p>3.2 Abster-se de dar prosseguimento a processos sem a assinatura das partes;</p> <p>3.3 Exigir das contratadas a comprovações de regularidade fiscal;</p> <p>3.4 Abster-se de celebrar contrato sem a prévia avaliação da Procuradoria jurídica, conforme Decreto 5.450/05, art. 30, inciso IX e parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93;</p> <p>3.5 Tramitar os processos licitatórios pelo serviço jurídico com a finalidade de obter o parecer jurídico sobre a minuta do Edital e do Contrato</p> <p>3.6 Fazer constar no preâmbulo do Ato Convocatório o regime de execução e tipo de licitação;</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE	
Síntese das providências adotadas	
3.1 Todos os editais de licitação, sem exceção, foram publicados no Diário Oficial da União> No entanto, alguns editais, devido a falhas estruturais não foram publicados em jornais de grande circulação. Dessa forma, este Centro ao perceber essa falha processual no decorrer do exercício, solicitou ao pregoeiro que tomasse as providências necessárias para cumprir integralmente o disposto no artigo 17 do Decreto nº. 5.450/2004.	

Registre-se, por oportuno, que a falha já foi corrigida pelo pregoeiro.

3.2 Os processos em referência, por tratarem de compras com entrega imediata e integral, e, por conseguinte não resultarem em obrigações futuras, conforme estabelece o artigo 62, § 4.º da Lei n.º 8.666/93, estão desobrigados da formalização contratual, sendo substituídos pela nota de empenho.

3.3 Ao analisar os processos em referência, constatou-se que em 100% dos casos está demonstrada a comprovação de regularidade fiscal das contratadas, cuja consulta ocorreu por meio da consulta no SICAF (Sistema de Cadastramento de Fornecedores)

3.4 Esclarecemos que em todos os editais dos processos analisados constam textos com uma das seguintes obrigações pela contratada:

a) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e, referente aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

b) Assumir todo e qualquer ônus referente a salário, horas extras adicionais e demais encargos sociais relativamente a seus empregados.

c) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

d) Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidiam ou venham incidir sobre o objeto deste Termo de Referência.

3.5 O presente processo trata da adesão a ata de registro de preços, do Pregão Eletrônico n.º 32/2008 da Procuradoria da República do Estado de São Paulo (PGR/SP).

No que se refere à ausência do parecer jurídico da minuta do edital e contrato, esclarece-se que esse parecer foi tempestivamente emitido pelo órgão jurídico daquela Procuradoria que autorizou a abertura do procedimento licitatório.

Considerando que este Centro fez apenas a adesão da ata, entende que essa abrigatoriaidade tendo sido atendida.

3.6 O tipo de licitação está descrito no subitem 12.2 do edital, ou seja, MENOR PREÇO POR ITEM. Todavia, essa informação já se encontra no preâmbulo dos atuais editais de licitação realizados pelo CESPE/UnB. O “tipo e licitação nesse processo” nesses processos está descrito no conteúdo dos editais. No entanto, o “regime de contratação” não constou dos referidos editais. Dessa forma, o pregoeiro deste Centro será orientado a dispor no preâmbulo dos próximos editais de licitação o regime de contratação.

Síntese dos resultados obtidos

Aprimoramento técnico para a execução de novos processos.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não informado pela área responsável.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 07 – Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – LET/PPE – UnB-Idiomas. Despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.
Data do Relatório de Auditoria	23/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 a 4.4
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – UnB-Idiomas – Escola de Línguas
Descrição da Recomendação	<p>Abstenha-se de realizar pagamentos a servidores lotados e em exercício na Escola de Línguas – UnB-Idiomas/LET pelo exercício de atividades inerentes aos respectivos cargos efetivos ocupados;</p> <p>b) Promova estudos no sentido de viabilizar a implantação de jornada diária em turnos de 6 (seis) horas para melhor atendimento às demandas da Unidade e evitar a extração da carga horária do servidor;</p> <p>c) Observados os casos previstos em Lei específica de pagamento a servidor, proceda à classificação correta da despesa, abstendo-se de dar a classificação correspondente às atividades relacionadas a cursos e concursos, uma vez que a Escola de Línguas não desenvolve atividades dessa natureza e sim como prestação de serviços, devendo ser utilizada a classificação 3339036-35-Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;</p> <p>d) Em participações eventuais de servidores em atividades no âmbito da Unidade, proceda ao completo preenchimento das informações exigidas no formulário Proposta de Serviço, em especial no que se refere à carga horária e descrição das atividades a serem desenvolvidas, com a finalidade de permitir melhor avaliação da despesa</p>

	<p>realizada;</p> <p>e) Em casos extremos/excepcionais de atendimento às demandas da Unidade, viabilize o pagamento das atividades que extrapolarem a carga horária do servidor na forma de serviços extraordinários, observados os limites legais;</p> <p>f) Encaminhe à Auditoria Interna informações a respeito das providências adotadas no que se refere às ressalvas apontadas em Relatórios anteriores;</p> <p>g) No tocante à participação de servidores docentes em outras atividades, quais sejam aquelas desenvolvidas pela Escola de Línguas – UnB-Idiomas atentar para a regular instrução processual, fazendo constar do mesmo as peças imprescindíveis à sua execução, notadamente no que se refere à autorização do Departamento para participação em tais atividades, nos exatos termos da Resolução do CEPE 29/2003.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – UnB-Idiomas – Escola de Línguas	
Síntese das providências adotadas	
A Unidade ainda não se manifestou a respeito das observações contidas no referido Relatório. O prazo para tal manifestação ainda não se expirou.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 08 – Fundação Universidade de Brasília. Programas/Ação Governamental no âmbito da FUB.
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.3.2, 1.4.2, 1.5.2, 1.6.2, 2.2.2, 3.3.2, 3.4.2, 3.6.2
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Gerentes dos diversos Programas
Descrição da Recomendação	<p>6.1 Tendo em vista a situação relatada no item 1.3.2 deste Relatório, esta Auditoria Interna solicita ao Decanato de Extensão esclarecimentos quanto à acentuada divergência entre a meta prevista e a meta executada para a Ação Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária.</p> <p>6.2 Solicita-se esclarecimentos à Biblioteca Central da UnB em relação à situação caracterizada no item 1.4.2 deste Relatório, haja vista a discrepância entre a meta planejada e a executada para a Ação Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições de Ensino Superior e Hospitais de Ensino.</p> <p>6.3 Conforme o item 1.5.2, solicita-se à Diretoria de Orçamento esclarecimentos quanto ao apontado no referido item, para a Ação Funcionamento de Cursos de Graduação.</p> <p>6.4 Solicita-se à Universidade Aberta do Brasil – UAB esclarecimentos quanto ao relatado no item 1.6.2, tem em vista o nível de execução física e financeira de 23% e 18,9%, respectivamente, da Ação Universidade Aberta e à Distância, bem como à situação caracterizada no item 2.2.2, Ação Formação Inicial e Continuada a Distância, cuja execução da meta extrapolou em 57% ao que foi planejado.</p> <p>6.5 Ao Decanato de Gestão de Pessoas, para que encaminhe os esclarecimentos relacionados aos itens 3.3.2, 3.4.2, 3.6.2, considerando o que foi apontado na análise das Ações correspondentes.</p>

Providências adotadas pela unidade interna responsável
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação
Gerentes dos diversos Programas
Síntese das providências adotadas
<p>6.1 Informa o Gerente que sua responsabilidade pela coordenação da Ação passou a ser no ano de 2009, não sofrendo alterações para o exercício seguinte. Para o exercício de 2011 o produto da Ação sofreu abrupta redução para somente 651 beneficiados, muito aquém da realidade da extensão universitária, que beneficia milhares de pessoas. O quantitativo equivale à totalidade de ações de extensão ofertadas, sendo necessário que se altere o produto de pessoa beneficiada para ações de extensão.</p> <p>6.2 Em Memorando 015/BCE, de 23/01/2012 a Senhora Diretora da Biblioteca Central se manifesta nos seguintes termos: “01</p>

O atributo da Ação 4008.2671.0053, em sua finalidade considera “Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação”, e a descrição contempla “... manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo”. Verifica-se quanto a especificação do produto: VOLUME DISPONIBILIZADO” . 02) Houve um “erro material” em que a previsão legal física/financeira não considerou o acervo existente. No entanto a execução, em consideração ao acima exposto, deverá contemplar o acervo já existente para efeito de manutenção, preservação, recuperação e disponibilização, razão pela qual, para a Ação acima especificada, aparentemente haverá “discrepância entre a meta planejada e a executada”. Ao final informa que “.... a quantidade de volumes acrescentado ao acervo em 2011 foi da ordem de 14.929, perfazendo em 1.546.794 o total de exemplares existentes na biblioteca em dezembro de 2011”.

6.3 Os dados foram atualizados no SIMEC em Janeiro/2012, de acordo com as informações do Decanato de Planejamento e Orçamento, indicando cumprimento da meta em 97%.

6.4 Informa o Senhor Gerente da Ação que em relação aos valores unitários a diferença nos quantitativos são referentes às informações postadas no SIMEC, onde os dados importados correspondem aos alunos dos 8 cursos de graduação e dois cursos de especialização ofertados pela UnB. Os cursos de graduação possuem 3 entradas (UAB 1, 2 e 3), ou seja, 3 vestibulares e as especializações uma seleção anual. Entretanto nos quantitativos previstos constam apenas alunos da UAB 1 e 3, pois até o encerramento do planejamento o orçamento da UAB 2, em 2010 não tinha sido aprovado pelo Órgão Financiador do Programa (CAPES), sendo descentralizado a parte em 2011. No decorrer do exercício de 2011 o SIMEC foi alimentado com os quantitativos de todos os nossos alunos oriundos dos vestibulares, ocasionando um acréscimo no valor unitário da meta executada.

Em relação aos demais itens os Gerentes Responsáveis ainda não se manifestaram.

Síntese dos resultados obtidos

Aprimoramento técnico para a execução de Ações Governamentais no âmbito da FUB.

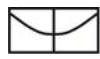
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não informado pelas áreas responsáveis.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 09 – Editora da Universidade de Brasília – EDU. Despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.
Data do Relatório de Auditoria	28/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1 e 4.2 e respectivos subitens
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Editora da Universidade de Brasília - EDU
Descrição da Recomendação	<p>Colaboradores vinculados ao Contrato SICAP</p> <p>a) Abster-se de autorizar pagamento a Colaborador na condição de Prestador de Serviços em caráter permanente por participação em outras atividades as quais guardam similitudes àquelas previstas em seus cargos efetivos ou Termos de Compromisso com a FUB.</p> <p>b) Abster-se de autorizar pagamento a título de “Diárias a Colaboradores Eventuais no País” e “Diárias no País”, por ausência de amparo legal, uma vez que tais classificações de despesas dizem respeito a servidor vinculado à Administração Pública Federal. No caso da impossibilidade de designação de servidor para o exercício de atividades fora da sede do serviço, as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana poderão ser realizadas por meio de resarcimento/restituição de tais despesas, desde que devidamente comprovadas por meio de documento fiscal hábil, devendo o Documento de concessão estar devidamente instruído com o local e os serviços a serem executados fora da sede;</p> <p>c) No que se refere a pagamento correspondente à parcela de 13º, tais pagamentos devem ser suspensos, podendo a Direção dessa Editora encaminhar ao Decanato de Gestão de Pessoas processo administrativo devidamente justificado e fundamentado para, em conjunto com o Decanato de Administração estudarem, observada a sua admissibilidade, a viabilização de tais despesas, levando-se em conta que estas se caracterizam pagamento sem a devida retribuição dos serviços contratados, o que é vedado no âmbito da Administração Pública Federal;</p> <p>d) No que tange a pagamento correspondente a serviços extraordinários instruir o processo adequadamente no qual deverá constar, de forma clara, a necessidade da execução de tais serviços, com as devidas justificativas de sua não execução dentro da</p>

	<p>carga horária regular do Colaborador, bem como a definição do valor individual da hora trabalhada, devendo ser observados os limites legais (CLT) de até 2(duas) horas diárias;</p> <p>e) Abster-se de autorizar pagamento a Colaborador na condição de Prestador de Serviços em caráter permanente por participação em outras atividades as quais guardam similitudes àquelas previstas em seus cargos efetivos ou Termos de Compromisso com a F</p> <p>Colaboradores na Condição de Empregados Terceirizados – CLT</p> <p>a) Suspensão de todo e qualquer pagamento, a qualquer título, a Empregado Terceirizado, sugerindo que, em caso de demandas por serviços não previstos no respectivo Contrato seja providenciado, observada a sua admissibilidade, o competente Termo Aditivo que contemple tais demandas;</p> <p>b) No que tange a pagamento correspondente a serviços extraordinários instruir o processo adequadamente no qual deverá constar, de forma clara, a necessidade da execução de tais serviços, com as devidas justificativas de sua não execução dentro da carga horária regular do Colaborador, bem como a definição de valores individuais da hora trabalhada;</p> <p>c) Abster-se de autorizar pagamento a Colaborador na condição de Prestador de Serviços em caráter permanente por participação em outras atividades as quais guardam similitudes àquelas previstas em seus cargos efetivos ou Termos de Compromisso com a FUB.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Editora da Universidade de Brasília - EDU	
Síntese das providências adotadas	
A Auditoria Interna aguarda manifestação da área. O prazo para essa manifestação ainda não se expirou.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria 10 – Decanato de Gestão de Pessoas – DGP. Concessão de Auxílio Transporte, Indenização de Transporte e Adicional de Insalubridade e Periculosidade
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	10 e 11,
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria
Nome da Unidade Interna da UJ destinatária da recomendação	Decanato de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Promova verificação periódica, por meio de sua área competente, das situações que incidem obrigação de pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade no âmbito da FUB, no sentido de garantir sua legalidade e legitimidade, nos termos dos arts. 69 e 72 da Lei 8.112/90, tendo em vista as constatações contidas nos itens 10 e 11 do Relatório.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP	
Síntese das providências adotadas	
A Auditoria Interna aguarda manifestação da área. O prazo para essa manifestação ainda não se expirou.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	



PARTE B: ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

A Declaração do Contador referenciada neste capítulo está disposta no Anexo C.

18 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta

As demonstrações contábeis e os balanços referenciados neste capítulo estão dispostos nos Anexos B.

19 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais

Os itens constantes deste capítulo não se aplicam à realidade da FUB.

20 Composição Acionária do Capital Social e da UJ como Investidora

Os itens constantes deste capítulo não se aplicam à realidade da FUB.

PARTE C: ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**21 Informações sobre o Fundo Partidário**

Os itens constantes deste capítulo não se aplicam à realidade da FUB.

22 Evolução da Situação Financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento

Os itens constantes deste capítulo não se aplicam à realidade da FUB.

23 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão n. TCU 408/2002 - Plenário e Modificações Posteriores

Evolução dos Indicadores de Gestão da UnB pela Metodologia do TCU e UnB¹³

Esta seção caracteriza o desempenho da Instituição no desenvolvimento de sua atividade precípua. O Tribunal de Contas da União, ao proferir a Decisão n. 408/2002 – Plenário (versão atualizada em outubro/2010), determinou às IFES que incluíssem, em seus relatórios de gestão das contas anuais, uma série de nove indicadores¹⁴ previamente selecionados por aquele órgão de controle externo.

Em 2006, por meio da revisão dessa Decisão¹⁵, foram incorporadas modificações que se resumem à subdivisão dos dados diretamente relacionados à manutenção de unidades hospitalares, dos valores que excluem as atividades dos hospitais. Assim, os componentes “Custo Corrente” e “Funcionário Equivalente” e os indicadores que envolvem (Custo Corrente/Aluno Equivalente – I, Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente – III e Funcionário Equivalente/Professor Equivalente – IV) foram desdobrados em dois valores: um que inclui os dados referentes aos Hospitais Universitários/HUs e outro que exclui esses dados.

Para o cálculo dos indicadores, o TCU impõe ajustes aos dados brutos apresentados pelas instituições de ensino. O modelo parte dos seguintes dados brutos:

AG = total de alunos efetivamente matriculados¹⁶ na graduação (média anual dos dois semestres);

APG = total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo alunos de mestrado e doutorado (média anual dos dois semestres);

AR = alunos de residência médica.

A partir destes dados, o TCU calcula:

AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral¹⁷. Após o ajuste, normalmente o **AGTI** resulta em um quantitativo menor que o **AG** e o **AGE**.

AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação¹⁸.

¹³ Metodologia da UnB elaborada pelo Decanato de Planejamento e Orçamento. O cálculo foi realizado pelos Técnicos do DPO.

¹⁴ Os nove indicadores operacionais são: a) Custo Corrente/Aluno Equivalente; b) Aluno Tempo Integral/Professor; c) Aluno Tempo Integral/Funcionário; d) Funcionário/Professor; e) Grau de Participação Estudantil (GPE); f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG); g) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação; h) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD); e i) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

¹⁵ Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão, Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário, versão atualizada em outubro/2010.

¹⁶ Aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso.

¹⁷ Este indicador é calculado pela fórmula:

$AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{(NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC\}$.

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

DPC = Duração padrão do curso.

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

Fator de retenção = calculado de acordo com metodologia da SESU.

APGTI e ARTI = Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Graduação (APGTI) e de Residência (ARTI).

Para o cálculo de alunos tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência devem ser computados com peso dois:

$$\text{APGTI} = 2 * \text{APG} \text{ e } \text{ARTI} = 2 * \text{AR}$$

Cumpre informar, ainda, que de acordo com a análise dos técnicos responsáveis pelos cálculos dos indicadores, listam-se as seguintes observações:

- a) A Decisão do TCU para atualização dos indicadores referentes ao ano de 2011, não sofreu alterações quanto à base de Cálculo dos Indicadores de Gestão de 2010, conforme as orientações da SESu/MEC;
- b) No que tange aos dados de alunos, foram considerados apenas os dados relativos aos alunos dos cursos permanentes/presenciais, excluindo-se aqueles que visam atender demandas específicas (autossustentáveis), como é o caso dos alunos dos cursos à distância e mestrado profissionalizante;
- c) Para os dados de servidores, foram acrescentados 3.057 servidores de empresas terceirizadas conforme orientação constante da metodologia decisão TCU de n. 408/2002. Nesse total, estão incluídos 574 servidores terceirizados do Hospital Universitário, os quais não constam do cálculo do respectivo indicador do ano anterior;
- d) Quanto aos demais indicadores para o ano de 2011, os dados apresentam-se coerentes quando comparados aos dados apresentados em anos anteriores;
- e) Os indicadores referentes ao ano de 2011 estão disponíveis no SIMEC, módulo Rede Federal, em observância ao Ofício Circular MEC/SESu/DIFES n. 01 de 12/01/2012.
- f) Para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, apresenta-se a série histórica dos indicadores relativos aos exercícios de 2007 a 2011, conforme determinação TCU, parte C, do anexo II de n. 107, de 27/10/2010. Texto da DN: Indicadores de desempenho das IFES nos termos da Decisão n. TCU 408/2002 – plenária e modificações posteriores.

Após esses ajustes, apuraram-se as quantidades de alunos da UnB, revelando a evolução desses indicadores nos anos de 2007 a 2011. Nesse último ano o total de alunos equivalentes da Universidade alcançou 43.804,26, maior número dentre os analisados pela série histórica. (Tabela C.23.I).

18 AGE = \sum de todos os cursos $\{(NDI * DPC)(1+[Fator de Retenção]) + ((NI - NDI)/4)*DPC\}^*$.
[peso do grupo em que se insere o curso].

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

NPC = Duração padrão do curso.

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

Fator de Retenção e Peso do grupo calculado de acordo com metodologia da SESu/ANDIFES/FORPLAD.

Tabela C.23.I: UnB: Evolução do Aluno Equivalente, Definido Segundo Critérios do TCU (2007 a 2011)

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011
AG = total de alunos regularmente matriculados na graduação ⁽²⁾	20.261,50	20.758,00	21.130,50	22.024,50	26.759,00
APG = total de alunos na pós-graduação stricto sensu, incluindo alunos de mestrado e doutorado	4.491,00	4.752,00	4.865,00	4.828,50	5.822,00
AR = Alunos de residência médica	121	133	137	149	294,00
AGTI= Número de alunos da graduação em tempo integral	17.248,42	19.869,75	19.602,20	20.811,25	20.748,89
APGTI= Número de alunos da pós-graduação em tempo integral	8.982,00	9.504,00	9.730,00	9.657,00	11.644,00
ARTI = alunos de residência médica em tempo integral	242	266	274	298	588,00
ATI = Número da alunos totais (AGTI + APTI + ARTI)	26.472,42	29.639,75	29.606,20	30.766,25	32.980,89
AGE =Número de Alunos Equivalentes da Graduação (3)	26.885,13	28.337,24	30.754,09	30.754,09	31.572,26
Total de alunos equivalentes (AGE + APTI + ARTI)	36.109,13	38.107,24	40.758,09	40.709,09	43.804,26

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/SPL, 2010 e Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário.

A seguir, analisa-se a evolução dos indicadores básicos do TCU, calculados para a UnB a partir da série histórica 2007 a 2011, com alguns comentários sobre o desempenho de cada indicador. Em relação aos aspectos mais relevantes, são reportadas as apurações de cálculo dos indicadores por meio da metodologia da UnB, conforme Tabela C.23.II, adiante.

Aluno Tempo Integral/Professor. Este indicador pretende mensurar a produtividade e a eficiência do corpo docente, a partir do número médio de alunos atendidos por professor. Considerando o número calculado pelo TCU, em 2007, para cada professor da UnB havia 17,54 alunos e, em 2011, esse número atingiu 14,29 alunos por professor.

Aluno Tempo Integral/Funcionário com HUB. O indicador expressa a produtividade e a eficiência desses servidores do quadro permanente da Instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário, incluindo o HUB. De acordo com o cálculo do TCU, em 2011, há 3,59 alunos por funcionário, apresentando redução em relação ao ano anterior (-32,39%). Verifica-se que, em 2007, esse índice era de 6,53 alunos atendidos por funcionário.

Aluno Tempo Integral/Funcionário sem HUB. De acordo com a determinação do TCU¹⁹, apurou-se o número de alunos por funcionário, excluído o HUB. Em 2011, o índice alcançou 5,12 alunos por funcionário, o que indica crescimento de 9,57% em relação ao ano de 2010.

¹⁹ Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário, versão atualizada em outubro/2010.

Funcionário com HUB/Professor. A apuração deste indicador comprehende os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, inclusive hospitais universitários, e exclui os funcionários afastados para capacitação e cedidos para outros órgãos. O indicador que mede a quantidade de funcionários por professor apresentou aumento em 2011, atingindo 3,98, quando comparado a 2010, que foi de 2,85. Em 2007, o índice era de 2,69.

Funcionário sem HUB/Professor. A apuração deste novo indicador comprehende os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles que operam nos hospitais universitários, além dos funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos. De acordo com a apuração, pelo método do TCU, esse indicador alcançou índice de 2,79 no ano de 2011, apresentando aumento em relação a 2010 (2,21).

Grau de Participação Estudantil (GPE). Este indicador expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UnB e a velocidade de integralização curricular. O GPE é obtido por meio da razão entre o número de alunos em tempo integral (**ATI**) e o número total de alunos matriculados nos cursos de graduação (**AG**). Pela metodologia do TCU, o melhor desempenho nos últimos cinco anos ocorreu no ano de 2008, com o índice de 95%. Em 2011, atingiu 77%, o que representa decréscimo em relação a 2010 (94%).

Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG). Segundo afirma o próprio TCU²⁰, a inclusão deste índice “deveu-se à assertiva, aceita pelos analistas, de que envolvimentos mais profundos com pós-graduação significam, geralmente, atividades de pesquisa mais intensa”. Intrinsecamente, esse indicador privilegia as IFES que se dedicam mais às atividades de pesquisa, que é o que diferencia substantivamente a Universidade de uma escola de 3º grau ou de outra instituição que mantenha como principal objetivo o ensino na graduação (VELLOSO, 1991, apud TCU). O GEPG, de 2007 a 2010, manteve-se o índice de 0,18, diminuindo em 2011 para 0,17.

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação. Indica a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela CAPES. É obtido pela divisão entre o somatório dos conceitos dos diversos programas e a quantidade de programas de pós-graduação. Em 2011 (4,34), esse indicador apresentou pequeno aumento em relação a 2010 (4,31).

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD). O indicador mensura a qualidade do corpo docente, cujo número máximo chega a 5 (em uma IFE onde todos os docentes são doutores). Atualmente o IQCD da UnB é 4,50, o que representa aproximadamente 80% do total de docentes com doutorado.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Este último índice é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na UnB e por um tempo de permanência fixado pela SESu/MEC para cada curso. O indicador procura “dar uma

²⁰ Tribunal de Contas da União/TCU. Sexta Secretaria de Controle Externo. Decisão n. 358/2000 TCU - Plenário. Fl. 16.

medida do grau de evasão dos alunos que ingressam na universidade²¹. Em 2007, o índice era de 75%. No ano de 2010, a taxa de sucesso apresentou uma redução ficando com o índice de 55,45%; Já em 2011, a queda foi mais acentuada, chegando ao valor de 36,38%. Pelo indicador da UnB, que considera os ingressantes do vestibular e PAS, a taxa de sucesso atingiu 46,14%.

Aguarda-se, portanto, posição definitiva do TCU para posterior apuração, conforme rege o Acórdão do TCU n. 2167/2006 – Plenário.

Para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, apresenta-se a série histórica dos indicadores relativos aos exercícios de 2007 a 2011, conforme determinação do Acórdão do TCU n. 1.043/2006 – Plenário (Tabela 2.41).

²¹ Tribunal de Contas da União/TCU. Sexta Secretaria de Controle Externo. Decisão n. 358/2000 TCU - Plenário. Fl. 16.

Tabela C.23.II: Evolução dos Indicadores de Gestão Propostos pelo TCU – Anos 2007 a 2011¹

ANOS	COMPONENTE ⁽²⁾							INDICADORES ⁽²⁾											
								9.1.2.1		9.1.2.2	9.1.2.3		9.1.2.4		9.1.2.5	9.1.2.6	9.1.2.7	9.1.2.8	9.1.2.9
	9.1.1.1	9.1.1.2	9.1.1.3	9.1.1.3.1	9.1.1.4	9.1.1.5	9.1.1.6	9.1.2.1.0	9.1.2.1.1		9.1.2.3.0	9.1.2.3.1	9.1.2.4.0	9.1.2.4.1					
2007	672.897.408	663.876.393	26.472,42	36.109,13	1.509,00	4.056,00	3.274,50	18.635,10	18.385,28	17,54	6,53	8,08	2,69	2,17	0,85	0,18	4,32	4,26	75%
2008	659.805.345	648.682.711	29.639,75	38.107,24	1.584,00	3.906,25	2.228,25	17.314,44	17.022,56	18,71	7,59	13,3	2,47	1,41	0,95	0,18	4,31	4,54	77%
2009	738.549.838	703.433.865	29.606,20	40.758,09	1.858,50	4.219,50	2.337,75	18.120,33	17.258,75	15,93	7,02	12,66	2,27	1,26	0,92	0,18	4,3	4,46	72%
2010	900.721.516	862.982.746	20.811,25	42.533,16	2.030,50	5.794,75	4.497,00	21.176,92	20.289,65	10,25	5,31	4,63	2,85	2,21	0,94	0,18	4,31	4,53	55,45%
2011	954.861.901,28	903.046.929,03	32.980,89	43.804,26	2.307,50	9.177,00	6.440,50	21.798,38	20.615,50	14,29	3,59	5,12	3,98	2,79	0,77	0,17	4,34	4,50	36,38%

Fonte: DPO 2011

Notas:

1) Apresentação da nova série histórica, incluindo os dados do HUB, conforme metodologia TCU.

2) Legenda baseada no Acórdão do TCU, a saber:

9.1.1.1 – custo corrente incluindo 35% das despesas do(s) Hospital(is) Universitário(s) (HU(s)).

9.1.1.2 – custo corrente excluindo as despesas do(s) HU(s).

9.1.1.3 – número de alunos tempo integral.

9.1.1.3.1 – número de alunos equivalentes.

9.1.1.4 – número de professores equivalentes.

9.1.1.5 – número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço no(s) HU(s).

9.1.1.6 – número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço no(s) HU(s).

9.1.2.1.0 – custo corrente/aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas do(s) HU(s)).

9.1.2.1.1 – custo corrente/aluno equivalente (excluindo os 35% das despesas do(s) HU(s)).

9.1.2.2 – Aluno tempo integral/número de professores equivalentes.

9.1.2.3.0 – Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)).

9.1.2.3.1 – Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)).

9.1.2.4.0 – Funcionário equivalente/número de professores equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)).

9.1.2.4.1 – Funcionário equivalente/número de professores equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)).

9.1.2.5 – Grau de Participação Estudantil (GPE).

9.1.2.6 – Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG).

9.1.2.7 – Conceito CAPES.

9.1.2.8 – Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD).

9.1.2.9 – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

O cálculo dos indicadores comparado segundo a metodologia do TCU e da UnB pode ser mais bem avaliado a partir da Tabela C.23.III, a seguir.

Tabela C.23.III: UnB: Cálculo dos Indicadores de Gestão (Metodologia TCU e UnB) – Anos 2010 e 2011

	2010			2011			
I	AG	22.024,50	AGTI	20.811,25	AG	26.759,00	AGTI
	APG	4.828,50	APGTI	9.657,00	APG	5.822,00	APGTI
	AR	149,00	ARTI	298,00	AR	294,00	ARTI
	Total	27.002,00	Total	30.766,25	Total	32.875,00	Total
	AGE	30.754,09			AGE	31.572,26	
II	DOC	2.030,50	DOC sem Subst.	1.936,00	DOC	2.307,50	DOC sem Subst.
	TEC com HUB	5.848,00	Com HUB sem Prestadores	2.276,75	TEC com HUB	9.237,00	Com HUB sem Prestadores
	TEC sem HUB	4.501,00	Sem HUB e sem Prestadores	1.618,00	TEC sem HUB	6.448,00	Sem HUB e sem Prestadores

Indicador	Item	Forma de cálculo	2010			2011		
			TCU	UnB		TCU	UnB	
Aluno Tempo Integral/Professor		ATI/Prof.	15,15	15,89	16,52	14,29	15,18	⁽¹⁾ 17,95
Aluno Tempo Integral/Funcionário com HUB		ATI/Funcionário com HUB	5,31	13,51	14,05	3,59	6,64	⁽³⁾ 7,85
Aluno Tempo Integral/Funcionário sem HUB		ATI/Funcionário sem HUB	6,84	19,01	19,76	5,12	9,61	⁽³⁾ 11,36
Funcionário com HUB/Professor		Funcionário com HUB/Professor	2,88	1,18	1,12	3,98	2,29	⁽⁵⁾ 2,15
Funcionário sem HUB/Professor		Funcionário sem HUB/Professor	2,22	0,84	0,80	2,79	1,58	⁽⁵⁾ 1,49
Grau de Participação Estudantil (AGTI/AG)		GPE	94,49%					77,54%
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (APG/AG+APG)		GEPG		17,98%				17,87%
Conceito CAPES		Conceitos	4,31					4,34
Índice de Qualificação do Corpo Docente		IQCD		4,53				4,50
Taxa de Sucesso na Graduação		TSG	55,45%		60,16%	36,38%	⁽⁷⁾	46,14%

Fonte: DPO 2011.

Notas:

1 – Professor Equivalente sem o substituto/visitante.

2 – Considerando (AG + APGTI + ARTI)/Professor Equivalente sem o substituto/visitante.

3 – Funcionários equivalente sem os Prestadores de serviço.

4 – Considerando (AG + APTI + ARTI)/Técnico sem os Prestadores de serviço.

5 – Funcionários equivalente sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalente sem os Substitutos/Visitantes.

6 – Funcionários equivalente sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalente.

7 – Considerando apenas os ingressantes do Vestibular/PAS.

24 Análise da Situação Econômica-Financeira

Quadros e análise crítica não se aplicam à FUB.

25 Remuneração Paga aos Administradores

Não se aplica à FUB.

26 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

A Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) informa que não houve registro dessa modalidade em 2011.

27 Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais

Não se aplica à FUB.

28 Imóveis Alienados em 2010 em Consonância com o Plano Nacional de Desimobilização-PND

Não se aplica à FUB.

29 Informações sobre os Contatos de Gestão Celebrados

Não se aplica à FUB.

30 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

A Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA) informou que no exercício não houve termo de parceira celebrado pela Fundação Universidade de Brasília. Portanto, os Quadros C.38.1, C.38.2, C.38.3, C.38.4, C.38.5 e C.38.6 não constam neste relatório.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. Lei Orçamentária Anual n. 12.381/2011.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2011 a 2015, ano 2011.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. Manual de Planejamento 2006 a 2010, ano 2007.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. Relatório Anual de Gestão. Brasília, 2010.
- TCU. Tribunal de Contas da União. Portaria n. 277/2010.
- TCU. Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa n. 107/2010.
- UnB. Universidade de Brasília. Orçamento Programa Interno. Brasília, 2009.

Anexo A: Normas Infralegais
Quadro A.I: Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da UJ –Resoluções CONSUNI e CAD

Ano	Nº	Conselho	Assunto
1986	05	CAD	Estabelece critérios para alocação de servidores administrativos nas Unidades Acadêmicas.
1987	01	CAD	Aprova a implantação do processo de hierarquização dos servidores técnico-administrativos da FUB, nos termos da proposta apresentada pela DRH/FUB.
	01-A	CAD	Dispõe sobre a concessão de bolsas de viagem para cobrir despesas com pousada de alimentação dos alunos da FUB, fora do DF.
1988	01	CAD	Define e estabelece critérios para concessão e utilização do Alojamento Estudantil/UnB.
	03	CAD	Estabelece as Normas de Avaliação do Pessoal Técnico-Administrativos da FUB.
	06	CAD	Dispõe sobre a taxa de ocupação do AE.
1989	03	CAD	Estabelece as Normas de Avaliação do Desempenho Funcional do Pessoal Técnico-Administrativos da FUB.
1990	04	CAD	Aprova o regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativos (CPPTA).
	08	CAD	Estabelece critérios para cálculos e fixação dos valores da taxa de ocupação dos imóveis da FUB.
1991	07	CAD	Estabelece normas para destinação dos recursos para passagens, diárias, hospedagens e <i>pro labore</i> .
	08	CAD	Estabelece as normas gerais de ocupação da casa do estudante da UnB.
	19	CAD	Estabelece critérios de ocupação dos apartamentos de trânsitos, destinados aos Institutos e Faculdades.
	21	CAD	Altera a resolução CAD n. 019/91 que estabelece critérios de ocupação dos apartamentos de trânsitos, destinados aos Institutos e Faculdades.
1992	04	CAD	Regulamenta as normas para concessão de passagem, diária, hospedagem e <i>pro labore</i> no âmbito das UA.
1994	11	CAD	Estabelece normas para aluno-servidor na UnB.
	12	CAD	Estabelece normas para solicitação, aquisição, fabricação, distribuição e avaliação de mobiliária da FUB.
1995	05	CAD	Estabelece normas para concessão, controle e cobrança de taxas para o uso de espaço físico em áreas edificadas e livres da FUB.
1996	04	CAD	Estabelece normas para captação e gestão de recursos financeiros.
1997	01	CAD	Estabelece normas para concessão renovação e administração do Programa de Bolsa de Permanência na Universidade de Brasília. Disciplina o estágio probatório dos servidores técnico-administrativos da Fundação Universidade de Brasília, de que trata o art. 20, da Lei n. 8.112/1990.
1998	01	CAD	Estabelece normas para Captação e gestão de recursos financeiros por meio de convênios e contratos.
	04	CAD	Disciplina o Estágio Probatório dos servidores técnico-administrativos da Fundação Universidade de Brasília, admitidos a partir de 5/6/1998, de que trata o art. 20 da Lei n. 8.112/1990
	05	CAD	Dispõe sobre a proteção e a alocação de direitos de propriedade intelectual.
	06	CAD	Estabelece critérios para ocupação dos apartamentos de trânsito da FUB, destinados aos Institutos e Faculdades.
1999	02	CAD	Regulamenta as normas e define a política de ocupação dos imóveis residenciais pertencentes à FUB destinados à moradia dos seus servidores.
	03	CAD	Especifica as obrigações do proprietário, locatário/ocupante e do conjunto de locatários/ocupantes quanto à manutenção dos imóveis residenciais pertencentes à FUB.
	04	CAD	Regulamenta a sistemática de pontuação e classificação de candidatos à ocupação dos imóveis residenciais pertencentes à FUB destinados à moradia dos seus servidores.
2000	03	CAD	Estabelece as Normas de Convívio entre os moradores dos imóveis residenciais dos blocos pertencentes à Fundação Universidade de Brasília (FUB), elaboradas pela Comissão Especial de Moradia (CEM).
2002	02	CAD	Estabelece Normas Gerais de Ocupação e Convívio para moradia da Casa do Estudante da Universidade de Brasília, destinada a alunos de Graduação.
	03	CAD	Estabelece normas de afastamento dos servidores técnico-administrativos para capacitação, regulamenta o horário especial para o servidor estudante, no âmbito da Fundação Universidade de Brasília, e confere outras providências.
2003	01	CAD	Estabelece critérios para ocupação dos apartamentos de transito da FUB.

Ano	Nº	Conselho	Assunto
1999	21	CONSUNI	Estabelece critérios e procedimentos para a avaliação do desempenho docente para pagamento da GED na UnB.
2003	04	CONSUNI	Cria o Programa de PG e o curso de mestrado em Informática no CIC.
2005	11	CONSUNI	Aprova o Plano de Expansão da UnB.
2009	01	CONSUNI	Instituir, no âmbito da Universidade de Brasília (UnB), a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, e de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação.
	18	CONSUNI	Norma para credenciamento de Fundações de Apoio junto à FUB.
	01	CAD	Aprovação do orçamento 2011.
	02	CONSUNI	Aprova a criação de cursos na Universidade de Brasília no âmbito do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais da Universidade de Brasília (REUNI).
	03	CONSUNI	Aprova a composição do Conselho Comunitário da Universidade de Brasília
	10	CONSUNI	Aprovar a criação da Faculdade de Ciência da Informação (FCI).
	19	CONSUNI	Estabelece a composição do Conselho da Faculdade UnB Planaltina.
	26	CONSUNI	Aprovar a criação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública a Distância.
	27	CONSUNI	Aprova o reconhecimento da FINATEC como Fundação de Apoio à Universidade de Brasília e estabelece as condicionantes a serem cumpridas pela citada Fundação.
	29	CONSUNI	Aprova emendas ao Estatuto e alterações no Regimento Geral da Universidade de Brasília e dá outras providências.
2010	34	CONSUNI	Aprovar a criação do Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros – UnB Cerrado.
	35	CONSUNI	Aprova a Proposta de Orçamento Programa Interno (OPI) – 2011.

Fonte: SOC, 2010.

Anexo B: Apresentação das Demonstrações Contábeis Previstas nas Leis n. 4.320/1964 e n. 6.404/1976 (elaboradas pela DCF/DAF)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Quadro B.01: Balanço Patrimonial – Todos os Documentos

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA		EMISSAO 25/01/2012	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO			
ATIVO			PASSIVO	
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONIVEL	287.711.337,98	268.492.216,89	DEPOSITOS	303.963.058,17
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	58.849.426,93	30.904.706,93	CONSIGNACOES	5.604.840,57
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	58.848.754,95	30.904.034,95	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	595.619,70
	671,98	671,98	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.884.198,21
CREDITOS EM CIRCULACAO	228.349.898,47	198.761.312,46	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.125.022,66
CREDITOS A RECEBER	51.209.455,97	20.236,67	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	237.463.704,26
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	37.556.466,04	24.462.316,19	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	8.543.305,17
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	0,00	69.031.925,44	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	5.533.626,65
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	139.583.976,46	105.246.834,16	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	2.940.810,15
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	512.012,58	38.826.197,50	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.587,26
VALORES DIFERIDOS	512.012,58	38.826.197,50	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	66.281,11
ATIVO NAO FINANCEIRO	5.083.106.299,93	1.596.485.563,15	A LIQUIDAR	204.626.957,51
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-86.716.887,47	-15.235.788,26	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	204.626.957,51
CREDITOS EM CIRCULACAO	-121.125.857,22	-97.128.419,50	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	106.197,03
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-139.583.976,46	-105.246.834,16	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	24.177.693,94
DIVERSOS RESPONSAVEIS	6.543.772,87	3.035.003,09	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	9.550,61
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	80.246,73	14.310,53	VALORES DIFERIDOS	60.894.513,34
RECURSOS VINCULADOS	11.821.814,23	5.058.281,13	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	3.631.121,45
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	12.285,41	10.819,91	PASSIVO NAO FINANCEIRO	57.263.391,89
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	34.408.969,75	81.892.631,24	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-225.579.355,98
ESTOQUES	34.408.969,75	81.892.631,24	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-228.799.536,85
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.945.494,42	467.309,47	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-24.177.693,94
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.478.184,95	0,00	OUTROS DEBITOS A PAGAR	-24.177.693,94
RECURSOS VINCULADOS	1.478.184,95	0,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	5.114,60
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	467.309,47	467.309,47	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-204.626.957,51
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	81.257,12	81.257,12	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	3.220.180,87
CREDITOS A RECEBER	386.052,35	386.052,35	OBRIGACOES A PAGAR	3.220.180,87
PERMANENTE	5.167.877.692,98	1.611.254.041,94	PASSIVO REAL	3.220.180,87
IMOBILIZADO	5.167.254.441,28	1.611.190.211,57	PATRIMONIO LIQUIDO	78.383.702,19
BENS MOVEIS E IMOVEIS	5.192.573.278,12	1.611.190.211,57	PATRIMONIO/CAPITAL	5.292.433.935,72
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-25.318.836,84	0,00	PATRIMONIO	1.728.851.662,85
INTANGIVEL	623.251,70	63.830,37	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.728.851.662,85
ATIVO REAL	5.370.817.637,91	1.864.977.780,04	RESERVAS	-7.361.562,17
			RESULTADO DO PERIODO	29.361.330,07
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	3.541.582.504,97
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	5.370.817.637,91
ATIVO COMPENSADO	609.123.065,79	525.345.761,86	PASSIVO COMPENSADO	1.864.977.780,04
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	609.123.065,79	525.345.761,86	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	-1.829.235.132,94
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	1.370.525,46	1.304.657,46	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	609.123.065,79
GARANTIAS DE VALORES	5.997.457,44	5.997.457,44	VALORES EM GARANTIA	1.370.525,46
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	219.173.640,89	242.654.487,02	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	5.997.457,44
				5.997.457,44
				219.173.640,89
				242.654.487,02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO | BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS

SUBTITULO | 26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

ORGÃO SUPERIOR | 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO
2011 | MES
DEZ(FECHADO)

EMISSAO
25/01/2012 | PAGINA
2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	382.561.231,41	275.368.949,35	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	382.561.231,41	275.368.949,35
OUTRAS COMPENSACOES	20.210,59	20.210,59	COMPENSACOES DIVERSAS	20.210,59	20.210,59
ATIVO	5.979.940.703,70	2.390.323.541,90	PASSIVO	5.979.940.703,70	2.390.323.541,90

Samuel Faria de Abreu
Contador CRC-DF 3431
FUB / DCF

José Gerardo de Sousa Junior
Reitor



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Quadro B.02: Balanço Financeiro

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 25/01/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	239.132.378,83	327.150.743,70	DESPESAS CORRENTES	1.347.291.401,97	1.237.271.223,30
RECEITA PATRIMONIAL	31.187.413,89	30.201.285,07	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	689.774.061,45	599.668.056,29
RECEITA AGROPECUARIA	20,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.814.372,46	485.735.183,88
RECEITA DE SERVICOS	200.113.851,54	277.170.254,22	OUTRAS DESPESAS	500.814.372,46	485.735.183,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.629,70	4.634.154,32	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	156.702.968,06	151.867.983,13
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	7.543.463,70	15.145.050,09	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.399.905,49	108.264.111,29
RECEITA DE SERVICOS	7.543.463,70	15.145.050,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.303.062,57	43.603.871,84
RECEITAS DE CAPITAL	30,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	82.657.209,80	104.910.496,64
ALIENACAO DE BENS	30,00	0,00	INVESTIMENTOS	81.275.431,77	103.984.249,26
DEDUICOES DA RECEITA	-904.169,47	-1.906.289,11	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	200.000,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.347.894.771,83	1.236.563.574,82	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.381.778,03	726.247,38
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	1.111.056.270,21	998.055.384,12	INVESTIMENTOS	1.381.778,03	726.247,38
REPASSE RECEBIDO	1.069.691.134,47	893.927.630,25	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	278.376.348,22	382.090.868,87
SUB-REPASSE RECEBIDO	40.833.820,84	65.264.207,28	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	44.464.942,29	144.812.713,23
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	40.833.820,84	65.264.207,28	SUB-REPASSE CONCEDIDO	40.833.820,84	65.264.207,28
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	19.302,32	37.349,09	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	40.833.820,84	65.264.207,28
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	512.012,58	38.826.197,50	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.631.121,45	79.548.505,95
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	236.838.501,62	238.508.190,70	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	233.911.405,93	237.278.155,64
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	236.829.801,62	147.994.920,29	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	233.817.898,82	146.759.645,79
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	232.971.851,12	143.899.493,20	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	229.766.400,79	142.536.766,10
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.857.950,50	4.095.427,09	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.051.498,03	4.222.879,69
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	8.700,00	90.513.270,41	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	93.507,11	90.518.509,85
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	847.992.093,61	947.416.239,56	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	697.845.424,81	816.483.947,51
VALORES EM CIRCULACAO	198.761.312,46	255.367.039,71	VALORES EM CIRCULACAO	228.349.898,47	198.761.312,46
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	198.741.075,79	255.346.803,04	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	228.329.661,80	198.741.075,79
CREDITOS TRIBUTARIOS	20.236,67	20.236,67	CREDITOS TRIBUTARIOS	20.236,67	20.236,67
VALORES A CLASSIFICAR	57.263.391,89	2.804.531,15	VALORES A CLASSIFICAR	2.804.531,15	18.457.707,50
RECEITA A CLASSIFICAR	57.263.391,89	2.804.531,15	RECEITA A CLASSIFICAR	2.804.531,15	18.457.707,50
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	57.263.391,89	2.804.531,15	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	2.804.531,15	18.457.707,50
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	42.457.318,95	118.780.850,81	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	80.060.518,53	119.465.383,29
VALORES DIFERIDOS	42.457.318,95	118.780.850,81	VALORES DIFERIDOS	80.060.518,53	119.465.383,29
DEPOSITOS	5.604.840,57	10.060.126,84	DEPOSITOS	10.060.126,84	3.555.767,78
CONSIGNACOES	595.619,70	257.651,93	CONSIGNACOES	257.651,93	1.611.204,15
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.125.022,66	2.399.428,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.399.428,00	1.064.183,14
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.884.198,21	7.403.046,91	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.403.046,91	880.380,49
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	255.983.392,45	254.269.582,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	233.822.605,88	253.604.824,81
FORNECEDORES	8.474.436,80	10.984.351,02	FORNECEDORES	10.984.351,02	20.352.174,01
DO EXERCICIO	5.533.626,65	5.567.995,39	DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.984.351,02	20.352.174,01
DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.940.810,15	5.416.355,63	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	17.950,54	27.841,58
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	2.587,26	17.950,54	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	210.040.368,46	215.343.834,00
RESTOS A PAGAR	223.146.645,70	230.487.345,10	VALORES EM TRANSITO	70.960,01	71.644,25
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	204.626.957,51	210.040.368,46	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	12.650.795,11	17.766.696,76



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 25/01/2012	PAGINA 2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
CANCELADO	18.519.688,19	20.446.976,64	OUTROS DEBITOS	50.259,46	34.712,93
VALORES EM TRANSITO	106.197,03	70.960,01	OUTRAS OBRIGACOES	7.921,28	7.921,28
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	24.177.693,94	12.650.795,11	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	142.747.743,94	222.638.951,67
OUTROS DEBITOS	66.281,11	50.259,46	BAIXA DE DIREITOS	72.238.160,62	159.874.952,51
OUTRAS OBRIGACOES	9.550,61	7.921,28	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	72.238.160,62	159.874.952,51
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	287.921.837,29	306.134.108,53	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	24.177.693,94	12.650.795,11
INCORPORACAO DE DIREITOS	180.578.468,54	199.342.444,95	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	24.177.693,94	12.650.795,11
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	180.578.468,54	199.342.444,95	AJUSTES DE OBRIGACOES	46.331.889,38	50.113.204,05
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	27.488.363,52	26.189.826,88	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	607.739,52	10.476.348,89
EXERCICIOS ANTERIORES	3.442.420,74	2.173.130,12	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	45.724.149,86	39.636.855,16
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	24.032.377,79	24.016.696,76			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	13.564,99	0,00			
AJUSTES DE CREDITOS	79.855.005,23	80.601.836,70			
VARIACAO CAMBIAL	325.801,60	0,00			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	79.529.203,63	80.601.836,70			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	30.904.706,93	62.436.974,28	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	58.849.426,93	30.904.706,93
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	27.243.334,80	57.896.535,48	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	58.833.984,05	27.243.334,80
APLICACOES FINANCEIRAS	3.660.700,15	4.539.766,82	APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	3.660.700,15
OUTRAS DISPONIBILIDADES	671,98	671,98	OUTRAS DISPONIBILIDADES	15.442,88	671,98
INGRESSOS	2.465.019.811,73	2.571.661.243,25	DISPENDIOS	2.465.019.811,73	2.571.661.243,25

Samuel Faria de Abreu
Contador CRC-DF 3431
FUB / DCF

José Geraldo de Sousa Junior
Relator

Quadro B.03: Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS					EXERCICIO	MES	
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA					2011	DEZ(FECHADO)	
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO					EMISSAO	PAGINA	
							25/01/2012	1
RECEITA					DESPESA			
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	389.000.619,00	389.000.619,00	238.228.239,36	150.772.379,64	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.230.105.377,00	1.523.569.735,74	1.422.975.882,58
RECEITAS PATRIMONIAIS	30.671.941,00	30.671.941,00	31.187.332,09	-515.391,09	DESPESAS CORRENTES	1.106.189.682,00	1.404.727.638,28	1.340.318.672,78
RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	0,00	20,00	-20,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	640.557.086,00	810.408.910,00	808.173.966,94
RECEITAS DE SERVICOS	350.906.052,00	350.906.052,00	206.753.337,37	144.152.714,63	OUTRAS DESPESAS CORREN	465.632.596,00	594.318.728,28	532.144.705,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	7.422.626,00	7.422.626,00	287.549,90	7.135.076,10	DESPESAS DE CAPITAL	123.915.695,00	118.842.097,46	82.657.209,80
					INVESTIMENTOS	123.915.695,00	118.842.097,46	82.657.209,80
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	4.472.878,59	4.472.729,19
					DESPESAS CORRENTES	0,00	4.472.878,59	4.472.729,19
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	4.472.878,59	4.472.729,19
SUBTOTAL I	389.000.619,00	389.000.619,00	238.228.239,36	150.772.379,64	SUBTOTAL I	1.230.105.377,00	1.530.542.614,33	1.429.948.611,77
TOTAL	389.000.619,00	389.000.619,00	238.228.239,36	150.772.379,64	TOTAL	1.230.105.377,00	1.530.542.614,33	1.429.948.611,77
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	1.191.720.372,41	-1.191.720.372,41	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL GERAL	389.000.619,00	389.000.619,00	1.429.948.611,77	-1.040.947.992,77	TOTAL GERAL	1.230.105.377,00	1.530.542.614,33	1.429.948.611,77
								100.594.002,56
								100.594.002,56

Samuel Faria de Abreu
Contador CRC-DF 3431
FUB / DCF

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor



Quadro B.04: Demonstração das Variações Patrimoniais

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA		EMISSAO 25/01/2012	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO			
VARIACOES ATIVAS				
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011
ORCAMENTARIAS	1.563.103.523,20	1.551.528.752,53	ORCAMENTARIAS	1.474.591.661,35
RECEITAS CORRENTES	239.132.378,83	327.150.743,70	DESPESAS CORRENTES	1.347.291.401,97
RECEITA PATRIMONIAL	31.187.413,89	30.201.285,07	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	689.774.061,45
RECEITA AGROPECUARIA	20,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.814.372,46
RECEITA DE SERVICOS	200.113.851,54	277.170.254,22	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	156.702.968,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.629,70	4.634.154,32	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.399.905,49
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	7.543.463,70	15.145.050,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.303.062,57
RECEITA DE SERVICOS	7.543.463,70	15.145.050,09	DESPESAS DE CAPITAL	82.657.209,80
RECEITAS DE CAPITAL	30,00	0,00	INVESTIMENTOS	81.275.431,77
ALIENACAO DE BENS	30,00	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00
DEDUICOES DA RECEITA	-904.169,47	-1.906.289,11	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.381.778,03
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.111.056.270,21	998.055.384,12	INVESTIMENTOS	1.381.778,03
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.111.056.270,21	998.055.384,12	INTERFERENCIAS PASSIVAS	44.464.942,29
REPASSE RECEBIDO	1.069.691.134,47	893.927.630,25	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	44.464.942,29
SUB-REPASSE RECEBIDO	40.833.820,84	65.264.207,28	SUB-REPASSE CONCEDIDO	40.833.820,84
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	19.302,32	37.349,09	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.631.121,45
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	512.012,58	38.826.197,50	MUTACOES PASSIVAS	178.107,29
MUTACOES ATIVAS	213.819.013,63	228.228.913,82	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	178.107,29
INCOPORACOES DE ATIVOS	62.062.634,68	69.858.920,88	LIQUIDACAO DE CREDITOS	178.107,29
AQUISICOES DE BENS	53.576.873,14	67.207.929,33	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	892.969.305,47
INCOPORACAO DE CREDITOS	8.485.761,54	2.650.991,55	INTERFERENCIAS PASSIVAS	233.911.405,93
DESINCOPORACAO DE PASSIVOS	151.756.378,95	158.369.992,94	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	233.846.596,14
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.346.039.948,59	809.350.247,64	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	64.809,79
INTERFERENCIAS ATIVAS	236.838.501,62	238.504.190,70	DECRESCIOS PATRIMONIAIS	659.057.899,54
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	236.829.801,62	147.994.920,29	DESINCOPORACOES DE ATIVOS	287.699.470,23
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	8.700,00	90.513.270,41	BAIXA DE BENS IMOVEIS	29.940.225,19
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.109.201.446,97	570.842.056,94	BAIXA DE BENS MOVEIS	28.690.745,73
INCOPORACOES DE ATIVOS	423.281.926,90	438.825.809,26	BAIXA DE DIREITOS	229.068.499,31
INCOPORACAO DE BENS IMOVEIS	61.784.961,71	26.414.837,04	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	52.719.335,59
INCOPORACAO DE BENS MOVEIS	56.306.774,08	67.279.176,89	DESVALORIZACAO DE BENS	34.762.060,92
INCOPORACAO DE DIREITOS	305.190.191,11	345.131.795,33	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	17.957.274,67
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	3.536.185.160,97	81.257,12	INCOPORACAO DE PASSIVOS	194.003.393,55
REAVALIACOES DE BENS	3.534.479.327,57	0,00	AJUSTES DE OBRIGACOES	607.739,52
AJUSTES DE CREDITOS	1.705.833,40	81.257,12	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	124.027.960,65
DESINCOPORACAO DE PASSIVOS	70.185.745,65	46.636.803,52	AJUSTES FINANCEIROS	45.724.149,86
AJUSTES DE OBRIGACOES	19.409,82	0,00	AJUSTES NAO FINANCEIROS	78.303.810,79
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	79.529.203,63	85.298.187,04	RESULTADO PATRIMONIAL	3.541.582.504,97
AJUSTES FINANCEIROS	79.529.203,63	80.601.836,70	SUPERAVIT	3.541.582.504,97
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	4.696.350,34		
DEFICIT				
VARIACOES ATIVAS	5.909.143.471,79	2.360.879.000,17	VARIACOES PASSIVAS	5.909.143.471,79
				2.360.879.000,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Quadro B.05: Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	EMISSAO 25/01/2012	PAGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		
TÍTULOS		2011	2010
RECEITAS ORÇAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	239.132.378,83	327.150.743,70	
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	239.132.378,83	327.150.743,70	
RECEITAS DE CAPITAL	30,00	0,00	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	30,00	0,00	
DEDUICOES DA RECEITA	-904.169,47	-1.906.289,11	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	238.228.239,36	325.244.454,59	
DESPESAS ORÇAMENTARIAS			
DESPESAS CORRENTES	1.347.291.401,97	1.237.271.223,30	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	808.173.966,94	707.932.167,58	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	539.117.435,03	529.339.055,72	
DESPESAS DE CAPITAL	82.657.209,80	104.910.496,64	
INVESTIMENTOS	82.657.209,80	104.710.496,64	
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	200.000,00	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	1.429.948.611,77	1.342.181.719,94	
RESULTADO ORÇAMENTARIO	-1.191.720.372,41	-1.016.937.265,35	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	1.111.056.270,21	998.055.384,12	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.111.056.270,21	998.055.384,12	
MUTACOES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	213.819.013,63	228.228.913,82	
INCORPORACAO DE ATIVOS	62.062.634,68	69.858.920,88	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	151.756.378,95	158.369.992,94	
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	44.464.942,29	144.812.713,23	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	44.464.942,29	144.812.713,23	
(-) MUTACOES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	178.107,29	131.734,78	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	178.107,29	131.734,78	
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	88.511.861,85	64.402.584,58	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	88.511.861,85	64.402.584,58	
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	236.838.501,62	238.508.190,70	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	236.829.801,62	147.994.920,29	
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	8.700,00	90.513.270,41	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	4.109.201.446,97	570.842.056,94	
INCORPORACAO DE ATIVOS	423.281.926,90	438.825.809,26	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	70.185.745,65	46.636.803,52	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.615.733.774,42	85.379.444,16	
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTARIAS	233.911.405,93	237.278.155,64	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	233.846.596,14	146.759.645,79	
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	64.809,79	90.518.509,85	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS	659.057.899,54	561.271.211,01	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	287.699.470,23	311.950.318,77	
INCORPORACAO DE PASSIVOS	194.003.393,55	194.090.950,35	
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	177.355.035,76	55.229.941,89	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	3.541.582.504,97	75.203.465,57	



Quadro B.06: Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	EMISSAO 25/01/2012	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		
TITULOS		2011	2010
RECEITAS ORCAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	239.132.378,83	327.150.743,70	
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	239.132.378,83	327.150.743,70	
RECEITAS DE CAPITAL	30,00	0,00	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	30,00	0,00	
DEDUICOES DA RECEITA	-904.169,47	-1.906.289,11	
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	238.228.239,36	325.244.454,59	
DESPESAS ORCAMENTARIAS			
ADMINISTRACAO	8.072.384,35	6.410.100,45	
SEGURANCA PUBLICA	483.199,70	2.291.022,15	
ASSISTENCIA SOCIAL	532.009,80	556.113,34	
PREVIDENCIA SOCIAL	201.896.633,84	182.493.762,08	
SAUDE	70.588.662,38	39.020.897,55	
TRABALHO	1.560.547,82	1.420.343,85	
EDUCACAO	1.125.000.142,32	1.060.391.818,02	
CULTURA	4.005.589,81	1.066.537,76	
DIREITOS DA CIDADANIA	4.949.982,59	1.793.822,14	
URBANISMO	1.000.000,00	9.439.393,90	
SANEAMENTO	915.700,00	574.659,74	
GESTAO AMBIENTAL	113.719,10	233.438,74	
CIENCIA E TECNOLOGIA	4.509.400,93	25.412.425,58	
ORGANIZACAO AGRARIA	1.170.860,00	1.000.100,00	
INDUSTRIA	407.550,90	0,00	
COMERCIO E SERVICOS	1.395.216,37	2.325.545,31	
COMUNICACOES	398.884,89	0,00	
TRANSPORTE	2.865.876,97	7.651.739,53	
DESPORTO E LAZER	82.250,00	99.999,80	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	1.429.948.611,77	1.342.181.719,94	
RESULTADO ORCAMENTARIO	-1.191.720.372,41	-1.016.937.265,35	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	1.111.056.270,21	998.055.384,12	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.111.056.270,21	998.055.384,12	
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	213.819.013,63	228.228.913,82	
INCORPORACAO DE ATIVOS	62.062.634,68	69.858.920,88	
DESCINCORPORACAO DE PASSIVOS	151.756.378,95	158.369.992,94	
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	44.464.942,29	144.812.713,23	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	44.464.942,29	144.812.713,23	
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	178.107,29	131.734,78	
DESCINCORPORACAO DE ATIVOS	178.107,29	131.734,78	
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	88.511.861,85	64.402.584,58	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	88.511.861,85	64.402.584,58	
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	236.838.501,62	238.508.190,70	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	236.829.801,62	147.994.920,29	
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	8.700,00	90.513.270,41	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	4.109.201.446,97	570.842.056,94	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 25/01/2012	PAGINA 2

TITULOS	2011	2010
INCOPORACAO DE ATIVOS	423.281.926,90	438.825.809,26
DESINCOPORACAO DE PASSIVOS	70.185.745,65	46.636.803,52
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.615.733.774,42	85.379.444,16
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	233.911.405,93	237.278.155,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	233.846.596,14	146.759.645,79
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	64.809,79	90.518.509,85
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	659.057.899,54	561.271.211,01
DESINCOPORACAO DE ATIVOS	287.699.470,23	311.950.318,77
INCOPORACAO DE PASSIVOS	194.003.393,55	194.090.950,35
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	177.355.035,76	55.229.941,89
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	3.541.582.504,97	75.203.465,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Quadro B.07: Demonstração das Disponibilidades

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 23/02/2012	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	58.848.754,95	30.904.034,95	CREDITOS EM CIRCULACAO	-228.349.898,47	-198.761.312,46
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	58.833.984,05	27.243.334,80	CREDITOS A RECEBER	-228.349.898,47	-198.761.312,46
OUTRAS CONTAS BANCARIAS	14.770,90	0,00	CREDITOS TRIBUTARIOS	-20.236,67	-20.236,67
APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	3.660.700,15	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-228.329.661,80	-198.741.075,79
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	671,98	671,98	RECURSOS A RECEBER POR TRANSFERENCIA	-51.189.219,30	0,00
CAIXA	671,98	671,98	LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENTO	-37.556.466,04	-24.462.316,19
			RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	0,00	-69.031.925,44
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-139.583.976,46	-105.246.834,16
			VALORES DO ATIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	-512.012,58	-38.826.197,50
			RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	-512.012,58	-38.826.197,50
			DEPOSITOS	5.604.840,57	10.060.126,84
			CONSIGNACOES	595.619,70	257.651,93
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.884.198,21	7.403.046,91
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.125.022,66	2.399.428,00
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	294.727.096,15	236.627.137,03
			OBRIGACOES A PAGAR	237.281.675,51	233.693.465,13
			FORNECEDORES	8.474.436,80	10.984.351,02
			DO EXERCICIO	5.533.626,65	5.567.995,39
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.940.810,15	5.416.355,63
			PESSOAL A PAGAR	2.587,26	17.950,54
			DO EXERCICIO	2.587,26	17.950,54
			RESTOS A PAGAR	204.626.957,51	210.040.368,46
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	204.626.957,51	210.040.368,46
			RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	24.177.693,94	12.650.795,11
			CREDORES DIVERSOS	66.281,11	50.259,46
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	66.281,11	50.259,46
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	106.197,03	70.960,01
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	106.197,03	70.960,01
			OUTRAS OBRIGACOES	9.550,61	7.921,28
			RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	57.263.391,89	2.804.531,15
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	3.631.121,45	79.548.505,95
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	3.631.121,45	79.548.505,95
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-16.251.720,19	-57.743.552,93
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-128.538.893,84	-109.617.283,53
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	115.406.282,52	92.596.039,05
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDIDO	-24.177.693,94	-12.650.795,11
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	139.583.976,46	105.246.834,16
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-3.119.108,87	-40.722.308,45
			DISPONIBILIDADE DE REPASSE DIFERIDO RECEBI	-3.119.108,87	-40.722.308,45
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBIDO	-512.012,58	-38.826.197,50
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO CONCED	512.012,58	38.826.197,50
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	58.849.426,93	30.904.706,93	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	58.849.426,93	30.904.706,93

Anexo C: Declaração do Contador Responsável Atestando os Demonstrativos Contábeis

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		Código da UG	
Denominação completa (U.J)		* 154040	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB - ÓRGÃO - 26271			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>* Unidades Descentralizadas: 154019, 154020, 154024, 154076, 154078, 164079, 154361, 154106</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	31 de Dezembro de 2011
Contador Responsável	Samuel Faria de Abreu	CRC nº	3.431 - DF


Samuel Faria de Abreu
Contador CRC-DF 3431
FUB / DCF



Anexo D: Ofício n.709-A/FUB, de 20 de julho de 2010, encaminhado ao Ministério da Educação



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ofício n. 709-A/FUB

Brasília, 20 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor
Ministro de Estado Fernando Haddad
Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios, bloco L
70047-900 Brasília/DF

Senhor Ministro,

Considerando que o Termo de Conciliação Judicial, anexo, referente ao Processo n. 00927-2001-014-10-00-7, celebrado entre a Fundação Universidade de Brasília e o Ministério Público do Trabalho em 14/10/2008, declarando nula a contratação sem concurso público dos prestadores de serviços e determinando a regulamentação quanto ao preenchimento dos cargos correspondentes na forma da Lei n. 8.112/1990 e da Constituição Federal de 1988;

Considerando que, na Cláusula Quinta, parágrafo único, reza que compete ao Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão autorizar a realização dos respectivos concursos;

Considerando que a Fundação Universidade de Brasília desenvolveu todos os esforços, dentro do seu âmbito de atuação, no sentido de não mais realizar, desde aquela data, a contratação sem concurso para provimento em cargos efetivos e promoveu a redução de 762 prestadores de serviços, terceirizando todos os cargos possíveis dentro da Lei;

Considerando que, em levantamento realizado recentemente pela Secretaria de Recursos Humanos da UnB, quanto ao perfil de competência e à lotação dos prestadores de serviços, verificamos serem vitais para o pleno e adequado funcionamento da Instituição;

1KGV

Universidade de Brasília
Gabinete do Reitor

Campus Universitário Darcy Ribeiro
70910-900 Brasília, DF

Tel. (61) 3307 2210/3307 2600
Fax: (61) 3272 0003

E-mail: unb@unb.br
Home Page: <http://www.unb.br>

1/2



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Considerando, ainda, que a UnB possui em seu conjunto 572 códigos de vagas pertencentes a cargos não extintos pela Lei n. 11.091/2005, conforme relação anexa;

Solicito a Vossa Excelência que envide esforços no sentido de viabilizar autorizações para provimento dos referidos códigos de vagas, sob pena de impor à Instituição solução de continuidade de suas responsabilidades, tanto administrativas quanto acadêmicas.

Respeitosamente,

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Esplanada dos Ministérios – Bloco L
[3º andar – Sala 300 – Ed.Sede]
[Telefones: (61) 2022-8144 – 2022-8159]
70047-903 – Brasília -DF

Of. nº 10093 /2010-SESu/MEC

Em 10 de agosto de 2010.

Ao Senhor

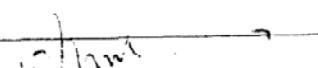
Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior
Magnífico Reitor da Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da Reitoria 3º Andar
CEP: 70910-900 Brasília - DF

Assunto : Resposta ao Ofício nº 709/FUB, datado de 20 de julho de 2010.

Magnífico Reitor,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, solicitando autorização para provimento de 572 (quinquenta e setenta e dois) Códigos de vagas, informamos que esta Secretaria reconhece a legitimidade do pleito ao destacar a importância dessa Universidade.
2. Aproveitamos a oportunidade para informar que todas as demandas de pessoal tratadas no âmbito dos Programas REUNI e Expansão encontram-se em fase de consolidação, e não proporcionam, no momento, espaço econômico ou político, para obtenção de novas vagas de pessoal que permitam viabilizar o legítimo pleito em apreço.
3. Assim, diante das limitações expostas, lamentamos informar sobre a falta de possibilidade de atendimento, no momento, de tão importante pleito, cuja expressão revela a preocupação e a sensibilidade de Vossa Magnificência.
4. Agradecemos a atenção dispensada ao mesmo tempo em que colocamo-nos à disposição dessa Instituição para prestar quaisquer informações adicionais que por ventura sejam necessárias.

Atenciosamente,


Adriana Rigon Weska

Diretora de Desenvolvimento da Rede
de Instituições Federais de Ensino Superior



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ofício n. 955 /FUB

Brasília, 22 de setembro de 2010.

À Excelentíssima Senhora
Ludmila Reis Brito Lopes
Procuradora do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
SEPN 513, Edifício Imperador, bloco D, n. 30, salas 320 a 331 e 401/420
70769-900 Brasília, DF

Assunto: Solicitação de dilação de prazo do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a FUB e o MPT.

Senhora Procuradora,

Encaminho a Vossa Excelência solicitação de dilação de prazo e plano de trabalho atinente ao Termo de Conciliação Judicial (Processo n. 00927-2001-014-10-00-7), celebrado entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) em 14/10/2008.

Na expectativa de contar com a especial atenção de Vossa Excelência, subscrecio-me.

Atenciosamente,

José Geraldo de Sousa Junior
Rector

Anexo E: Ofício n.0262/FUB-UnB, de 3 de março de 2011, encaminhado à Defensoria Pública da União**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Ofício n. 0262 /2011/FUB-UnB

Brasília, 3 de março de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor
José Rômulo Plácido Sales
Defensor Público-Geral Federal
Defensoria Pública da União
Setor Bancário Sul, quadra 1, lote 26, bloco H, Ed. Sede
70070-110 Brasília, DF

Assunto: cessão de servidores da Fundação Universidade de Brasília para a Defensoria Pública da União.

Senhor Defensor Público-Geral Federal,

Ao cumprimentá-lo, e em atenção a diversas solicitações de servidores do quadro desta Universidade para colaborarem com essa Defensoria, tem-se a apresentar as considerações que se seguem.

Nos termos da Nota Técnica n. 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP (cópia anexa), embora a Administração não possa recusar a requisição realizada pelo Defensor Público-Geral da União, com base no art. 4º da Lei n. 9020/1995, é necessário que o órgão cedente analise a regularidade do ato e, ainda, se a autorização não comprometerá a prestação própria de serviços públicos. A referida Nota ressalta que o órgão requisitado não está obrigado a reconhecer como irrecusável a requisição de servidor previamente indicado pela Defensoria Pública da União, podendo a requisição ser atendida com o oferecimento de outro servidor que não seja imprescindível para as suas atividades finalísticas, ou por outros órgãos/entidades da Administração Federal.

Atualmente, já estão cedidos a essa Defensoria vinte servidores da Universidade de Brasília e se encontram em tramitação as requisições por essa Defensoria de mais treze servidores, que, se autorizadas, colocariam em sério risco a regularidade do desempenho das funções desta Universidade, haja vista a grave carência de recursos humanos vigente e a necessidade imperiosa de atendimento ao Termo de Conciliação Judicial (TCJ) para substituição de todo o pessoal que se encontra em condição precarizada – firmado em 2008 entre o Reitor *pro tempore* da Universidade, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Chefe da 10ª Região e dois Procuradores do Trabalho da 10ª Região.

Tendo em vista as assertivas precedentes, reitero o pedido de reconsideração quanto às requisições dos servidores a seguir elencados: Sandra Neusa Lima Pereira Dutra (Ofício n. 2825/2010/GAB-DPGU, de 7/12/2010), Giselle Dias Galindo Pecin (Ofício n. 3321/2010/GAB-DPGU, de 24/12/2010), Danielle Ferreira



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Vasconcelos (Ofício n. 521/2011/GAB-DPGU, de 7/2/2011), Francisca Mesquita Lima (Ofício n. 3081/2010/GAB-DPGU, de 8/11/2010), Wanderley da Silva (Ofício n. 2135/2010/GAB-DPGU, de 8/9/2010), Manoel Ferreira da Pontes (Ofício n. 469/2010/GAB-DPGU, de 16/3/2010), Ivanete Laura Soares Valente de Oliveira (Ofício n. 2938/2010/GAB-DPGU, de 19/10/2010), Maria de Fátima Neris Rodrigues (Ofício n. 2963/2010/GAB-DPGU, de 25/10/2010), Flávia Fraga Ávila (Ofício n. 2509/2010/GAB-DPGU, de 17/11/2010), Angela Pasini de Menezes (Ofício n. 3323/2010/GAB-DPGU, de 24/12/2010), Maristela Elisabeth Ferreira Gehrmann (Ofício n. 3318/2010/GAB-DPGU, de 24/12/2010), Eliane das Graças Ferreira (Ofício n. 3231/2010/GAB-DPGU, de 22/12/2010) e Sandra Maria de Freitas Guedes (Ofício n. 2007/2010/GAB-DPGU, de 26/8/2010).

Informo, por oportuno, que se houver a ratificação das requisições acima referidas, esta Universidade irá proceder com a análise e indicação de outros servidores que não impactem essencialmente no funcionamento das atividades desta Instituição, na forma orientada na Nota Técnica n. 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, já citada, e em consonância com os princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Atenciosamente,

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ofício n. 0620 /2011/FUB-UnB

Brasília, 9 de junho de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor
José Rômulo Plácido Sales
Defensor Público-Geral Federal
Defensoria Pública da União
Setor Bancário Sul, quadra 1, lote 26, bloco H, Ed. Sede
70070-110 Brasília, DF

Ref.: Ofício n. 1059/2010/GAB-DPGU, de 25/5/2010.

Senhor Defensor Público-Geral Federal,

Ao cumprimentá-lo, acuso o recebimento do Ofício acima referenciado ao tempo em que ressalto que, muito embora compreenda as prerrogativas dessa Defensoria para requisitar servidores de outras instituições públicas, ratifico a preocupação acerca dos prejuízos que advirão para esta Universidade em razão da constância das requisições de seus servidores para diversos órgãos da Administração Federal.

Vale relembrar a necessidade imperiosa de a Universidade de Brasília cumprir com o Termo de Conciliação Judicial (TCJ) firmado em 2008 entre o Reitor *pro tempore* da Universidade, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Chefe da 10ª Região e dois Procuradores do Trabalho da 10ª Região, cujo objeto precípuo era a substituição, pela UnB, de todo o pessoal terceirizado que estivesse realizando atividades em desacordo com o referido Termo.

Ademais, acrescento que, em levantamento recente junto a algumas atividades desta Universidade, foi identificada a possibilidade iminente de fechamento de cursos e atividades acadêmicas, com sérios prejuízos ao corpo discente, devido à escassez de servidores em nossos quadros.

A Universidade de Brasília tem se comprometido com o Governo Federal no sentido de ampliar a oferta de vagas e de cursos, em razão das demandas sociais, contudo, esse esforço está em vias de sofrer solução de continuidade à medida que encontra dificuldades em manter em seus quadros o mínimo pessoal necessário ao cumprimento de tais compromissos.

Com base no exposto, espero contar com a compreensão de Vossa Senhoria em considerar a requisição da servidora Sandra Neusa Lima Dutra, matrícula SIAPE n. 666506, ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, o que oportunizaria a esta Universidade condições mínimas de atendimento a suas obrigações institucionais.

Atenciosamente,

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor

DGP/kgv.UnBDoc n. 124934/2010.

Universidade de Brasília, Gabinete do Reitor, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Prédio da Reitoria, 3º andar, 70910-900 Brasília, DF
Telefones (61) 3307-1750/3307-2210 - Telefax (61) 3272 0003 - Email: unb@unb.br - Home page: http://www.unb.br



Fundação Universidade de Brasília
Decanato de Gestão de Pessoas

Ofício n. 1324/2011 - FUB/DGP

Brasília, 8 de julho de 2011.

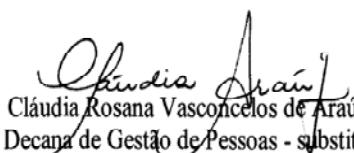
A Sua Senhoria a Senhora
ADRIANA RIGON VESKA
Diretora de Desenvolvimento da Rede das IFES
Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios, bloco L, 3º andar, sala 300, Ed. Sede.
Brasília-DF
CEP: 70047-903

Senhora Diretora,

Considerando o contido no terceiro parágrafo do Ofício Circular n. 100/2010 – MEC/SESu/DIFES “deverão as IFES solicitar ao Ministério da Educação, redistribuição de Códigos de Vagas de cargos ativos para recomposição do seu QRSTA” solicitamos a Vossa Senhoria estudar a possibilidade de substituição dos cargos extintos por outros cargos ativos necessário a recomposição do quadro de pessoal da UnB, conforme relação anexa.

2. O atendimento a este pedido contribuirá para o cumprimento parcial do Termo de Conciliação Judicial (TCJ) firmado em 2008, com o Ministério do Trabalho que em sua Cláusula Quinta, alínea d, assim determinou: “até 31/07/2010 a FUB deverá substituir todo o pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação”.

Atenciosamente,



Cláudia Rosana Vasconcelos de Araújo
Decana de Gestão de Pessoas - substituta

Anexo F: Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DECANATO DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO

Eu, **Eduardo Raupp de Vargas**, CPF nº 692.427.120-00, Decano, exercido no Decanato de Administração da FUB, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 17 de fevereiro de 2012

EDUARDO RAUPP DE VARGAS
CPF 730.409.241-68
DAF/UNB

Cfs – UnBDoc: